

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**DIÁLOGOS NA FRONTEIRA:  
A DIPLOMACIA BRASILEIRA EM DEFESA DA SOBERANIA DO  
IMPÉRIO NO RIO DA PRATA**

**SAIONARA GOMES LADEIRA**

**2000**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR

**DIÁLOGOS NA FRONTEIRA:  
A DIPLOMACIA BRASILEIRA EM DEFESA DA SOBERANIA DO  
IMPÉRIO NO RIO DA PRATA**

**SAIONARA GOMES LADEIRA**

Sob a orientação do Professor

**Ricardo de Oliveira**

e Co-Orientação do Professor

Marcelo Basile

Dissertação submetida como  
requisito parcial para a obtenção  
do grau de **Mestre em História**, no  
Curso de Pós-Graduação em  
História Social, área de

Concentração, Estado, Cultura  
Política e Idéias.

**Seropédica, RJ**  
**Setembro de 2010.**

327.20981

L153d

T

Ladeira, Saionara Gomes, 1980-

Diálogos na fronteira : a diplomacia brasileira em defesa da soberania do império no Rio da Prata / Saionara Gomes Ladeira - 2010.

202 f.

Orientador: Ricardo de Oliveira.

Dissertação (mestrado) -  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 180-200

1. Diplomacia - Brasil - História - Teses. 2. Brasil - Fronteiras - Teses. 3. Geografia política - Teses. 4. Prata, Rio da, Região (Argentina e Uruguai) - História - Teses. I. Oliveira, Ricardo de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

**DIÁLOGOS NA FRONTEIRA**  
**A diplomacia brasileira em defesa da soberania do Império no rio da Prata**

**Saionara Gomes Ladeira**

Orientador: Prof. Dr. Ricardo de Oliveira.

Co-orientador: Prof. Dr. Marcelo Basile

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Ricardo de Oliveira (Presidente) - UFRRJ

Prof. Dr. Marcelo Basile – UFRRJ

Prof. Dr. Vitor Izecksohn - UFRJ

Prof. Dr. Fábio Muruci dos Santos - UFES

Profa. Dra. Margareth de Almeida Gonçalves (Suplente)– UFRRJ

Profa. Dra. Francisca Lúcia Nogueira de Azevedo (Suplente)– UFRJ

## AGRADECIMENTOS

*“Como o não sabes ainda  
Agradecer é mistério”.*

Fernando Pessoa, *Quadras ao Gosto Popular*

Essa Dissertação de Mestrado não é resultado apenas de um trabalho individual, mas sim, o produto, de um conjunto de esforços de pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse se concretizasse enquanto trabalho acadêmico. Agradeço a todos pelo apoio. Estou ciente de que posso incorrer no risco de omitir injustamente algum nome. Posso cometer mais injustiças esquecendo pessoas que me ajudaram do que fazer jus a todas que merecem.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, seus funcionários e professores. Agradeço especialmente aos professores, Adriana Barreto, Luís Edmundo de Souza Moraes, Marcelo Basile, Margareth Gonçalves, Miriam Coser e Ricardo de Oliveira, pela interlocução e valiosas sugestões. A CAPES, agradeço o suporte financeiro que permitiram a elaboração do trabalho.

Agradeço ao meu orientador Ricardo de Oliveira pelo apoio e sugestões. Sou grata por suas indicações e discussões do projeto que permitiram elaborar o trabalho final.

O longo caminho da pesquisa foi facilitado por funcionários de arquivos onde encontrei apoio e solidariedade. Durante os dois anos da pesquisa não pude entrar em contato com a maior parte das fontes selecionadas na elaboração do projeto. O Arquivo Histórico do Itamaraty esteve fechado por um ano e meio; no Arquivo Nacional não foi diferente; os documentos estavam sendo restaurados, o que impossibilitou a consulta de fontes da província do Rio Grande de São Pedro e das Coleções do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da província Cisplatina.

A indisponibilidade documental levou-me a outros arquivos. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul pude contar com o auxílio dos estagiários Tiago Castro e Vanessa Barbosa, que facilitaram a consulta e conseguiram a doação de a documentação impressa da Coleção Fagundes Varela. Agradeço com a mesma gratidão a Marcelo Soares, funcionário do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, que prontamente me atendeu e permitiu que o tempo de pesquisa fosse ultrapassado, mesmo nos fins de semana. Na sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional contei com o apoio da funcionária Cláudia Mayrink, que me apresentou catálogos e facilitou o acesso aos periódicos. No Arquivo General de la Nacion de Buenos Aires agradeço a Pietro Rojas por ter permitido a reprodução de documentos, mesmo no período de fechamento do arquivo.

Gostaria de agradecer a minha família. Sei que vocês se orgulham por eu ter atingido uma etapa que nenhum outro de nós tinha atingido antes. Mas este orgulho que sentem por mim, converto num comprometimento de a cada dia ser mais digna de representá-los.

Aos meus pais, Maciel e Marilda, por serem exemplo de caráter, dedicação, amor e ética. Foram mestres no companheirismo, na transmissão dos valores, na generosidade, no

apoio, na cobrança e na fé que depositaram em mim. Nunca mediram esforços de me oferecer a educação em boas instituições de ensino. Ensinaram que esse é o caminho das conquistas; a Flávio Bittencourt um agradecimento especial por ser o companheiro de todas as horas. O amor, a amizade, com que se dedica a mim foi o apoio de todas as horas. Será difícil expressar a ajuda, as leituras, às críticas, as sugestões, o apoio, as viagens, os cafés das madrugadas, o vai e vem. Nos momentos mais difíceis pude contar com seu ombro amigo e companheiro; a minha irmã Adalgiza que mesmo a distância, deu-me apoio para seguir adiante nas horas difíceis, transmitindo sempre o seu respeito, integridade e amor. Nossa relação sempre foi além de tudo, o que há. Nos momentos de incerteza pude contar com sua firmeza e amor. Aos meus sobrinhos Sofia e Miguel, por serem os motivos da minha felicidade. São neles que encontro o amor, a paz, os sonhos e os desejos de futuro. Assim como eu, são apaixonados por história e ajudam-me sempre a lembrar o quanto tudo vai além. Aos meus tios Emanuel e Marilsa por abrirem as portas de sua casa e me deram a oportunidade de realizar meus estudos. A paciência e o amor que sempre me ofereceram os transformaram em meus pais. Encontro neles o amor, acolhimento e apoio que só os pais podem oferecer. Sou grata por me cobrarem essa conquista. A vocês, querida e amada família, dedico esse trabalho.

Agradeço aos amigos do curso, André, Eduardo, João, Keith, Maria Celeste e Nelson pelas discussões intensas, apoio e encorajamento. Foram sempre generosos e compartilharam conhecimentos e dúvidas. Agradeço ao amigo Sérgio por seu companheirismo e pelas fontes e textos que sempre nos enviava. Ao amigo Rafael por nossas conversas e discussões sobre o Império. A Roberta agradeço os debates e as sugestões teóricas, por sua generosidade, amizade e lealdade. Ao amigo Daniel que nos deixou durante essa jornada. E finalmente, agradeço a Cláudia por ser a amiga de todas as horas, a palavra certa nos momentos mais duros. Encontrei em sua amizade a coragem e o apoio para seguir em frente.

Aos amigos, que torceram e incentivaram: Denise, Sandra, Helvécio, Adriana, Virginia, Tereza Cristina, Rezende. Agradeço em especial a Denise e Claudiane, que desde a graduação são companheiras e incentivadoras.

Finalmente agradeço ao professor Marcelo Basile, que em momento algum poupou esforços para me ajudar. Dedico esse trabalho ao senhor, e de início já manifesto minha incapacidade de expressar a gratidão que devo a todo seu apoio. Palavras serão sempre insuficientes para descrever minha admiração e respeito pelo mestre que fez renascer em mim a paixão pelo ofício de historiadora. Terei dificuldades de demonstrar como sua contribuição, sugestões, apoio e a amizade me encorajaram para continuar. Sou grata por acreditar em mim e em meu trabalho, por incentivá-lo e me fazer ver que o futuro era meu.

## RESUMO

LADEIRA, Saionara Gomes. **Diálogos na fronteira: A diplomacia brasileira em defesa da soberania do Império no rio da Prata.** 2000. 202p. Dissertação ( Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

Desde o processo de Independência o governo brasileiro procurou fortalecer suas relações internacionais com as Repúblicas Platinas por seu desejo de imposição da soberania nacional. Assim, é de fundamental importância perceber, as negociações travadas na fronteira. Desta forma, demonstraremos as negociações, os jogos políticos e os tratados internacionais, que foram assinados na década de 1850, percebendo as problemáticas que acabaram por conduzir a Guerra no Prata. Vários trabalhos historiográficos já investigaram as fronteiras platinas e política externa do Império no Rio da Prata. Em nossa dissertação procuramos compreender a história social dessa região como um espaço vivo e de diálogo daquelas populações que ali se estabeleceram e pressionaram a política de seus Estados. Fomos além das fontes oficiais e mesmo nelas investigamos não as decisões diplomáticas, mas as diretrizes traçadas e os interesses envolvidos.

Palavras-chave: Política externa. Diplomacia imperial. Imprensa;

## ABSTRACT

LADEIRA, Saionara Gomes. **Dialogues on the border: Brazilian diplomacy in defending the sovereignty of the Empire at the River Plate.** 2000. 202p. Dissertation ( Master in History). Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

Since the process of Independence the Brazilian government sought to strengthen its international relations with the Republics Plates by his desire to impose national sovereignty. It is therefore of fundamental importance to realize, the negotiations held at the border. Thus, we will demonstrate the negotiations, the political games and international treaties that were signed in the 1850s, realizing the problems that ultimately led to war in Silver. Several historiographical studies have investigated the platinum borders and foreign policy of the Empire in the River Plate. In our paper we tried to understand the social history of this region as a living space and dialogue of those people who have settled there and pushed the policy of their states. We went beyond the official sources and even them we don't investigate the diplomatic decisions, but the guidelines set forth and the interests involved.

Key Points: Foreign Policy; Frontier; Imperial Diplomacy; Press;



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I: A política externa do Brasil Imperial no rio da Prata: um problema historiográfico.</b>	<b>5</b>
<b>I- A política externa do Brasil Imperial na produção historiográfica do IHGB</b>	<b>5</b>
<b>I.1- O IHGB e debate sobre as fronteiras do Império Brasileiro</b>	<b>7</b>
<b>I.2- “O Instituto não interpõe o seu juízo sobre a matéria”</b>	<b>16</b>
<b>II- A produção historiográfica em debate no sistema internacional</b>	<b>23</b>
<b>II.1 - A produção historiografia uruguaia debate as relações internacionais no Rio da Prata</b>	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO II: Rio Grande de São Pedro: A fronteira muito além do Império</b>	<b>63</b>
<b>II. 1 - A quem pertence? Disputas e incertezas no Cone Sul</b>	<b>68</b>
<b>II. 2 - Fronteiras da integração</b>	<b>78</b>
<b>II. 3 - A fundação de cidades nas fronteiras.</b>	<b>82</b>
<b>II. 4 - Brasileiros, uruguaiois e imigrantes: Disputa e ocupação das terras na região de fronteiras</b>	<b>84</b>
<b>II. 5 - “A Tranqüilidade” nas fronteiras</b>	<b>92</b>
<b>II. 6 - As vias de acesso para a ocupação das fronteiras</b>	<b>96</b>
<b>CAPÍTULO III: A política internacional no debate da imprensa liberal e conservadora</b>	<b>102</b>
<b>I-José Maria da Silva Paranhos e as Cartas ao Amigo Ausente</b>	<b>104</b>
<b>1.1-De cronista a diplomata</b>	<b>104</b>
<b>I.2–Cartas ao Amigo Ausente</b>	<b>105</b>
<b>I.I-A diplomacia no debate político dos luzias e saquaremas</b>	
<b>CAPÍTULO IV: Missão Especial no Rio da Prata (1851-1853): A diplomacia brasileira em defesa do Império</b>	<b>144</b>
<b>IV. 1- A crise comercial nas fronteiras</b>	<b>146</b>
<b>IV. 2- A política externa nas fronteiras da liberdade: Atuação diplomática nos espaços de disputas</b>	<b>151</b>
<b>IV. 3- As hostilidades diplomáticas nas fronteiras meridionais</b>	<b>156</b>
<b>IV. 4-A Guerra Grande</b>	<b>162</b>
<b>IV. 5- As ratificações dos Tratados de 1851</b>	<b>170</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>177</b>
<b>BIBLIOGRAFIA E FONTES</b>	<b>180</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>201</b>

## INTRODUÇÃO

No período entre as duas grandes guerras, a história das relações internacionais se desprende da história diplomática, principalmente na França, construindo novos métodos e objetos. Pierre Reunovium juntamente com Duroselle em *Introduction à l'histoire des relations internationales*, em 1964, definiram as bases de estudo que devem fazer parte das relações internacionais: geografia-história, economia-finança, mentalidades coletivas. Dentro dessas bases estaria definido o conceito de relações internacionais “é a ação dos Estados”; o papel dos indivíduos é determinante, pois “no final das contas, é a vontade de um homem ou de um grupo de homens que contribui com o elemento essencial de explicação”<sup>1</sup>.

A história ligada ao político se manteve afastada dos estudos historiográficos, desde a crítica da Escola dos Annales, que a caracterizou como uma história individual, preocupada somente com os grandes fatos e acontecimentos realizados pelos grandes nomes, uma história que não era problematizada e não promovia hipóteses explicativas.

Os historiadores das relações internacionais encontraram uma grande contribuição em disciplinas como: a antropologia, ciências políticas, sociologia, psicanálise, psicologia social e ciências sociais. A renovação dos estudos políticos foi possível a partir da *Nova História Política* que promoveu uma mudança nos estudos ao propor novas análises aos antigos objetos.

A historiografia brasileira também passou por esse retorno da história política, merecendo destaque os estudos sobre Relações Internacionais — onde se insere o objeto de estudo — que pensam a relação dos Estados como algo que interfere em todos os âmbitos da sociedade: no político, no cultural, no social e no econômico.

José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus foram os percussores dessa corrente historiográfica. O primeiro se tornou “fundador” de uma nova concepção e análise das políticas entre os Estados e afirmava que “as relações internacionais nada mais eram que a soma de contratos entre as políticas nacionais destes Estados soberanos independentes. E, como as políticas nacionais são sistemas de estratégia empregados pelos Estados para garantir principalmente sua segurança territorial, e para proporcionar o bem-estar econômico e a prosperidade a seus cidadãos, não se pode fazer uma distinção entre política externa e interna”<sup>2</sup>.

Toda política externa é uma expressão do poder nacional em confronto, antagônico ou amistoso, com os demais poderes nacionais. A política externa está sempre condicionada por quatro grupos de fatores, a saber: fatores físicos e recursos naturais; fator humano; posição geográfica no mundo; patrimônio e tradição. Do ponto de vista metodológico, deve-se lembrar que não existe hoje uma política externa diferente da interna<sup>3</sup> e que, quando se fala de influências que se exercem sobre a política, é preciso

---

<sup>1</sup> BURGUIERE, A. Dicionário das Ciências Históricas. São Paulo: Imago, 1993.

<sup>2</sup> RODRIGUES, J. H. & SEITENFUS, R. A. S. *Uma História Diplomática do Brasil — 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.p.27.

<sup>3</sup> A doutrina do Estado-potencia alemã considera que a evolução interna dos Estados é determinada pelas exigências da política externa. A corrente realista não considera os fatores nacionais determinantes das políticas externas. Sobre essa corrente de pensamento ver: BOBBIO, Norberto. METTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. São Paulo: UNB, 2004. p.1094.

não esquecer que essas influências são a própria política. Esta se revela à medida que tais influências se fazem sentir<sup>4</sup>.

Lucien Febvre dentro dessa perspectiva de pensar a política externa como o reflexo dos interesses dos grupos sociais internos entende que não existe nem política exterior, nem uma diplomacia em si, isolada dos interesses fundamentais da política em geral e desligada dos fatos geográficos, econômicos, sociais, religiosos etc; nem é possível isolar arbitrariamente os interesses fundamentais dos dirigidos das vontades ou veleidades dos dirigentes.<sup>5</sup>

Seitenfus e Rodrigues - percebem as Relações Internacionais, de uma forma muito similar, e que se insere dentro da discussão conceitual traçada para demonstrar que a política externa brasileira em meados do século XIX no Prata, esteve profundamente pautada nos interesses nacionais. Portanto, o envio de Missões Diplomáticas para o Uruguai na década de 1850, serviu como estratégia do Estado para garantir aos seus súditos o direito de propriedade, a soberania do Estado e seus interesses particulares e coletivos.

Uma dessas necessidades era a garantia dos territórios da fronteira, já que ali se aglutinavam populações com objetivos diferenciados e que construíram um espaço de diálogo e integração, onde se considera a fronteira como um espaço de vivência e não de isolamento e segregação. Vale ressaltar que, desde a época colonial, a presença de vários grupos indígenas, dos castelhanos, dos bandeirantes e tropeiros mamelucos, de africanos e de ilhéus não deixou de alterar o multiculturalismo congênio<sup>6</sup> do extremo sul da América portuguesa<sup>7</sup>. Devido a isso, as fronteiras que se estabelecem entre os Estados devem ser vistas além de um limite geográfico, natural e até mesmo como um espaço de conservação de direitos por estabelecimento de núcleos populacionais. Esta região pode ser considerada como um local de interação e integração da sociedade.

Na política internacional, o poder é um meio e um fim a partir do qual se instaura uma relação de dominação na qual uma ou mais partes obedecem à outra. Desta maneira, estabelece-se uma relação de subordinação, autoridade e mando entre os agentes, com alguns ditando o comportamento dos demais.<sup>8</sup> Na política externa brasileira no século XIX podem ser percebidas ações que ditam tal aspiração pelo poder e pela soberania.

A presente investigação propõe-se a questionar alguns pressupostos da história política brasileira que se deteve em pensar a política externa do país como um mero

---

<sup>4</sup> RODRIGUES, Idem, p.57.

<sup>5</sup> RODRIGUES, Idem, p.26.

<sup>6</sup> Segundo Correa, ao ser proclamada a Independência do Brasil, a sociedade sulina já se encontrava estruturada, e ao longo do século XIX, as diferentes culturas dos imigrantes puderam se coadunar a um complexo cultural existente desde o período colonial, o qual será chamado doravante de “multiculturalismo congênio”. O multiculturalismo congênio que ocorreu no sul do Brasil foi, portanto, uma característica da sociedade sulina imperial, não um ideal ou um programa político. Ao contrário do multiculturalismo contemporâneo, pode-se dizer que o multiculturalismo congênio no sul do Brasil ocorreu pela falta absoluta de uma política oficial de reconhecimento equitativo das diferenças culturais. Ver o excelente trabalho de Correa In: CORREA, S. M. S. *Multiculturalismo e fronteiras étnicas*. In: PICOLLO, H. I. L. PADOIN, M. M. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.2.p. 259.

<sup>7</sup> CORREA, S. M. S. *Fronteira ibero-americana e miscigenação*. Revista Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUCRS, v 27, n 2, 2001, p. 79-101.

<sup>8</sup> PECEQUILO, Idem, p. 57.

reflexo das deliberações do Estado e assentou-se durante longos anos no paradigma nacional como fator explicativo para a própria escrita da História. Procuramos estabelecer novos pressupostos interpretativos, na medida em que as relações internacionais bem como a própria diplomacia não são dotadas apenas de caracteres políticos oficiais, mas também é permeado por fatores sócio-culturais, já que se insere na dinâmica da cultura, sociedade e formas de governo distintas das do Brasil. O objeto central de nossa pesquisa propõe um estudo das Missões Diplomáticas do Império, na década de 1850, como empreendedoras das estratégias do Estado Brasileiro para garantir sua soberania nas fronteiras do sul.

No desenvolvimento da dissertação trabalhamos com as fontes referentes à ação da diplomacia com os vizinhos do rio da Prata. As fontes diplomáticas foram analisadas para a compreensão das estratégias internacionais empreendidas pelo Império Brasileiro para manter-se frente aos interesses uruguaios e argentinos.

A documentação levantada está guardada nos seguintes arquivos: Arquivo Histórico do Itamaraty<sup>9</sup>; Arquivo Histórico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul<sup>10</sup> no Grupo Documental Consulados e Legações; Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo General de la Nación (Argentina e Uruguai). Arquivo Diplomático do Uruguai e Biblioteca Nacional do Uruguai.

A discussão girou em torno de quatro capítulos. O primeiro capítulo realizou o debate historiográfico sobre ação diplomática nas fronteiras meridionais do Império em dois momentos. No primeiro a fonte de estudo foi a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro onde puderam ser avaliados os artigos produzidos sobre a política externa. O material levantado foi produzido entre 1840 e 1852, sendo de nosso interesse demonstrar que as ações externas repercutiam sobre os interesses nacionais criando debates sobre erros, acertos e exagero na condução das relações com os vizinhos de fronteira. Procurou-se perceber a partir dessas publicações, outro olhar sobre os lugares de discussão sobre a política externa do período, buscando seu alcance para além da esfera política diplomática. Em um segundo momento foram analisadas as principais obras da historiografia brasileira e uruguaia sobre a política externa.

No segundo capítulo, pensando a proximidade territorial da província do Rio Grande com os países vizinhos, demos atenção privilegiada a forma de ocupação do espaço-fronteira. O objetivo é abranger a importância das relações internacionais travadas entre o governo brasileiro e o uruguaio, a partir da discussão de seus espaços de fronteira que envolvem diretamente a província do Rio Grande de São Pedro. Deste modo, foram estudadas as populações e suas formas de ocupação, ao se estabelecerem nas regiões de litígio no Brasil meridional.

Desse modo, fomos construindo uma nova abordagem ao estudo da política externa. Compreender não apenas os tratados, mas os impactos sociais, as discussões que se travaram além do corpo diplomático. No terceiro capítulo discutimos a partir da imprensa periódica do Rio de Janeiro o debate travado entre jornais conservadores e liberais sobre a condução da política externa do governo.

No último capítulo demos atenção a atuação as missões diplomáticas envidadas ao Prata. Desse modo, pretendemos analisar as ações tomadas pela diplomacia imperial para solucionar os entraves nas relações internacionais com as repúblicas vizinhas, compreendendo assim suas estratégias de ação.

---

<sup>9</sup> Localizado na Cidade do Rio de Janeiro – RJ.

<sup>10</sup> O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul está localizado em Porto Alegre.

**CAPÍTULO I: A política externa do Brasil Imperial no rio da  
Prata: um problema historiográfico**

O primeiro capítulo abordará o debate historiográfico sobre a política externa brasileira traçada na formação das fronteiras no Brasil Meridional. Tal análise será realizada em dois momentos. No primeiro foram avaliadas as publicações da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a fim de perceber as repercussões da política externa na instituição e na produção da Revista do IHGB, entre 1840-1852, e que envolveram projetos políticos nas relações com a República Oriental do Uruguai e serviram de sustentação ou de ruptura com os interesses internacionais. Procura-se perceber a partir dessas publicações, outro olhar sobre os lugares de discussão sobre a política externa do período, buscando seu alcance para além da esfera política diplomática. Em um segundo momento, foram analisadas as principais obras da historiografia brasileira e uruguaia sobre a política externa.

## **I-A política externa do Brasil Imperial na produção historiográfica do IHGB**

A publicação da Revista do Instituto é uma fonte documental onde se podem perceber as controvérsias da assinatura desses tratados, além de evidenciar as discussões que eram lançadas sobre a ocupação territorial do Brasil no Cone Sul, iniciada com as conquistas lusas, ainda no período colonial. Muitos membros do Instituto fizeram parte das comissões demarcatórias de limites, que atuaram nos estudos para a instalação dos marcos das fronteiras<sup>11</sup>. A revista abriu espaço para reflexão sobre a Nação, estudos indígenas e das regiões, e expansionismo territorial ao sul, o que pode ser percebido pelos textos e memórias<sup>12</sup> publicadas entre as décadas de 1840-1860 que se voltaram à descrição do passado de ocupação na região de limites.

A repercussão dos tratados assinados no início da década de 1850, é possível a partir do percurso da produção do Instituto ainda na década anterior, a fim de compreender, ou melhor, apontar possíveis entendimentos sobre a ocupação e determinação da área meridional. Pensar a produção da revista do Instituto no momento da consolidação do Estado Imperial é tarefa singular para a compreensão dos interesses da política externa na segunda metade do século XIX.

---

<sup>11</sup> Pode-se destacar entre esses membros Duarte da Ponte Ribeiro, que participou da assinatura dos Tratados de 1851.

<sup>12</sup> Sobre a questão das memórias coletivas citamos a importância dos seguintes estudos. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Historia oral: una brújula para los desafíos de la historia*. Historia Antropología y Fuentes Orales: escenarios migratorios. Barcelona, nº28, p.141-152, 2002. Disponível site: CPDOC. Acesso em 26 de agosto de 2005. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004. POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989. ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 2002, p. 95. SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas Atuais*. IN: BRESCINI, Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). *Memoria e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

A Revista publicada pelo Instituto colabora com o estudo de história das idéias, da cultura e do pensamento político e social da Elite Imperial brasileira, em meados do século XIX. Nesse sentido, o IHGB<sup>13</sup> tornou-se uma ferramenta representante do processo civilizador, do progresso. Os membros desse órgão pertenciam a elite<sup>14</sup>, ao governo, ao clero; eram letrados e estudiosos, inseridos nas perspectivas européias de organização política, social e cultural.

Durante a década de 1850, o Império brasileiro buscou implantar um projeto de política externa, que pudesse demonstrar a soberania brasileira frente às Repúblicas Platinas. A afirmação da região de fronteiras e a garantia da posse das terras na região eram uma problemática, que se arrastava por guerras e tratados, que serão discutidos no capítulo. As fontes utilizadas foram os Tratados de Fronteiras guardados no Arquivo Histórico do Itamaraty e os relatórios ministeriais entre 1850-1860.

A Revista do IHGB tornou-se, a partir de 1839, data da sua fundação, um importante veículo de difusão dos debates, idéias e propostas com relação à configuração do território nacional em construção. Os exemplares eram anuais, porém divididos sempre em trimestres, cada exemplar era organizado em quatro volumes. São nomeados por tomos e enumerados em seqüência, de acordo com o ano de publicação.

A publicação da Revista do Instituto é uma fonte documental onde se podem perceber as controvérsias da assinatura desses tratados, além de evidenciar as discussões que eram lançadas sobre a ocupação territorial do Brasil no Cone Sul, iniciada com as conquistas lusas, ainda no período colonial. Muitos membros do Instituto fizeram parte das comissões demarcatórias de limites, que atuaram nos estudos para a instalação dos marcos das fronteiras<sup>15</sup>. A revista abriu espaço para reflexão sobre a Nação, estudos indígenas e das regiões, e expansionismo territorial ao sul, o que pode ser percebido pelos

---

<sup>13</sup> A função do IHGB se mantém e disponível em: [www.ihgb.org.br/ihgb.php](http://www.ihgb.org.br/ihgb.php). Os objetivos da instituição ficaram estabelecidos no primeiro artigo do estatuto de 1838, são mantidos até a atualidade, adaptados às conjunturas nacionais e internacionais, de que é primordial, “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para História e Geografia do Brasil...” hoje alargadas em leque abarcando as demais Ciências Sociais. Além de se comprometer no artigo quarto em publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

<sup>14</sup> José Murilo de Carvalho afirma que a elite política brasileira possuía uma unidade, decorrente da instrução referente a educação superior e da ocupação. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume —Dumará, 1996. A composição da primeira diretoria pode nos demonstrar a ocupação e a formação dessa que se firmou em torno do Instituto. Presidente Visconde de São Leopoldo (magistrado pela Universidade de Coimbra); Vice-presidente e diretor da seção de História Candido José de Araújo Viana (Juiz e desembargador); primeiro secretário perpetuo e diretor da comissão de estatutos, redação da revista, biblioteca e arquivo Januário da Cunha Barbosa (Cônego); segundo secretário Dr. Emílio Joaquim Maia (professor do Colégio Pedro II) Orador Major Pedro d’Alcântara Bellegarde (Professor, militar e engenheiro) Tesoureiro e diretor da Comissão de Fundos, José Lino de Moura (Contador).

<sup>15</sup> Pode-se destacar entre esses membros Duarte da Ponte Ribeiro, que participou da assinatura dos Tratados de 1851,

textos e memórias<sup>16</sup> publicadas entre as décadas de 1840-1860 que se voltaram à descrição do passado de ocupação na região de limites.

A política externa exercida na região platina repercutiu na sociedade, alcançando outros espaços de discussão, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. A repercussão desses tratados no início da década de 1850, é possível a partir do percurso da produção do Instituto ainda na década anterior, a fim de compreender, ou melhor, apontar possíveis entendimentos sobre a ocupação e determinação da área meridional. Pensar a produção da revista do Instituto no momento da consolidação do Estado Imperial é tarefa singular para a compreensão dos interesses da política externa na segunda metade do século XIX.

Na década de 1840, artigos e memórias que se remetiam às conquistas territoriais portuguesas apareciam nas publicações do Instituto, o que se prolonga pela década de 1850. Os textos publicados entre 1843 e 1852 são singulares para a compreensão dos momentos de aproximação das políticas externas, entre o Império brasileiro e as repúblicas platinas, não por discutirem as relações exteriores desses estados, mas por trazerem a tona à questão nuclear. A ocupação meridional<sup>17</sup> foi reflexo de expansionismos espanhóis e portugueses, desde o século XVI, que criaram uma “*fronteira em litígio*”<sup>18</sup> disputada por diferenciados grupos de poder ainda na primeira metade do século XIX.

## I.1- O IHGB e debate sobre as fronteiras do Império Brasileiro

Assim, é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. “A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas, relações com a proposta ideológica<sup>19</sup> em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade

---

<sup>16</sup> Sobre a questão das memórias coletivas citamos a importância dos seguintes estudos. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Historia oral: una brújula para los desafíos de la historia. Historia, Antropología y Fuentes Orales: escenarios migratorios*. Barcelona, nº28, p.141-152, 2002. Disponível site: **CPDOC**. Acesso em 26 de agosto de 2005. HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004. POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989. ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 2002, p. 95. SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas Atuais*. IN: BRESCINI, Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). *Memoria e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

<sup>17</sup> Nos anexos 1 e 2 podem ser observados os territórios ocupados e que se tornaram motivo para os conflitos entre portugueses e espanhóis.

<sup>18</sup> Corrêa destaca que fronteira em litígio é disputada por indivíduos de interesses similares. O autor retoma o conceito de Melhem Adams. Ver. CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1995.

<sup>19</sup> GUIMARAÃES destacou que a proposta de fundação do Instituto se aproximava dos estudos realizados na Europa embasados na perspectiva iluminista. Ver: GUIMARAÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.



própria no conjunto mais amplo das "Nações", de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX<sup>20</sup>.

Na medida em que Estado, Monarquia e Nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro, externamente define-se o "outro" desta Nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado. Assim, os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie<sup>21</sup>.

A afirmação da fronteira fazia parte do projeto de construção nacional, já que firmava as bases da construção geopolítica no sul do Brasil e a garantia da conservação dos interesses da população fronteiriça.

Uma questão política premente para o Império era a manutenção e ampliação de seu território. Além de a “flor exótica da América” viver cercada pelas repúblicas latino-americanas e cobiçar, por motivos econômico-estratégicos, a anexação dos territórios banhados pelo rio da Prata, temia-se, mesmo depois de 1850, quando se deu a consolidação do sistema monárquico-centralizador, o ressurgir de rebeliões regionais. Daí os debates, no IHGB, sobre os tratados de limites e a sistematização de documentos para a condução da política externa imperial. Em 1851, o historiador Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), a pedido de Paulino José Soares de Souza (1807-1878), ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, coligiu uma série de documentos. O fíto foi o de montar um arquivo que respaldasse as negociações geopolíticas do Brasil com as Guianas, o Peru, o Equador, a Bolívia e o Paraguai (Varnhagen, 1851)<sup>22</sup>.

Segundo Guimarães, foram publicados textos relativos às viagens e explorações do território brasileiro, abordando questões de fronteiras e limites, as riquezas naturais do país e a questão indígena. Se pensarmos que, num momento de constituição da Nação, também a definição de sua identidade físico-geográfica é parte do projeto mais amplo, podemos entender o porquê de o instituto reservar espaço tão amplo ao tratamento do assunto.

Na verdade, trata-se de definir com precisão os contornos físicos dessa Nação, integrando na imagem em elaboração os elementos continentalidade e riquezas inumeráveis, capazes de viabilizarem num futuro

---

<sup>20</sup> Idem, GUIMARÃES, p.5

<sup>21</sup> Idem, GUIMARÃES, p.7.

<sup>22</sup> FERREIRA, L. M. *Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 13, n. 2, p. 271-92, abr.-jun. 2006. p.278.

não-definido a realização plena de sua identidade. Uma leitura desses relatos de viagens exploratórias e de reconhecimento nos permite acompanhar a atividade cuidadosa de olhos atentos a registrarem conhecimentos sobre as diferentes regiões do país<sup>23</sup>.

Tal é o caso da Revista Trimestral, de abril de 1843, número 17, que publicou a Memória da Tomada dos Sete Povos das Missões na América Espanhola, escrita por Gabriel Ribeiro de Almeida, em Lisboa, no ano de 1806. A invasão desse território pelos portugueses, tentou evitar a presença espanhola no território do Rio Grande de São Pedro. Essa publicação nos provocou indagações sobre as motivações do Instituto em se remeter a um texto memorialista de quatro décadas anteriores, naquele momento<sup>24</sup>. Existe uma enorme gama de possíveis entendimentos sobre a publicação desse texto, e dos demais, reunidos na revista do Instituto, até 1852. Um deles se inscreve internamente, e corresponde a grave crise que acometeu o sul do Império, durante a Guerra dos Farrapos, que ameaçou o projeto centralizador e a unidade territorial<sup>25</sup>, ao declarar a independência da província do Rio Grande de São Pedro. Outro entendimento se refere a uma questão externa. A relação brasileira com o governo de Rosas, na Confederação Argentina, e Manuel Oribe, na República Oriental do Uruguai, que apoiavam o projeto separatista dos farrapos e discordavam da presença brasileira na região das fronteiras. A publicação desses textos e memórias entre 1843 e 1852 discutia a ocupação e conquista das terras empreendidas pelos portugueses, sendo áreas incorporadas antes mesmo do processo de independência trazendo à superfície a questão central que acompanhou essa região e ainda naquele momento preocupava o Império, “*a terra de muitos*”.

A memória<sup>26</sup> relatada por Almeida se inicia no ano de 1801, com a narrativa sobre o conflito que envolveu as monarquias ibéricas na região do Prata, como continuidade do conflito europeu, a Guerra das Laranjas.

O texto descreveu o impacto provocado na população do Rio Grande, quando foi notificada por ofícios vindos de Pernambuco da guerra entre Portugal e Espanha. Logo após o envio desses documentos ao Rio Grande de São Pedro, o Vice-Rei português confirmou o conflito. As notícias da guerra atingiram a população meridional, que via no conflito uma forma de evitar perdas territoriais e garantir a posse de terras: “os habitantes d’aquella capitania, tem a esperança de fazerem com as armas na mão, uma divisão de limites mais vantajosa”<sup>27</sup>.

---

<sup>23</sup> GUIMARÃES, Op. Cit. p.7

<sup>24</sup> A partir daí, vários números da revista apresentavam os questionamentos sobre a formação dos limites nacionais. Entre 1843 e 1860 foram escritas vinte e quatro cartas e memórias que abordaram diretamente a delimitação das fronteiras não apenas na área meridional, mas em toda a extensão continental e marítima do Império.

<sup>25</sup> Ver sobre a disputa entre o projeto centralizador e federalista: CARVALHO, José Murilo de. (Org) Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34, 2002.

<sup>26</sup> A memória apóia-se sobre o passado vivido, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o passado apreendido pela história escrita. HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004 p. 75.

<sup>27</sup> Revista Trimestral de História e Geografia/Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, n. 17, 2º trimestre, 1843. p 3

A província do Rio Grande era governada, em 1801, por Sebastião Xavier da Veiga Cabral<sup>28</sup>. Após a declaração de guerra, o governador organizou as tropas sulistas para o conflito, pedindo auxílio para a vestimenta e alimentação. “O mesmo espírito de patriotismo que havia feito que os povos gostassem de entrar voluntariamente na guerra fez com que em poucos dias se vestissem as tropas”<sup>29</sup>. O exército da província foi comandado pelo coronel Marques de Souza, que seguiu para a fronteira do Rio Grande, e pelo tenente coronel José Corrêa da Câmara, que seguiu para as fronteiras do Rio Pardo.

As tropas, segundo o relato<sup>30</sup>, recebiam todo tipo de auxílio oriundo dos mais diferentes grupos sociais desejosos em combater as hostilidades espanholas nas regiões de fronteira.

D’esta sorte se apresentou n’aquella fronteira um exercito formidável, não tanto pelo número de indivíduos, como pela disposição dos animais, e isto sem despesa do estado, a maior parte d’estas tropas milicianas, esta a mais atrevida, robusta e activa nas suas campanhas, em que os povos confiavam o seu triumpho<sup>31</sup>.

Durante o avanço das tropas brasileiras na região, os espanhóis optaram por se recolher e se reuniram em um forte em Serro Lago, onde esperaram o reinício do conflito. Manuel dos Santos Pedroso, conquistador português, reuniu um grupo de 40 homens que conseguiu invadir e tomar a região das Missões. “Povoada de uma nação de gentios charruas e minuanos, canto e refugio dos criminosos de ambas as navegações”<sup>32</sup>. Essa memória se remetia a um momento da conquista, onde o papel das tropas e dos indivíduos que habitavam a região é enfatizado, os primeiros por conduzirem os projetos de ocupação e os segundos por guardarem aspirações locais de fixação e posse de terras.

O relato sobre a ocupação-invasão na região da fronteira viva<sup>33</sup> permitiu observar brevemente a trajetória de indivíduos como José Canto, um dos muitos integrantes dessa aberta *fronteira de integração*, que “ora entrava na capitania do Rio Grande São Pedro, d’onde era natural, ora nas terras dos hespanhóis, a traficar contrabandos: em uma e outra parte passeava oculto”<sup>34</sup>.

Canto foi perdoado pelos portugueses, livrando-se da acusação de desertor, após a absolvição conseguiu reunir quatorze homens. O tenente da capitania de S. Paulo,

---

<sup>28</sup> Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara (1742 — Rio Grande, 5 de novembro de 1801) foi militar e administrador colonial português. Governou a capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 31 de maio de 1780 a 5 de novembro de 1801.

<sup>29</sup> Idem, p. 4

<sup>30</sup> É importante elucidar que os relatos portugueses mostravam um preparo melhor de suas tropas, que iam abatendo as espanholas, o que faz parte de um discurso de valorização dessas conquistas. As memórias, cartas e relatos publicados pelo Instituto transparecem a necessidade política de justificar as conquistas territoriais no sul.

<sup>31</sup> Idem, p. 4.

<sup>32</sup> Op. Cit. p.5.

<sup>33</sup> Esta região tem de ser considerada como um local de interação e integração da sociedade. Hebe Clementi afirma que nossa fronteira meridional pode ser chamada de “fronteira viva”.

<sup>34</sup> Op. Cit. p.5.

Antônio de Almeida Lara, que vivia na capitania do Rio Grande, juntou-se às tropas de Canto com doze homens. À tropa de Gabriel Ribeiro de Almeida – autor da memória – inseriram-se mais seis homens, que durante sua marcha foi apoiada por mais oito homens comandados por Antônio dos Santos. Essa tropa reunida foi responsável pela ocupação de S. Martinho.

Após o agrupamento das tropas teve início outra etapa da ocupação com a tomada de S. Pedro, onde aprisionaram o desertor José Inácio. A tropa iniciou suas conquistas com a tomada de S. Pedro, pela prisão de um desertor – José Inácio –, acusado de traição e pela ocupação de S. Merim, que reunia em seu acampamento recrutas paraguaios e uruguaios, que julgavam impossível pela densidade da mata a penetração das tropas portuguesas. Após a tomada da região, as tropas de Canto e Almeida marcharam para Sete Povos das Missões<sup>35</sup>, que foi ocupado. O governador da região fugiu para o Uruguai com duzentos homens. As conquistas foram reconhecidas pelo governador do Rio Grande de S. Pedro que reuniu dentre os sulistas aqueles que possuíam conhecimento militar, fazendo pedidos de auxílio ao Rio de Janeiro para o envio de vários subsídios, dentre os mais solicitados, os armamentos e roupas.

O governador, pesando o valor de seus serviços, fez esta ocasião condecorar a José Borges do Canto com o posto de capitão de milícias, e eu em tenente da mesma campanha; e deu ordem para que fosse nomeado para alferes o que fosse demais merecimento dos 40 indivíduos a quem se devia aquela conquista; e foi nomeado Francisco Gomes de Mattos<sup>36</sup>.

Outras batalhas foram travadas em Serro Lago e nas fronteiras do Rio Pardo. As tropas espanholas recebiam socorro com o envio de contingentes de soldados para defender as margens do Rio Uruguai e do Rio Pardo. A última batalha foi a de São Borja, onde a paz foi assinada.

O estabelecimento do acordo decepcionou os portugueses, que foram impelidos a aceitar a delimitação da fronteira no Rio Uruguai. Segundo Almeida, a declaração de paz decepcionou as intenções expansionistas das tropas, das quais se afirmava testemunha por se considerar um dos principais agentes dessas ações no Prata. O texto memorial aponta para um momento de conflito e disputa territorial, que começara ainda no início do século XIX, sendo Portugal um motivador para a ocupação da região, que há tempos era a arena política ibérica.

Em 1844, Machado de Oliveira traduziu e publicou na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o relatório apresentado pelo Sr. Castelnau<sup>37</sup> ao ministro da Instrução Pública. O documento apresentava observações e estudos analíticos sobre a

---

<sup>35</sup> A região localizada entre Sete Povos das Missões e a Colônia de Sacramento era uma área de disputas pela presença de espanhóis e portugueses que dificultavam o estabelecimento das fronteiras. O controle sob a região era motivo de ebulição, mesmo antes dos processos de independência, quando os portugueses além de tentarem garantir o controle, também ocuparam a área para impedir o expansionismo argentino sobre o Uruguai.

<sup>36</sup> Op. Cit. p. 11.

<sup>37</sup> Francis Castelnau. (25 de Dezembro de 1810 – 4 de Fevereiro de 1880) foi um naturalista francês. Ver. CASTELNAU, Francis. *Expedições as Regiões Centrais da America do Sul* -tomo I.

situação das fronteiras meridionais do Império. A descrição da ocupação regional começou em Goiás, dirigindo-se aos rios de Mato Grosso<sup>38</sup> onde teve contato com algumas tribos indígenas, sendo a mais numerosa, a de origem, Carajás. Em outubro de 1845, a revista publicou diversas memórias e cartas que se remetiam à invasão das tropas portuguesas à Banda Oriental.

Essas fontes descreviam momentos importantes das batalhas travadas durante as guerras de independência na região de fronteiras, tais como: as ações militares em S. Borja, Ybiraocai, Carumbé e Arapehy. Dentre essas memórias, está o relato da campanha de 1816, que trazia a proclamação do governo de Montevidéu, quando teve notícia das movimentações das tropas portuguesas em direção ao Rio da Prata. O texto da proclamação foi assinado pelos membros do governo de Montevidéu, em 22 de julho de 1816, e convocava o povo para a defesa e liberdade da cidade, frente às pretensões de invasão portuguesa, que eram conhecidas a partir das cartas que chegavam do Rio de Janeiro.

A revista publicou o texto de aclamação de Montevidéu de 1816, que foi elaborado durante o processo de emancipação na América espanhola, e das invasões portuguesas sobre a Banda Oriental, primeiro em 1811-1812, depois a partir de 1816<sup>39</sup>. O texto foi uma reação interna uruguaia contrária à presença portuguesa. A liberdade era invocada pelas lideranças uruguaias que sustentavam que a notícia de guerra deveria:

Fazer em vós renascer o amor a liberdade, e aquelle ardor e santo entusiasmo por sua defesa, que sempre foi precursor de suas victórias. A pátria vos chama e todos deveis correr a ella. Nas vossas mãos deposito hoje o bem-estar dos vossos filhos, das vossas famílias e de nos mesmos; d'ellas depende a nossa liberdade, ou escravidão perpetua.<sup>40</sup>

A revista em 1845, também publicou a carta de Artigas<sup>41</sup>, general das tropas de independência da Banda Oriental, de 27 de junho de 1816, ao comandante de S. Luís. A carta comunicou os últimos acontecimentos da guerra, após o general ter recebido a notícia da saída das tropas portuguesas em direção à região, o que contrariou os interesses

---

<sup>38</sup> O autor destacou estar visitando as regiões de inundações situadas próximas ao atual Mato Grosso.

<sup>39</sup> FERREIRA, G. N. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. p.67.

<sup>40</sup> Revista Trimestral de História e Geographia/Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, n. 27, 4º trimestre, 1845. p. 274. Proclamação do governo de Montevidéu, quando teve noticia dos movimentos das tropas portuguesas destinadas ao Rio da Prata.

<sup>41</sup> José Gervasio Artigas (Montevidéu, 19 de Junho de 1764 — Ibiray, 23 de Setembro de 1850) foi um político e militar uruguaio.. Dedicou-se ao comércio de couro e gado, percorrendo o Uruguai e adquirindo influência junto à população rural. Durante a guerra hispano-portuguesa, combateu os ingleses no Prata, aliados dos portugueses. Nessa época iniciou-se o movimento de libertação das colônias espanholas e Artigas juntou-se aos insurretos, sendo nomeado tenente-coronel pela junta de Buenos Aires.. Divergindo do governo de Buenos Aires, retirou-se para o interior. Derrotado na batalha de Catalán, em 1817, Artigas iniciou movimentos de guerrilha que duraram três anos. Não podendo mais resistir, após a derrota na Batalha de Tacuarembó em 1820, , asilou-se no Paraguai, onde morreu trinta anos depois, sem haver retornado a seu país. IN: SALMORAL, José. *Artigas, gaúcho y confederado*. Madrid: Ed Anaya, 1994.

uruguaio indubitavelmente prejudicados pelo expansionismo português. Foram publicadas neste mesmo número – 1845 - duas cartas oficiais do tenente-coronel José de Abreu sobre os ataques a Passo de Iapejú e São Borja, que são discutidas posteriormente. As cartas foram enviadas ao tenente-general e ao comandante português na fronteira. A ocupação dos territórios é demonstrada com vantagem aos portugueses, sendo os uruguaio atrelados à incapacidade militar, mesmo quando demonstrava maior força bélica frente às tropas portuguesas. No ataque de Passo de Iapejú, as tropas portuguesas teriam forjado a fuga dos uruguaio, que só não foram capturados por conseguirem fugir em barcas, construídos para a travessia dos rios.

Estas logo que nos avistaram n'aquelle ponto, começaram a fazer-nos vivo fogo de bala e metralha, que felizmente para nós foi sem effeito. Como a extensão e grande largura do rio inutilisasse o meu fogo de mosquetaria, mandei fazer fogo de artilharia sobre o inimigo, o qual produziu algum effeito, arruinando uma das barcas, e fazendo fugir da praia o inimigo que estava da parte d'além<sup>42</sup>.

Na carta de 8 de outubro de 1816, Jose de Abreu, futuro Barão de Serro Largo, descreveu a ocupação das margens do rio Uruguai, de onde teria conseguido evacuar todos os uruguaio e complementado sua missão, com a ocupação de S. Borja. Nessa batalha, o relato de Abreu enumerou os fatores que possibilitaram não apenas a ocupação da região, mas o aprisionamento de armas e de índios, que concretizou durante o conflito, com o apoio dos comandantes de Entre-rios. Os uruguaio teriam ficado encurralados durante a batalha e só teriam conseguido escapar pela mata fechada, que era a saída utilizada quando não mais podiam combater as tropas portuguesas.

Tendo assim ultimado a comissão de que V. Ex fui encarregado, não só de romper o assedio que apertava este povo, como de ampliar esta provincia dos insurgentes que a infestavam e que com ligeiros passos pretendiam escravisa-la com o titulo de liberdade; tenho em primeiro lugar, de render as graças ao altíssimo com o primeiro móvel e auctor de todo o bem; Elles foram batidos constantemente, e com muita certeza metade d'aquelle numero pagou com a vida os seus insultos e devastações.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Op. Cit. p.276. Parte Oficial do tenente-coronel José de Abreu, sobre o ataque de Passo de Iapejú, ao tenente-general comandante das tropas portuguesas na fronteira.

<sup>43</sup> Op. Cit.p.298.

João de Deus Menna Barreto<sup>44</sup> em 19 de outubro de 1816 escreveu ao chefe das tropas portuguesas do Campo de Ybirapuitan relatando a batalha de Ybiraocai. O conflito e a ocupação envolveram diversos oficiais portugueses que combateram as tropas espanholas visando retomar os territórios ocupados no primeiro anos do século XIX.

As tropas uruguaias contavam com uma infantaria de destaque e combatentes que resistiram até a derrota conseguida com o esforço do tenente Bento Manoel<sup>45</sup> e do capitão João Machado Bittencourt. Na contabilidade do número de óbitos a tropa portuguesa sofreu a baixa do tenente de artilharia da legião de São Paulo, Bento José de Moraes e do alferes de Santa Catarina Zelirino Antonio.

O feliz resultado d'esta acção tão renhida, e com tao pequena perda da nossa parte, é mais uma prova sem replica de que o Grande Deus e senhor dos exércitos cobre com sua omnipotente Mão Direita as armas dos fieis portugueses<sup>46</sup>.

A carta acima foi respondida pelo general Curado, em 20 de outubro de 1816, que demonstrava entusiasmo pela vitória conseguida pelo brigadeiro João de Deus Menna Barreto em sua campanha em Ybiraocai. A batalha de Carumbé foi descrita pelo brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares<sup>47</sup> que em carta dirigida ao tenete-general das tropas portuguesas relatou a batalha contra 1500 homens liderados por Artigas. O confronto entre as tropas ficou evidente a partir da estância de Varguinhas, pois as mesmas haviam encontrado sinais da passagem das tropas uruguaias que tomaram algumas cabeças de gado.

As tropas portuguesas marcharam sobre o arroio de Elias, S'antana e morros de Carumbé, avançando para as proximidades do exército uruguaio, que atacou as tropas portuguesas, que sofreram baixas. Segundo Álvares, as tropas portuguesas foram reajustadas e mais homens foram deslocados para a infantaria vencendo em meio a essas adversidades. O exercito uruguaio recuou e muitos homens se esconderam pelas matas, a

---

<sup>44</sup> João de Deus Mena Barreto, visconde de São Gabriel, (Rio Pardo, 2 de Julho de 1769 — 27 de agosto de 1849) foi um militar e político brasileiro. Participou da campanha de 1811 como tenente-coronel, guarnecendo o território das missões. Em 1816, na Guerra contra Artigas, derrotou inicialmente a tropa do próprio Jose Artigas. Foi presidente da província do Rio Grande do Sul, de 29 de agosto de 1822 a 29 de novembro de 1823. Na Guerra Cisplatina não recebeu nenhum comando formal, tendo organizado tropas irregulares na fronteira. Adoentado, em 1832, solicita seu afastamento do exército, que lhe é concedido. É dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, comendador da Imperial Ordem de Avis e foi agraciado visconde de São Gabriel, em 10 de fevereiro de 1836. Ver: PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Illustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917. SILVA, Alfredo P.M. *Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889*, M. Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906, vol. 1.

<sup>45</sup> Bento Manuel Ribeiro (Sorocaba, 1783 — Porto Alegre, 1855) militar brasileiro, personalidade de diversas campanhas militares do Rio Grande de São Pedro. Ver: PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Illustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917. SILVA, Alfredo P.M. *Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889*, M. Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906, vol. 1.

<sup>46</sup> Op. Cit.p.301.

<sup>47</sup> Deve-se ressaltar que o número de baixas, o número de feridos e a apreensão de material bélico dos vencidos eram dados pelos comandantes portugueses, através das cartas e memórias, o que limita nossa real dimensão das perdas materiais e físicas.

“caballaria fugiu em debandada e foi perserguida com perda indizível”<sup>48</sup>, outros foram feitos prisioneiros como é o caso de Gatélli, comandante da guarda de S’antana e sobrinho de José Artigas. Apesar da tropa ter sido vitoriosa, a mesma não entrou em território uruguaio para perseguir os militares que haviam fugido, já que não estava autorizada pelo governo, e, também por cautela, após os depoimentos dos prisioneiros, que afirmavam possuir o apoio de 300 índios, no interior das matas.

A expansão portuguesa de 1816, também fez parte das negociações do Marquês de Alegrete<sup>49</sup> que recebeu um ofício em 5 de janeiro de 1817, do tenente-coronel José de Abreu, sobre a ação de Arapehy, que a considerou como uma localidade adequada para a defesa do território do acampamento do exercito inimigo. À frente da área possuía escavações feitas pelas águas que dificultavam a passagem; ao redor da região só era permitida uma entrada de aspecto curvilíneo cercada por matas com outras canaletas que inibiam a passagem das tropas, que acabaram atravessando inicialmente o arroio sem encontrar oposição das tropas inimigas. Após o avanço de quatrocentos passos a tropa foi dividida em duas partes, que lutaram contra a emboscada de trezentos homens, dentre eles duzentos correntinos<sup>50</sup>, liderados por Artigas.

A batalha de Catalão, ocorrida após a expulsão das tropas espanholas de S.Borja, Carumbé e Ybiraocai, representou perdas demasiadas à Coroa espanhola e pela carta do Marques de Alegrete, chefe do exército, ao Marques d’Aguiar, ministro da Guerra, pode-se apontar que as perdas ao exercito português foram significativas e provocaram reações diferentemente do explicitado em outras batalhas, porquanto pelas cartas de outros oficiais se contabilizavam poucos mortos e perdas materiais. Apesar do texto da carta não contabilizar numericamente essas perdas e incluir somente um relatório em anexo, o Marques de Alegrete afirmou que as perdas eram diminutas, mas que as mesmas poderiam afetar o animo de D.João VI. Como em outras cartas, o Marquês de Alegrete, também ofereceu destaque para alguns militares que participaram da batalha. O anúncio dos militares mais destacados nas batalhas e campanhas pode ser observado em outras cartas e memórias publicadas. O Marquês finalizava a carta listando as ações dos militares, justificando que esta era não somente prática, mas uma ação esperada pelo governo, já que os feitos de guerra contribuía para a elevação das patentes.

Falta-me as expressões para elogiar devidamente a conducta de toda a tropa, e é grande o meu embaraço, tendo de particularizar os que mais se distinguiram; seja-me porém licito, sem offuscar a gloria de que se cobriu todo o exercito, mencionar especialmente o tenente-general Joaquim Xavier Curado, cujos honrados e distintos serviços em toda essa campanha justificam o conceito que me mereceu, desde que principiou a servir debaixo de minhas ordens.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> Op. Cit. p. 290. Parte oficial sobre a batalha de Carumbé, dirigido ao tenente-general commandante das tropas portuguezas na fronteira, pelo brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares.

<sup>49</sup> Luís Teles da Silva Caminha e Meneses, o marquês de Alegrete (27 de abril de 1775 — 21 de janeiro de 1828) foi um militar e administrador colonial português. Foi um dos membros da comitiva que acompanhou D. João VI ao Brasil, em 1807. Foi governador da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1814 a 1818. Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume I, p. 183.

<sup>50</sup> Nascidos na Província de Corrientos.



Até aqui se pode perceber que, a produção dos textos da Revista, desde a fundação do IHGB manifestava comentários e análises das possibilidades de entendimento sobre a região de disputa das fronteiras, ou melhor, de justificativa para a ocupação portuguesa, desde o período colonial. “A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente do universo das técnicas de acção e de expressão que ele oferece em dado momento”<sup>52</sup>.

Na primeira metade do século XIX, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tinha como uma de suas tarefas construir um ideal nacional. É preciso lembrar que também os políticos comprometidos com o processo de consolidação da monarquia constitucional e do Estado centralizado partilhavam desta percepção da necessidade de uma "ordem" que se contrapusesse, no caso, ao "caos" das repúblicas vizinhas. Portanto, nada havia de estranho no fato de que aqueles diretamente comprometidos com o projeto do IHGB definissem para a instituição o papel de única e legítima instância para escrever a história do Brasil e para trazer à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira<sup>53</sup>.

Se uma inter-relação entre Estado e produção do discurso historiográfico no Brasil no século XIX já se fazia sentir desde a fundação do IHGB, tal dinâmica tenderá a assumir formas mais claras e diretas a partir de 1849-50, coincidindo com a estabilização do poder central monárquico e de seu projeto político centralizador. Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico.

A inauguração, em 15 de dezembro de 1849, de suas novas instalações, no Paço da Cidade, simboliza um novo começo para a vida da entidade e marcam nitidamente um aprofundamento de suas relações com o Estado Imperial. A partir daquela data, o imperador, cuja presença nos trabalhos do IHGB limitava-se até aquele momento às reuniões anuais comemorativas de sua fundação, passa a ter uma presença assídua e participante, contribuindo desta forma para a construção da imagem de um monarca esclarecido e amigo das letras. Sua intervenção se faz sentir na sugestão de temas para discussão e reflexão dos membros, no estabelecimento de prêmios para trabalhos de natureza científica e no apoio financeiro que assegura o processo de expansão da instituição. Paralelamente, o instituto passa a dar prioridade à produção de trabalhos inéditos nos campos da história, da geografia e da etnologia, relegando a segundo plano a tarefa até então prioritária de coleta e armazenamento de documentos. Os critérios de admissão, ainda que não deixassem de considerar as relações sociais e pessoais, passaram a se pautar por parâmetros mais objetivos, ligados ao trabalho em uma das áreas de atuação do instituto<sup>54</sup>.

---

<sup>51</sup> Op. Cit. p. 298. Parte oficial do marquez de Alegrete, general em chefe do exercito, ao marques d'Aguiar, ministro da guerra, sobre a batalha de Catalão.

<sup>52</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 165.

<sup>53</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p.11.

<sup>54</sup> GUIMARÃES, Op. Cit. p. 11.

## I.2- “O Instituto não interpõe o seu juízo sobre a matéria”<sup>55</sup>

Essa mudança na concepção do instituto e de sua função normativa, pode ser observada, já em 1853, quando o brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira<sup>56</sup> submeteu sua obra, publicada um ano antes pela Typografia Liberal de J. R. de A. Marques, ao Instituto Histórico Geográfico<sup>57</sup>. A obra se intitulava *Memória Histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideo*. A publicação em 1852 foi uma resposta aos Tratados assinados com o governo da República Oriental do Uruguai em 1851. O autor se colocou contrário à assinatura dos Tratados, que julgava prejudiciais ao Brasil em função da linha demarcatória no Chuí-Quaraí, que segundo sua interpretação representava uma perda territorial ao império.

A obra foi enviada ao Instituto histórico e Geográfico Brasileiro, que, segundo suas regras, deveria analisá-la e submetê-la a um parecer e votação. Diretamente em contradição com a política imperial no Prata, encontrava-se para análise e debate a posição dos expansionistas brasileiros, representados por segmentos militares e pelos estanceiros do Rio Grande, que defendiam a ocupação concreta do norte uruguaio, transformando-o em espaço soberano<sup>58</sup>.

A *Memória* criticou o tratado assinado em 1851 entre o Império Brasileiro e o partido colorado para defesa de Montevideú, sitiada por Oribe, com o apoio de Rosas. O acordo era considerado prejudicial ao Brasil por ceder a área entre os rios Quaraí e Arapeí, pois segundo Machado de Oliveira era ocupada, desde 1818, por colonos portugueses. Em 1819, a região já havia sido cedida ao Brasil. Segundo Golin, Machado de Oliveira se colocava contrário ao gabinete conservador e afirmava que a assinatura dos tratados com base “real” no *uti possidetis* garantiria a posse entre Quaraí e Arapeí, evitando a perda desses territórios<sup>59</sup>.

Essa região estava “em inteira posse da primeira divisão do Exército do Sul, que ocupou a margem esquerda do Uruguai; foi extorquido ao Brasil o território do litoral que vai da embocadura do arroio Chuí, no Oceano, a angustura de Castilhos como ponto confinante entre os dois países”<sup>60</sup>.

O primeiro parecer entregue ao IHGB foi o de Duarte da Ponte Ribeiro<sup>61</sup>, que havia participado das negociações referentes aos Tratados de 1851 na região do Prata. O

<sup>55</sup> Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 3ª série, n.12, 4º trimestre, 1853. p.385. Na revista foram publicados: A Memória Histórica sobre a questão de limites entre o Brazil e Montevideó por J. J. Machado de Oliveira e os pareceres.

<sup>56</sup> José Joaquim Machado de Oliveira havia exercido no Império os cargos de deputado geral e presidente da província de São Paulo.

<sup>57</sup> “O digno membro do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. O Sr. Machado de Oliveira, publicou em S.Paulo um folheto que tem por título Memória Histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideó. Um exemplar d’esse folheto foi pelo seu autor offerecido ao Instituto, que o transmitiu ao nosso illustre consocio o Sr. Ponte Ribeiro para sobre elle interpôr o seu parecer”. Texto da memória histórica e parecer do Sr. Ponte Ribeiro, foram publicados na Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 3ª série, n.12, 4º trimestre, 1853.

<sup>58</sup> GOLIN. T. *A Fronteira*. Os tratados de limites Brasil-Uruguai – Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre:L&PM, 2004.v.2 p.70.

<sup>59</sup> Machado de Oliveira destacou a importância da ocupação portuguesa durante a invasão de 1816-1819.

<sup>60</sup> GOLIN, Op. Cit. p.70.

parecer se mostrou contrário à *Memória*, de Machado de Oliveira, mantendo o posicionamento favorável aos artigos estabelecidos em 1851. Seu principal argumento afirmava que o exercito brasileiro, desde 1818, se mantinha no sul para pacificar a região que estava em ebulição em função das guerras de independência, devendo manter as conquistas da última expansão portuguesa nos primeiros anos do século XIX. Além disso, defendeu que o Brasil não tinha mais direitos sobre as terras entre Arapeí e Quaraí ocupadas desde 1828, com a fundação de Bella União por Rivera.

Após o parecer de Duarte da Ponte Ribeiro ter se apresentado contrário à publicação, o Instituto entregou a um outro especialista o trabalho, que poderia apoiar ou não o primeiro parecer. O escolhido para o segundo parecer foi Cândido Baptista de Oliveira<sup>62</sup>, devido sua notoriedade nos estudos sobre a assinatura dos Tratados de Limites, que realizou em viagem ao sul do Brasil em nome do governo imperial. Em seu parecer deixou claro seu posicionamento a favor das mudanças que poderiam ser realizadas em alguns territórios definidos como limites, a fim de se manter um maior controle sobre as regiões meridionais, já que a fronteira era a garantia de defesa e ocupação territorial. O parecer se colocou a favor das memórias de Machado de Oliveira.

Em julho de 1853, Gonçalves Dias<sup>63</sup> foi convocado para elaborar o terceiro parecer após o impasse entre um parecer contrário e outro a favor. Apresentou seu parecer oralmente, ao mesmo tempo, em que dialogava com Duarte da Ponte Ribeiro. Sua conclusão foi a favor da publicação das Memórias de Machado de Oliveira, cuja obra fez retornar as discussões acerca das questões de limites, ocupação e expansão lusa meridional. Em agosto de 1853, Duarte da Ponte Ribeiro defendeu seu parecer e com vinte e uma notas, respondeu os questionamentos de Gonçalves Dias. Também foi convidado para a discussão polemica das memórias, o brigadeiro Pedro de Alcântara

---

<sup>61</sup> Duarte da Ponte Ribeiro primeiro e único barão de Ponte Ribeiro (Portugal, 4 de março de 1795 — Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1878) foi médico, diplomata e cartógrafo luso-brasileiro. Serviu como diplomata em Lisboa, México, Peru, Bolívia e em Buenos Aires até a Guerra contra Rosas, onde teve participação importante. Era sócio do IHGB desde sua fundação, em 1838. FREITAS, Sérgio de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro dos barões Smith de Vasconcellos*.

<sup>62</sup> Cândido Batista de Oliveira (Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1801 — Faleceu a bordo do vapor francês Pelouse, em águas baianas, 26 de maio de 1865) foi engenheiro, diplomata e político brasileiro. Filho de Francisco Batista Anjo e de Francisca Cândida de Oliveira, iniciou seus estudos no Seminário São José, no Rio de Janeiro. Foi para Portugal, em 1820, bacharelado-se em Matemática e Filosofia em 1824, na Universidade de Coimbra. Terminados os cursos foi aperfeiçoá-los em Paris, na Escola Politécnica. De regresso ao Brasil, em 1827, foi lente da Escola Militar onde seria, mais tarde, catedrático de mecânica racional, aposentando-se em 1847. Em 1830 foi nomeado deputado geral pelo Rio Grande do Sul, depois nomeado inspetor geral do tesouro nacional. Em 1834 deixou o cargo por motivo de saúde, sendo nomeado em 1835 ministro junto à Sardenha. Em 1839 foi chamado como ministro da fazenda e de estrangeiros. Em 1844, tornou-se ministro da marinha. Deixou o ministério em 1848 e foi encarregado do levantamento topográfico da fronteira sul do Brasil, terminado em 1849. Foi conselheiro de Estado, diretor e presidente do Banco do Brasil, diretor do Jardim Botânico 1850, senador do Império de 1849 a 1865, pela província do Ceará. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917.

<sup>63</sup> Antônio Gonçalves Dias (Caxias, 10 de agosto de 1823 — Guimarães, 13 de novembro de 1864) Iniciou seus estudos de latim, francês e filosofia. Foi estudar na Europa, em Portugal em 1838 onde terminou os estudos secundários e ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1840), retornando em 1845, após bacharelar-se. Foi nomeado Secretário dos Negócios Estrangeiros na Europa, em 1852. Ver Ferreira, Lúcio M. Gonçalves Dias: arqueólogo e etnógrafo. 2003 In: Lopes, Marcos Antônio (org.) *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto. p. 456-64.

Bellegarde<sup>64</sup>, que se destacou no período por assinar o Tratado de Aliança com o Paraguai em 1850. Seu parecer também se colocou a favor da publicação. Quando a questão se delineava ao entendimento, Gonçalves dias pediu ao Instituto uma réplica ao senhor Duarte da Ponte Ribeiro, defendendo não apenas o seu parecer, mas o de Candido Baptista de Oliveira, retrucando às críticas do primeiro parecista, o único contrário a publicação. É importante ressaltar que Gonçalves Dias apresentou a proposta para o arquivamento da memória e do parecer de Duarte da Ponte Ribeiro.

Após as discussões sobre *a memória* a revista trouxe à tona todos os textos referentes à memória do brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. Além da publicação do texto de Oliveira em 1853, também foram incluídos os pareceres de Duarte da Ponte Ribeiro, Cândido Batista, Gonçalves Dias e Bellegarde, que durante a elaboração de suas considerações sobre a memória de Oliveira, apresentaram observações e propostas de mudanças ao texto do autor. A primeira página da publicação da Revista, já expunha claramente a decisão tomada pelo Instituto, que decidiu publicar todo o material envolvido nas controvérsias pela publicação da memória, mas deixou claro, que não iria se comprometer com as referidas discussões.

O Instituto tendo tomado em consideração a Memoria Histórica do Sr. Machado de Oliveira , e os trabalhos que sobre ella se escreveram os Srs. Ponte Ribeiro, Candido Baptista, Gonçalves Dias e Bellegarde, decide que sejam impressos em um só número da Revista, não só a memória, como todos aquellles trabalhos, precedendo a declaração de que o Instituto não interpõe seu juízo sobre a matéria”<sup>65</sup>.

Em 1854 foi novamente publicada uma memória que enumerava as conquistas espanholas e portuguesas no Rio da Prata. A obra foi escrita por um dos descendentes dos conquistadores, o paraguaio Ruy Dias de Gusman, que retrocedeu a primeira missão enviada por Martim Afonso de Souza para a região platina. O governador geral da capitania de S.Vicente em 1526 expediu o português Aleixo Garcia com outros três portugueses e alguns índios guaranis para a margem esquerda do rio Paraguai, onde conseguiu aumentar a expedição para quase dois mil homens. Após alguns dias de marcha, retornou para a margem desse rio, por ter sofrido retenções de outras tribos indígenas que habitavam a região.

---

<sup>64</sup> Pedro de Alcântara Bellegarde (Nau Príncipe Real, 13 de dezembro de 1807 — Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1864) foi militar, educador, astrônomo e engenheiro brasileiro. Nascido na nau Príncipe Real, que trazia a família real ao Brasil em 1807, filho de George Bellegarde (falecido quando ele tinha 3 anos) e Maria Bellegarde. Aos 13 anos ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro cursando artilharia. Em 1832 retornou à Escola Militar como professor, responsável pelo Observatório Nacional. Foi encarregado de negócios no Paraguai de 1848 a 1852, retornando ao Brasil como brigadeiro. Foi ministro da Guerra, de 6 de setembro de 1853 a 14 de julho de 1855, tendo criado o Batalhão de Engenheiros. Foi também, interinamente, ministro da marinha de 6 de setembro a 15 de dezembro de 1853. Nomeado chefe da comissão de limites entre o Brasil e o Uruguai. Foi diretor da Escola Central do Exército, além de ministro dos transportes de 9 de fevereiro de 1863 a 15 de janeiro de 1864. Membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: <http://www.ihgb.org.br/ihgb2> .

<sup>65</sup> Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 3ª série, n.12, 4º trimestre, 1853. p.385. Na revista foram publicados: *A Memória Histórica sobre a questão de limites entre o Brazil e Montevideo* por J. J. Machado de Oliveira e os pareceres.

Voltou pois Garcia, dando-se por satisfeito com o feliz resultado da sua expedição, não só pela descoberta que fizera de uma comunicação directa entre as importantes conquistas d'aquem e d'além da Grande Cordilheira, como também pelos ricos despojos adquiridos nos combates nos combates, que tivera com diversas nações de indígenas, aquém da Cordilheira, consistindo principalmente de variados objectos de ouro, prata, e cobre trabalhados com arte.<sup>66</sup>

Após retornar a margem do rio Paraguai enviou um dos três companheiros que havia composto inicialmente essa marcha, para a capitania de S. Vicente. Estavam encarregados de demonstrar os êxitos da expedição a Martim Afonso de Souza. Após a saída dos mensageiros a tropa de Garcia foi atacada e apenas um de seus filhos sobreviveu. “Escapando unicamente com vida um filho de Garcia, por ser ainda criança, ou mais provavelmente por ter nascido de mãe guarani”<sup>67</sup>. Alguns índios também foram poupados, mas o grupo acabou disperso.

As informações sobre essa expedição também foram relatadas a Sebastião Caboto, que viajou a Espanha levando-as a Corte de Carlos V. As notícias dessa conquista despertaram os interesses do Império. D. Pedro de Mendonça colocou a disposição de Caboto quatorze navios que foram encarregados de conquistar a região do Prata. Essa expedição atraiu vários homens interessados na conquista platina.

Tão grande era a affluencia de homens, que de todos os pontos da Hespanha corriam a offerecer-se ao governador Mendonça, para tomarem parte no proseguimento da conquista do Rio da Prata! E entre esses aventureiros distinguiam-se não poucos por sua nobreza, ou por fina educação. Assim partira essa brilhante e esperançosa expedição, deixando a Hespanha no mez de agosto de 1535, com direcção ao Rio da Prata: uma parte porém dos navios da frota arribou ao porto do Rio de Janeiro, por experimentar falta d'agua e de mantimentos; sendo um d'elles o que conduzia o governador Mendonça<sup>68</sup>.

A expedição se fixou numa das margens do Rio da Prata para impedir futuras excursões portuguesas. A travessia desse rio foi entregue ao cunhado do sr. Mendonça, D. Sancho Del Campo, que escolheu a mesma região, onde futuramente foi fundada a cidade de Buenos Aires, para a fixação das tropas espanholas. A expedição ao Prata teve o mérito de construir a fortificação que mais tarde se tornou o marco da fundação da cidade de Assumpção. Após a retirada de Mendonça foi convidado o capitão D. Domingos Martinez de Irala para ocupar a função de logar-tenente do governador, pois era o militar de maior êxito e prestígio conseguido com a construção da fortificação.

Ao chegar a fortificação, Irala se encontrou com D. Alvaro Nunes Cabeça de Vacca que havia recebido o título de Governador Geral em substituição a D. Pedro de

---

<sup>66</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, 3ª série, n. 17, 1º trimestre, 1854. p 9.

<sup>67</sup> Op. Cit. p. 9.

<sup>68</sup> Op. Cit. p. 10.

Mendonça. D. Alvaro conquistou notoriedade na Espanha por ter vivido durante dez anos como chefe de uma tribo indígena nas proximidades do México, aonde foi capturado durante uma expedição de ocupação espanhola na região da Florida. As únicas vidas poupadas foram as de D.Alvaro<sup>69</sup> e de seus criados. O cargo de governador geral foi perdido após sua expedição rumo a Assumpção, quando entrou em disputas com os oficiais da coroa espanhola pela cobrança do quinto. Após o episódio, foi preso durante onze meses, até ser enviado para a Espanha, aonde foi absolvido.

Em 1858, a revista<sup>70</sup> publicou uma notícia particular de 29 de dezembro de 1802, escrita no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1780, por Sebastião Francisco Bettamio sobre as possibilidades de ampliação das terras brasileiras ao sul. Essa nota foi elaborada por ordem de Luiz de Vasconcelos e Sousa, Vice-Rei e Capitão General de mar e terra. A nota descreveu o número de forças existentes no Brasil em terra e mar para a defesa das fronteiras meridionais em 1776. Ainda foram descritos os principais povoados e vilas da região, suas distâncias da fronteira e seus plantios agrícolas. A elevada produção de produtos agrícolas e charques enumerados deveriam ser garantidos com a ocupação das fronteiras, evitando-se assim a fixação espanhola. Pode-se apontar que essa descrição minuciosa visava demonstrar que a ocupação na região das fronteiras e sua elevada produção foram responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região. Assim, a fronteira era apresentada como uma área de interesse, que deveria ser mantida, defendida e ocupada.

Nas décadas de 1840 e 1850, tanto no Império Brasileiro quanto nas demais repúblicas platinas, estavam sendo elaborados projetos diferenciados sobre a organização do Estado, com propostas unitaristas e federalistas, com disputas e jogos políticos em torno da construção nacional<sup>71</sup>. Se, a princípio, todas as regiões do país são definidas como igualmente importantes, o material publicado revela uma clara orientação em direção às regiões de fronteira, devido à necessidade de integração dessas mesmas regiões ao poder do Estado Nacional, sediado no Rio de Janeiro. Não por acaso são as regiões como a Colônia de Sacramento, a fronteira com a Guaiara Francesa, ao Norte, e a fronteira de Mato Grosso, nas quais os conflitos de limites datavam do período colonial, as áreas mais tratadas nas páginas da Revista<sup>72</sup>.

---

<sup>69</sup> D. Álvaro trabalhou na aldeia com ervas medicinais curando algumas enfermidades indígenas, que lhe pouparam.

<sup>70</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, tomo XXI, 3º trimestre, 1858.

<sup>71</sup> Sobre a formação dos Estados Nacionais nas Repúblicas Platinas e no Império Brasileiro, ver os seguintes trabalhos: JANCSÓ, Istvan (org.). *A Construção do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucitec, 2003. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / FAPERJ, 2002. SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. LOPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. 2ª ed. Tomo V. Buenos Aires. Editorial Sopena, 1939. GUERRA, François-Xavier. *Las mutaciones de la identidad en la América hispánica*. IN:ANNINO, Antonio e GUERRA, François-Xavier (coord). *Inventando la nacion*. Iberoamericana. Siglo XIX. México: FCE, 2003 DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989. PIMENTA, João Paulo G. “Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828)”. In: *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas. região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. FERREIRA, G. N. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

Na década de 1840, a abordagem das publicações das cartas e memórias da Revista do Instituto Histórico e Geográfico sustentava a necessidade de garantia das áreas de fronteira não só por serem parte da região ocupada pelos portugueses<sup>73</sup>, mas pela sua produtividade, atividade econômica e localização geopolítica. É preciso ter em conta que será o governo de dom Pedro II aquele a encaminhar a solução política da problemática de fronteiras através de suas definições, transformando *a terra de muitos*<sup>74</sup> em terras dos Estados Nacionais reconhecidas em fronteiras de forma internacional.

A publicação das *memórias* e das cartas que retomam o período da conquista do Prata no início do século XIX pelos portugueses é fundamental ao debate sobre a posse, ocupação e conquista territorial, que passa a ser demonstrada nos textos da revista do Instituto na segunda metade do século XIX. A fronteira passa a ser vista como um território já incorporado, ou melhor, que foi incorporado como resultado dos interesses comerciais dos portugueses na região platina<sup>75</sup>.

A publicação desses textos na primeira metade do século XIX evidencia o interesse de manter a soberania brasileira frente às republicas platinas retomando os discursos tradicionais da diplomacia portuguesa. O relato das guerras de conquista, da ocupação e posse de terras permitiu ao Império manter suas possessões ao sul e justificava como herança colonial a disputa sobre os territórios fronteiriços. O que estava em jogo era a afirmação das fronteiras e principalmente a consolidação do Estado brasileiro.

Na década de 1850, a publicação da Memória de Machado de Oliveira nos aponta para uma mudança de atuação do instituto pensado a partir de 1849, como um difusor das discussões sobre a formação nacional e das particularidades regionais, no momento em que por mais que ocorressem as discussões sobre a representação política, se evidenciava como vencedora o projeto centralizador<sup>76</sup>. O IHGB iniciara sua função como o fundador da História e da Geografia Nacional, onde eram resguardadas as fontes para o estudo dessas áreas, se estabelecendo como um lugar de memória nacional, que faria do Império, um estado aos moldes dos países europeus ilustrados<sup>77</sup>.

---

<sup>72</sup> Guimarães, M. L.S. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 21.

<sup>73</sup> Os portugueses escreverem essas memórias tentando demonstrar sua superioridade militar, mas Magalhães ressalta que a guerra da Cisplatina foi um peso sobre os gastos do Império. Essas perdas viriam desde a guerra Cisplatina. MAGALHÃES JR., Raimundo. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p.171-172.

<sup>74</sup> Essa expressão visa enfatizar a presença de grupos culturais que interigiam e disputavam as terras próximas às fronteiras. Ver sobre a população meridional.

<sup>75</sup> É importante ressaltar, que a disputa na região platina foi acentuada com a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680.

<sup>76</sup> Sobre a consolidação do centralismo apontamos ainda as obras: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume – Dumará,1996. CARVALHO, José Murilo de.(Org) *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

<sup>77</sup> Para Pierre Nora, os lugares de memória são em primeiro lugar lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Cf. Entrevistas com Pierre NORA em [www.eurozine.com](http://www.eurozine.com) e em [www.gallimard.fr](http://www.gallimard.fr), consultadas em 28 de dezembro de 2005. Pierre NORA. *“Entre memória e história: a*

## II-A produção historiográfica em debate no sistema internacional

Durante muito tempo, a historiografia brasileira que se propõe a discutir política externa, diplomacia e relações internacionais, ainda mantém, em grande maioria, sua produção voltada para a história da formação dos limites e assinatura de tratados, ficando restrita assim ao campo da História da Diplomacia. As relações diplomáticas, que estiveram afastadas dos estudos historiográficos por quase quatro décadas, ainda hoje mantêm suas problemáticas inseridas nas questões oficiais do Estado, sendo apontados questionamentos relacionados diretamente aos interesses dos grupos políticos que participam da esfera do poder do estado.

Em geral, as obras que se dedicam ao universo da política externa foram elaboradas por autores ligados ao Instituto Rio Branco e trazem em suas análises uma visão oficial das questões exteriores. Não se leva em conta que, nas relações internacionais, são atingidos outros questionamentos e entendimentos que vão além dos resultados apresentados internamente pelas negociações externas. Neste sentido, o levantamento dos tratados, das convenções, das alianças, das disputas territoriais e da formação do corpo diplomático brasileiro não é, em escala de importância, desqualificado de estudo e de questionamento, mas deve ser repensado em outros meios políticos e públicos, já que alcançam e representam uma política do Estado em outros espaços sociais.

Atravessar a produção historiográfica brasileira que se dedica ao estudo da diplomacia e das relações internacionais é essencial para compreendermos e delinear os limites desses estudos, para que se possam oferecer novas perspectivas acerca da política externa, pensando as possibilidades de novas questões que podem estar inseridas em antigas temáticas. É trazer a margem os agentes sociais silenciados pelos estudos até o momento elaborados.

A produção historiográfica que se dedica ao estudo das relações internacionais do Império brasileiro com as repúblicas platinas, tanto produzidas no país quanto no Uruguai, ainda mantém o diálogo com as questões oficiais e com o imaginário criado sobre a ação política na região. A produção historiográfica uruguaia resguarda-se de obter novas interpretações sobre os agentes sociais que constroem a diplomacia, traço que também circunscreve os estudos brasileiros. Mas, antes mesmo de um olhar sobre as relações construídas nessa região, torna-se imprescindível dialogar e analisar essas produções, a fim de que se possa obter uma visão das delicadas e frágeis analogias regionais.

Uma primeira abordagem dessas questões foi produzida ainda nos século XIX, por Justiniano José da Rocha<sup>78</sup>, em 1854, e devemos ordená-la, a partir de dois prismas

---

*problemática dos lugares.*” IN Revista Projeto História. Nº 10 *História & Cultura*. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em História, dezembro de 1993. p. 7 a 26.

<sup>78</sup> Sobre o autor ver: *Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros*. Salvador: Senado Federal, 1999, p.79, onde se insere o verbete: Nasceu no Rio de Janeiro (8 de novembro de 1812), fez seus primeiros estudos em Paris. Regressou ao Brasil para matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1828, obtendo o grau de bacharel em 1833. Tinha então 21 anos e regres sou ao Rio de Janeiro onde advogou e ingressou no magistério, lecionando línguas, geografia e história, no Colégio Pedro II, e direito na Escola Militar. Pertenceu ao Conselho Diretor da Instrução Pública e foi eleito deputado nas legislaturas 1843-44 e 1850-56. A partir de 1836 lançou sucessivos jornais (*O Cronista*, de 1836 a 1817; *Atlante*, que apareceu apenas durante o ano de 1836; *O Brasil*, de vida mais longa - 1840 a 1862; e ainda *O velho Brasil*, em



interpretativos: um que se apresenta como relato das relações internacionais da época e outro como uma obra inaugural da historiografia voltada ao estudo da política Brasil-Uruguai. A riqueza descritiva das fontes ocupa com destaque o final da obra, onde é reservado um largo espaço de compilação de notas, oficiais e cartas trocadas entre o governo brasileiro e uruguaio. Não há divisão em capítulos, sendo todo o texto encaminhado para a composição de argumentos que justificassem as relações do Império com a República Oriental.

Se houve algum dia política altamente confessável e nobre nas relações de uma nação relativamente forte para com um Estado vizinho de força muito inferior é de certo a que o Império do Brasil tem adoptado e seguido para com a República Oriental do Uruguay”. “O Império com suas armas e os seus cabedões não tem só em mira o desejo da prosperidade de um povo limitrophe poderosamente influir sobre a de parte do Seu território; como sua desgraça, seu atrazo, sua barbarização pelas devastações da guerra civil poderão igualmente contaminar-o.”<sup>79</sup>

O interesse brasileiro na região estava em criar um cordão sanitário em suas fronteiras do Rio Grande a fim de afastar as guerras civis que se originavam no confuso espaço platino, com maior destaque aos que ocorriam no Uruguai e na fronteira sul brasileira. Para evitar tais conflitos, o governo imperial poderia auxiliar Montevideú a criar seus laços de patriotismo para o desenvolvimento da civilização. Justiniano destacou de forma demasiada a visão comparativa entre o Império e as repúblicas platinas, identificadas com a barbárie e com a guerra, das quais devia o governo buscar o afastamento ou a supressão a partir de uma aliança civilizatória, que poderia vir a ser fundada, a partir das relações comerciais. “*Multiplicação das relações de commercio, essencialmente civilisadoras, e que trará a indústria, o trabalho, a opulência: eis a bases da política americana*”<sup>80</sup>.

A intervenção na República Oriental significava uma ação diplomática das nações americanas representadas pelo Império, responsável por encontrar um caminho que pudesse oferecer aos povos platinos a paz e a seguridade, assim como gozavam os

---

1840; *O Correio do Brasil*, de 1852 a 1853 e finalmente, *O Regenerador*, de 1860 a 1861). Tornou-se igualmente colaborador na imprensa periódica, a exemplo do *Jornal do Comércio*, onde iniciou a publicação de folhetins literários, prática que teve longa sobre vivência no país. Djacir Menezes considera-o nosso primeiro analista político. Faleceu, no Rio de Janeiro, a 10 de julho de 1862 aos quarenta e nove anos. Ainda sobre as referências biográficas do autor citamos as seguintes obras: BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 5, p. 269-273. CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Ed. Nacional, 1964. 146 p. il. (Brasiliiana, 318). MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado: Francisco de Sales Torres Homem e o “libelo do povo”, Justiniano José da Rocha e “ação, reação, transacção, Antonio Ferreira Viana e “a conferência dos divinos”*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1956. 277 p. il. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5. Brasiliiana, 286). RIBEIRO FILHO, J. S. *Dicionário bibliográfico de escritores cariocas*. (1565-1965). Rio de Janeiro: Livraria Brasiliiana, 1965. p. 216.

<sup>79</sup> Idem, ROCHA, p.3

<sup>80</sup> Idem, ROCHA, p.6

súditos brasileiros. Segundo Rocha, o objetivo foi destacado no documento apresentado pelo corpo diplomático brasileiro no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1854.

Ultimamente, o governo do Brazil, tendo somente por objecto salvar o Estado Oriental, e fortalecer e firmar sua independência, não recusará o concurso de qualquer potencia que com elle queira entende-se sobre os meios de conseguirem-se os indica dos fins.

É porém impossível agradar a todos; especialmente quando se toca em negócios de alguma das republicas do Prata, em que tantos interesses, tantas pretensões, tantas esperanças, tantas enraivecidas decepções se encontram, é impossível persuadir-se de que a evidencia a moral seja por todos reconhecida<sup>81</sup>.

Essa carta foi respondida pelo governo de Montevideú. O redator do folheto foi acusado por Justiniano José da Rocha de ressentimento para com o governo brasileiro. Tal atitude seria uma maneira de lançar os mais cinzentos predicados a fim de prejudicar a política externa brasileira.

Acharia quer nos pensamentos, quer na redação um resaibo de rosismo, que lhe faria pensar que estava lendo uma dessas peças diplomáticas com que Rosas atulhava as columnas dos Jornaes de Sua Devoção, e as chancelarias das nações que com elle tratavam.<sup>82</sup>

Rocha argumentava que a diplomacia era o instrumento que iria demonstrar que o Império não possuía interesses exagerados e que destoavam dos Tratados estabelecidos com as conveniências da república aliada. Deste modo, o autor do folheto não deveria ser Oriental e, sim argentino, já que independentemente do partido político, todos os uruguaios reconheciam a importância da intervenção brasileira. *“Em Montevideú porém não se poderá achar quem não a queira, quem não a julgue necessária; Somente cada partido, cada fração de partido a poderá querer como sua aliada, nos seus interesses, contra os seus adversários”*<sup>83</sup>.

Neste sentido, Justiniano retrocedeu ao ano de 1828 para compreender as ações diplomáticas, desde a formação da República Oriental, cuja independência só teria sido garantida com a assinatura da Convenção Preliminar da Paz, cujo texto admitia a mediação britânica, que no ato da assinatura não enviou um representante para firmar a decisão política. *“A Inglaterra, medianeira entre as potencias que estavam em ajustes, não assistiu a elles!”*<sup>84</sup>. A Inglaterra teria agido, assim como a França, para conservar a paz e não provocar um desentendimento ainda maior.

---

<sup>81</sup>Idem, ROCHA, p.7

<sup>82</sup>Idem, ROCHA, p. 9

<sup>83</sup>Idem, ROCHA, p.11

<sup>84</sup> Idem, ROCHA, p.15.

No início do século XX, Souza Docca<sup>85</sup>, realizou um estudo sobre a Guerra do Paraguai, em sua obra, *Causas da Guerra com o Paraguai*, que é de especial referência à historiografia das relações internacionais brasileiras. O autor elabora tal estudo em um período no qual se procurava fundamentar as visões nacionais do Estado, além de sua unidade. O autor justificava a intervenção brasileira na região platina como a forma de levar a esses povos, na fronteira espanhola, a verdadeira civilização, pois viviam imergidos em conflitos e guerras, que de nada teriam influenciado a história rio-grandense. Esta, mesmo estando próxima ao conflito, não teria se rendido a suas idéias revolucionárias. “*O Brasil Império contribuiu eficazmente, para o desaparecimento de duas tiranias que flagelavam duas nacionalidades da América Latina*”<sup>86</sup>. A expansão portuguesa não só é justificada, mas legitimada por sua ação a favor de fronteiras naturais e da moralização dos povos da região. Essa ação teria se mantido durante o governo imperial, defensor da lei, e da paz regional. A Guerra do Paraguai não teria nenhuma aspiração brasileira, assim como os demais conflitos que envolveram o Império na região. A situação de desordem teria levado o governo por sua conduta moral e civilidade a se envolver no conflito, que, segundo suas conclusões, não foram de responsabilidade brasileira.

(...) nos levantamos com as armas na mão para repelir a provocação e o ataque simultâneo, vindos do Paraguai, movidos pela ambição e sonhos de conquista de Solano Lopez, fortemente induzido a essa aventura por uma aventureira aprichosa mulher e pelo governo de Montevideo que, colocando os interesses partidários acima dos deveres pátrios, se abalçou a oferecimentos inomináveis, que muito contribuíram para precipitar o ditador a tomar a resolução temerária de provocar e iniciar criminosamente a guerra<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> Emílio Fernandes de Sousa Docca (São Borja, 16 de julho de 1884 — Rio de Janeiro, 21 de maio de 1945) foi um escritor, historiador e militar brasileiro. Ingressou no exército em 1899, onde galgou todos os postos da arma de Intendência, até chegar a general. Fez o curso de Administração Militar de 1917 a 1921 e a Escola Superior de Intendência no Rio de Janeiro, em 1921. Como historiador, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e à Academia Riograndense de Letras. Ver: Caderno de História – nº 25 Memorial do Rio Grande do Sul.

<sup>86</sup> DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *Causas da Guerra com o Paraguai*. Porto Alegre: Americana, 1919, p. 10.

<sup>87</sup> Idem, DOCCA, p. 224-225.

Pandiá Calógeras<sup>88</sup>, algum tempo depois, mantém essa visão conservadora e oficial sobre relações diplomáticas, abordando períodos históricos limitados, espaços geográficos mais restritos e temas mais específicos e tradicionais. Apesar dessa forma de metodologia, Calógeras não realizou um estudo sobre a atuação das Missões Diplomáticas Brasileiras no Prata, apenas fazendo referência ao envio dos diplomatas durante os conflitos entre Brasil, Argentina e Uruguai.

*Da regência, a queda de Rosas* é o terceiro volume dos cinco organizados por Pandiá Calógeras. A obra foi publicada em 1933, aspirando dar continuidade aos dois volumes iniciais. O primeiro era um estudo sobre a história e a diplomacia do Brasil. O segundo investigou as relações diplomáticas durante o Primeiro Reinado após o rompimento com os portugueses. Calógeras manifestou seu interesse na continuidade da obra para dedicá-la ao estudo das fronteiras meridionais: "*Neste terceiro volume, procurei cobrir o período que vai da queda de D. Pedro I até a participação do país ao início do equilíbrio no Rio Prata; com a derrota e a fuga de seu principal autor, D. Juan Manuel Ortiz de Rozas*". Esse volume foi dividido em quinze capítulos, sendo quatro destes dedicados à questão diplomática brasileira no Rio da Prata.

*O Brasil e o Uruguay* retomam as impressões provocadas no Império pela interferência dos vizinhos platinos. *O Jornal do Commercio* é usado como fonte pelo autor, já que em 1934, o periódico teria publicado entre abril e maio, considerações de repulsa à interferência platina no Rio Grande e à forma como Bento Manoel contribuiu para a fuga dos aliados de Lavalleja, e sua aliança econômica com os estancieiros, o que permitiu a prosperidade da província sulista.

Nas relações entre o Brasil e o Estado Oriental, Calógeras destacou os acordos celebrados entre Lavalleja e alguns brasileiros, que são acusados de serem manipulados por terem apoiado a causa do líder oriental. "*Neste pressuposto deram ao rebelde oriental importantes socorros*"<sup>89</sup>. A região platina e as disputas políticas entre Lavalleja, Oribe, Rosas e Rivera são descritas como a luta dos caudilhos platinos pelos esforços de aproximação com a província do Rio Grande de São Pedro. Essa percepção é verificada em toda a obra. A incapacidade de agir contra o Império levou o líder uruguaio a apoiar a incorporação da Cisplatina ao território brasileiro, o que colaborou para o

---

<sup>88</sup> CALÓGERAS, J. P. *A Política Exterior do Império. Da Regência à Queda de Rosas. v.3.Brasília:Senado Federal, 1998.* A obra de Calógeras foi publicada em três volumes. O primeiro volume da edição original foi publicado como tomo especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1927, o segundo em 1928, e o terceiro integrou a coleção "Brasiliana" da Companhia Editora Nacional, em 1933, pouco antes da morte de Calógeras. Sobre o autor ver o verbete: Nasceu em Paris em 10 de abril de 1884. Foi educado na Inglaterra, Suíça e França. Fez nesses países seus estudos de Direito e Ciências Políticas. Diplomado em 1908 pela Escola de Ciências Políticas de Paris, veio ao Brasil, onde se dedicou ao estudo da Geografia do nosso país. Entrando para o Colégio Pedro II, em 1920, lecionou Sociologia, tendo exercido também o cargo de Diretor do Externato. Em 1940, ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia, como catedrático de História Moderna e Contemporânea. Em 1956 foi eleito, pelo Conselho Universitário, professor Emérito da referida Faculdade. Nos Estados Unidos deu curso de Ciências Políticas como professor visitante em Michigan, na Virgínia e no Texas. Convidado pela UNESCO, organizou e dirigiu o Seminário de Geografia de Montreal em 1950. Lecionou História diplomática do Brasil no Instituto Rio Branco. Faleceu no Rio de Janeiro em 04 de outubro de 1980. In: Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros. Salvador: Senado Federal, 1999. p. 141. Também citamos: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: O Instituto, 1992. v. 2, p.44-46.

<sup>89</sup> Idem, CALÓGERAS, p.197.

aprofundamento dos desentendimentos no Prata. Tal alteração levou na prática a outro projeto:

Já não era o Estado Oriental que se devia unir ao Brasil, mas sim a Província do Rio Grande a aquelle, por meio de huma federação. Promettia o aventureiro oriental estâncias e gados aos Brasileiros que o coadjuvassem na luta contra D. Fructo Rivera, e auxilio forte para a independência do Rio Grande<sup>90</sup>.

As explicações do autor sobre os conflitos na região também recaem sobre a invasão francesa ao rio do Prata. Os fatos se ordenam a partir dos distintos interesses dos líderes uruguaios e argentinos em afastar o "invasor europeu". Apesar de julgar Rosas como tirano reconhece sua liderança em aglutinar forças para vencer invasores. Ao final da análise, após descrever os acontecimentos e lutas políticas platinas entre 1830 e 1840, Calógeras manifesta as aspirações de Rivera sobre a região. É aí que reside a argumentação mais complexa e que empresta ao texto descritivo e narrativo dos feitos de guerra sua maior relevância.

Por outro lado, as adesões em massa que pensava receber, por julgar que Rosas era tido como tyrano, não se haviam realizado. Ao contrário, todo o paiz era rozista, e considerava aos invasores como os mercenários dos abominados francezes<sup>91</sup>.

Ao fim da obra em *"Adensamento das nuvens no sul, o equilíbrio instável do Prata, a Guerra contra Rosas, a batalha de Mórón, ou de Monte Caseros e a queda de Rosas"* faz alusão à interdependência da política brasileira, argentina e uruguaia. A relação entre Brasil e Uruguai, anteriormente discutida, ocupa-se de outros elementos e destaca a luta entre Rivera e Oribe pelo controle político da República Oriental. Numerosos conflitos entre Rosas, líder da Confederação Argentina, foram praticados contra Rivera, que adquiria junto aos colorados uruguaios uma aliança ao lado dos argentinos, favoráveis a renúncia de Rosas.

A solução apresentada em 1828 era garantir à República Oriental do Uruguai sua Independência desvinculada dos interesses brasileiros e argentinos. Estes não teriam sustentado o acordo, por manter uma chama acesa favorável a reconstrução do Vice-Reinado do Prata. *"O equilíbrio era, pois eminentemente instável, a mercê do menor incidente"*.<sup>92</sup> Deste modo, Calógeras manifestou os tórridos conflitos entre as províncias de Corrientes e Entre-Rios com a de Buenos Aires, na luta entre confederados e unitários. *"Com o desenvolver dos fatos, tornou-se mais estreita com o Brasil a ligação de Entre-Rios; para representar o Império junto às repúblicas aliadas, fora o Brasil levado a nomear Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marques do Paraná, que por seu lado assinou o tratado de aliança em agosto de 1851. e o Brasil se preparou para a guerra, procurando aproveitar a experiência dos numerosos anos da luta platina"*<sup>93</sup>.

<sup>90</sup> Idem, CALÓGERAS, p.197.

<sup>91</sup> Idem, CALÓGERAS, p. 238.

<sup>92</sup> Idem, CALÓGERAS, p. 464.

<sup>93</sup> Idem, CALÓGERAS, p. 465.

Enquanto as repúblicas platinas são descritas como o núcleo dispersor dos conflitos sulistas e das injúrias dirigidas ao Império brasileiro, o papel desse governo, representado por Paraná, seria o firme acordo pacificador com as insurgidas guerras platinas. O Brasil precisou se preparar para a guerra anunciada por Rosas, já que suas pretensões eram as de garantir a paz. Além de enfatizar a presença das forças brasileiras e as batalhas que se travaram na liderança de duque de Caxias e o futuro conde de Porto Alegre, a Missão de Paraná é lembrada como um dos momentos de aliança na década de 1850, apesar de não haver, em parte, preocupação em se analisar os jogos políticos que envolveram a cena platina, e cujo desfecho se deu em Caseros com a queda de Rosas.

O livro de Renato Mendonça, *História da Política Exterior do Brasil (1500-1825)*<sup>94</sup> e o de José Antônio Soares, *Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*<sup>95</sup> foram escritos após a obra de Calógeras e sinalizaram o início de mudança historiográfica tanto na produção de historiadores quanto de diplomatas, por apresentarem e analisarem seus objetos de estudo em períodos históricos e espaços geográficos mais limitados, procurando assuntos mais específicos, que geralmente recaíam sobre a questão das fronteiras.

Não obstante, a fundação do Instituto Rio Branco, em 1946, impulsionou os estudos de relações internacionais e contribuiu para a formação de um quadro de professores e estudantes dedicados à problemática das ações internacionais do Estado brasileiro. Historiadores, geógrafos e cientistas políticos de renome foram convidados para ministrar as aulas de formação dos futuros diplomatas, dentre eles, José Honório Rodrigues, Hélio Vianna, Carlos Delgado de Carvalho<sup>96</sup>.

*A História Diplomática do Brasil*, de Hélio Vianna<sup>97</sup>, é uma obra importante sobre a política externa brasileira, mas que mantém a ótica dos grandes manuais políticos, visto que retorna trechos de história das fronteiras, além de demonstrar sua posição conservadora refletida claramente na obra, que estabelece “uma justificativa integral das escolhas oficiais, a cada momento de nossa história política, além de demonstrar a atuação dos governos e das chancelarias, como todo manual de história política tradicional<sup>98</sup>”.

Hélio Vianna, porém, priorizou em sua análise o período colonial e monárquico. A política externa no Prata no período imperial é tratada com cautela e abordagem minuciosa, sendo relatados os momentos principais dos conflitos e assinatura de tratados que visam à manutenção do equilíbrio no Prata, o que segundo o

---

<sup>94</sup> MENDONÇA, Renato. *História da Política Exterior do Brasil (1500-1825)*. México: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1945.

<sup>95</sup> SOARES, José Antonio. *Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*. São Paulo: Nacional, 1952.

<sup>96</sup> É importante mencionar que as notas de curso de Hélio Vianna e Carlos Delgado de Carvalho foram reunidas e publicadas em obras de referência ao estudo diplomático.

<sup>97</sup> Hélio Vianna (1908-1972) foi historiador, bacharel pela Faculdade Nacional de Direito, em 1932 e pela Faculdade Nacional de Filosofia em 1946. Tornou-se em 1939 o primeiro catedrático de História do Brasil, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi membro da Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores e da Comissão Diretora de Publicações da Biblioteca do Exército e autor de clássicos da historiografia brasileira: *Formação Brasileira* (1935), *Da Maioridade à Conciliação* (1945), *Contribuição à História da Imprensa* (1945), *História das Fronteiras do Brasil* (1948), entre outros. A coleção reúne publicações de história, anais de instituições arquivísticas e museológicas, entre outras. As fotografias são de pontos histórico-turísticos do Brasil, principalmente do Rio de Janeiro. A documentação abrange o período de 1930-1950. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael\\_hv/website-ael\\_hv.htm](http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_hv/website-ael_hv.htm).

<sup>98</sup> CARVALHO, C. D. *História Diplomática do Brasil*. Brasília: Fac-Similar, 1998. p.22

autor, só se estabeleceu com a derrota de Rosas e Oribe. Este autor permanece na vertente de recopilação das interpretações consagradas sobre episódios mais importantes da política exterior oficial e não chega a superar os limites restritos de história diplomática. Assim, sua área de estudo seria complementar a de Delgado de Carvalho, já que se estende aos períodos e temas que este não tratou em detalhes.

Outra obra relacionada ao Itamaraty é *Uma história Diplomática do Brasil*<sup>99</sup>, de José Honório Rodrigues<sup>100</sup> e Ricardo Steinfaus dedicaram cinco capítulos ao estudo das relações internacionais e a diplomacia com os países platinos. A obra diferencia-se das outras produções brasileiras, por apresentar uma elaborada discussão acerca dos conceitos referentes às relações internacionais a aos fundamentos da política externa do Brasil. Além disso, realiza uma periodização da história diplomática, a partir da doutrina de Kingberg e a teoria de Jing.

Assim, concluiu:

(...) a estabilidade do status quo territorial brasileiro, sustentávamos também o status quo territorial da Bacia do Prata, isto é, o resultado da fragmentação do antigo Vice-Reinado. Este foi um dos principais objetivos da nossa política na América do Sul: manter a divisão tripartida do Vice-Reinado e evitar que se reunissem num único Estado ou num grupo de Estados. Para isso usamos todos os meios: intervenção armada (Guerra contra Rosas); intervenção diplomática (Missões) e auxílios financeiros (empréstimos à Argentina e ao Uruguai). O equilíbrio do Prata, isto é, a criação do Uruguai e sua independência, e a do Paraguai, foi um dos dogmas de nossa política na América do Sul".<sup>101</sup>

O autor em "*A Política Brasileira no Rio da Prata*"<sup>102</sup>, são pontuados os primeiros acordos firmados nas fronteiras meridionais. É revelado o projeto administrativo espanhol para as áreas coloniais na América Central e do Sul, dando destaque ao Vice-Reinado do Prata que, segundo o autor, não formou, desde o período colonial, um corpo homogêneo.

Já na época do Vice-Reinado, o alto Peru, o Chile e a Banda Oriental não queriam se subordinar a Buenos Aires como Buenos Aires tinha resistido a submeter-se ao Peru. Quando Buenos Aires libertou-se da Espanha, o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai libertaram-se de Buenos Aires.

---

<sup>99</sup> RODRIGUES, J. H. & S. R. A. S. *Uma História Diplomática do Brasil — 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955. A obra foi elaborada a partir de material didático de suas aulas ministradas no Instituto Rio Branco.

<sup>100</sup> José Honório Rodrigues (Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1913 — Rio de Janeiro, 6 de abril de 1987) foi um dos mais importantes historiadores brasileiros do século XX. As suas pesquisas e publicações versam sobre os mais variados temas e épocas da história brasileira. Notabilizou-se, sobretudo, pelas suas publicações acerca da história da historiografia brasileira. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Portuguesa da História, da *American Historical Association* (EUA), da *Royal Academy of History* (Inglaterra) e da Sociedade Histórica de Utrecht (Países Baixos). Disponível em: STEIN, Stanley (1988). Jose Honorio Rodrigues (1913-1987). In: *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 68, No. 3 (Aug., 1988), pp. 573-576.

<sup>101</sup> RODRIGUES, J. H. & S. R. A. S. *Uma História Diplomática do Brasil — 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955. Idem p. 62

<sup>102</sup> Esse é o sétimo capítulo da obra.

Inclusive as províncias Argentinas estavam tão desunidas que Entre-Rios e Corrientes tentaram unir-se numa nação independente de Buenos Aires.<sup>103</sup>

O presidente da Confederação Argentina é apontado como ditador e persistente político que aspirava liquidar a política imperial. O acordo entre Rosas e Oribe, admitia que a legação argentina fosse representante dos interesses uruguaios, que se recusavam a atender as reclamações da legação e do ministério exterior brasileiro. A aliança teria indignado Paulino José Soares de Souza, que temia os resultados das eleições uruguaias, em 1850, que sofriam com a interferência argentina. Em setembro de 1850 foi assinada a aliança entre Entre-Rios, Corrientes e o Império do Brasil. A guerra teve início em 18 de setembro de 1851, sendo enviadas tropas da Província do Rio Grande para a fronteira com o Uruguai. Apesar de mencionar as motivações que levaram ao conflito, o autor não as relaciona aos demais agentes que constroem a política externa, que nem ao menos são reconhecidos, o que nos permite dizer que sua visão reconstrói o Estado como o agente regulador, motivador e defensor de um interesse singular inerente a sua aspiração, sem, contudo, levar em conta, os entevos regionais.

A obra enfatiza a Missão Honório Hermeto Carneiro Leão (1851), que chegou ao Prata após a convenção de 19 de maio de 1851. Rodrigues e Steinfaus revelam que a habilidade e sua ilustração foram decisivos para sustentar os acordos no Prata. Também assinalam a ida de José Maria da Silva Paranhos, como secretário do marquês do Paraná. A missão teria sido um sucesso, ao atingir as metas políticas designadas, sendo reconhecida como uma das mais importantes missões estrangeiras do século XIX.

"*A História Diplomática do Brasil*", de Carlos Delgado de Carvalho<sup>104</sup>, reuniu suas principais notas e textos do curso de História Diplomática do Brasil, que lecionou no Instituto Rio Branco. A reunião desses textos e sua publicação foram fundamentais para preencher uma lacuna historiográfica de um compêndio da diplomacia desde o período colonial. A obra ainda hoje é explorada pelos estudiosos interessados em uma visão geral das relações diplomáticas, apresentando-se assim, como um test-book<sup>105</sup> informativo e factual, que constrói uma História sobre nossa política exterior, independentemente e ao lado da emergência de uma nova historiografia, que busca interpretar e contextualizar essas relações exteriores.

A obra realizou uma análise do período imperial, na qual são discutidas as Missões Diplomáticas, mas não são delineadas com o devido critério de atuação, já que a obra do autor apresenta-se como um grande manual de história internacional. As Missões são apenas apresentadas com o nome dos ministros, a data de envio e a região para onde foram mandadas. Ainda sobre as Missões, o autor busca demonstrar os

---

<sup>103</sup> Idem, RODRIGUES E STEINFUS, p. 151.

<sup>104</sup> Nasceu em Paris em 10 de abril de 1884. Foi educado na Inglaterra, Suíça e França. Fez nesses países seus estudos de Direito e Ciências Políticas. Diplomado em 1908 pela Escola de Ciências Políticas de Paris, veio ao Brasil, onde se dedicou ao estudo da Geografia do nosso país. Entrando para o Colégio Pedro II, em 1920, lecionou Sociologia, tendo exercido também o cargo de Diretor do Externato. Em 1940, ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia, como catedrático de História Moderna e Contemporânea. Em 1956 foi eleito, pelo Conselho Universitário, professor Emérito da referida Faculdade. Nos Estados Unidos deu curso de Ciências Políticas como professor visitante em Michigan, na Virgínia e no Texas. Convidado pela UNESCO, organizou e dirigiu o Seminário de Geografia de Montreal em 1950. Lecionou História diplomática do Brasil no Instituto Rio Branco. Faleceu no Rio de Janeiro em 04 de outubro de 1980. *Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros*. Salvador: Senado Federal, 1999.p.139.

<sup>105</sup> Livro texto usado como orientação principal para uma disciplina.



principais tratados assinados, mas somente em alguns momentos são mencionadas as hipóteses sobre a importância da assinatura de tais acordos para a política externa e interna nacional.

Neste sentido, Delgado de Carvalho faz uma *História da Diplomacia do Brasil*<sup>106</sup> que pode ser definida dessa forma: “o enfoque é quase sempre político, seguindo a visão de história tradicional com uma descrição objetiva da atuação das diversas chefias da chancelaria brasileira e algumas pinceladas sobre os problemas econômicos envolvidos, mas não há propriamente um tratamento abrangente e contextualizado da política externa”<sup>107</sup>. Além disso, também procurou uma maior praticidade e clareza, tentando organizar os documentos e materiais com fins pedagógicos, do qual resultou *História Diplomática do Brasil*<sup>108</sup>, “que representa um substancial avanço em relação aos seus antecessores, já que não adota o tom apologético do passado diplomático e isenta-se dos juízos de valor, apresentando uma diversidade de perspectivas plausíveis acerca do sentido e da interpretação dos acontecimentos”<sup>109</sup>.

O período colonial recebeu um curto tratamento, sendo dedicadas apenas dezenove páginas a esse momento. A maior abordagem é dedicada ao período republicano, na qual aparecem temas tratados anteriormente com menor atenção, como o pan-americanismo, o não envolvimento brasileiro nas Guerras Mundiais, a Liga das Nações e as relações internacionais com os Estados Unidos da América. O enfoque dado à política é praticamente desenvolvido em todas as questões, sendo a economia discutida nos capítulos. A visão diplomática é enfocada de forma tradicional, sem, contudo, relevar a “glória” da atuação brasileira, sendo mais descritiva e menos entusiasta das certezas e razões da ação brasileira.

A obra de Pandiá Calógeras, na década de 1920 e 1930 e mesmo as obras da década de 1950, de Hélio Viana e Carlos Delgado de Carvalho foram publicados como grandes manuais políticos sobre história diplomática ligados ao Itamaraty realizando estudos que se configuraram dentro das escolhas oficiais do Estado, não percebendo o impacto da política externa sobre a sociedade.

Rubens Ricupero<sup>110</sup>, porém, adverte-nos sobre uma crítica aos estudos de Calógeras, Vianna, e Carvalho, visto que suas análises sobre a História Diplomática do Brasil são fruto de trabalhos anteriores à década de 1960<sup>111</sup>, momento em que a história política ainda não se renovara. É importante ressaltar que outros autores também mantêm essa construção das relações internacionais.

Na década de 1990, autores ligados à Universidade de Brasília e ao Instituto Rio Branco retomaram os estudos de política externa. Dentre eles, vale ressaltar Amado Cervo e Clodoaldo Bueno. Apesar da retomada desses estudos, ainda não foram inseridos novos paradigmas relacionados à política externa brasileira.

---

<sup>106</sup> O livro teve sua primeira edição publicada, em 1959. O livro nasceu das notas e textos preparados pelo autor em suas aulas no Instituto Rio Branco. A primeira tentativa de publicação ocorreu em 1955, mas os originais foram perdidos pelo editor. Em 1956, Américo Jacobina Lacombe retomou as apostilas e notas as notas do autor, com as quais foi possível publicar a obra.

<sup>107</sup> Idem. CARVALHO, p. 29.

<sup>108</sup> Idem. CARVALHO, p.14.

<sup>109</sup> Idem. CARVALHO, p.9.

<sup>110</sup> Texto de apresentação da obra História diplomática do Brasil de Carlos Delgado de Carvalho reeditada em 1998 pela editora, Senado Federal.

<sup>111</sup> A obra de Calógeras foi publicada em 1927, 1928 e 1933; A obra de Hélio Vianna, em 1958; e a obra de Carvalho em 1959.

Por isso, a questão levantada é essencial aos estudos diplomáticos, pois busca compreender não apenas as relações oficiais envolvidas entre o Império brasileiro e a República Oriental do Uruguai, mas introduzir uma nova perspectiva sobre a História das Relações Internacionais do século XIX, já que se propõe a compreender a política externa a partir dos interesses dos grupos sociais nacionais envolvidos na esfera internacional.

Esse estudo introduz muitas questões conexas aos estudos diplomáticos por perceber a política externa como um reflexo da política interna. Sendo assim, as Missões Diplomáticas representariam não apenas os políticos imperiais, mas também, a população que vivia na região das fronteiras, onde convergiam interesses múltiplos da população livre e escrava, dos comerciantes, dos estancieiros, dos estrangeiros.

Apesar de trabalhos recentes sobre a formação do Estado imperial no Rio da Prata, esses estudos não inseriram os interesses particulares dos povos das fronteiras. Os indivíduos que viviam na fronteira a transpunham tanto em território brasileiro quanto uruguaio. Um dos membros dessa sociedade de fronteira eram os escravos. A escravidão no período de estudo passava por importantes mudanças não apenas em território brasileiro, mas também uruguaio. Em 1831, em função das fortes pressões internacionais, o tráfico de escravos africanos para o Brasil foi proibido, o que de fato só se efetivou em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz. Em 1835, a República Oriental do Uruguai proibia a entrada de escravos e africanos colonos, a fim de contribuir para a diminuição das fugas além da fronteira, que se ampliou à medida que a Revolução Farroupilha provocava um rompimento da província com o governo imperial. As fugas também se ampliavam nos momentos de conflito no Prata, quando as fugas chegaram até mesmo a ser estimuladas pelos estados limites.

Entende-se, desse modo, que as fugas foram motivadas pelas constantes guerras que assolaram o Prata, tornando-as mais freqüentes nesses momentos em que mais facilmente os escravos receberiam a proteção como fugitivos e aspiravam, de forma mais intensa, a possibilidade de conquistar definitivamente a liberdade. Ao entrar em terras castelhanas, ele obteria a chance de passar a viver como livre; por isso a freqüência com que procuravam abrigo entre Entre-Rios, Corrientes, Paraguai ou no Estado Oriental<sup>112</sup>. *El derecho de asilo, de larga tradicion hispánica fue extendido a los negros y mulatos esclavos por las Reales Células de 1773 y de 14 de abril de 1789, que establecían que los esclavos que entrasen a tierra espanhola fugados de tierras extranjerias quedando em libertad*<sup>113</sup>.

*História da Formação das Fronteiras do Brasil* de Teixeira Soares<sup>114</sup>, publicada em 1972 é outra referência que aborda as relações internacionais na região platina. O livro está dividido em doze capítulos, todos voltados aos estudos de geopolítica, demarcação de fronteiras brasileiras e a pressão inglesa sobre a Amazônia brasileira.

Muitas acepções de fronteira são discutidas desde o momento de sua construção territorial, com a ação do movimento expansionista bandeirante que garantiu a posse a partir de tratados de limites, que privilegiaram o governo português. “No contexto da realidade brasileira, as fronteiras são áreas estratégicas e demandam, por

---

<sup>112</sup> PETIZ, S. S. *Buscando a liberdade*. As fugas de escravos, da província de São Pedro para o além fronteira (1815-1851). Passo Fundo: Editora UPF, 2006. p. 58.

<sup>113</sup> ISOLA, E. *La esclavitud en Uruguay*. (Desde suas comiezos hasta su extincion (1743-1852). Montevidel: Publicaciones de la cominio del Sesquicentenário de los Hechos Historicos 1825, 1975. Apud. PETIZ, S. S. *Buscando a liberdade*, As fugas de escravos, da província de São Pedro para o além fronteira (1815-1851). Passo Fundo: Editora UPF, 2006. p. 58.

<sup>114</sup> Foi professor do Instituto Rio Branco e diplomata.

consequente, imediato tratamento estratégico (vigilância, colonização, enriquecimento, comunicações- quadrinômio que traduz todo o programa)<sup>115</sup>.

A Missão Diplomática do Marquês do Paraná é estudada a partir das ações tomadas para defender o Império contra as ações do governo argentino. A guerra necessária para retomar o equilíbrio no Prata, que foi uma aspiração do Brasil, mas contestado pelas repúblicas platinas, que em função da desordem interna renunciaram as possibilidades de entendimento diplomático, o que levou a explosão do confronto, em 1851. Com o fim da guerra foram assinados os tratados de 1851 duramente atacados pelos uruguaios, o que levou o Império a promover alterações no acordo, a fim de evitar um novo enfrentamento. A diplomacia imperial é percebida sob um prisma conciliador e civilizatório, que defendia os interesses nacionais e era capaz de ceder, mesmo possuindo direitos, a fim de melhor arranjar as relações traçadas no exterior.

*A História da Política Exterior do Brasil*<sup>116</sup>, publicada em 1992, por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno<sup>117</sup> também se limitou em relação ao entendimento das missões diplomáticas não inserindo as questões sociológicas envolvidas dentro dos estudos de história das relações internacionais. A obra é uma síntese da política externa do Império, sendo notável para pesquisa dos estudiosos da política externa do Brasil, já que se difere das outras obras, por privilegiar o período posterior a independência.

A obra está dividida em três partes. Na primeira delas é realizado um estudo sobre a conquista da soberania brasileira entre 1819 e 1822, buscando pensar nos fatores que contribuíram para a formação do estado brasileiro diretamente relacionado com a atuação da política externa. A compreensão da inserção do Brasil no movimento das relações internacionais no período da independência poderia ser visto, a partir de dois prismas o primeiro, a compreensão de como os fatores externos influenciaram a política externa nacional e o segundo, pensar o Brasil sobre a ótica da formação dessa política externa, por se apresentar como um novo componente das relações internacionais.

Amado Cervo reconhece que no período da nossa independência a política externa brasileira estava relacionada: a um jogo de forças que compunham o século XIX; aos objetivos dos estados dominantes em conseguir a interseção no continente americano, e, finalmente, a um precoce enquadramento luso-brasileiro no sistema internacional vigente, por meio da aliança inglesa. Esses eram os ensinamentos das variáveis que conduziram historicamente a política internacional brasileira no início do século XIX.

O autor tem a preocupação de investigar a política externa como uma necessidade fundamental e funcional dos Estados, não apenas na América, mas em todo o velho mundo. A política externa européia visava garantir a expansão dos seus interesses além do continente, compondo um relacionamento que evitasse futuros conflitos. A política traçada pelos Estados europeus é exemplificada pela ação inglesa, que se projetou internacionalmente como uma nação preocupada em direcionar a sua política externa ao entendimento e negociação com os outros estados. A relação travada

<sup>115</sup> SOARES, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973, p. 51.

<sup>116</sup> CERVO, A L. BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

<sup>117</sup> Amado Cervo é Doutor em História pela Universidade de Strasbourg. É professor da Universidade de Brasília. Clodoaldo Bueno possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília (1966), mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1974) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1977). Livre-docente pela Unesp em Formação Econômica, Social e Política do Brasil (1984). Professor Titular da Unesp (1990). Professor Visitante no Depto de História da Universidade de Brasília (1994-5).

com o Brasil teria enquadrado o país ao sistema internacional sob a condição de dependência.

A obra faz uma retrospectiva das relações internacionais pós-Independência, com a formação do quadro diplomático iniciado por José Bonifácio de Andrade e Silva, primeiro responsável pela secretaria e pela gestão dos negócios estrangeiros. Permaneceu na pasta entre 1822 e 1823, momento em que conseguiu separar os negócios estrangeiros da secretaria de guerra. Assim se estabeleceu um ministério independente dos demais para elaborar exclusivamente a política exterior imperial. Segundo Bueno e Cervo, na década de 1850, a ascensão do visconde do Uruguai teria conseguido romper com a posição neutralista dos gabinetes da Regência. As ações que se destacaram foram marcadas por soluções; uma era a questão do tráfico de escravos, solucionada com a proibição; e a outra os conflitos no Prata, finalizados com a uso das armas contra Oribe e Rosas. Essas mudanças marcaram o início da “grande política americanista”, que através de tratados propunha uma maior aproximação com os países vizinho, com os quais deveriam ser estabelecidos e resguardados os limites, a partir do princípio do *utis possidetis*, já introduzido pelos portugueses em suas negociações com o Império espanhol no período colonial. Assim, a política externa direcionada exclusivamente pelo Estado e independente dos demais interesses, entendida por uma relação de dependência ao capitalismo, onde o fator econômico se torna decisivo, criando segundo Cervo, uma dependência estrutural.

Utilizando avançados métodos de análise das relações internacionais, os autores reconhecem o papel exercido pelo setor externo para a formação nacional; a consolidação do território, a segurança, a convivência global, o experimento de idéias e valores – mas, sobretudo, o atraso e os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro<sup>118</sup>.

As experiências históricas mostram as diversas perspectivas que se abrem, e as análises da época e de hoje enfatizam o papel do Estado na proteção ao trabalho nacional. Ignorar sua função nas relações de dominação e dependência é ignorar a história<sup>119</sup>. Não ignorar o Estado como um agente é de suma importância, mas não reconhecer e tentar traçar um paralelo com os demais interesses torna a discussão limitada e singular.

Não discutir o papel dos indivíduos, suas reclamações, seus anseios, seus interesses, suas ocupações de terras, suas necessidades de cidadania é não dar voz às motivações sociais. Excluir das pesquisas das relações internacionais fontes como as reclamações enviadas às secretarias provinciais, as ações dos presidentes das províncias, a produção literária da época e a imprensa é deixar de lado uma gama de envolvimento, de projetos políticos, de discursos, que iremos tratar na elaboração da dissertação, a fim de dar voz ao indivíduo que necessitava de auxílio financeiro, de passaporte, de atendimento jurídico, pois acreditamos, sim, que esses sujeitos construíram os interesses nacionais, e que, de algum modo, pressionaram a ação política desses enviados internacionais.

Na segunda metade do século XIX, o Império brasileiro direcionou um corpo diplomático estreitamente envolvido com o estabelecimento das fronteiras nacionais no Cone Sul. As relações internacionais do período apontavam para as resoluções que

---

<sup>118</sup> Ver CERVO, A L. BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992

<sup>119</sup> Idem, CERVO e BUENO, p. 28.

pudessem colocar fim aos questionamentos de limites, já que ainda não havia um contorno delimitador das relações entre os estados na América do Sul; o que existia eram interesses sistêmicos regionais, que demonstravam o pleito por algumas regiões, o que, no caso brasileiro dava-se em duas áreas à região norte, onde ficavam claros os interesses próximos aos países andinos e a na região platina, onde os interesses se chocavam com a Argentina<sup>120</sup>.

A coleção Relações Internacionais, organizada por Paulo Visentini, publicou em 2009, a obra “*Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930). A política externa do sistema agro-exportador*”, finalizada por Williams Gonçalves. O objetivo dessa coleção é preencher as lacunas nos estudos das relações internacionais, nesse momento de revigoração da política externa brasileira no século XX. “*O conhecimento do passado dessas relações constitui, assim, a contribuição que este livro pretende dar*”<sup>121</sup>.

Werneck reconstrói uma diplomacia pelo viés marxista, que discute a economia como eixo centro da política externa. A condução das ações internacionais brasileiras seria movida por duas faces de moeda; uma dependente a Inglaterra e outra hegemônica frente aos vizinhos platinos. “*Na verdade essas duas faces se integram, pois é impossível compreender a política platina do Império Brasileiro sem articulá-la a sua política em relação as potências européias, especialmente a Inglaterra*”<sup>122</sup>.

A abordagem das relações internacionais é feita a partir de um campo de estudo mais abrangente de história diplomática, por considerar outros agentes envolvidos na concepção da elaboração dos interesses internacionais, mas estes não se tornam objeto de estudo. As relações com os outros estados seriam elaboradas de forma independente dos interesses nacionais e da sociedade, sendo o estado um organismo singular na formulação das decisões internacionais, tomadas com maior facilidade no século XIX, por não ser ainda um país industrial onde vigorava capitalista pleno. “*Percebe-se, dessa forma, que nem sempre a política interna de um governo é irremediavelmente simétrica a sua política externa*”<sup>123</sup>. Essa só poderia ser estudada dentro de uma longa duração, que pudesse analisar as estruturas de um dado momento. Em função disso, o autor elabora sua análise afirmando que o Conselho de Estado elaborava as diretrizes das relações internacionais independentemente de qualquer interesse da sociedade. Tal formulação se opõe a abordagem proposta, que atribui à sociedade e aos interesses internos a condução da política externa, que era discutida nas mais diferentes esferas públicas.

Werneck segue sua análise discutindo a ação diplomática em meados do século XIX, promovida a partir do território do Rio Grande, pacificado cinco anos antes, por ser encarado como um ponto estratégico para as intervenções do Império, que foram adiadas em muitos momentos.

Essa é a nossa outra face da moeda, ou seja, as nossas conscientes intervenções no Prata, ainda que os historiadores ufanistas ou autocomplacentes possam dizer que elas foram realizadas porque fomos “provocados”. Todos os passos da política platina do Império foram dados com um assumido “risco calculado”, fruto de uma estratégia que, como disse o político saquarema (conservador) Paulino José Soares de Souza, acabou “ligando aqueles governos das repúblicas platinas ao sistema e a política do

<sup>120</sup> MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP, Moderna, 1997.

<sup>121</sup> SILVA, José Luiz Werneck da. GONÇALVES, Williams. *Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930)*. A política externa do sistema agroexportador. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>122</sup> Idem, WERNECK, p.13.

<sup>123</sup> Idem, WERNECK p.17.

Brasil”. Esta “é a nossa outra face da moeda, a de vilões da história”, a qual nem sempre gostamos de assumir<sup>124</sup>. Tal colocação é um equívoco do autor, por muitos motivos, mas um deles se evidencia. Na história das relações internacionais e mesmo o estudo de outras problemáticas não deve-se dividir os Estados e as sociedades, em vilões e mocinhos. Não abordar tal ponderação é não considerar interesses variados que influenciam os jogos políticos em cena na história.

Moniz Bandeira<sup>125</sup> também analisou as características dessa região, desde o período colonial até a Guerra do Paraguai, enfatizando a formação dos Estados Nacionais e o expansionismo brasileiro na região, percebendo as diferenciações regionais do Império brasileiro frente às Repúblicas platinas, que vão além do sistema político adotado, na obra *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*<sup>126</sup>.

A análise é elaborada a partir de uma longa discussão historiográfica, que encara a ação brasileira e da diplomacia no Prata, como um interesse econômico que pode levar a momentos de aproximação ou de confronto. A elaboração de seu argumento pode assim ser evidenciada:

Expansão territorial do Brasil, obedecendo a impulsos do capitalismo mercantil, decorreu de necessidades básicas do modo de produção que os portugueses implantaram para colonizar, assentado na exploração extensiva da terra, na monocultura e no trabalho escravo, com vistas ao abastecimento da Europa. Senhores rurais, comerciantes, aventureiros ou simples agentes da acumulação original, cujos resultados, porém, emigraram, em grande parte, para a Holanda e Grã-Bretanha<sup>127</sup>.

O autor discute rapidamente a ação diplomática na década de 1850 contra Rosas e Oribe, que só foram combatidos por suas ações bélicas nas fronteiras com Rio Grande do Sul, afetado economicamente na produção de charque. Tal análise da obra foi abordada no capítulo “*O Brasil e o reconhecimento do Paraguai – as relações entre o Brasil e a Inglaterra – a indústria saladeril no Uruguai e no Rio Grande do Sul – A Grã-Bretanha e o governo de Rosas – a intervenção do Brasil nas guerras da Bacia do Prata*”, Ao chamar a atenção sobre a província o autor revela o interesse da região pelo conflito, o que foi exemplificado, no discurso do deputado Rodrigues Chaves: “*se não se fizer a guerra, se não se sustentar os direitos dos riograndenses, eles o farão por si*”<sup>128</sup>.

Outra importante obra sobre a região das fronteiras brasileiras é *O Corpo da Pátria* de Demetrio Magnoli<sup>129</sup>, que traçou um histórico da região das fronteiras, a partir dos imaginários construídos ao redor dos mitos do expansionismo brasileiro. O autor

<sup>124</sup> Idem, WERNECK, p.78.

<sup>125</sup> Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (Salvador, 30 de Dezembro de 1935), É graduado em Direito e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Em 1973, após sair da prisão por sua militância política no partido socialista recebeu a Bolsa FORd, que possibilitou seus estudos em arquivos na Argentina, Uruguai e Paraguai.

<sup>126</sup> BANDEIRA, M. *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

<sup>127</sup> Idem BANDEIRA, p.62.

<sup>128</sup> Idem BANDEIRA, p.69.

<sup>129</sup> Demetrio Martinelli Magnoli (1958) é sociólogo e geógrafo brasileiro. Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

analisa a formação dos mapas cartográficos, desde o período colonial, percebendo as repercussões produzidas na Europa pelas disputas territoriais entre as coroas Ibéricas na América. As Missões Diplomáticas são examinadas dentro da esfera de equilíbrio sem, contudo, analisar os vários agentes sociais envolvidos.

O autor elaborou uma profunda discussão teórica sobre a compreensão das relações internacionais, recuperando autores do século XIX, dentre outros, Varnhagen e Duarte da Ponte Ribeiro, que, em seus estudos da história nacional, apontaram as questões das fronteiras como uma problemática embrionária do conflitos platinos.

O sistema do Cone Sul exibia relações bilaterais do tipo equilíbrio de poder entre o Brasil e a Argentina, que disputavam o controle da área platina<sup>130</sup>. O autor faz uma crítica a historiografia brasileira, uruguaia e argentina, que discute o espaço platino como uma zona de enfrentamento de estados já formados e consolidados.

Tal análise vai ao encontro do que proponho e considero sobre essa região. Atribuir lutas por fronteiras-limites, sendo que as mesmas não existiam nem ao menos nos tratados, é considerar essa região como um espaço pré-concebido, de um outro Estado<sup>131</sup>. As diversas historiografias nacionais abordam as histórias brasileiras, argentinas, uruguaias e paraguaias como se tais entidades estivessem plenamente configuradas na época, do que resulta a tendência a minimizar – ou, o que dá no mesmo, a encarar como meros “fatores complicadores” adicionais – o que é central: o entrelaçamento de projetos, movimentos e lideranças políticas na área platina, por cima das fronteiras instáveis dos Estados. Federalistas e unitários argentinos, blancos e colorados uruguaio, republicanos farroupilhas brasileiros são enquadrados em compartimentos geopolíticos estanques, a partir de uma lógica que contradiz as percepções concretas dos atores<sup>132</sup>.

Gabriela Nunes Ferreira<sup>133</sup> realizou um estudo minucioso sobre a política externa no rio da Prata, em sua obra “*O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*”. Em relação ao Império brasileiro e à República Oriental do Uruguai, demonstrou a formulação dos projetos de construção desses Estados nacionais, ao mesmo tempo em que arrolou as relações internacionais como colaboradoras da consolidação desses estados, que se afirmaram em momentos diferenciados, em função de sua trajetória histórica, desde o período colonial<sup>134</sup>. Deste modo, a autora direciona sua análise de tal modo, que se encontra a de Magnoli, por perceber os diferentes projetos políticos construídos ao longo da formação dos Estados Nacionais.

A fim de compreender a fronteira, foi elaborado o capítulo “*A teia das relações no ambiente platino: o governo imperial em face do Rio Grande do Sul e das potências estrangeiras*”. Esse estudo foi elaborado a partir de uma periodização limitada pelo fim da Revolução Farroupilha e o início do Segundo Reinado. A autora enfatizou que a história do Rio Grande do Sul era indissociável do processo de definição dos contornos

---

<sup>130</sup> MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria*. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora UNESP, Moderna, 1997.p. 135.

<sup>131</sup> Um dos capítulos da dissertação se propõe a estudar os projetos políticos do Império na segunda metade do século XIX, como forma de ocupar uma fronteira, de fao só estabelecida em 1851. Vale ressaltar, que a fronteira é um espaço híbrido de culturas e indivíduos, mas essa região se torna alvo maior da ação do Estado Emperial, em meados do oitocentos.

<sup>132</sup> Idem, MAGNOLI, p. 138.

<sup>133</sup> FERREIRA, G. N. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. Gabriela Nunes Ferreira é Doutora em História pela USP e professora da Universidade Federal de São Paulo.

<sup>134</sup> Analisou a importância dos Tratados Diplomáticos assinados para a delimitação das fronteiras, destacando suas discussões, desde o período colonial até o século XIX.

meridionais do Brasil. A forma de ocupação e povoamento da porção meridional do Brasil esteve subordinada aos imperativos da política expansionista de Portugal na região platina<sup>135</sup>. Essa análise é de vital importância para o estudo das relações internacionais com as repúblicas platinas, já que a autora considera que a navegação dos rios platinos e a delimitação das fronteiras dificultavam a consolidação do Estado no Brasil<sup>136</sup>.

A história do Rio Grande do Sul é indissociável do processo de definição dos contornos meridionais do Brasil. A forma de ocupação e povoamento da porção meridional do Brasil esteve subordinada aos imperativos – estratégicos e militares - da política expansionista de Portugal na região platina<sup>137</sup>.

Segundo Brandão, o texto de Ferreira é inovador, pois estabeleceu as conexões entre a política interna e externa, avaliou os diversos projetos nacionais, dentre eles, os que envolviam a situação do Rio Grande do Sul e, através de um estudo comparativo, perceberam a construção dos Estados Nacionais no Cone Sul. Apesar do trabalho distinto dentro do campo historiográfico das relações internacionais, não se sucedeu uma análise sobre os povos de fronteira, sendo as questões elaboradas a partir de fontes documentais oficiais, os relatórios ministeriais, analisados sob esse prisma interpretativo.

Adelar Heinsfeld<sup>138</sup> levantou as principais dificuldades e controvérsias das negociações das fronteiras no Cone Sul. Estabeleceu a relação entre a diplomacia brasileira e sul-americana na fixação das fronteiras entre o Império brasileiro e a Argentina, demonstrando as discussões em torno das fronteiras, desde Alexandre Gusmão até o barão do Rio Branco. “As fronteiras territoriais no Sul do Brasil sempre motivaram preocupações aos governantes, inicialmente portugueses e, posteriormente, brasileiros. A proximidade com os territórios ocupados pelos espanhóis e seus descendentes gerava um clima de tensão regional permanente”<sup>139</sup>.

Não foram apontadas as relações entre as missões diplomáticas do Império brasileiro e os interesses dos estados limites, no que toca às questões sociais envolvidas nas relações internacionais e que foram determinantes para a delimitação das fronteiras entre o Brasil e Argentina. O levantamento documental e cartográfico torna-se fonte apreciável para o estudo das fronteiras com Uruguai, que aparece circunscrito na discussão do autor, o qual recopila os principais tratados fronteiriços, a fim de compreender a geopolítica na região<sup>140</sup>.

---

<sup>135</sup> Idem, FERREIRA, p.71.

<sup>136</sup> Idem, FERREIRA, p.65.

<sup>137</sup> Idem, FERREIRA, p.72.

<sup>138</sup> HEINSFELD, A. *Fronteira Brasil /Argentina*, A Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

<sup>139</sup> Idem, HEINSFELD, p.11.

<sup>140</sup> O autor ao final da obra anexa os Tratados de: Madri -1750, El Pardo -1761, Santo Ildenfonso -1777, Tratado com a Confederação Argentina- 1857, Tratado para o reconhecimento do território litigioso -1885, Tratado para o arbitramento do território litigioso -1889 e Tratado de Montevideu -1890.



Francisco Doratioto<sup>141</sup>, em *Maldita Guerra*, conseguiu enumerar os conflitos envolvidos na região da fronteira desde as guerras de Independência até a Guerra do Paraguai, cuja problemática é largamente desmantelada por variadas correntes historiográficas. Analisou as problemáticas comerciais, políticas e fronteiriças que levaram ao enfrentamento a República Oriental do Uruguai, Confederação Argentina, a República do Paraguai e o Império brasileiro, não poupando vencidos e vencedores ao enunciar as evidências documentais. A obra significou uma “revisão do revisionismo” sobre a Guerra do Paraguai, que percebeu que os motivos que levaram ao conflito foram provocados primordialmente por fatores regionais que já existiam anteriormente à eclosão do conflito.

A participação inglesa, tão enfatizada pela historiografia marxista, foi vista em segundo plano, já que o autor desmantela a versão dessa historiografia na qual Solano López teria lutado contra a intervenção do imperialismo inglês na América do Sul. A contribuição dessa obra é fundamental para os estudos dessa região. A riqueza documental conseguida por uma longa pesquisa em arquivos brasileiros e internacionais nos permitiu olhar dos mais diferentes ângulos os momentos de aproximação e de confronto na região. Além de permitir o confronto com novas hipóteses explicativas sobre os interesses nacionais, que foram de suma importância à elaboração do objeto de estudo. O autor ressaltava os argumentos regionais em confronto com a historiografia que assegura a forte aproximação da Inglaterra, o que me levou a refletir quais seriam esses agentes, não os que participaram da Guerra do Paraguai, mas o que formaram e construíram esse extenso ambiente platino.

Por essa razão, o presente estudo propõe uma investigação minuciosa sobre a política externa no que se refere ao papel das Missões Diplomáticas, buscando uma inovação nos estudos da história social do político, já que o trabalho discute, juntamente com Relações Internacionais, a formação social das fronteiras.

Essa apresentação da historiografia é uma questão central para obtermos uma visível apreensão da memória construída ao redor das relações internacionais na América Meridional do século XIX. O Império foi o pacificador, o civilizador, o negociador, o imperialista, mas além de tudo foi o “corpo” estranho na América, uma monarquia, que mesmo acusada de absolutista era capaz de conter os ânimos internos e garantir pela pressão de tratados e convenções seus interesses sobre as repúblicas platinas, que simbolizavam a guerra civil e golpes políticos.

Outra forma de buscar a análise das relações internacionais pode ser o estudo de livros biográficos. Isso se justifica pela variada produção de gênero acerca dos personagens envolvidos na política externa. Dessa forma, *“narrar uma vida, portanto, impõe um desejo de duração para além da pessoa cuja vida é contada, um desejo de lembrança e de memória, e por essa via, articula-se com um projeto de escrita de uma história. (...) Uma biografia, como escrita da história, impõe necessariamente a presença de um outro para quem se narra, o qual não vivenciou as experiências narradas, mas imagina-se, elas podem significar algo de relevante”*<sup>142</sup>.

Maurílio de Gouveia, em sua obra "Marquês do Paraná", traça a biografia e as obras políticas de Honório Hermeto Carneiro Leão, como personagem comprometido com os jogos políticos "nacionais e internacionais" do Império brasileiro na primeira

---

<sup>141</sup> Francisco Fernando Monteoliva Doratioto é Mestre e Doutor pela Universidade de Brasília. É professor do curso de Mestrado do Instituto Rio Branco e do curso de relações internacionais da Universidade Católica de Brasília.

<sup>142</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias. O Homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. O trecho citado faz parte do prefácio do livro escrito por Manoel Luís Salgado Guimarães.

metade do século XIX. O livro está dividido em vinte capítulos que retomam importantes contribuições políticas do marquês do Paraná para as reflexões da política externa. Nos capítulos iniciais podem ser examinados os primeiros atos públicos e sua candidatura à Assembléia.

No começo da obra o autor descreve a genealogia materna e paterna, descrevendo o ambiente político no momento de seu nascimento, merecendo destaque as razões pela adoção da unidade política. O texto retoma a chegada das naus portuguesas e os três séculos de denominação, revelando que é a partir do terceiro século após Cabral chegar a Santa Cruz que aparecem no Brasil os primeiros Carneiro Leão, de origem nobre e próximos a princesa d. Carlota Joaquina. A família teria dois troncos, um na zona nordestina e outro em Minas Gerais. O segundo deu início à família Leão. O seu nascimento é descrito de maneira lúdica. O pai teria migrado em direção a Corte com sua mãe já em estado avançado de gravidez. Foi longa a jornada entre planaltos e planícies, sendo a viagem interrompida pelo início do trabalho de parto de dona Joana, que deu a luz ao futuro Marquês do Paraná em 11 de janeiro de 1801, dia de Santa Honorina, que serviu de inspiração aos pais, que o chamaram de Honório Hermeto Carneiro Leão. O diferencial dessa biografia são as descrições dos contextos históricos que envolvem o personagem na enorme teia política do período.

A formação intelectual do Marquês do Paraná foi importante a sua formação. A principal fase foi a universitária onde leu as obras de Descartes, Rousseau e Heine, que, segundo Gouveia, contribuíram para a formação de seu pensamento intelectual além de “*dar-lhe desenvoltura política e observação imediata dos fatos*”<sup>143</sup>. A formação em Ciências Jurídicas e Sociais rendeu-lhe no retorno ao Brasil o cargo de juiz de fora, na província de São Paulo. Esse primeiro cargo na magistratura foi assumido em 1826, e dois anos depois, já se encaminhava à Corte como Ouvidor da cidade do Rio de Janeiro, em 1826.

O percurso da vida pública de Honório Hermeto sofreu mudanças sensíveis a partir de 1830. A partir daí, através do partido moderado, ocupou diversas cadeiras na Assembléia, atuando de forma estreita a partir de 1831. Entre o terceiro e o sexto capítulo o autor discorre sobre a atuação política durante o período regencial até 1850, descrevendo momentos decisivos de sua carreira. Atuou no projeto do Código do Processo Criminal e no Golpe da Maioridade. Essa trajetória rendeu-lhe críticas e desafetos. As declarações na Assembléia impressionavam por seu arrojo e expunham as contradições com outros políticos renomados, valendo ressaltar seus embates com Montezuma, Navarro de Abreu, Limpo de Abreu.

A obra também concede um espaço sensível para enumerar seu sucesso político na década de 1840, que fecundaram sua amizade e aliança com o imperador D. Pedro II. Acomodava a experiência política e o prestígio que gozava para minar, através da imprensa, divergências com a oposição. Foi dedicado um espaço expressivo para abordar a participação de Honório Hermeto na congruente disputa na fronteira meridional, onde permaneceu por dois anos como Ministro Plenipotenciário enviado em Missão Especial ao Rio da Prata.

Investido das naturais prerrogativas que lhe foram outorgadas para celebrar Tratados ou Convenções com as repúblicas platinas do Paraguai e do Uruguai e com as províncias de Corrientes e de Entre-Rios, decerto que assumia Honório Hermeto, naquela época convulsionada, um papel de evidente relevo na história política desta parte do continente.

---

<sup>143</sup> GOUVEIA, Maurílio de. *Marquês do Paraná*. Um Varão do Império. Rio de Janeiro: 1959, p. 20

Desembarcando em Montevideu, dir-se-ia que de novas esperanças se animava o Governo Oriental para prosseguir na luta contra Rosas que pretendia continuar disputando, até mesmo pelas armas, às quais poderia voltar a recorrer<sup>144</sup>.

A chegada ao rio da Prata se afigurou aos interesses concernentes da política externa, que impunha a necessidade de um pacto com a República do Uruguai. A presença brasileira externou o direcionamento em relação à Independência do Uruguai e Paraguai. A missão diplomática é esmiuçada com inúmeras citações documentais, que não são citadas de maneira precisa, já que não expõe a localização e o arquivo. A relação de Honório Hermeto e suas negociações com a Confederação da Argentina e com a diplomacia Uruguaia são apresentadas num panorama que envolve dois projetos e duas realidades políticas distintas, uma uruguaia fragilizada pela ação de Rosas e Oribe e outra argentina, percebida como ameaçadora e provocadora dos confrontos meridionais.

A atuação da legação brasileira em Montevideu é discutida a partir de sua habilidade e capacidade de liderança política frente às repúblicas platinas, cujos contextos políticos são dispostos por suas hostilidades contra o Império. A animada descrição das relações externas negociadas por Honório Hermeto, na qual este assume o papel central da trama, tanto por sua função, quanto por sua habilidade, no Prata, assumem um caráter glorificador representando o estadista como a única liderança a ser capaz de conter ou diminuir o impacto na região platina. O período de permanência no Prata é minuciosamente exteriorizado. Paraná é descrito como o mais nobre político brasileiro, qualificado a oferecer as respostas e os encaminhamentos necessários à expressão dos interesses aos quais representava. Sua permanência na região era garantia de latência dos conflitos que assolavam a fronteira. Com todo o discurso dos triunfos do enviado brasileiro à Montevideu, também são incorporados documentos de seus despachos, que não são devidamente citados, dificultando a possibilidade de compreensão.

Nas palavras de Paraná sua Missão no Uruguai expressava:

A manutenção da independência dêste Estado, sua prosperidade e paz, são objetos da mais íntima e fervorosa afeição do Brasil; são elementos indispensáveis para a tranqüilidade de suas fronteiras. Minha missão especial junto da pessoa de V. Excia, tem por fim principal garantir eficazmente esses recíprocos interesses, procurando por todos os meios que convenham firmar sòlidamente a independência dêste Estado e suas relações de boa inteligência e amizade com o Império<sup>145</sup>. E felicitando nesta ocasião, em nome do meu Augusto Soberano, à Republica Oriental do Uruguai e a V. Excia pelo triunfo incruento que pôs fim à guerra fratricida que por tantos anos assolou e foi para o Império causa de perdas, vexames e contínuas inquietações, eu desempenho o primeiro e um dos mais gratos deveres da minha missão, sou órgão e interprete fiel da emoção que pôr esse feliz sucesso sentiu S. M. o Imperador, emoção que foi para ele tanto viva, quanto tão próspero resultado é em grande parte devido ao esclarecido patriotismo dos orientais que, abandonando a bandeira contrária à glória e reais interesses do seu belo país, tornaram impossível a resistência, e assim evitaram o derramamento de sangue de irmãos e amigos<sup>146</sup>.

<sup>144</sup> GOUVEIA, Maurílio de. *Marquês do Paraná. Um Varão do Império*. Rio de Janeiro: 1959.

<sup>145</sup> Idem, GOUVEIA, p.193.

<sup>146</sup> Idem, GOUVEIA. p 193-194.

Gouveia faz referência a importantes momentos de Honório Hermeto em sua Missão, tanto no plano de negociador das questões externas, quanto na atuação política junto ao governo de Montevidéu. A presença do representante brasileiro teria estabelecido um diferencial capaz de manter o equilíbrio platino nos momentos posteriores ao pós-guerra. Não lhe passaram despercebidas as eleições de Giro; os questionamentos dos tratados de 1851; a cobrança brasileira para assegurar a ratificação do tratado; a interferência inglesa e francesa nas negociações dos tratados de 1851; os contatos mantidos com Urquiza Castelhanos; as conferências políticas com os representantes uruguaios, questões também ressaltadas pela historiografia diplomática e das relações internacionais.

Como que adivinhando o desmoronar de todo o seu trabalho na defesa da pacificação da família uruguaia e da consolidação das atitudes de efetiva amizade que ligavam a República Oriental do Uruguai ao Império do Brasil, e ainda prevendo o aproximar de carregadas nuvens, toldando os horizontes do jovem e infeliz Estado, Carneiro Leão, numa dessas singulares atitudes que tão bem definiam os rijos traços da sua personalidade, resolveu expor ao general Urquiza, cujos generosos sentimentos ele conhecia, as desas trocas conseqüências que adviriam para as duas pátrias, caso vingasse o plano encaminhado á Assembléia<sup>147</sup>.

A obra de Lídia Besouchet foi publicada na Argentina, em 1944, e buscou traçar o perfil político e histórico do estadista do Segundo Reinado, José Maria da Silva Paranhos. A biografia está dividida em quatro partes. A primeira delas é a mais extensa e explora o nascimento de José Maria da Silva Paranhos, o início de sua vida pública e o período em que esteve no Prata, estendendo-se até a Guerra do Paraguai. A segunda parte é dedicada ao Bill Aberdeen e à Lei do Ventre Livre<sup>148</sup>. A terceira expõe participação de Paranhos na maçonaria. O livro é finalizado com os últimos atos políticos do visconde do Rio Branco.

Ao descrever o início de sua vida pública, Besouchet enfatiza seus dotes físicos, que o diferenciavam dentre o perfil dos homens dos oitocentos. A beleza do estadista teria evitado conflitos e o tornado invulnerável a críticas de desafetos, como Quintino Bocaiúva, que, embora se opusesse ao comportamento político e à sua formação intelectual, reconhecia-lhe os atributos e a imagem simbólica que despertava.

Seu porte notável; sua fisionomia simpática; sua presença destacada; suas maneiras corteses e moderadas; sua testa ampla e uma calva expressiva e bem desenhada derramam sobre sua fisionomia uma irradiação serena. Seus olhos gázeos e pequenos desdeedem raios frouxos mas frequentes. Seu sorriso estudadamente jovial tem sua expressão constante de irmonia que chega, às vezes, a tornar-se impertinente<sup>149</sup>. São as palavras do próprio Quintino Bocaiuva.

<sup>147</sup> Idem, GOUVEIA, p 205.

<sup>148</sup> A autora vivia como exilada no país desde 1937. No retorno ao Brasil, se dedicou a outras biografias, tendo recebido o premio Medalha Rio Branco pela bibliografia, no centenário do Barão. Além dessa obra, elaborou outros ensaios biográficos, de importantes estadistas e personagens do séc. XIX, dentre eles, o Barão de Mauá e Barbosa Lima.

Ou ainda, nas palavras de Batista Pereira: “Alto, robusto, esbelto, elegante, pela gravidade de aspecto, pelo ereto do porte, pela frente descampada iluminada por um olhar cheio de franqueza, quem o visse, mesmo sem o conhecer, tinha logo a impressão de que estava na presença de alguém”.<sup>150</sup>

O desdobramento de sua atuação como jornalista no *Correio Mercantil* e no *Jornal do Comercio* despertaram o olhar de políticos consagrados que não se ocultaram frente à expectativa de o impelirem à vida diplomática. “De qualquer modo, tanto o visconde de Sepetiba como o comerciante português tinham chamado a atenção de Paraná para José Maria da Silva Paranhos”<sup>151</sup>.

A grande preocupação do redator, enquanto escrevia para o *Jornal do Comercio*, estaria nas reformas políticas de caráter liberal, mesmo quando escreveu *As Cartas a um amigo ausente*, publicação denominada pela autora de “*órgão oficial do partido conservador*”. “Paranhos como redator do *Correio Mercantil* e autor das *Cartas a um amigo ausente*, teve sempre em vista a reforma liberal de nossa estrutura política, ainda que escrevesse no órgão oficial do Partido Conservador”<sup>152</sup>.

Em referência a Missão Diplomática no Rio da Prata, da qual José Maria da Silva Paranhos foi secretário, são pronunciados os principais acontecimentos e atitudes tomadas em relação ao partido *colorado*, e *blanco*, histórico opositor do Império. “Teve no Uruguai, desde o principio, de suportar a pressão dos choques dos partidos tradicionais blancos e colorados, e no Brasil de lutar contra a tendência exclusivista de nossos políticos. Nas mãos de Paranhos, a diplomacia era um poderoso instrumento de paz e civilização”<sup>153</sup>.

Os tratados e as negociações, frequentemente presentes em estudos sobre o Rio da Prata, não são mencionados. Aliás, a política externa não se torna uma reflexão nuclear ou secundária. A presença brasileira na região e os méritos da Missão se apresentam como mérito da ação de José Maria da Silva Paranhos, sem, contudo visualizar que o encarregado dos negócios no Prata era Honório Hermeto, cujo nome ficou à margem. O visconde do Uruguai e o marquês do Paraná, após a missão tornaram-se o pilar de suas conexões políticas. “Quando inicia sua vida extranacional, como secretário do visconde de Paraná, Paranhos já mantém amizade íntima”<sup>154</sup>.

As relações entre Paranhos e os políticos uruguaios e argentinos são mencionadas, com destaque a Andrés Lamas. Segundo Besouchet, esse entrosamento político fazia parte de seu empreendimento representativo junto às repúblicas platinas, assoladas desde a década de 1820 por conflitos partidários. Sua ação, a partir da queda de Rosas e Oribe, eram conciliadoras e não aspirava reacender ou intervir diretamente nas lutas internas.

Pelo exposto, percebe-se uma valorização da figura e da representatividade que o visconde do Rio Branco passou a contar após sua ida ao rio da Prata, sem, contudo, reconstruir os diversos contextos, lutas e negociações na região. O retorno do Marquês do Paraná ao Brasil e a permanência de Paranhos na Prata são desprezados.

---

<sup>149</sup> BOCAIUVA, Quintino. José Maria da Silva Paranhos. Os nossos homens. Retratos políticos e literários. S. L. S. D. i.-8º. (Coleção Benedito Ottoni). Apud. BESOUCHET, L. *José Maria Paranhos. Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 52.

<sup>150</sup> PEREIRA, Batista. *Figuras do Império e outros ensaios*. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional.

<sup>151</sup> Idem, BESOUCHET, p. 73.

<sup>152</sup> Idem, BESOUCHET, p. 73.

<sup>153</sup> Idem, BESOUCHET, p. 79.

<sup>154</sup> Idem, BESOUCHET, p. 78.

Em outra obra interpretativa biográfica, "*A vida e a época do Visconde do Rio Branco*", de Hermes Vieira, publicada em 1991, podem-se observar os caminhos entrelaçados de uma narrativa dedicada a reproduzir os caminhos políticos e pessoais de José Maria da Silva Paranhos. Contudo, essa é mais uma adequação descritiva dos feitos "heróicos" do diplomata. O livro está voltado a uma escrita biográfica de valorização pessoal, tal como sua genealogia e formação, sem ressignificar os contextos históricos.

Alto, esbelto, elegante, fronte larga, tez rosada e clara, a íris de um cinzento-azulado pouco comum, era tido como um dos rapazes mais belos de seu tempo. Inteligente, palavra distinta quem lhe dava reflexão às maneiras polidas e discretas, de viva expressão romântica<sup>155</sup>.

A obra está dividida em trinta e nove capítulos, que testemunham desde a genealogia da família Paranhos até o falecimento do Visconde. Narrar a trajetória do diplomata é oferecer a experiência vivenciada no mundo político, o que atrai a atenção para a participação do personagem em significativos episódios. Dentre esses, nos debruçamos sobre sua articulação com os partidos políticos e a relação internacional do Império brasileiro, na segunda metade do oitocentos. A divisão dos capítulos é linear, obedecendo cronologicamente ao nascimento e à morte do personagem, que estabeleceu com outros políticos de seu tempo uma relação fraternal, fruto de uma personalidade sensata e reservada.

Não há preocupação em recuperar as teias de sua ascensão e participação política. A intensidade dos sentimentos afetivos seria a razão para o rompimento das portas que se abriram ao jornalista, e, mais tarde, diplomata, presidente de província e ministro na Corte do monarca intelectual, que passaria a entendê-lo e admirá-lo por sua cumplicidade e dedicação aos negócios do Império. A trajetória do visconde do rio Branco consentiria à posteridade a imagem do diplomata defensor do Império contra a anarquia das repúblicas platinas.

Mais uma vez, é importante abalizar as discussões inseridas no desenrolar da obra, que introduz abordagens referentes à sua atuação como jornalista no *Jornal do Commercio*, onde publicou entre 1850 e 1851, as "*Cartas ao Amigo Ausente*". Além de recair sobre a experiência pioneira da missão diplomática ao rio Prata, onde Paranhos atuou como secretário de Honório Hermeto Carneiro e ministro residente. Para obter maiores subsídios sobre o início da carreira diplomática de Paranhos foi preciso que Vieira acompanhasse a sua participação como colaborador e redator do *Jornal do Commercio*.

No término de 1850, Paranhos estreou a publicação semanal das "*Cartas ao Amigo Ausente*", na qual fazia referência à vida na capital.

A vida política que evoca Paranhos, os grandes problemas nacionais e externos, a profunda e básica transformação econômica, a vida social e mundana, os valores literários que encarnam e representam este momento, tudo isto define, caracteriza e ordena a trama obscura dos fenômenos históricos. 1850 é uma fase culminante, um período histórico definido, ideal e essencial, onde se reconhece nas diversas manifestações da vida e da

---

<sup>155</sup> VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do Visconde do Rio Branco*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992. p. 30.

unidade das transformações econômicas e da determinação de valores e fins espirituais".<sup>156</sup>

*“É a partir sim, da terceira Carta, quando ele repele as ousadas manifestações do prepotente e espalhafatoso caudilho de Buenos Aires, Juan Manuel Rosas”.*<sup>157</sup> "O painel que ao sabor de sua leitura se desdobra é imenso e diversificado. Vai dos simples gozos do lazer – e então tomamos conhecimento das passeatas, dos divertimentos da cidade, das festas populares, do reisado e folguedos juninos com suas fogueiras, fogos e balões – ao contrário da crédula formulação de nossa gente identificada nas procissões, nas festas de cunho religioso".<sup>158</sup> Contudo, se nelas ele imprime prazerosamente esses alegres instantes da recreação despreocupada e feliz, também se sente a tristeza, por exemplo, com que se refere às epidemias.<sup>159</sup>

As cartas que sustinham o visconde do Uruguai, ministro das relações exteriores e Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro plenipotenciário no Uruguai, se afluíram em afirmações positivas sobre as decisões tomadas na política externa com os países platinos. Constantemente, as cartas afluíam reflexões críticas contrárias aos presidentes da Confederação Argentina e da República Oriental do Uruguai. É a elas que Vieira atribuiu à posição política de Paranhos. Reconheceu nessas publicações a propícia oportunidade que colocou à frente das questões externas que assolavam as fronteiras meridionais. Também dedicou seus escritos para responder à inferência inglesa na questão do tráfico, consideradas pelo jornalista uma afronta à soberania nacional.

Ao adentrar em território uruguaio, Paranhos é delineado como o fiel companheiro e ouvinte de Carneiro Leão. Características que consagraram sua formação diplomática. A Missão Diplomática teria alcançado notadamente todos os objetivos para os quais foi convocada a representar. Tanto Carneiro Leão quanto Paranhos, foram notáveis defensores dos interesses que se sucederam entre 1851 e 1853. As estratégias utilizadas eram incapazes de serem retribuídas pelos inexperientes diplomatas uruguaio e argentinos. Acontece que a gente de Rosas era despreparada e não tinha entusiasmo pela ingrata causa que tentavam defender, e o seu general em chefe, sem estado-maior, sem técnicas, sem direção e tática, não conhecia estratégia.<sup>160</sup> A missão aguardava com entusiasmo os direcionamentos vindos do ministério. Tanta perspicácia advinha da superioridade militar e diplomática do Império, que, contudo, nunca as teria usado contra os países platinos. "É fora de dúvida que os governos da Argentina, com raríssimas exceções, sempre nos tiveram como seus inimigos cordiais, sem que jamais os tenhamos destrutado e, muito menos, sequer tentado prejudica-los".<sup>161</sup>

Desse modo, percebe-se que a historiografia que se dedica ao estudo da política, transita sobre três diretrizes, que analisam as relações internacionais, de modo muito simplista, não considerando a ação de outros agentes sociais, além do Estado: a do Império como interventor para salvaguardar as repúblicas platinas de sua barbárie provocadas pelas lutas partidárias e guerras civis; a do Império como o imperialista que subjuguava politicamente e economicamente os Estados recém surgidos, que

---

<sup>156</sup> José Honório Rodrigues reuniu e publicou essas cartas.

<sup>157</sup> Idem, VIEIRA, p. 59.

<sup>158</sup> Idem, VIEIRA, p. 61.

<sup>159</sup> Idem, VIEIRA, p. 61.

<sup>160</sup> Idem, VIEIRA, p. 93

<sup>161</sup> Idem, VIEIRA, p. 95

enfrentavam dificuldades internas em consolidar as instituições do Estado; a do Império como um dos pólos da disputa regional e dos conflitos provocados por desentendimentos de razões intrínsecas a história regional.

## **II. 1 - A produção historiografia uruguaia debate as relações internacionais no Rio da Prata**

A produção historiográfica uruguaia sobre suas relações internacionais com o Império brasileiro ainda é muito restrita. A maior parte desses estudos é apresentada em compêndios e enciclopédias, que ordenam cronologicamente a ocupação da região, a luta de independência, à produção econômica e as interferências estrangeiras, com destaque para a Inglaterra, França e Brasil. A memória construída sobre a atuação do Império na região é exteriorizada como uma ação imperialista interessada em garantir vantagens territoriais, comerciais e de navegação nos rios e nas lagoas próximas as fronteiras.

A interferência brasileira é profundamente criticada e vista com desconfiança por elucidar aos povos uruguaios suas aspirações conquistadoras e anexadoras. Os tratados de 1851, assinados após a queda de Oribe seriam a execução prática dessa política controladora e imperialista intensificada durante os confrontos bélicos. Essa historiografia revela um sentimento de nacionalidade pré-existente antes mesmo ao período da independência e que corroborou para justificar as lutas contra os interventores argentinos e brasileiros.

A produção historiográfica é muito espessada, com um discurso muito próximo, que se organiza ao redor da construção do estado nação, da identidade uruguaia e da intervenção brasileira, desde as obras de final do século XIX até o final do século XX. É apreciável delimitar nossa escolha pela produção historiográfica uruguaia, visto que o objeto se propõe a estudar as relações internacionais em meados do oitocentos com o país, ou melhor, não serão discutidos autores argentinos, por considerarmos que após a independência o país direcionou suas atenções a formar um corpo de representantes internacionais que se colocassem à frente das possíveis manifestações e ações intervencionistas dos países vizinhos. Portanto, os comentários sobre a historiografia latino-americana serão sempre vinculados aos historiadores que se dedicam à compreensão da República Oriental do Uruguai.

Pascual<sup>162</sup>, em sua obra, *Apuntes para la Historia de la Republica Oriental Del Uruguay, desde el año de 1810 hasta el de 1852*, explana a necessidade de se estudar das relações entre a República Oriental e os países vizinhos localizados em sua fronteira, principalmente a Confederação Argentina e o Império do Brasil, o que deveria ser construído com a elaboração de biografias, singulares em discutir as questões nacionais. A intenção da obra não era se apresentar como uma crônica dos Estados platinos, mas se propôs a estabelecer apontamentos históricos, que auxiliariam a edificação da história nacional.

A participação do império do Brasil e da Confederação Argentina em território uruguaio foi contestada, sendo aflorado o sentimento de vitória brasileiro sobre o

---

<sup>162</sup> Deodoro de Pascual foi estudioso de história e levantou documentos em arquivos brasileiros para a elaboração da obra.



bonaerense, que segundo o autor, não atingiu seus interesses comerciais e suas intenções expansionistas. A Convenção Preliminar da Paz afiançou os direitos brasileiros e argentinos de navegação nos rios platinos e a liberdade uruguaia, desvinculada dos dois Estados.

Por esta convencion ganó la Banda Oriental su independencia é integridad (...) Por esta convencion se abrieron el Rio de la Plata y sus afluentes majestuosos al comercio de ámbos países; pero el que ganó em realidad fué el Brasil, porque no puede Haber reciprocidad em donde no hay igualdad de intereses<sup>163</sup>.

Alberto Zum Felde<sup>164</sup> publicou o livro *Proceso histórico del Uruguay*, em 1920. No prólogo elaborado para a sétima edição em 1967, o autor já destaca a importância do diálogo da obra dentro do campo historiográfico uruguaio, a partir da interlocução com as demais discussões produzidas a partir da década de 1920, que segundo o autor nada trouxeram de novo ao debate historiográfico. “*Permance siendo el único em su género, que se há realizado entre nosotros*”<sup>165</sup>. *Nuestra producción historiográfica cuenta com muy valiosos trabajos, anteriores y posteriores, áurea de determinados aspectos sucesos o figuras*”<sup>166</sup>.

A reconstrução da história uruguaia, desde o período colonial até o início do século XX, é elaborada a partir de acontecimentos citados como fundadores do espaço geográfico e territorial, da nacionalidade e da organização institucional do Estado. O capítulo de maior discussão sobre a formação do estado uruguaio e sua emergência soberana é “*La Guerra Grande y la Defensa de Montevideo*”, que se propôs a discutir: las Orígenes de la Guerra Grande; La política anexionista del gobierno argentino y la rivalidad de los Caudillos orientales; Intervención de Rosas em la política interna del Uruguay; Identificación de los partidos tradicionales uruguayos con los partidos históricos de la Argentina: Unitarios y federales.

A Guerra Grande de 1851 é interpretada a partir de duas motivações, sendo o conflito o último expoente do longo e grave processo de independência do Uruguai: “La rivalidad de los Partidos Tradicionales del Uruguay recién formados, y los planes de sometimiento y reincorporación de la Banda Oriental al Gobierno Central de las Provincias Unidas, puesto em acción por el tiano Don Juan Manuel Rosas”<sup>167</sup>. Frequentemente os estudos realizados sobre o processo de independência uruguaio levam em conta apenas o domínio português e as histórias de dominação espanhola, não se remetendo as constates tentativas de Rosas.

---

<sup>163</sup> PASCUAL. Antônio Deodoro de. *Apuntes para la Historia de la Republica Oriental Del Uruguay, desde el año de 1810 hasta el de 1852*. Tomo I. Paris: Th. Decessois, 1864. p.324.

<sup>164</sup> Alberto Zum Felde (Bahía Blanca, 1889 - Montevideu, 1976) foi um crítico e ensaísta uruguaio nascido na Argentina. Escreveu para os mais importantes periodicos uruguios. Foi membro da Academia Nacional de Letras do Uruguai Recebeu vários premios literarios por sua contribuição a escrita uruguaia.. Dicionário de Literatura Uruguaia. Montevideo: Arca; Credisol, 1987.

<sup>165</sup>\*Vale ressaltar que a primeira edição da obra foi publicada em 1919. FELDE, Alberto Zum. *Proceso histórico del Uruguay*. Montevideu; Arca Editorial, 1967. p.5

<sup>166</sup> Idem, p.5

<sup>167</sup> Idem, FELDE, p. 127

La lucha contra el poder hispano terminó em 1814; y la que se sostuvo contra El dominio luso-brasileiro duro del 17 a 28. Pero La lucha contra La política de sujeción y reincorporación de La Banda Oriental al gobierno porteño perduro médio siglo, directa o indirectamente, y sus diversos episodios se fueron desarrollando dentro y a través de las otras luchas contra las dominaciones extranjeras. La Guerra Grande y El Sitio de Montevideo, integran a sua vez, la historia de las Provincias Unidas del Río de la Plata, y por tanto la de la Confederación Argentina, en el período más crítico y decisivo de su formación; pues, ES evidente que todos los sucesos del Uruguay, hasta octubre del 51, son inseparables, em SUS causas y em SUS efectos, de la historia argentina, dentro de la qual tienen un lugar tan importante como dentro de la propia historia uruguaya<sup>168</sup>.

O grave conflito uruguaio-argentino perdurou por mais vinte 20 anos, sendo instaurada a partir da assinatura do Tratado de Paz de 1828 uma disputa entre o Império Brasileiro e a Confederação Argentina pelo controle desse território. As heranças coloniais de conflito entre Espanha e Portugal eram levadas a diante. A recém formada República surgia entre os dois pólos fundadores dos conquistadores europeus: a Colônia de Sacramento e Sete Povos das Missões. A aprovação da Constituição uruguaia, em 1830, foi celebrada no horizonte dos entendimentos que deveriam ser mantidos para garantir a paz, o que acabou por não acontecer, já que as lutas partidárias e os conflitos diplomáticos se estenderam.

Felde estabeleceu uma estreita relação entre a Confederação Argentina e a República Oriental, chegando a considerar que a história uruguaia somente teve início com a queda de Rosas em Monte Caseros. A construção da soberania uruguaia alavancou-se anteriormente, mas só poderia ser reconhecida em 1851. O primeiro momento da arrancada soberana deu-se em 1811, durante a emancipação se distendeu até a Convenção Preliminar da Paz de 1828, que deu abertura ao segundo período findo, em 1851. O terceiro emanaria até o início do século XX.

En la primera etapa, la historia uruguaya es la de un territorio integrante de esse indefinido y amorfo que componem las Provincias Unidas (o desunidas) del Plata, produto anárquico del desmembramiento del antiguo. Virreinato, y las guerras de Artigas com Buenos Aires, verdaderas guerras civiles. La segunda, és de carácter intermedio dúplice. La antigua Provincia se há segregado, convitiendose em República, a pesar de los esfuerzos argentinos por retener-la y a pesar, asimismo, de la voluntad bien manifiesta de una parte de los propios uruguayos, encabezados por Lavalleja<sup>169</sup>.

O governo de Rosas se aproximou de Oribe e Lavalleja propondo a destruição política de Rivera e Lavalle, o que permitiu um encruzamento dos laços políticos entre blancos, colorados; unitários e federalistas. *“Rosas es también, em gran parte, um*

---

<sup>168</sup> Idem, FELDE, p.127.

<sup>169</sup> Idem, FELDE, p.130.

*personaje de la historia uruguia, em la que truvo intervención profunda y duradera*”<sup>170</sup>.

A arrogância Rosista teria chegado ao máximo, ao exigir que Oribe apoiasse a reincorporação do Uruguai ao território do antigo Vice-Reinado do Prata, mas segundo Felde o general uruguaio convocou uma Assembléia de Notáveis, composto apenas por membros de seu partido, que indeferiu tal medida, defendendo a pátria. Vale ressaltar, que há uma constante recuperação histórica do caudilhismo e das guerras platinas examinados como projetos políticos das organizações primitivas de poder que escapavam da normalidade jurídica constitucional, já que tais fenômenos tiveram início mesmo antes do juramento legal das leis.

El gral. Lavalle, Jefe del Partido Unitario argentino y la personalidad más influyente de la oposición a Rosas, pasa al territorio oriental com una importante fuerza argentina uniéndose em la campaña al Gual. Rivera. Y, a su vez Rosas, aliado de Oribe, apoya militarmente a Su Gobierno enviando um fuerte contingente de Tropas federales al mando de Lavalleja<sup>171</sup>.

As provas das tentativas de reincorporação rosista, apontado como o Luís XIV argentino, seriam:

a) en el desembazo de intenciones que significa la propuesta formulada al próprio Oribe, todavia presidente de la República, de ayudarle eficazmente contra la revolución de Rivera, a cambio de la reincorporação, anulando el Tratado de Independencia del año 28, intriga que la canallería urugaya desbaraló com su enérgica y decisiva intervención, lo que seguramente, decidió la hostilidade de Rosas contra Rivera y su núcleo político b) Oribe, em 1847, tentar anular las tratativas de paz, por mediación anglo francesa c) Em la cláusula del pacto de paz entre Rosas y Francia en el 40, por ela que se supeditaba la independência del Uruguay a la convención argentina, invocando sus “derechos naturales”<sup>172</sup>.

A Guerra Grande remete a outro importante momento histórico do território do rio da Prata e não somente do Uruguai. Oribe e seu correligionários são chamados de “*Defensores de las leys*” e posteriormente de “*Defensores de la Independencia America*”, título do periódico oficial de Defesa de Cerrito, sede do governo de Oribe, que teria garantido a continuidade da liberdade política do território. “*Tambiém Rosas, como ya hemos visto, al resistir a los ultimátuons y los bloqueos anglo-franceses, defendia, según sus partidários, la Soberania argentina y americana*”<sup>173</sup>.

---

<sup>170</sup> Idem, FELDE, p.137.

<sup>171</sup> Idem, FELDE, p.136-137.

<sup>172</sup> Idem, FELDE p.161.

<sup>173</sup> Idem, FELDE p.159.

A publicação dos *Anais Históricos do Uruguai* por Eduardo Acevedo<sup>174</sup>, em 1934 apresenta uma longa discussão sobre a formação do Estado uruguaio a partir de uma negociação diplomática com a Confederação Argentina e o Império do Brasil. A edificação de uma “história nacional” seria inerente a um sentimento de identidade construído durante o período colonial. A fim de demonstrar de maneira coerente a formação das instituições políticas e a participação dos atores envolvidos, o autor revela dados estatísticos, econômicos e populacionais desde o período inicial da ocupação da região. A partir da investigação do passado histórico a Banda Oriental revela a notória intervenção de outros Estados que permearam e deflagraram os conflitos na região.

A obra esta dividida em quatro tomos. Em cada um deles é efetuada uma temporalidade dos governos presidenciais. O Tomo II é de suma acuidade no estudo historiográfico da diplomacia uruguaia, pois alenta os principais projetos políticos dos governos compreendidos entre 1838 e 1860. O autor oferece uma longa altercação acerca da diplomacia uruguaia, desde o sítio de Montevideu até a derrota de Oribe. Nessa análise são manifestadas as tradicionais percepções sobre a diplomacia brasileira, vista como ameaçadora e de interferência nociva. No capítulo XIX “*Entram en la guerra el Império del Brasil y la provincia de Entre Ríos*” são demonstradas as ações de interferência brasileira a favor unicamente de seus interesses que ficaram ainda mais claros ao final da *Guerra Grande*. Após o conflito, a República Oriental teria perdido de tratado a tratado, muitos territórios, arrancados pelas ações diplomáticas e pelos conflitos militares.

Ya temos dicho em que consistían esos tratados: el de alianza, que convertía al Brasil em director armado de la política interna del Uruguay; el de subsidios que complementaba esa influencia com el poderoso resorte de los prestamos; el de extradición, que obligaba al Uruguay a convertirse em carcelero de los esclavos del Imperio; el de comercio, destinados a estimular el desarrollo de los saladeros brasileños a expensar de los saladeros orientales; y de limites que el doctor Juan Carlos Gómez se encargo más tarde de caracterizar así<sup>175</sup>.

*Historia de la República Oriental del Uruguay 1830-1930* de Juan Pivel Devoto<sup>176</sup> discutiu de forma sucinta a presença da diplomacia brasileira, que mais uma vez identificada como dominadora e controladora da política externa, que impunha uma razão internacional aos demais Estados platinos, subjugados por uma ação intervencionista. A análise se fundamenta numa larga documentação levantado no Arquivo Artigas e no Arquivo General de la Nación.

---

<sup>174</sup> Eduardo Acevedo. (1857-1948) Foi historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai.

<sup>175</sup> ACEVEDO, Eduardo. *Anales históricos del Uruguay*, t. I. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos, 1933.p 381.

<sup>176</sup> Juan E. Pivel Devoto (Paysandú, 1910 – Montevideo, 1997), historiador, investigador, educador e político uruguaio pertencente ao Partido Nacional, e identificado com a corrente nacionalista, que privilegia os estudos históricos para discutir a fundamentação da nação no século XIX. Em função disso, sua obra é definida como a partir de um olhar de construção da nacionalidade uruguaia.

Também é importante ressaltar a produção do historiador Carlos Real de Azúa<sup>177</sup>, em *“La historia política: El pensamiento de Artigas”*, que direcionou um dos capítulos da obra para abordar a “Guerra Grande” e o envolvimento brasileiro na região. Antes mesmo, de discutir a questão do conflito, já é demonstrada a preocupação do autor ao redor da história política uruguaia, que construiu uma memória carregada de estereótipos sobre a República, apresentada como a região do porto internacional de Montevideu, e de um dos líderes do processo de independência, José Artigas, percebido como o libertador, o bom caudilho, o pacificador e o defensor dos povos. *“Es el Uruguay “tierra purpúrea”, ruedo colorido y violento, pago clasico de lãs guerras civiles y de pasiones partidárias ancestrales”*<sup>178</sup>.

A Guerra Grande estaria arrolada à preeminência de dois grupos: colorados e blancos, defensores de projetos políticos diferenciados que iam de encontro ao federalismo. Assim, o conflito seria fruto dessas questões intrínsecas do território, federalismos e partidos políticos. A divergência sobre tais assuntos teria se intensificado a partir das pressões argentinas e brasileiras, que o autor denomina de “imperialistas” e defensoras da elite burguesa liberal que vivia no Rio de Janeiro e Buenos Aires interessadas no declínio e na ocupação do território uruguaio. A vitória brasileira em 1851 teria garantido a assinatura dos tratados de 1851, que:

habían configurado um Uruguay dependiente del Brasil em decisivas matérias, como si el drástico recorre de sus posibilidades territoriales hubiera sido poço para pagar el “triunfo de um civilização” tal como los hombres de la Defensa lo concebían<sup>179</sup>.

Tais posicionamentos também podem ser observados na obra *“Los orígenes de la nacionalidad uruguaya”* do mesmo autor, que no capítulo XIII *“No habia nada a que unirse”*, argumenta que a interferência Argentina seria motivada por Buenos Aires, já que a república só teria se formado em 1880, momento em que as lutas soberanas e federalistas entre as províncias teria dado lugar a um projeto político nacional.

*Breve historia del Uruguay* de Luís Benvenuto<sup>180</sup> discutiu no capítulo *“El territorio - Tierras de ningun provecho”*, a forma de compreender a ocupação e a formação geográfica do Estado uruguaio, a partir de sua localização como um Estado vizinho aos dois mais extensos países sul-americanos, cercado por uma importante fonte hídrica motivadora do comércio fronteiriço, motivado pelas vendas do charque produzido na região, em função do ingresso no século XVIII de gado. O porto de Montevideu oferecia à época as melhores condições de aproveitamento econômico, sendo utilizado para exportar diferenciados produtos<sup>181</sup>, que chegavam até mesmo de países fronteiriços.

---

<sup>177</sup> Carlos Real de Azúa (Montevideo, 15 de marzo de 1916 - 16 de julio de 1977). Foi advogado e professor de literatura. Atuou como professor de ciência política na Universidad de La República. Também lecionou no Instituto de Profesores Artigas.

<sup>178</sup> AZÚA, Carlos Real de. *La historia política: El pensamiento de Artigas*. IN: Enciclopédia Uruguaya. Montevideu: Arca, 1968. p.2.

<sup>179</sup> Idem, AZÚA, p. 9.

<sup>180</sup> BENVENUTO, LUIS. *Breve historia del Uruguay*, Montevideo, Arca, 1981. O autor é professor de história e ciencia política.

<sup>181</sup> Esse porto também era utilizado para o contrabando de charque nas fronteiras.

A ação da diplomacia na década de 1850 é apontada pelo autor como intervencionista, o que chama atenção para o fato de que foram os conflitos internos que acabaram por modificar a política externa brasileira para a região. O que significa afirmar que a luta entre *colorados e blancos*, as guerras civis e sítio de Montevideú facilitaram as intervenções estrangeiras. “*No podia idearse situación más propicia para facilitar intervenciones externas. El gobierno de la Defensa se subordinó a los intereses extranjeros, que eran irresistibles en una ciudad con más comerciantes y combatientes franceses, italianos o argentinos que criollos*”<sup>182</sup>.

A visão construída sobre a ação diplomática brasileira é identificada com a historiografia já discutida anteriormente, que mantém uma visão carregada de simbologias e memórias que consideram a expansão portuguesa e imperial fruto do imperialismo brasileiro sobre as repúblicas livres platinas.

Outro importante historiador uruguaio que se dedica ao estudo da formação desse estado e de seus diálogos com os demais países vizinhos é Edmundo Narancio, que já foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, correspondente da Real Academia de História e de outras várias corporações acadêmicas Ibero-americanas. Atuou como embaixador e Ministro da Educação e Cultura. Sua produção historiográfica teve início, em 1948, com a publicação da obra “*El origen del Estado Oriental*”.

Em sua publicação “*La independencia del Uruguay*” de 1992, dividida em sete partes, o autor argumenta sobre os principais acontecimentos e ações que levaram ao processo de formação da República do Uruguai, sua Independência, a Revolução Artiguista, a Invasão portuguesa, a Convenção Preliminar da Paz, que garantiu a emancipação uruguaia garantida pela promulgação da carta constitucional de 1830.

Entretanto, a questão mais relevante de suas investigações é o estudo sobre a formação das fronteiras. Narancio aborda a existência de duas zonas de limites entre a Banda Oriental e o Império do Brasil. Uma fronteira seria a defensiva contra o expansionismo lusitano e a outra teria um caráter interno “*dentro del propio país, de contornos también imprecisos y cambiantes que separó a los asentamientos españoles, urbanos o rurales, de los indios alzados*”<sup>183</sup>.

Lo que interesa de la primera es que por su condición de poco poblada em forma estable, que ocupada por um sector marginal de la sociedad rioplatense – hombres <<suelos>>, delincuentes prófugos, contrabandistas españoles y portugueses, gaúchos, esclavos huidos, mulatos, mestizos, indios alzados, desertores, marineros”<sup>184</sup>. Por lo demás, esa zona fronteriza fue también teatro de la expansión portuguesa y u rechazo por los españoles, según quedo expresado más arriba. La historiografía se há ocupado de los aspectos políticos y militares de esos enfrentamientos pero creemos que no se há dado la debida importância a la influencia de estos episodios em la sociedad de la Banda Oriental, particularmente nas regiones colonizadas”<sup>185</sup>.

---

<sup>182</sup> Idem, BENVENUTO, p. 19.

<sup>183</sup> NARANCIO, Edimundo. *La Independencia del Uruguay*. Madrid: MAPFRE, 1992. p. 28.

<sup>184</sup> Idem, NARANCIO, p.28.

<sup>185</sup> Idem, NAHUM, p.32.

A obra de Benjamín Nahum<sup>186</sup> “*Breve história del Uruguay independente*” publicada, em 1999, esta dividida em vinte e três capítulos, sendo os sete primeiros dedicados ao entendimento da história uruguaia até a segunda metade do século XIX. Debruçar-se sobre essa obra recente é de suma importância para a abrangência dos estudos das relações internacionais na região platina.

O autor realiza um estudo geográfico das condições naturais e históricas, que formaram a Banda Oriental. O autor faz um retorno ao ano de 1516, ao momento da conquista de Fernando de Magalhães, dando conta dos espaços geográficos específicos que foram sendo ocupados ao longo do rio Uruguai. Há uma descrição continuada de tempo e da geografia do ambiente platino. Além disso, concluiu que a localização do território Uruguaio ou da Banda Oriental funcionou como um marco de fronteira, entre Espanha e Portugal, e logo entre seus herdeiros. Não há preocupação com a contextualização da obra, mas sim com um continuado retorno ao pensamento historiográfico de que haveria um território pré-definido antes mesmo da formação dos Estados nacionais.

A questão da Colônia de Sacramento e da formação dos Sete Povos das Missões é analisada dentro do sistema de montagem e criação dessas colônias, tanto por Portugal quanto Espanha, como um fator determinante para o futuro da região. No segundo capítulo é ordenado um estudo sobre a formação de Montevidéu dentro do espaço colonial espanhol. São retomadas as assinaturas do Tratado de Santo Ildefonso de 1º de Outubro de 1777, quando a Espanha recebeu a Colônia de Sacramento, com o objetivo de frear o expansionismo lusitano na América meridional.

Além da cidade Montevidéu, a Espanha se preocupou em instituir novos estabelecimentos com a fundação de novos cabildos como Colônia, São José, Maldonado e Soreano. O autor enfatizou que a cidade Montevidéu foi por um longo período um centro de lealdade ao governo espanhol, contrário a rebelião emancipatória que se principiou em Buenos Aires e nas províncias do interior do litoral. A verdade de seus interesses estava em se manter ligados a Espanha, por apreenderem que desde o final do século XVIII, os portugueses haviam ocupado territórios localizados ao norte, assim como as áreas permeadas pela Lagoa Mirim, situadas em território espanhol.

A cidade de Montevidéu tornou-se um ponto de partida para a tentativa de impedir a ocupação inglesa na América. Mas, Montevidéu não resistiu às invasões por muito tempo e no ano de 1807, após alguns meses, a cidade também foi ocupada pelos ingleses. O autor apresenta a partir daí a justificativa para o rompimento entre a colônia espanhola e a Metrópole.

A partir de periódico *La Estrela de Sur*, bilíngüe, eram manifestados os discursos e ideias políticas contrárias ao domínio espanhol na América e as vantagens da liberdade dos portos motivada pelos ingleses. Esse seria o motivo apresentado para a formação, em 1808, de uma junta em Montevidéu criada na América em consonância com a que havia na Espanha. O período de ocupação, de colonização e povoamento da região uruguaia teria sido muito mais breve do que as regiões ocupadas e colonizadas pelos espanhóis como México e Peru. Essa brevidade do período de ocupação não teria permitido uma fundamentação desprezível pelas ações políticas e espanholas,

---

<sup>186</sup> Nahum se dedica a compreender a formação do Estado uruguaio.

permitindo aos uruguaios criar um ambiente diferenciado dentro do território americano.

O autor propõe-se a compreender as conseqüências da formação da junta de Montevideú, em 1808. “*Poco después estalló em Buenos Aires el movimiento que instaló la junta de Mayo de 1810, iniciándose así el proceso revolucionario em el Río de la Plata*”<sup>187</sup>. Em 1810, constituiu-se em Buenos Aires La Junta de Mayo, inaugurando um processo na campanha Oriental de rompimento com a Espanha. Neste mesmo ano, José Artigas deixou o cargo no exercito e se uniu a defesa da liberdade dos muros de Montevideú. O enorme prestígio que gozava o dirigente das tropas permitiu a este grupo a defesa do interior Oriental. A composição do exército popular por José Artigas teve sua primeira vitória em maio de 1811.

A dominação espanhola encontrava-se ameaçada e a cidade de Montevideú e tornou um espaço singular para tropas espanholas, que ocupavam a cidade. O governo de Montevideú ao enfrentar essa situação de conflito, encaminhou um pedido de auxílio ao governo português, que enviou tropas para a região. A situação novamente mudava no Prata, o governo “patriota”<sup>188</sup> via-se não mais na situação de defender a Espanha, mas de impedir a entrada das tropas portuguesas.

Essa teria sido a razão para o que Artigas definiu como “*éxodo de pueblo oriental*”, que transformou o chefe Oriental no líder do exército, que conduziu homens e mulheres contrários à continuidade da intervenção espanhola na América meridional.

“Artigas y su ejército, que no querían volver a someterse a la arbitrariedad virreinal, iniciaron una retirada del territorio de la Banda Oriental que fue acompañada por la mayoría de la población. Es el episodio que se conoce como el Exodo del Pueblo Orinetal”<sup>189</sup>.

A rivalidade entre o porto de Buenos Aires e o porto de Montevideú seria mais um motivo dispensor dos confrontos locais. Montevideú reconhecia Buenos Aires como uma cidade hostil que tentava impor e dirigir o processo revolucionário, a fim de garantir vantagens sobre os comerciantes e sobre a população local. O intuito estava em herdar na América Latina os privilégios antes diretamente estabelecidos pela Espanha.

Em 1813, Buenos Aires convocou uma assembléia Geral Constituinte entre os antigos territórios do Vice-reinado do Prata. Os orientais reuniram-se no Congresso de 5 de abril de 1813 e elegeram os deputados que iriam representá-los diretamente no Congresso. As propostas aprovadas pelos deputados uruguaios determinaram como ideais políticos que deveriam ser garantidos e levados adiante em Buenos Aires, demonstrando seu objetivo em garantir um governo que legitimasse a independência, a república, a democracia liberal e a federação.

---

<sup>187</sup> NAHUM, Benjamín. *Breve historia del Uruguay independiente*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. p. 14.

<sup>188</sup> Nahum designa o exercito patriota como o defensor de Montevideú contra as invasões portuguesas e espanholas.

<sup>189</sup> Idem, NAHUM, p.15.



Las propuestas fundamentaes eran: independéncia, república, democracia liberal y federación. La primera significaba la ruptura total com España; la segunda y la tercera, el establecimiento de um sistema de gobierno similar al de Estados Unidos; la cuarta, el reconocimiento de la “soberania de los pueblos” a través del establecimiento de um gobierno autónomo para cada provinciay outro central compuesto por delegados de todas ellas<sup>190</sup>.

Em janeiro de 1815, as tropas de Artigas conseguiram derrotar as tropas de Buenos Aires, dando início ao primeiro governo autônomo de todo o território da Província Oriental dirigido por Artigas e por um governador do cabildo eleito popularmente. Uma das mais destacadas ações do governo, estabelecida após a expulsão de Buenos Aires, foi à aprovação do regulamento provisório de La Província Oriental, que delineou as normas para recuperação econômica da província, devastada pelos anos de guerra, o que ao final garantia os direitos dos cidadãos. O regulamento provisório provocou muitos questionamentos sobre o direito de propriedade dentro das classes altas orientais, que foram se opondo ao discurso político de Artigas. A invasão portuguesa em 1806 não permitiu o cumprimento do regulamento, mas revelou pendências ao igualitarismo social bastante insólito no marco geral do movimento de independência pan-americano.

Artigas foi apelidado de “*protetor de los pueblos*” em função de sua ação política, no período entre 1814 e 1816, quando articulou as províncias do litoral e do interior argentino e arrolou as idéias ligadas ao federalismo, colocando-se à frente do movimento como o proclamador das idéias de liberdade contra as pressões centralistas do governo de Buenos Aires. Foi assim que se formou a liga federal, integrando a cidade e as províncias de Corrientes, Entre Ríos, Misiones, Santa Fé, Córdoba e da Província Oriental.

Zorrilla de San Martín<sup>191</sup> em sua “*La epopeya de Artigas*” declarou que o líder uruguaio foi o fundador da nacionalidade, admitindo que a mesma já existisse, mas que foi preciso defini-la frente aos interesses de outros Estados, que pressionaram tanto de forma diplomática quanto militar a Banda Oriental.

Outro importante historiador que se destaca em relação à formação do Estado do Uruguai e suas relações diplomáticas com o Império é Fernando Assunção, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai e correspondente da Real Academia de História da Espanha, Portugal e Argentina. Na Conferência pronunciada no Cabildo de Montevideú, em 1992, que tratava o “Ciclo da Identidade Nacional”, organizada pela Intendência Municipal de Montevideú, o autor revela que as ideias de nação e independência já eram conceitos sociais vivenciados antes mesmo da antiga formação do Estado<sup>192</sup>.

---

<sup>190</sup> Idem, NAHUM p.15.

<sup>191</sup> Juan Zorrilla de San Martín nasceu em Montevideu em 28 de dezembro de 1855 e faleceu na cidade, em 3 de novembro de 1831. É conhecido como o maior poeta uruguaio, em função de seus textos nacionalistas que exaltam as figuras dos heróis. MARTÍN, Zorrilla de San. *La epopeya de Artigas*. Montevideú: Imprensa Nacional Colorada, 1950. A primeira edição foi lançada em 1910.

<sup>192</sup> A Conferencia do autor foi publicada. ASSUNÇÃO, Fernando. *De Uruguay, América y el mundo*. Montevideu: Gordon, 1993.

O crescimento da popularidade de Artigas aterrorizava tanto Buenos Aires quanto aos portugueses, os quais, em agosto de 1806, invadiram novamente a Província Oriental. A intenção dessa invasão era destruir o governo de Artigas, cuja imagem foi construída pela visão de caudilho e revolucionário. A partir da invasão das tropas portuguesas, Montevidéu acabou sendo ocupada, em 20 de janeiro de 1807, mas a luta continuou por mais seis longos anos no meio rural uruguaio.

Após a invasão portuguesa as forças de Artigas foram perdendo inúmeros conflitos e o apoio de Entre Ríos, Corrientes e Santa Fé, que acabaram assinando um armistício com Buenos Aires. Deste modo, o governo artiguista viu-se abandonado frente às tropas portuguesas, lutando solitariamente. Artigas acabou se retirando, sendo incorporado o território uruguaio, em 1821, com o nome de Província da Cisplatina.

O entendimento e reconhecimento dos episódios que protagonizaram o pedido da independência foram destacados pela liderança de Antônio Lavalleja e a interferência inglesa e francesa na região. O líder uruguaio teria formado, em abril de 1825, um grupo de resistência que desembarcou no território oriental para impedir o controle. Em 25 de agosto de 1825, a Assembléia formada por Lavalleja proclamou a independência da província e sua união as demais províncias de Rio da Prata. Nesse mesmo ano teve início a guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Em 1827, a Grã-Bretanha interveio na região, a favor da liberação comercial do Prata ao comércio internacional, argumentando que a permanência portuguesa impedia a liberdade dos portos. Ao apresentar a hipótese de que a Grã-Bretanha estaria interessada na abertura comercial dos portos, percebemos uma interrupção do autor entre duas grandes correntes historiográficas, que se diferem quanto à participação estrangeira no movimento de independência. Uma potencializa essa ação e outra não encontra nessa motivação a singularidade desses movimentos, projetando interesses locais para a realização do processo de independência. Deste modo, percebe-se que o autor revela tanto uma motivação interna como uma motivação externa para o processo de independência, o que de fato permeia uma discussão não conflituosa da historiografia uruguaia.

La Idea de la independencia absoluta había ganado también la mayoría de los orientales, los que “no eran ni serían jamás argentinos ni brasileños”. Esa solución fue la que se adoptó em definitiva por la Convención Preliminar de la Paz<sup>193</sup>.

Nahum, em sua investigação, chama atenção para a relevância do período da independência, onde os uruguaios estariam dotados de um caráter nacionalista, que permitiu a reconstrução de um passado histórico comum, o que fez com que, não desejassem nem se juntar aos argentinos, nem tampouco aos brasileiros. Enfim, os variados obstáculos encontrados desde o nascimento da república e da nacionalidade uruguaia são exemplos de como os projetos políticos imbricaram-se na região. A existência desse longo conflito com Argentina e Brasil mostrava o propósito não só de ocupar, mas de anexar o território Uruguai.

---

<sup>193</sup> Idem, RODRIGUES E STEIFUNS, p.20.

Após o processo de independência ocorreram as primeiras eleições no estado Uruguai. O presidente eleito foi o general Frutuoso Rivera, que assumiu em 24 de outubro de 1830. A eleição desse candidato teria atingido o interior e as áreas agrícolas, mantendo-se afastado da cidade, da área de dominação política do território. Durante o governo a administração política ficou a mão dos “*doutores amigos*”, aqueles que tinham colaborado com a dominação portuguesa. Tal fato revela uma importante tarefa da presidência em 1830 procurar criar e reformular as questões herdadas das diversas dominações passadas: espanhola, portenha, portuguesa e brasileira. Além disso, o governo deveria procurar resolver as crises econômicas herdadas das guerras de 1816, 1818, 1822 e 1823 e 1825. O governo também preocupou-se em criar uma política externa efetiva, já que os tratados assinados, em 1828, tanto com o Brasil quanto com a Argentina não solucionaram a questão de limites que devia ser solucionada posteriormente.

El desorden de la Administración pública, agravado por estas guerras internas, y la falta de solución a los problemas pendientes, también contribuyó a desprestigiar a Rivera, quien apenas cumplidos sus cuatro años de mandato, em octubre de 1834, dejó su cargo para ocupar la Comandancia General de la Campaña, hecha a su medida de Caudillo rural, libre para repartir tierras y ganados<sup>194</sup>.

Em 1838, foi eleito presidente o general Manuel Oribe, o antagonista de Rivera. Sua preocupação girou em torno de resolver e ordenar a administração pública popular, os gastos do governo e combater a corrupção. Durante esse período surgiram as divergências entre os dois partidos políticos regionais. O primeiro usava uma faixa colorida, por isso o partido era chamado de *colorado*. Já Oribe adotou uma faixa branca com a inscrição: defensor das leis; seus seguidores passaram a ser chamados de *blancos*.

Tal oposição evidencia-se pela ajuda prestada pelos unitários argentinos a favor de Rivera, que invadiu o Rio Grande do Sul e dali o território Uruguai enfrentando diretamente Manuel Oribe, que contou com o apoio do governador da Confederação Argentina e presidente da província de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas<sup>195</sup>. O autor transmite em sua análise uma preocupação em não se observar com negatividade as figuras de Oribe e Rosas, pois ambos possuíam interesse na restauração da ordem e da autoridade em uma sociedade considerada demasiadamente enraizada por hábitos contraídos durante os vinte anos da Revolução de Independência.

Oribe não conseguiu mais manter o controle da cidade. Nesse momento o presidente deixou o país e se estabeleceu em Buenos Aires passando a contar com maior assistência de Rosas, que o reconheceu como presidente do Uruguai. Percebe-se assim, o ponto de vista do autor em relação aos governos Oribe e Rosas, personagens de uma história meridional, que lutaram a favor de um processo de independência e pela

---

<sup>194</sup> Idem, NAHUM, p. 29.

<sup>195</sup> A ajuda de Rosas foi limitada, nesse momento por estar envolvido em conflitos com a França que havia bloqueado o porto em Buenos Aires e buscava interromper também o comércio direto com Montevidéu.

restauração do controle político, a fim de coibir a anarquia das revoluções que tiveram início durante o processo de independência.

A situação internacional do país era extremamente grave. A Espanha não reconhecia o processo de independência e nem a formação do novo Estado uruguaio. O Império é qualificado como uma nação imperialista e ambiciosa por conseguir parte do território nacional. Desse modo, o Império Brasileiro seria uma ameaça aos interesses da recém formada república, que, à custa da independência, lutou contra os grandes inimigos externos, inicialmente contra a própria Espanha e posteriormente contra a Argentina e o Brasil.

O Uruguai nascia na América com uma nação que verdadeiramente teria lutado a favor das idéias liberais do século XIX. O sentimento oriental de nacionalidade teria surgido no momento em que os concidadãos compreenderam o processo de formação e a luta pela fundamentação da liberdade do Estado Nacional.

Era necesario pacificar la campaña y terminar com los innumerables pleitos que se disputaban la tierra. Para ello e emitieron diversas leys, decretos y reglamentaciones, a veces contradictorios, que pronto formaron una enmarañada legislación incapaz de resolver el problema de la legitimación de la propiedad rural<sup>196</sup>.

O estudo do período da Guerra Grande, entre 1839 e 1851, discutiu a aproximação das vinculações políticas entre os colorados com os unitários argentinos e dos blancos com os federalistas, o que o autor aponta como baixo nível de conscientização nacional tanto no Uruguai quanto na Argentina, características políticas inerentes ao período de formação dos estados nacionais.

No primeiro período da guerra, entre 1839 e 1846, Oribe e Rosas conseguiram manter uma aliança que se sustentou até a década de 1850. Em 1846, o Estado do Uruguai foi invadido e ocupado, ficando a capital sitiada até outubro de 1851. A segunda etapa da guerra foi nomeada de *Sítio Grande* convertendo-se Montevideú na chamada *Nova Tróia*, expressão utilizada pelo romancista francês Alejandro Dumas.

Os conflitos continuaram até o início da década de 1850, quando os orientais reconheceram a guerra como terminada. Para isto, foi preciso que Urquiza, governador de Entre Rios assinasse uma coalização com o Brasil e Corrientes. Foi a partir daí que o território uruguaio foi invadido e Manuel Oribe foi derrotado. O autor destaca que, após a guerra, surgiu pela primeira vez o sentimento de nação, que falou mais alto entre os orientais, superando os partidos políticos, o que consolidou definitivamente a solenidade do estado do Uruguai.

O autor salienta que muito proprietários orientais ainda de origem colonial foram arruinados com a guerra, acabando por vender suas terras, estas perderam um terço de seu valor comercial, tanto no litoral como no interior ou nas regiões próximas às fronteiras, o que representava um terço do território nacional. A importante aliança culminou com a assinatura de um acordo entre o Império brasileiro e os uruguaiois

---

<sup>196</sup> Idem, NAHUM, p. 32.

sitiados em Montevidéu; os primeiros fizeram imposições sobre a república que acabou por aceitá-los, para assim garantir a independência do Estado do Uruguai. O questionamento sobre o poderio brasileiro estava em seu direito de intervir nos assuntos internos da república que inclusive obrigava o Uruguai a devolver escravos fugitivos, negando a abolição da escravidão no país. O tratado de limites teria concedido ao Brasil grandes faixas de territórios nas fronteiras, além de intervir sobre os direitos de soberania uruguaia e em sua política interna. Tal visão expansionista pode ser observada:

Su intervención em los asuntos uruguayos fue por ellos constante durante varios años, apoyando o desaprobando Gobiernos, y llegando a enviar fuerzas militares para imponer sus intereses. Continuos esfuerzos tuvieron que desplegar los gobernantes orientales para contrarrestar esa influencia negativa para el país<sup>197</sup>.

O presidente eleito após a Guerra Grande foi João Francisco Giró, que administrou o país entre 1852 e 1853. Realizou a reforma militar e da burocracia, porém foi duramente criticado por não compreender as consequências dos conflitos de guerra que duplicavam as obrigações do estado Uruguai com os brasileiros.

Flores publicou, em 1855, um projeto propondo uma política de “ *fusão dos partidos*”<sup>198</sup> políticos uruguayos para evitar um futuro conflito entre eles. Tal junção foi responsável pela candidatura e vitória de Gabriel Antonio Pereira, que governou entre 1856 e 1860. Em 1858, ocorreu um incidente político no país, quando o partido colorado propôs aos blancos uma invasão ao Brasil. O líder do movimento e outros participantes foram fuzilados.

Desta forma, o autor percorre os principais conflitos políticos uruguayos não desconectados das intervenções estrangeiras e de sua política externa, o que nos dá condições de perceber nessa historiografia a forte vinculação entre a formação do Estado e a pressão internacional, que concederia não somente ânimo, mas criaria um sentimento de nacionalidade para a defesa dos interesses internos.

A historiadora Cristina Heuguerot, assim concluiu a produção historiográfica latinoamericana sobre as relações internacionais:

Puede comprobarse también con cierta facilidad que el origen de los estudios locales de la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas obedece al mandato de defender causas nacionales, especialmente em cuestiones vecinales, predominantemente limítrofes. Esa historiografía es de la más rica em su género a nivel mundial, pero es también evidente que esas historias no contribuyeron a crear condiciones de solidaridad e integración, y a veces de respeto y tolerancia vecinales, sino más bien a recelos, armamentismos pretendidamente defensivos pero frecuentemente agresivos y, lo que es peor, a connivencias con las potencias sus planes de penetración y apropiación. Si bien la historiografía há

<sup>197</sup> Idem, NAHUM, p.40.

<sup>198</sup> Período de fusão dos partidos políticos, a fim de manter o equilíbrio necessário às eleições de 1855.

superado paulatinamente estos condicionamientos, al mismo compás em que los conflictos reales entre estas naciones se fueron resolviendo<sup>199</sup>.

## **CAPÍTULO II: Rio Grande de São Pedro: A fronteira muito além do Império**

Sr. Presidente, o lugar do nascimento é uma circunstancia puramente acidental; nada influi no nascimento do homem; e me nem sempre imprime em nossos corações o amor da pátria. Nero e Calígula foram romanos; e entretanto a história o aponta como o flagelo e o açoite de seus concidadãos; Guilherme Penn não era americano, e entretanto ele foi o benfeitor, o amigo dos índios, consagrou a vida inteira à felicidade da Pensilvânia, da sua pátria adotiva; o ilustre fundador do Império nasceu em Portugal; e entretanto o Brasil lhe deve erigir um momento de amor, e de gratidão por seus relevantes serviços, prestados ao País. Sr. Presidente, em regra geral nós amamos mais, não o lugar em que nascemos, mas sim aquele em que nossa razão começou a desenvolver-se, ou antes aquele em que temos nossos interesses, nossos amigos, nossa família, e nossas mais ternas e claras afeições. Eu tive a honra de nascer em Jacuí, Província de Minas; fui educado no Ouro Preto, tributo-lhe portanto uma cordial amizade; mas a Província da minha predileção, aquela, que sobretudo preso, a que faria um grande beneficio, de preferência a qualquer outra, se me fosse dada a possibilidade de o fazer, e a escolha do lugar, é a Província do Rio Grande do Sul, onde vivo há 23 anos, casado com uma filha do País, onde tenho numerosa família, onde finalmente estou ligado pelos vínculos do sangue, da fortuna, e da amizade; portanto dessa doutrina errônea, dessa doutrina injusta, eu apelo para o bom-senso dos rio-grandenses, que de certo não hão de fascinar por essas idéias mesquinhas do exagerado provincialismo, por esse espírito de bairrismo, segundo o qual se quer preferir uma província ao Império, uma cidade à província, uma vila à cidade, uma freguesia à vila, uma casa à freguesia, um quarto da casa à mesma casa. Sr. presidente, esse provincialismo bem colorido por hábeis pinceis e adornado de vistosas cores

---

<sup>199</sup> HEUGUEROT, Cristina. *Uruguay: Identidad y nación en construcción*. Estudos Históricos. PUCRS, v XIII, n. 2. p. 76-89, dezembro de 2007.

em sua essência, nada menos importa do que a exclusão odiosa de todos os brasileiros que aqui estão identificados em princípios e interesses, com os filhos do País<sup>200</sup>.

Os estudos que abordam a história do Rio Grande do Sul, frequentemente, relacionam a conquista e a colonização do território sul-rio-grandense pelos europeus com a presença e a ação dos portugueses no mesmo. Desse ponto de vista, a história gaúcha inicia com a fundação, em 1737, do presídio Jesus-Maria-José, que deu origem à cidade de Rio Grande. Essa interpretação orienta-se, por um lado, pela direção norte-sul, acompanhando a descida dos portugueses da capital da colônia, Rio de Janeiro, em direção ao sul, para resguardar seus domínios junto ao rio da Prata. Por outro lado, seguindo a direção leste-oeste, indica que a colonização se realizou no sentido do Litoral para o interior. Nesse sentido, é necessário destacar que, muito antes que o Litoral fosse oficialmente ocupado pelos portugueses nos inícios do século XVIII, como a historiografia aponta as terras situadas junto às fronteiras oeste e sul do Rio Grande do Sul atual já se integravam a um outro espaço que se configurara na zona da Campanha da América meridional. A esse espaço denominamos “Região Platina”<sup>201</sup>.

O objetivo desse capítulo é compreender a importância das relações internacionais travadas entre o governo brasileiro e o uruguaio, a partir da discussão de seus espaços territoriais, que envolvem diretamente a província do Rio Grande de São Pedro. Deste modo, serão estudadas as populações e suas formas de ocupação, ao se estabelecem nas regiões de litígio no Brasil meridional, pensando o Rio Grande de São Pedro como um centro conversor e dissipador de interesses nacionais e dos países vizinhos.

Os espaços de fronteiras há muito têm interessado estudiosos e pesquisadores por estimularem os povos na busca pelo novo, pelo desconhecido, por despertarem a curiosidade, o ímpeto de ampliar territórios, conhecimentos e realizar intercâmbios. Escrito há mais de 50 anos pelo historiador Fernand Braudel, o livro *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*<sup>202</sup> é um dos estudos mais curiosos e ricos existentes sobre o tema fronteira. Águas singradas por embarcações provenientes dos distintos povos oriundos dos países que o cercam, o Mar Mediterrâneo tornou-se palco de acontecimentos e de conquistas iniciadas com o período das navegações, por volta de 1500. Espaço onde culturas se entrelaçam, línguas e moedas se confundem, ambiente opulento e cobiçado até por habitantes de terras mais longínquas, aquele espaço é cenário de disputas, guerras, conquistas, mas sobretudo de trocas<sup>203</sup>.

---

<sup>200</sup> Pronunciamento na Assembléia Legislativa do rio Grande pelo deputado Israel Rodrigues Barcellos. Tal concepção nos leva a discutir a importância do que se pode conceber sobre o local de nascimento, o de vivência e de integração. Sobre a pátria de nascimento chamamos atenção para as discussões de Frei Caneca. CANECA, frei Joaquim do Amor Divino. *Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca* (Org. de Antônio Joaquim de Melo). Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1972.

<sup>201</sup> SANTO, M.F. E. *Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português*. In: CAMARGO, F. GUTFREIND, I. REICHEL, H. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.1.p. 43.

<sup>202</sup> BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983.

<sup>203</sup> Mídia e fronteira. p.1. Disponível em <http://www.midiaefronteira.com.br/tese/pre.htm>

Os estudos de Frederick J. Turner<sup>204</sup> sobre a formação da fronteira americana provocam interesse, por sua interpretação atrelar a fronteira à construção da nação americana. O território a ser desbravado se tornaria uma fonte transformadora. Suas discussões produziram três conceitos: fronteira aberta, fronteira fechada e fronteira controlada. A primeira seria uma válvula contra luta de classes, devido à oferta de terras não ocupadas. A segunda seria representada pela repressão de uma classe dominante, que impediria a mobilidade da força de trabalho. A última seria marcada por uma repressão da força de trabalho, que evoluiria para o capitalismo autoritário. Segundo Octávio Guilherme Velho, a fronteira brasileira seria livre, porém controlada, já que, desde o período colonial, ocorria um deslocamento da mão-de-obra no território, reprimida pela força capitalista crescente.

Outro estudioso da fronteira brasileira foi José de Souza Martins<sup>205</sup>, que se preocupou em estudar as relações sociais estabelecidas nas zonas pioneiras e suas conseqüências para a sociedade brasileira. Aqui o desbravador não é o herói mitificado, mas o agente de mudança que promove a ocupação e acaba por degradar o outro. A fronteira seria um espaço de ambição e morte. “Não é nela que a humanidade do outro é descoberta como mediação da gestação do Homem”<sup>206</sup>.

As discussões que se desenrolam em relação à fronteira brasileira também fazem parte das obras de Sérgio Buarque de Holanda. Em *Monções*<sup>207</sup>, *Caminhos e fronteiras*<sup>208</sup> e *Visão do Paraíso*<sup>209</sup> o autor percorre interpretações sobre o conceito de fronteira, não sintetizada em suas obras, mas percebida enquanto elemento definidor do espaço brasileiro. Para o autor, a fronteira seria o lugar onde se defrontam paisagens, populações, hábitos, instituições e visões de mundo heterogêneas. As idéias de adaptação e mobilidade são peças fundamentais que compõem seus argumentos, percebendo os subsídios responsáveis por criar um elemento misto ou novo, ou de afirmação de outro mais apto àquele ambiente. A adaptação estaria na aceitação do homem daquele espaço e das condições de seu estabelecimento. Num local que promove o repensar de seus objetivos e crenças. Em *Caminhos e fronteiras* ficou mais expresso o sentido de mobilidade, que teria conduzido os paulistas a desbravar o sertão e não se dedicar às propriedades rurais. O movimento é uma necessidade já que o meio não é suficiente às aspirações sociais, o que tornaria o processo de expansão das fronteiras brasileiras singular, visto que existiriam terras disponíveis e mal administradas pelos portugueses, e pela circulação de pessoas na região central, desde o século XVII.

---

<sup>204</sup> Ver TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: Dover Publications, 1996.

<sup>205</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira - A degradação do Outro nos confins do humano*, 2ª edição, rev. e atualizada, Contexto, 2009.

<sup>206</sup> MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.p.12. Ainda sobre a formação das fronteiras ver: NISHIKAWA, Reinaldo. Horacio Gutiérrez, Márcia Naxara e Maria Aparecida Lopes (Org.) . *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Rev. Bras. Hist. , São Paulo, v. 26, n.51, 2006.Disponível<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882006000100015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882006000100015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 Fev 2008. doi: 10.1590/S0102-01882006000100015.

<sup>207</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Monções. Rio de Janeiro : Casa do Estudante do Brasil, 1945.

<sup>208</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>209</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo, Editora Brasiliense: 6ª edição, 2ª reimpressão, 2002.



Os três autores apresentam visões diferenciadas sobre a fronteira: uma privilegia a visão de que o Brasil se aproximava do capitalismo e por isso se tornou interessante a ocupação de novas áreas; a segunda discutiu as relações de trabalho que se firmam e impõem à expansão da fronteira; e a terceira, culturalista, que percebe na figura do pioneiro a força de motivação e dinamização da história brasileira frente a novas áreas de ocupação.

Ao pensar na formação das fronteiras se torna imprescindível ao objeto de estudo discutir sua formação no território meridional, aliando essa construção à província do Rio Grande de São Pedro. Segundo Ieda Gutfriend<sup>210</sup>, José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro visconde de São Leopoldo, foi o “pai da historiografia rio-grandense”, inaugurou a perspectiva da matriz lusitana e encarna a corrente culturalista. Em sua obra *Anais da Província de São Pedro*, cujo primeiro volume foi publicado em 1819, o autor tomou a fundação do presídio de Rio Grande, em 1737, como marco inicial da história sul-rio-grandense, ignorando o período das missões jesuíticas espanholas, sem falar no das sociedades indígenas. Ainda destaca que no fim do século XIX, autores como Alfredo Varela, Alcides Lima e Assis Brasil, admitiram a aproximação com o Rio Grande com os países vizinhos como forma de destacar sua singularidade frente ao Brasil. A visão historiográfica de valorização portuguesa teria retornado aos estudos entre a década de 1920 e 1970.

A autora percebe que a perspectiva assumida pela historiografia dita oficial gaúcha, em estudo, é a existência de uma fronteira sempre ameaçada. Ideologicamente, ela construiu o discurso da muralha, separando o que, pela própria natureza, é continuidade – a vastíssima área do pampa. Aplicando os conceitos de *fronteira linha* e *fronteira zona* de Cheneaux, reconhecemos que esta historiografia apenas discorre sobre a fronteira linha, na medida em que seus estudos destacam os conflitos entre impérios e após, entre nações independentes, deixando ao largo as aproximações e as trocas que teriam ocorrido entre os dois lados da fronteira, o que, segundo o autor, corresponderia ao conceito de *fronteira zona*. Foi, pois, a partir do enfoque fronteira linha que os historiadores gaúchos, em sua maioria, construíram uma história para o Rio Grande do Sul desde sempre brasileira, cujas origens encontravam-se em Portugal e o seu desenvolvimento vinculado ao restante do espaço colonial lusitano na América<sup>211</sup>.

A associação entre fronteira, território e limite está atrelada no imaginário social. O limite seria a imposição espacial para a definição de um território cuja fronteira foi definida pela negociação entre os Estados. Procuraremos ir além, já que a fronteira permite o vai e vem, a passagem, a aproximação entre os territórios nacionais. Deste modo, não percebemos a fronteira como uma descontinuidade, mas como um espaço de entrosamento, no que diz respeito ao espaço de estudo, o platino, afastado do centro do poder, da Corte do Rio de Janeiro, que se integrava economicamente aos portos de Montevideu de Buenos Aires.

---

<sup>210</sup> GUTFRIEND, Ieda. *Revisões historiográficas na temática da fronteira sul-riograndens: historiadores municipalistas na prática da oralidade*. Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPLHAC, Salvador, 2000.

<sup>211</sup> GUTFRIEND, Ieda. *Revisões historiográficas na temática da fronteira sul-riograndens: historiadores municipalistas na prática da oralidade*. Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPLHAC, Salvador, 2000.

A concepção do homem fronteiriço sobre a fronteira é distinta da que possui um habitante de pontos mais distantes. Quem convive ao lado do outro, cruzando as terras dele como se fossem suas, estreitando laços de parentesco e amizade com este "irmão-hermano", pensa de maneira própria a questão fronteiriça. O outro não é um desconhecido e sim aquele que faz parte, que participa das ações cotidianas; aquele que está presente em todos os momentos que se desenrolam no espaço social, auxiliando na solução de problemas, no enfrentamento de dificuldades, estas muito semelhantes, alguém que é mais fácil de ser compreendido. Entretanto, embora seja este próximo, conhecido e vizinho, inevitavelmente continua sendo o outro<sup>212</sup>.

O estudo da formação das fronteiras do Império em meados do século XIX, com os estados vizinhos, é uma difícil tarefa, no que concerne ao impacto relacionado com o projeto de afirmação das soberanias dos Estados, vista a partir de um preâmbulo caracterizador de sua formação e centralização política.

A partir disso, é importante ressaltar os projetos políticos que foram sendo construídos ao redor dos interesses de fixação das fronteiras<sup>213</sup>.

Pensadores regionais e nacionais, políticos, militares e viajantes estrangeiros têm se dedicado de longa data, a discutir a questão regional do Rio Grande do Sul, seja pelo enfoque separatista ou federalista, seja pela influência que a região platina teria junto ao Rio Grande do Sul.<sup>214</sup>

Segundo Heloisa Reichel e Ieda Gutfriend, a historiografia seccionou a continuidade, ou seja, separou a campanha do Rio Grande do Sul das da Argentina e do Uruguai. Igualmente, particularizou hábitos que eram comuns a todo o território platino, tais como o modo de vestir, de se locomover, a alimentação, os instrumentos, as diversões, enfim, todas as manifestações culturais relacionadas com o trabalho e o viver cotidianos.

As investigações históricas acerca dos processos de independência e da formação do Estado uruguaio e argentino contribuem para reflexão sobre a aproximação de suas perspectivas culturais e políticas frente ao Rio Grande. É de suma importância a interação e o diálogo entre a historiografia brasileira e a da América platina, a fim de que se possa abrir um espaço de estudo diplomático, em torno desse território, no extremo sul do país, que tanto interagiu com os países vizinhos e criou um mosaico cultural de ideários políticos diversos.

A interpretação sobre a construção das fronteiras, não somente políticas, mas as lingüísticas, culturais, educacionais, antropológicas e históricas esbarram nas legislações estatais internacionais. Nesse território onde transitavam pessoas, onde encontros e desencontros delineavam a construção do espaço e do cotidiano da região. As regiões de fronteira "não são mais linhas divisórias entre alteridades que se reconhecem ou não, se agridem ou se toleram. São elas mesmas "regiões específicas",

<sup>212</sup> Mídia e fronteira. p.6. Disponível em <http://www.midiaefronteira.com.br/tese/pre.htm>

<sup>213</sup> Sobre o projeto de fixação das fronteiras ver: LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

<sup>214</sup> CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada. O regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p.15-16.

com estatutos próprios. Mobilizam não apenas os povos nacionais originários que ali se medem, se irmanam ou entram em desavença”<sup>215</sup>.

Assim procuramos entender a importância dessa fronteira cultural como manifestação dos espaços de sociabilidade, que relaciona o contrabandista, o imigrante, o escravo, o estancieiro, o viajante. Tantos outros que ali passaram e construíram um espaço de interesses múltiplos passando a figurar como espaços fronteiriços dos Estados limites, estes próprios recriados como um lugar de memória para os recém formados estados sulistas. Em *Pampa e Cultura; de Fierro a Netto*<sup>216</sup>, há uma busca por reencontrar esse espaço de fronteira sua aproximações culturais e lingüísticas nos momentos de conflitos e nos de diálogo.

Entendemos assim que não basta o estudo das relações internacionais abarcarem a disputa na fixação das fronteiras, é preciso ir além, buscando abranger os mecanismos e as formas de ocupação que serviram de atrativo para a configuração desse espaço, que tanto se aproxima e se relaciona com os estados vizinhos. Vale ressaltar que as fronteiras entre Brasil e Uruguai apenas são firmadas em 1851, mas o reconhecimento da independência ocorreu, em 1828, com a Convenção Preliminar do Rio de Janeiro, que prorrogou a discussão da fixação das fronteiras para o estado platino.

Com seu território atualmente fazendo parte de três países distintos, a região Platina foi abordada pelos estudos históricos, via de regra, dentro dos limites nacionais atuais, ou seja, de forma fragmentada pela historiografia tanto da Argentina, do Uruguai como do Rio Grande do Sul e do Brasil. Neste sentido, projetava-se para tempos passados bastante remotos a existência das nacionalidades argentina, uruguaia e brasileira no interior da Região Platina<sup>217</sup>.

O Rio Grande estaria construindo, na segunda metade do século XIX, um projeto particular de fronteira, como uma área a ser ocupada, mantida e delimitada nesse espaço platino. Contudo, não é de nosso interesse negar ou embasar as hipóteses historiográficas criadas até o momento, que ora pensam essa região como um espaço que desde o período colonial, já fazia parte do Império português ou espanhol. Não nos afastamos das idéias que se criaram em torno de uma fronteira cultural e viva, mas trazemos à tona a importância das formas de ocupação desse espaço, pensando a fronteira como um espaço particular de integração e interação, que foi se configurando ao longo do século XIX, no momento de afirmação do Estado nacional.

## II. 1 - A quem pertence? Disputas e incertezas no Cone Sul

Na segunda metade do século XIX o Império brasileiro direcionou um corpo diplomático estreitamente envolvido com o estabelecimento das fronteiras nacionais no Cone Sul. As relações internacionais do período apontavam para as resoluções que

---

<sup>215</sup>AGUIAR, Flávio Wolf de. Resenha de *Cone sul: fluxos, representações e percepções*. Chiappini, Lígia; Martins, Maria Helena (orgs.). São Paulo: Hucitec, 2006. 351 págs. Originalmente publicada no site *Terra Magazine*.

<sup>216</sup>CHIAPPINI, Lígia (org). *Pampa e Cultura: de Fierro a Netto*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre, 2004.

<sup>217</sup> SCHEIDT, Eduardo. *Debates historiográficos acerca de representações de nação na Região Platina*. Revista Eletrônica da Anphlac - número 5. ISSN 1679 – 1061. p.4.

pudessem colocar fim aos questionamentos de limites, já que ainda não havia um contorno delimitador das relações entre os Estados na América do Sul. O que existia eram interesses sistêmicos regionais, que demonstravam o pleito por algumas regiões, que, no caso brasileiro, se dava em duas áreas: à região norte, onde ficavam claros os interesses próximos aos países andinos, e à região platina, onde os interesses se chocavam com a Argentina<sup>218</sup>.

Segundo Jaime Cortesão<sup>219</sup> o imaginário territorial brasileiro foi elaborado a partir da difusão pelo Estado português de um mito geográfico, a Ilha Brasil que construiu uma razão geográfica do estado. Outros autores já discutiam essas noções no século XIX que acabaram sendo sintetizadas pelo autor. Esse mito cartográfico afirmava a existência de dois grandes rios cujas fontes se localizavam em um rio unificador. Muitas cartas no século XVI e XVII demonstram o contorno dessa ilha. “Não subsistia dúvida sobre a existência, na América do Sul, de um todo geográfico geometricamente definido e insulado”.<sup>220</sup> A apropriação desse mito teria sido incorporada pelos colonizadores a partir dos relatos indígenas que traduziam a imensidão das fontes hídricas do país.

Durante a colonização e avanço das bandeiras o mito vai se delineando em outras significações próprias das mudanças territoriais e da incorporação de outras regiões. Desse modo, as linhas naturais que formavam a partir do curso dos rios a Ilha Brasil demarcavam uma região que já preexistia antes da chegada dos colonizadores, mostrando-se como uma verdade anterior à chegada dos europeus. Não se discutiam as demarcações do Tordesilhas, mas uma formação geológica das terras americanas<sup>221</sup>.

De acordo com Francisca Azevedo, desde o início da colonização os portugueses já cobiçavam a região platina. Na expedição colonizadora de 1530, por exemplo, Martim Afonso de Souza saiu de Portugal com ordem expressa de fundar uma colônia às margens do rio da Prata. Protestos e ameaças do governo espanhol fizeram com que o navegador se dirigisse a região um pouco mais acima, fundando a Vila de São Vicente no litoral paulista. Em 1534, a Espanha enviou a expedição do Prata com mil e duzentos homens comandados por Pedro Mendonça. Os portugueses insistiam na ideia da “fronteira natural” e não desistiam de estender seus limites até o lado esquerdo do estuário do rio da Prata<sup>222</sup>.

Os mapas do século XVI demonstram o Tratado de Tordesilhas de formas muito variadas envolvendo a Ilha Brasilis com uma maior projeção ao oriente sobre a região platina sobre os rios Paraná e Paraguai, o que já insinuava um interesse português sobre o estuário, o que pode ser observado no mapa de André Homem<sup>223</sup>. Nesse contexto dos mitos fundadores, é importante apontar o papel das bandeiras, que buscavam nas regiões próximas aos rios São Francisco e Tocantins as riquezas que eram propagadas de

---

<sup>218</sup> MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP, Moderna, 1997.

<sup>219</sup> Ver a apresentação da tese de Jaime Cortesão apresentada por Demétrio Magnoli. MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP, Moderna, 1997.

<sup>220</sup> MAGNOLI. Op. Cit. p. 46

<sup>221</sup> Estamos nos referindo aos mitos expansionistas discutidos por Demétrio Magnoli e Moniz Bandeira que analisam sua importância para a formação das fronteiras.

<sup>222</sup> AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira de. *Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*. Topoi – Revista de História – PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.5, p. 161-183, 2002.

<sup>223</sup> Idem, AZEVEDO, p. 43

existência em Portugal. As bandeiras ocupavam um plano de destaque na construção do mito nacional, associando os homens a terra, culturas e etnias<sup>224</sup>.

Jaime Cortesão faz parte de outra concepção sobre as bandeiras percebendo a ação das mesmas como uma apropriação do território aspirado pelo Estado português. “A bandeira de limites, que percorreu o perímetro ocidental da Ilha - Brasil, funcionava na sua argumentação como a antecipação do estado nacional”<sup>225</sup>; a jornada criadora “da noção dessa unidade, mais inviolável que o Tratado de Tordesilhas”<sup>226</sup>.

As bandeiras que atuaram sobre a região meridional cometiam assaltos às Missões Jesuíticas portuguesas e espanholas nas fronteiras, tendo como objetivos o aprisionamento de indígenas e a expansão do comércio luso na região. A destruição das missões fornecia mão-de-obra e abria espaço para o comércio português. Assim, segundo Jaime Cortesão, “feridos os portugueses e luso-brasileiros nos seus interesses de exploração comercial, primeira, embora precária, forma de exercício da soberania, a reação não se fez esperar”. Os bandeirantes, adentraram para o interior do território, o que preocupou a dinastia espanhola que temia a ocupação e a perda do território peruano<sup>227</sup>. As razões para a inquietação espanhola se ampliaram quando o bandeirante Raposo Tavares alcançou os altiplanos andinos.

Além das conquistas territoriais bandeirantes sobre as Missões Jesuíticas e o comércio regional, havia ainda outra questão conflituosa regional entre as monarquias ibéricas, a fundação da cidade de Buenos Aires. Sabe-se que, desde 1584-85, quatro ou cinco anos depois de iniciada sua construção, Buenos Aires já mantinha intercâmbio regular com os portos do Brasil, para onde mandava prata, ouro, farinha e tecidos de algodão, em troca de objetos manufaturados, de origem portuguesa, além de açúcar, ferro e, principalmente, escravos. Por volta de 1597, cerca de 250 escravos entravam, por ano, em Buenos Aires, com destino a Potosí, procedentes do Brasil. Em 1603, seis anos depois, o número oficialmente apurado já era de 450, subindo na década de 20, para 1500<sup>228</sup>.

Após a restauração e com a retomada da soberania portuguesa foram revividas as disputas entre a dinastia portuguesa e a espanhola. A expansão lusitana na América no caso do rio da Prata foi ampliada com o fim da União Ibérica. Em 1643, Salvador Correia de Sá propunha à coroa a tomada de Buenos Aires a fim de abrir uma área de ocupação que atingisse as riquezas do Potosí. O estuário do Prata era entendido pelos portugueses como os limites de seus domínios. O projeto de ocupação de Buenos Aires acabou sendo substituído por outro que tinha interesse em ocupar o estuário, a fundação da Colônia de Sacramento, que significou uma estratégia expansionista portuguesa no Cone Sul, passando a compor a partir daí o imaginário social e estatal da época sob ocupação desse território. Os portugueses desejavam se expandir sobre as Missões, Entre Rios e Corrientes buscando garantir as entradas comerciais pelos rios da região<sup>229</sup>.

---

<sup>224</sup> Idem, AZEVEDO, p. 46.

<sup>225</sup> Idem, AZEVEDO, p. 61.

<sup>226</sup> CORTESÃO, J. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

<sup>227</sup> Sobre as Missões Jesuíticas destacamos o trabalho de GANDIA, Enrique de. *Las Misiones Jesuíticas y los Bandeirantes Paulistas*, Buenos Aires, Bernabé & Cia. 1936.

<sup>228</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Editora da USP, 1984.

<sup>229</sup> Sobre a expansão das fronteiras no Cone Sul nos remetemos aos trabalhos de Moniz Bandeira e Demétrio Magnoli, que discutiram a expansão portuguesa sobre os territórios hispânicos e a assinatura dos tratados propostos para a delimitação dos territórios.

A região platina era uma área de disputa, desde o período colonial, entre as coroas ibéricas, com a fundação da Colônia de Sacramento e Sete Povos das Missões. A falta de um sistema de fiscalização nas regiões fronteiriças foi determinante para a ampliação do território. D. Manuel Lobo fundou próximo a Buenos Aires (10 léguas à frente) a colônia de Sacramento, mas este território era para Portugal um posto de difícil defesa e conservação, já que fora fundado em território espanhol, visando à expansão territorial do império português, o que levou a muitas negociações internacionais encabeçadas pela diplomacia lusitana.

Segundo Soares, Segundo Soares, a fundação da Colônia do Sacramento foi um projeto do Estado português longamente estudado e amadurecido, constituiu o desdobramento, em nível oficial, dos esforços que os luso-brasileiros, por meio das bandeiras, empreenderam, desde pelo menos 1636 e intensificaram, sobretudo a partir da rebelião contra a Espanha, para efetivarem sua presença na bacia do Prata e prosseguirem o avanço sobre o resto da região (SOARES, 1955, p. 8-27). A necessidade de manter a conexão com Potosi e, reativando o comércio de contrabando com a América espanhola, fomentar o fluxo de prata, que a economia de Portugal, em crise, demandava, determinou, naturalmente, o desencadeamento da operação militar, comandada por Manoel Lobo com o duplo objetivo de assegurar o domínio de uma das margens do grande rio e, ao mesmo tempo, criar as condições para ulterior conquista de Buenos Aires<sup>230</sup>.

A falta de um sistema de fiscalização nas regiões fronteiriças foi determinante para a ampliação do território por parte da Coroa Portuguesa. D. Manuel Lobo fundou próximo à Buenos Aires (10 léguas à frente) a Colônia de Sacramento, mas este território era para Portugal um posto de difícil defesa e conservação, já que fora fundado em território espanhol, visando à expansão territorial do império português, o que levou a muitas negociações internacionais encabeçadas pela diplomacia lusitana. No dia 20 de janeiro de 1680, D. Manoel Lobo, governador do Rio de Janeiro, fundou junto às ilhas de São Gabriel, no rio da Prata; oito dias depois, iniciou a povoação da terra firme. Fundava-se a colônia do Sacramento. Dom José de Garro, governador espanhol de Buenos Aires, reagiu ao que considerou esbulho em áreas de sua jurisdição<sup>231</sup>.

Em 1713 e 1715, a colônia passa a ser alvo das discussões diplomáticas entre as dinastias ibéricas que acabaram assinando o *Tratado de Utrecht*. “Só em 1715 terminava o conflito luso-espanhol, devido a pressão das potências sobre os dois adversários peninsulares. A 6 de fevereiro, em Utrecht, ainda, restituía Felipe V a Colônia de Sacramento”<sup>232</sup>.

Em 1726, os espanhóis fundaram Montevideu para isolar a colônia. Em 1735 e 1737, novos conflitos ocorrem pela disputa na região, determinando a fundação do povoado do Rio Grande de São Pedro<sup>233</sup>, que foi o marco do povoamento do Rio Grande

---

<sup>230</sup> Idem BANDEIRA, p.32.

<sup>231</sup> SANTO, M.F. E. *Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português*. In: CAMARGO, F. GUTFREIND, I. REICHEL, H. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.1.

<sup>232</sup> BANDEIRA, M. *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.p.32.

<sup>233</sup> A historiografia assim como as fontes do século XIX define a região do mesmo modo, Rio Grande de São Pedro e ou Rio Grande do Sul. É importante ressaltar, que a partir do século XIX a vila de Rio Grande de São Pedro, que deu origem ao território passa a ser chamada apenas de Rio Grande sendo

do Sul. D João V, em 1729, enviou ao Brasil os jesuítas Diogo Soares e Domingues Capassi especialistas em astronomia, que tinham como objetivo compor cartograficamente a expansão lusa na América, já que os mapas cartográficos holandeses, franceses, italianos e alemães não demonstravam a expansão para além do Meridiano de Tordesilhas.

No século XVIII, o diplomata Alexandre de Gusmão, dirigente da política exterior de Portugal, defendia o direito do *uti possidets*, sob os territórios ao sul do Império português, a posse e direito sobre as terras que fossem efetivamente ocupadas e povoadas, ficando Sacramento sob o domínio dos portugueses. Sob a orientação do Marquês de Pombal, foram assinadas as instruções para a demarcação do Tratado de Madri, sendo constituídas duas Comissões de Limites: uma destinada a explorar e demarcar as fronteiras meridionais do Império Português (entre Castilhos Grandes - hoje território uruguaio - no Oceano Atlântico, e a boca do rio Jauru, no rio Paraguai) e outra para demarcar as fronteiras setentrionais. O Tratado de Madri de 1750 delimitava o território dos dois Estados, a partir dos cursos dos rios e do relevo, demarcações geográficas que não pudessem provocar discussões.

Este tratado principia abandonando o famoso meridiano de Tordesilhas e reconhece as Filipinas para a Espanha. Cede também Portugal a Colônia de Sacramento e a margem esquerda do rio Amazonas a oeste da Boca do Japurá. Por sua vez, a Espanha reconhece como português o território da margem esquerda do Rio Uruguai, ao norte do Rio Ibicuí, isto é, o território das Sete Missões.<sup>234</sup>

O *Tratado de Madri* (1750) deu aos portugueses uma valiosa vitória diplomática frente aos espanhóis, já que os lusos, desde a década de 1740, tinham um programa de reconhecimento das fronteiras nessas zonas de limites e de discussão das soberanias. O negociador da Coroa portuguesa, o chanceler Alexandre de Gusmão firmou as bases para a assinatura desse Tratado. Esse tratado incorporou-se aos outros mitos formadores da nacionalidade encobrendo as disputas territoriais entre a Coroa portuguesa e a espanhola na América. O Tratado de Madri foi modificado e anulado pelo *Tratado de El Pardo* (1761) e Santo Ildefonso (1777), mas acabou sendo confirmado pelo *Tratado de Badajós* (1801)<sup>235</sup>.

O *Tratado de El Pardo* de 1761 anulou as decisões do *Tratado de Madri*. O Marquês de Pombal considerava desvantajosa a posição portuguesa, estabelecida em 1750. Segundo o importante historiador inglês Robert Southey, em sua *História do Brasil*, escrita em princípios do século XIX, ambas as Coroas teriam ficado satisfeitas com a anulação. Os portugueses julgaram ganhar no negócio, reputando à Colônia do Sacramento muito maior importância para seus interesses do que qualquer alargamento de território em direção aos sertões localizados a oeste da Unha demarcada pelo *Tratado de Tordesilhas*. Os espanhóis, por sua vez, ficavam satisfeitos, pois nunca havia se convencido de que na negociação daquele tratado não tiveram os portugueses sido favorecidos pela predileção nacional da rainha Maria Bárbara, portuguesa de

---

usado os nomes de Rio Grande de São Pedro e Rio Grande do Sul para a província.

<sup>234</sup> CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. Brasília: Fac-Similar, 1998. p. 12 e 13.

<sup>235</sup> BANDEIRA, L. A. M. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na bacia do Prata - da colonização ao Império*, Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

nascimento<sup>236</sup>. A tentativa de restaurar a tranquilidade com o *Tratado de El Pardo* foi infrutífera. Os efeitos do acordo não duraram dois anos. Como Portugal não atendeu a solicitação de aderir ao famoso pacto de família - a esposa de D. José I era D. Mariana Victória de Bourbon, irmã de Carlos III, da Espanha organizado pelos Bourbons contra a Inglaterra, desencadeou-se as hostilidades na península e nos domínios luso-espanhóis na América<sup>237</sup>.

Os trabalhos dos demarcadores da década de 1750 não foram perdidos, pelo contrário, serviram como testemunho precioso da exploração e dos estudos cartográficos, sendo úteis para a negociação dos futuros tratados de limites. Em 1º de Outubro de 1777 foi assinado em Santo Ildefonso um Tratado Preliminar de Limites da América Meridional, estabelecendo os limites coloniais. Na porção sul da América, ficava com a Espanha a Colônia do Sacramento, os Sete Povos das Missões, o território ao norte de Castilhos-Grandes até a lagoa Mirim, recuando a fronteira até o rio Piratini<sup>238</sup>. Assim, o tráfego fluvial dos rios da Prata e Uruguai era exclusividade espanhola. O *uti possidetis*, princípio que havia norteado as negociações do *Tratado de Madrid*, voltou a prevalecer<sup>239</sup>. A partir da foz do rio Peperi-Guaçu no Uruguai, em direção norte, a linha limítrofe definida em Santo Ildefonso era a mesma do *Tratado de Madrid*.

O *Tratado de Santo Ildefonso* (1777) seguiu em linhas gerais os limites pactuados em 1750 - embora com perdas territoriais na linha dos limites para o império português. Foi determinado que a Lagoa Mirim passasse a ser a fronteira meridional do Brasil, passando o Rio Jaguarão para o controle do território espanhol<sup>240</sup>. Portugal perdeu Sete Povos das Missões, e a Colônia de Sacramento foi cedida à Espanha. As determinações do acordo foram consideradas desvantajosas pela diplomacia portuguesa, que perdeu com a assinatura o controle sobre dois territórios. O Rio da Prata representava, assim, a chave de acesso ao estuário superior do Paraná, Uruguai e Paraguai, que banhavam terras consideradas das mais ricas e férteis do Brasil. Por isto, apesar da perda da Colônia do Sacramento, em 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso, os portugueses jamais desistiram da anexação da margem oriental daquele estuário e as tentativas para a recuperar não cessaram, provocando conflitos e invasões, em que interesses particulares de estancieiros e comerciantes se confundiam ou eram as próprias razões de Estado<sup>241</sup>.

Para o historiador argentino Miguel Angel Scenna, o Tratado de Santo Ildefonso foi prejudicial aos interesses espanhóis. Alega que se os Sete Povos das Missões ficaram com a Espanha, esta teve que devolver a Ilha de Santa Catarina, em troca de um monte de ruínas que se transformara a Colônia do Sacramento. "Otra vez Espana daba algo propio a cambio de algo que lê pertencía [...] Asi negociaba los tratados Ia Madrid de los Borbones, cuando estaba en condiciones de imponer su

---

<sup>236</sup> SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977, v. I, p. II.

<sup>237</sup> HEINSFELD, A. *Fronteira Brasil/Argentina*. A Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.p.59.

<sup>238</sup> O Tratado de Santo Ildefonso. Apud SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 172-188.

<sup>239</sup> ABREU, Capistrano de. "Formação de Limites". In: *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,1976. p. 183.

<sup>240</sup> Os limites de navegação no rio Jaguarão e na lagoa Mirim se tornaram às questões mais hostis no século XIX, sendo resolvidas apenas em 1909.

<sup>241</sup> MAGNOLI. D. *O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP, Moderna, 1997.p. 40.



voluntad"<sup>242</sup>. Por fim, foi assinado o Tratado de Badajós em 1801, que cedia o território de Sete Povos das Missões a Portugal e, a Colônia de Sacramento à Espanha<sup>243</sup>.

Com a chegada ao Brasil da Corte portuguesa foi proposta a constituição de uma monarquia na Região Platina sob a autoridade da princesa, esposa do príncipe regente e filha do rei da Espanha, o que promoveria o restabelecimento na América da autoridade dos Bourbons. Desta forma, visavam a formar no continente um grande Estado Luso-Espanhol. Mas esta tentativa falhou, dentre outros motivos, por causa da oposição britânica, que na representação de Lord Strangford, objetivava a libertação das colônias espanholas, evitando o avanço português sobre o território do Prata<sup>244</sup>.

Ao chegar ao Brasil, D João VI passou a intervir diretamente sobre a Província Cisplatina entre 1811 e 1816, quando iniciou a ocupação brasileira sob este território, o que foi efetivado de fato em 1822, com a vitória do Tacuarembó, que consolidou o domínio do Brasil sob a região. A ocupação brasileira sobre o Uruguai que já ocorria desde 1820, se consolidou dois anos depois, quando o território uruguaio foi incorporado, após sucumbir às guerras do período.

Em 31 de julho de 1822 subscreveu-se entre o presidente e os demais deputados daquele Estado (Banda Oriental do Uruguai) e o Barão da Laguna, o "*Tratado de Incorporação*" do Estado de Montevidéu ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob a denominação de Estado Cisplatino. Essa anexação territorial ampliou as disputas nas fronteiras entre argentinos, uruguaios e brasileiros. A situação foi arrastada até 1851, quando foi assinado o Tratado de Limites, visando a delinear a demarcação das fronteiras.

“EL Congreso reunido por Lecór, Sancionando la anexión de la Banda Oriental al Imperio portugués (em realidade, tratava-se ainda do “Reino”, pois a data do Tratado foi 31 de julho de 1821) es la expresión de una fatalidade. Alberto Zum Felde - Proceso Histórico Del Uruguay”.<sup>245</sup>

Após a Independência, D. Pedro I enviou para o Prata, Antônio Manuel Correia de Câmara – até 1822, nenhum agente brasileiro havia sido enviado para o exterior. O objetivo brasileiro era conquistar a “simpatia” das províncias platinas promovendo assinatura de Tratados vantajosos. As missões brasileiras não deveriam discutir a questão da Cisplatina. Em 1823, a Argentina tentou negociar com o Governo Imperial a restituição da Banda Oriental do Uruguai, mas encontrou oposição. Existiam três possibilidades de atuação em relação ao Uruguai: a constituição de um Estado Independente, o que era improvável, devido à falta de recursos e da instabilidade, e significava o retorno à situação de 1816, marcada pela disputa entre facções e caudilhos; a anexação da Cisplatina às Províncias Unidas e a permanência do território sob domínio brasileiro<sup>246</sup>.

<sup>242</sup> SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975. p 61-62.

<sup>243</sup> Idem, BANDEIRA, p. 43.

<sup>244</sup> Os estudos de Francisca Lúcia Nogueira de Azevedo apontam a ação de Rodrigo de Souza Coutinho e a interferência inglesa como possibilidades para o entendimento do fracasso dessa proposta. AZEVEDO, F. L. A. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>245</sup> CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. Brasília: Fac-Similar, 1998. p. 55.

<sup>246</sup> Idem CARVALHO, Op. Cit. p.68.

A Banda Oriental do Uruguai, em 1825, apelou para a mediação britânica na região, mas a mesma não se envolveu no conflito. De la Cruz, Ministro das Relações Exteriores da Argentina no governo de Rivadavia, pediu conselhos, em 1826, ao governo americano, sobre o alcance da Doutrina Monroe, já que a Argentina considerava D. Pedro I, rei de Portugal, uma interferência estrangeira na América. O governo americano considerou aquela guerra um assunto estritamente sul americano<sup>247</sup>.

A Inglaterra acabou intervindo diretamente no conflito, em 1826, a favor da Independência da Banda Oriental, o que não foi acolhido pelo governo brasileiro, provocando reações como a do Visconde de Itabaiana: “*o verdadeiro auxiliar de Buenos Aires é a Inglaterra, que quer dar a Montevideú a forma de cidade hanseática sob sua proteção, para ter ela a chave do Rio da Prata, como tem a Inglaterra do Mediterrâneo e do Báltico*”.<sup>248</sup>

A mediação britânica resultou na renúncia brasileira sob os direitos da Cisplatina, Independência da Banda Oriental, proibição de ser incorporada por qualquer outro Estado, o que divergia dos reais interesses do estado argentino, que não reconhecia a independência absoluta da Banda Oriental dissociada da formação da grande Argentina. Em 27 de agosto de 1828, foi assinada a Convenção Preliminar da Paz. O artigo I desta Convenção, estabelecida no Rio de Janeiro, criou o Estado livre e independente da Cisplatina, separado do território brasileiro, restabelecendo a liberdade aos uruguaios. Pelo artigo III, o governo das Províncias Unidas reconhecia a Independência, determinando que as partes devessem garantir a integridade do Estado recém formado da República Oriental do Uruguai<sup>249</sup>.

A Convenção do Rio de Janeiro garantiu a liberdade do Uruguai independente do interesse brasileiro e argentino na região. Os anos posteriores foram decisivos para a continuidade da liberdade política, econômica e cultural da recém-formada República. A convenção não se referiu aos limites definitivos da então criada República Oriental do Uruguai. O Art. 17 previa, posteriormente, a assinatura de um tratado de limite, mantendo em suspenso o tema das fronteiras entre os dois países.

Na década de 1850, outro conflito colocou em evidência a necessidade da delimitação das fronteiras. As disputas eram reflexos da ação do governo da Confederação Argentina. Segundo Carlos Delgado de Carvalho, Juan Manuel Rosas iniciou, em 1829, um governo que duraria mais de duas décadas na Argentina, constantemente abalado pelas incertezas e hesitações críticas até mesmo para as explicações históricas. A política externa se voltou para a incorporação da Banda Oriental<sup>250</sup>, para a anulação da Convenção de 1828, para o dismantelamento da política externa brasileira no Prata e para o fechamento da navegação do Paraná à navegação internacional.

---

<sup>247</sup> Idem CARVALHO, p. 59.

<sup>248</sup> CALÓGERAS, J. P. *A Política Exterior do Império. Da Regência à Queda de Rosas*. v. 3. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 221.

<sup>249</sup>JORGE, A . G. A. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil. Uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília, Senado Federal, 1999.p.140.

<sup>250</sup> Rosas desejava a incorporação desse território desrespeitando a Convenção assinada 1828.

O Tratado de Limites<sup>251</sup> foram assinados por Andrés Lamas<sup>252</sup>, no Rio de Janeiro, que seguiu as orientações do ministro uruguaio Manuel Herrera y Obes, que em correspondência enviada na véspera da derrota de Oribe<sup>253</sup> ordenou uma aliança rápida e feita a qualquer modo com o Brasil. O Uruguai assinou os Tratados de 1851 para garantir a continuidade do apoio brasileiro. Em relação aos limites, foram apresentadas no império duas propostas de demarcação: a do Visconde de São Leopoldo, que desejava a manutenção da linha na divisão de Arapeí e a do diplomata José Dias da Cruz Lima, que defendia a linha divisória mantendo as determinações do Tratado de Madri no rio Ibicuí. Essa segunda proposta foi aceita levando em conta o status quo sobre a região.

No artigo primeiro do Tratado de Limites foram declaradas nulas todas as demarcações de terra e direitos territoriais até aquele momento, desde a incorporação da Cisplatina ao Império do Brasil. Foi reconhecido como base de regulamentação dos limites, o *uti possidetis*, o que já havia sido determinado pelo Tratado de Incorporação de 31 de julho de 1821.

O último artigo do Tratado de Limites provocou intenso debate entre a diplomacia uruguaia e brasileira, voltada a sancionar rapidamente a ratificação. Dois insistentes interesses brasileiros na região foram implantados com esse artigo: a exclusividade de navegação na lagoa Mirim e no rio Jaguarão e a possibilidade de construção de fortificações a meia légua do Taquari, o que garantiu acesso brasileiro no interior do Uruguai<sup>254</sup>.

Esses limites garantiram as possessões conquistadas pelo expansionismo português e garantiram a exclusividade da navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão, proposta que era defendida por Duarte da Ponte Ribeiro, desde 1845. Esta primeira apresentação dos Tratados Brasileiros é de suma importância no entendimento das relações exteriores brasileiras junto às Republicas Platinas, pois marcaram as tentativas do Império em assumir a liderança regional, impondo tratados que atendiam majoritariamente suas aspirações políticas.

Desde o período colonial<sup>255</sup>, existiam disputas territoriais entre Portugal e Espanha em torno da delimitação de seus territórios na América Meridional. A demarcação dos territórios pertencentes as Coroas Ibéricas passava por muitas negociações, que ora se transformavam em tratados, ora em guerras. Os acordos estabelecidos em forma de Tratados não se efetivavam na íntegra, pois além de serem

---

<sup>251</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty, L 153, M 2, P 2A. O tratado de limites foi compilado no anexo 1. A inclusão de todo o texto do Tratado é de suma importância para a compreensão das discussões posteriores, que nos próximos capítulos a repercussão desse tratado no IHGB, e a sua ratificação e modificação na Missão de Honório Hermeto Carneiro.

<sup>252</sup> Representante da legação do Republica Oriental do Uruguai no Rio de Janeiro.

<sup>253</sup> CRUB, U. R. *Evolución histórica, geográfica y política de las fronteras del Uruguay con Brasil*. Montevideo: Imprensa Naional, 1951, p.54.

<sup>254</sup> A ratificação de 1852 garantiu a exclusividade de navegação ao Brasil, que abriu mão da meia légua concedida para a construção das fortificações.

<sup>255</sup> Segundo Santo, foi a partir do Tratado de Madri, em 1750, que a coroa portuguesa se esforçou para assenhorear a área sul que hoje constitui o Rio Grande do Sul, que configurou definitivamente o Brasil, que a partir da política Joanina buscou criar às bases para a definição de fronteiras concretas, fundadas na vontade independente e racional dos dirigentes de nações livres e soberanas. Sobre as disputas na região de fronteiras e os Tratados Diplomáticos entre as coroas Ibéricas, ver o importante trabalho do autor: SANTO, M.F. E. Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português. In: CAMARGO, F. GUTFREIND, I. REICHEL, H. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.1.

considerados vantajosos a uma das partes, não conseguiam fixar as bases da ocupação para as populações nas regiões. Os tratados descumpridos e as agitações nas regiões entre portugueses e espanhóis provocaram guerras e dificultaram a determinação das fronteiras.

No século XIX, durante o Segundo Reinado, as negociações para a fixação das fronteiras com a República do Uruguai, passaram por inúmeros contratempos diplomáticos e controvérsias políticas. A disputa territorial na fronteira sul não era recente, e se apresentava como continuidade dos confrontos territoriais existentes, desde o período colonial, entre as Coroas Ibéricas. A demarcação das fronteiras era concebida em duas possibilidades, o estabelecimento das fronteiras a partir de “limites naturais” e a divisão territorial levando em conta o *uti possidetis*<sup>256</sup>.

A delimitação das fronteiras, no século XIX, ia além da demarcação dos territórios, envolvia um conjunto de problemáticas que passavam, pelo controle político da região, o direito de navegação, a extradição de criminosos, a propriedade de terras e escravos na região de fronteiras pelos súditos brasileiros. Esses assuntos eram discutidos dentro desse processo de construção das identidades nacionais na América meridional, o que demonstrava as dimensões das disputas pelas terras conquistadas.

A demarcação das fronteiras entre o Império Brasileiro e a República Oriental do Uruguai ocorreu no início da década de 1850, mas não encerrou o conflito pelas disputas das terras próximas ao Rio Grande. A legitimidade da área fixada a cada Estado e os marcos territoriais foi questionada nas duas margens do rio Paraná. A divisão territorial entre o Império Brasileiro e a República do Uruguai se efetivou em 1851, quando diversos tratados foram assinados<sup>257</sup>. A assinatura do Tratado de Limites de 1851 e sua ratificação em 1852 provocaram inúmeras reações, no início dessa década, que não aconteceram apenas entre o corpo diplomático do Império Brasileiro e da República Oriental do Uruguai, atingindo outros pólos de discussão, dentre eles, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838.

As diferenças entre as nações ibéricas foram atenuadas com a celebração do Tratado Provisional, de 7 de maio de 1681, que, entre outras providências, ordenou a devolução da colônia do Sacramento e determinou que, no prazo de três meses, fossem definidos os direitos de propriedade dos confins, por uma Junta que seria integrada por comissários nomeados por ambas as partes. Caso os comissários não chegassem a um acordo, a pendência deveria ser submetida à consideração do papa, para que decidisse no prazo de um ano. O *Tratado Provisional* de 1681 devolveu a colônia do Sacramento a Portugal. Entretanto, suas condições eram extremamente difíceis, pois sofria uma constante vigilância dos espanhóis. Foi na implantação dessa política de “asfixia” da

---

<sup>256</sup> Proveniente do direito romano, o princípio autoriza uma parte a contestar e reivindicar um território adquirido pela guerra. O termo foi utilizado historicamente para legitimar as conquistas territoriais. *Uti Possidetis ou uti possidetis iuris* é um princípio de direito internacional segundo o qual os beligerantes em um conflito conservam sua posse no final das hostilidades. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa “como possuías, assim possuas”. Alexandre de Gusmão durante os projetos de assinatura do Tratado de Madrid propunha uma política de apropriação da terra ligada a seu real aproveitamento a partir da ocupação. A questão do *uti possidetis* é discutida em trabalhos como: OLIVEIRA, João Gualberto de. *Gusmão, Bolívar e o Princípio do "uti Possidetis"*. São Paulo: Indústria Gráfica Bentivegna, 1958. OLIVEIRA, Ricardo de. *Usos da Memória e as armadilhas da história: Alexandre de Gusmão, o Tratado de Madrid (1750) e a construção da nacionalidade*. Cadernos de Estudos e Pesquisas (Universidade Salgado Oliveira), v. 23, p. 233-257, 2006.

<sup>257</sup> Os Tratados foram assinados no Rio de Janeiro pelo Marques do Paraná e Andrés Lamas. Foram assinados: o Tratado de Comércio, Tratado de Navegação, Tratado de Extradição e Tratado de Aliança e Amizade. Os tratados assinados em 1851 ficaram conhecidos como Tratados de 1851.

colônia que a Companhia de Jesus transpôs, pela segunda vez, no século XVII, o rio Uruguai, com ânimo de permanência<sup>258</sup>.

Diante da instabilidade política e da constante disputa territorial, a fronteira tinha um peso significativo no viver da sua população, quer rural, quer urbana. Contraditoriamente, ela unia e separava, afastava e atraía. As linhas demarcatórias eram estabelecidas no além-mar e, no aquém, era difícil delimitá-las. Não eram precisas, não havia interesse em obedecer a elas. Pelas raias fronteiriças bandeavam-se pessoas, animais transportavam-se mercadorias, inclusive, dentre essas, escravos. Enquanto os governos coloniais ibéricos estipulavam domínios, a população transitava livremente sobre marcos e linhas imaginárias. Essa era a situação vivenciada pelos homens e mulheres que habitavam as terras localizadas na divisa do Rio Grande do Sul com o Uruguai e com a Argentina. Eles experimentavam a fronteira nos seus dois sentidos: o de linha que separa e o de zona que aproxima<sup>259</sup>.

## II. 2 - Fronteiras da integração

É importante perceber as nuances das visões sobre espaço fronteiriço que são cridas tanto no Império brasileiro quanto na República Oriental do Uruguai. Tal fato se explica pela própria discussão internacional que girava em torno dos *tratados de Limites*, que firmaram os acordos para a fixação das fronteiras. Spencer Leitman observa que a fronteira poderia ser percebida a partir:

As fronteiras são as estruturas espaciais elementares, de forma linear, com função de descontinuidade geopolítica e de delimitação, de marco, nos três registros do real, do simbólico e do imaginário. A descontinuidade se aplica entre as soberanias, as histórias, as sociedades, as economias, os Estados, as línguas e as nações. Na função de realidade, corresponde ao limite espacial do exercício da soberania nas suas modalidades específicas: linha aberta, entreaberta ou fechada. Na simbólica, remete à pertinência a uma comunidade política inscrita num território que é o seu; têm um sentido identitário. O imaginário conota a relação com o outro, vizinho, amigo ou inimigo, e, portanto a relação consigo mesma, com a própria história e com seus mitos fundadores, ou destruidores<sup>260</sup>.

A fim de perceber essas diferentes interpretações que ora se conjugam e se chocam sobre a fronteira será discutida não apenas a fronteira do real, mas aquela que se estabeleceu no imaginário político da época. Para isso, foram levantados e discutidos os documentos da Secretária de Governo do Rio Grande de São Pedro, produzidas entre 1848 e 1858, a fim de preencher um espaço que se ausenta dos estudos das fronteiras meridionais, que não tratam as percepções criadas no período sobre a afirmação e construção desse território. Discuti-se muito a integração, mas não como a mesma foi sendo inventada, ano após ano, no momento de consolidação do Estado imperial, em

<sup>258</sup> SANTO, M.F. E. *Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português*. In: CAMARGO, F. GUTFREIND, I. REICHEL, H. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.1, p. 27.

<sup>259</sup> Idem, SANTO, p 51

<sup>260</sup> Idem, SANTO, p.36

meados do século XIX. Além dessa fonte serão discutidos os discursos políticos produzidos pela Assembléia Legislativa da Província do Rio Grande, que se voltou a discutir e formular projetos para os espaços de fronteira.

Gabriela Ferreira Nunes nos oferece uma discussão sobre a peculiaridade da região platina para o Império brasileiro, em meados do século XIX, que pode ser expressa assim:

Existiam duas questões pendentes que atravancavam a consolidação do Estado no Brasil: a navegação dos rios da bacia do Prata e a delimitação das fronteiras com os países vizinhos. Quanto à navegação dos rios platinos, sua liberdade era de longa data, objetivo primordial do governo brasileiro. Os tributários do rio da Prata, o Paraná e o Paraguai, eram fundamentais para viabilizar a comunicação entre o Rio de Janeiro e o interior do País, especialmente a província de Mato-Grosso: poder navegá-los significava integrar melhor, econômica e politicamente, as diversas partes do Império, e dar maiores garantias à sua segurança<sup>261</sup>.

Hebe Clementi<sup>262</sup> afirma que nossa fronteira meridional pode ser chamada de “fronteira viva”, onde estão envolvidos diversos dinamismos culturais, já que esta é uma área de livre circulação de pessoas, onde se integram e se chocam, onde novos e velhos valores se confundem criando percepções diferenciadas e interconectadas entre os indivíduos.

Ao pensar nesse espaço, em relação à ocupação da fronteira sul, torna-se importante ressaltar os esforços de construção desse espaço, tanto aquele motivado pelo Estado quanto o criado por interesses particulares. Uma das ações políticas do governo rio-grandense foi tomada em 1853. Após dois anos da assinatura dos tratados de 1851, ficam claras as percepções rio-grandenses não somente sobre a fronteira, mas como a mesma era um espaço que confundia e atrelava os indivíduos do Império brasileiro e da República Oriental do Uruguai. A aproximação entre eles era a garantia para relações futuras de cordialidade, onde os conflitos anteriores não tivessem mais espaço para subjugar e confundir as populações fixadas na região.

A percepção de uma integração na região de fronteiras nos leva a crer que existiam laços que subsistiam aos interesses políticos locais.

Tenho-lhes dirigido convenientes anotações, habilitando-as com o conhecimento das estipulações internacionaes para bem desempenharem nesta parte seus deveres. Devemos fazer votos para que a população de ambos os Paizes reconheça as mutuas vantagens, que resultarão do trato das boas relações entre povos, cujos interesses se achão tão confundidos. É de crer, que com a acção do tempo, e pelo desenvolvimento das relações commerciaes, franqueadas aos dous Paizes pelas disposições dos Tratados, os preconceitos de raça e a lembrança de ódios passados, se extinguirão totalmente, cedendo lugar á sentimentos de recíproca benevolência e

<sup>261</sup> Idem, NUNES, p.65.

<sup>262</sup> CLEMENTI, Hebe. *La frontera en America: una Clava Interpretativa de la Historia Americana*. Buenos Aires: Leviatán, 1987.

amisade. Para isso sem dúvida muito concorrerá a política do Governo Oriental, se poder conseguir, como é de esperar de seus honrosos precedentes, vencer as dificuldades da situação, seguindo uma marcha franca e leal, e firmar sob princípios de ordem e de justiça, e Administração interna do Estado, de maneira que sejam effizcamente garantidos os direitos e interesses da numerosa população Brasileira, que reside n'aquelle Paiz. Encetarão-se os trabalhos da demarcação de limites entre o Império e a República Oriental, na conformidade dos Tratados de 12 de outubro de 1851 e 15 de maio do anno passado<sup>263</sup>.

O não cumprimento desses tratados comprometia o equilíbrio nas fronteiras platinas e dificultava o estabelecimento dos marcos limítrofes, que seriam conservados com policiamento local, que, em alguns momentos, segundo acusa o relatório ministerial de 1853, excediam suas atribuições tomando um espaço político que pertencia aos representantes dos Estados. Tal questionamento nos leva a discutir outro ponto relevante sobre a fronteira. Esse espaço, apesar de fixado por diplomatas e defendido por consulados e legações, pré-existia para os povos que ali se estabeleciam não como um marco geográfico, mas como um espaço de vivencia, de disputas diárias, de contrabando, de comercio, de integração e desavenças.

As nossas fronteiras conservão-se sob o comando e vigilância de distintos militares, tão bravos na guerra, como prudentes e moderados na paz. A pericia dellles, á boa índole da nossa população e às reiteradas recommendações da Presidencia, de oderm do Governo Imperial, para que se mantenhão a melhor harmonia nossas relações com os vizinhos, se deve attribuir o pé de boa intelligencia em que estas se achão. Nos territorios limitrophes as autoridades tratão-se urbanamente, e algumas rivalisão até nos meios de se derem recíprocas provas do bons sentimentos, de que estão animados. Nesse pensamento algumas teem por vezes excedido de suas attribuições, fazendo reclamações, ou satisfazendo-as em pontos, em que pelos Tratados somente no Governo Imperial, ou á Presidência compete fazel-o<sup>264</sup>.

As fronteiras não deveriam apenas promover a integração, mas seriam conservadas a partir de uma decisão precisa sobre os limites e fixação. Os marcos foram colocados em 15 de junho de 1853 em quatro pontos. O responsável pela colocação desses pontos era Francisco José de Souza Soares de Andréa.

No acordo de fixação das fronteiras aparecem duas áreas discutidas e disputadas entre brasileiros e uruguaios: a lagoa Mirim e o rio Jaguarão, que se tornaram pontos-chaves para a formação de projetos de colonização. As fronteiras foram estabelecidas a partir do marcos assim colocadas: “*O primeiro marco será collocado na margem esquerda do arroio Chuy, junto á sua embocadura no Oceano*”<sup>265</sup>. A descrição da colocação dos marcos obedecia às linhas geográficas a

---

<sup>263</sup> Relatório do presidente, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, da provincia do Rio Grande, 1853, p. 8

<sup>264</sup> Relatório da Secretaria de Governo do Rio Grande, 1853, p. 9.

<sup>265</sup> Relatório da Secretaria de Governo do Rio Grande, 1853, p.8

partir de Greenwich e usava como referência as águas dos rios e lagos da região, que cortavam o Pontal de São Miguel e o rio Jaguarão.

Uma importante questão, longamente discutida pela historiografia diz respeito ao comércio nas fronteiras, onde o charque tornava-se a centelha do conflito entre os comerciantes locais. Essa discussão também se fez presente em 1851, quando foi assinado o Tratado de Comércio com o Uruguai. As trocas na região eram de suma importância<sup>266</sup>, o que fica notório quando as relações financeiras são pensadas e discutidas na Assembléia Legislativa juntamente com a idéia de nação. Segundo o deputado Sá Brito: “*A Nação Sr. Presidente, direi em poucas palavras, é o concurso de muitos homens que se reúnem em sociedade, e que se cotizam igualmente entre si para manterem sua existência e promoverem sua prosperidade*”<sup>267</sup>.

As preocupações com a concorrência comercial de produtos como o sal e o charque eram notórias. Havia receio pelo comércio nas fronteiras. A preocupação estava na entrada desses produtos vindos da região platina.

O que não acontecera quando tivermos por concorrência os nossos vizinhos do Prata, cuja indústria esta presa pelas desordens em que se acham (numerosos apoiados)? No momento que se desenvolver a indústria de nossos vizinhos, maiores serão sem duvida os prejuízos, que terão de sofrer os nossos fazendeiros e charqueadores, e como não há de ser assim, se o governo desses pequenos Estados tem considerado melhor os interesses de seus concidadãos<sup>268</sup>.

Na sessão de 22 de julho de 1848 foram discutidas novamente as questões que levam ao atrito o comércio internacional. Os princípios liberais eram defendidos pelos deputados Jacintho da Silva Lima, José Afonso Pereira e Antonio Sá Brito, defensores da liberdade comercial a partir do controle do trânsito de produtos entre o Brasil e o Uruguai, isto, é a entrada de produtos pela lagoa Mirim seria coordenada pelo Estado.

A Assembléia do Rio Grande mantinha a discussão do comércio das fronteiras. A questão era percebida a partir de duas visões. Uma favorável ao livre comércio e outra que além de defender essa proposta também aspirava pelo maior controle da entrada dos produtos estrangeiros pela Lagoa Mirim<sup>269</sup>. Deve-se ressaltar que muitos brasileiros produziam charque em propriedades no Uruguai e se interessava na proposta de livre circulação de mercadorias, o que facilitava a entrada dessa produção.

---

<sup>266</sup> CEBALHOS, Rodrigo. *Arribadas Portuguesas: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c. 1580-1650)*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: UFF, 2007. O autor discutiu a presença de portugueses e a importância do comércio realizado por esse grupo nas regiões de fronteira.

<sup>267</sup> PICCOLO, Helga Landgraf (org.). *Coletânea Discursos Parlamentares. Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998. p. 413.

<sup>268</sup> Idem, PICCOLO, p.413.

<sup>269</sup> PICCOLO, Helga Landgraf (org.). *Coletânea Discursos Parlamentares. Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998. Sessão de 9 de outubro de 1851. Discurso de Joaquim José da Cruz Secco e João Jacintho de Mendonça.. p.382.



Os deputados exigiam a cobrança de imposto de 23% sobre o charque uruguaio e não admitiam mais, a concorrência com a produção platina, que ganhava mercado e trazia enormes prejuízos tanto aos criadores de gado quanto aos charqueadores que concorriam com o contrabando dos países vizinhos que excursionavam com seus produtos no interior da província.

## II. 3-A fundação de cidades nas fronteiras

Ao ser proclamada a independência do Brasil, a sociedade sulina já se encontrava estruturada e, ao longo do século XIX, as diferentes culturas dos imigrantes puderam se coadunar a um complexo cultural existente desde o período do colonial<sup>270</sup>. Uma das maneiras de se perceber o projeto político do governo da província do Rio Grande de São Pedro e do Império brasileiro para sua fronteira meridional refere-se à fundação de vilas e municípios no final da década de 1840 e a expansão desse objetivo ao longo da década da seguinte<sup>271</sup>. A fundação dessas regiões administrativas também levou a um aumento populacional na fronteira o que pode ser observado pelos censos realizados na região.

Longos debates têm sido travados no campo de estudo das ciências sociais no que se refere ao conceito de região, que é de extrema relevância para discussão que se segue. Estudar a fronteira é apreender sobre uma determinada região, que pode ser usada como domínio para designar níveis de uma taxonomia. A ciência política segue a visão dos organismos internacionais. A palavra tanto pode ser aplicada a uma fração do Estado ou de uma nação, como a um agrupamento de Estados ou de nações, próximas pelas suas características econômicas, políticas e culturais e geralmente, pela sua situação geográfica<sup>272</sup>.

Paulo César da Costa Gomes afirma que a denominação região remonta os tempos do Império Romano, quando a palavra *regione* era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império. Gomes constata que “alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultura e espacial”<sup>273</sup>.

A geografia aproxima-se mais da linguagem comum. O termo região não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é dos mais tradicionais em geografia. Tanto num caso, quanto no outro, o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, a aceitação da idéia de que a

---

<sup>270</sup> SANTO, M.F. E. Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português. In: CAMARGO, F. GUTFREIND, I. REICHEL, H. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.2. p. 259.

<sup>271</sup> Não desejamos afirmar que esse projeto não existiu anteriormente, mas afirmamos que nesse momento existe uma concentração de forças que motivam a ocupação.

<sup>272</sup> *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 8 – Região], p.161.

<sup>273</sup> GOMES, Paulo C. da C. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76. Apud. CUNHA, Luis Alexandre. Sobre o Conceito de Região. p.41.

superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si<sup>274</sup>. Segundo Frémont, “a região apresenta-se como um espaço médio, menos extenso que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto que um espaço social dum grupo”<sup>275</sup>. Cholley<sup>276</sup> afirma que existem diferenciados critérios que definem região, que pode se associar ao elemento natural, da paisagem, as mudanças históricas e sociais. Outros estudos de Ratzel e Vidal de la Blanche discutem o longo processo de formação de uma dada região percebendo as permanências e as contradições criadas pela ação humana.

A fronteira entre Brasil e Uruguai estaria aberta já que os indivíduos passariam livremente nessa região de fronteira, que envolvem os pampas, local onde se estabeleceram populações singulares.

O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino possuem o mesmo estilo de vida. O nomadismo, a adaptação às planuras, o desconforto, a indiferença a riscos e perigos, a desambição, a obediência e o sentido de fidelidade. Criaturas do pampa. Filhos do pampa. E pampa é a extensa planície que se estende da campanha rio-grandense a campanha argentina e uruguia. Indiviso território de pasto verde onde se apascenta o gado vacum, cavalariço, ovino e, em menor número, o híbrido muar (cria de égua com jumento, que tanto valor teve na época das minerações. Também o quíchuas do altiplano andino denominava pampa a sua pastagem). O gaúcho é o produto desse meio natural<sup>277</sup>.

A presença das estâncias jesuíticas e os Sete Povos das Missões mostram que o território oeste do Rio Grande do Sul esteve ocupado desde o final do século XVII. Demonstrem, também, que essa extensa área realizava, preferentemente, intercâmbios com outras de dominação espanhola, fazendo parte, do ponto de vista dos limites territoriais, desse Império. Ela conheceu e vivenciou, desde a sua formação, a presença de várias fronteiras político-administrativas no seu interior, decorrentes das várias lutas que Portugal e Espanha travaram pelo domínio de terras na América meridional<sup>278</sup>.

Essas unidades administrativas foram levantadas por Amyr Borges e João Wagner que organizaram um índice sobre a administração da Província de São Pedro, em 1986, que são de suma importância para compreender o aumento do número de cidades e vilas no espaço rio-grandense. A evolução administrativa pode ser apresentada, deste modo:

Os dados estatísticos produzidos pela Fundação de Economia e Estatística, em convênio com o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa nos são úteis para estabelecer as discussões acerca da administração provincial. A partir da interpretação desses dados podemos perceber os interesses políticos que foram se construindo ao redor do projeto da fundação de cidades, vilas e municípios na fronteira Brasil - Uruguai<sup>279</sup>.

---

<sup>274</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1995. p. 23.

<sup>275</sup> *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 8 – Região], p.162.

<sup>276</sup> *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 8 – Região], p.163.

<sup>277</sup> FLORES, Moacyr. *A cultura sul rio-grandense*. Porto Alegre: Porto dos Casais. p.55.

<sup>278</sup> Idem, SANTO, p. 48

<sup>279</sup> A Fundação de Economia e Estatística, em convênio com o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, tendo em vista a intensa demanda de informações estatísticas do Estado por parte do público em geral, elaborou o presente trabalho, apresentando uma retrospectiva estatística do Rio Grande

Foram levantados os dados de nove municípios estabelecidos na região da fronteira<sup>280</sup>. Dentre esses, 30% iniciaram seu povoamento no final da década de 1840 e o início da década de 1850. Além disso, 85% dos povoados da região foram transformados em cidades e municípios nessas décadas, o que nos leva ao encontro da discussão central, que percebe como ponto de ação do Estado sua tentativa de ocupação das fronteiras.

As cidades de Jaguarão, Cachoeira do Sul, Encruzilhada do Sul, Canguçu e Bagé começaram a ser povoadas na segunda metade do século XVIII e tornaram-se cidades na metade do século XIX, quando o governo provincial estimulou a ocupação das cidades da fronteira. Podemos perceber que além do reconhecimento de cidades de antigos núcleos de povoamento, novas foram sendo fundadas, tais como: Lagoa Vermelha, Itaqui, Arroio do Meio e Estrela, que eram atrativas aos novos colonos que chegavam da Europa e buscavam regiões de melhor acesso e infra-estrutura.

## **II. 4- Brasileiros. uruguaios e imigrantes: Disputa e ocupação das terras na região de fronteiras**

A preocupação em ocupar e manter os espaços fronteiriços levou a projetos de colonização e doação de terras para a fixação de colonos. A intenção era distribuir terras devolutas para a ocupação: “Na falta de outros meios mais eficazes, ordenei às camaras dos Municipios, onde mais convem estabelecer colônias, que informassem ao Governo da Província sobre a existência de boas terras devolutas apropriadas para estabelecimento”<sup>281</sup>.

A fundação das colônias se propunha como solução para o povoamento na região, possibilitando a introdução de mão-de-obra para o trabalho na indústria e agricultura. O incentivo a imigração conseguiu resultados rápidos e em 1850 o número de colonos já chegava 13.000, empregados em sua maioria nas atividades agrícolas<sup>282</sup>.

A fundação de colônias próximas às fronteiras tornou-se uma ação efetiva do governo rio-grandense, o que pode ser acompanhado pela determinação da Secretaria de Governo de 1850, que estabeleceu a criação de lotes e datas em locais, onde as terras fossem férteis e de fácil acesso. A ocupação dessas áreas se limitou aos imigrantes europeus ficando proibida a entrada de negros para o trabalho tanto nas lavouras quanto nas indústrias.

A partir do artigo 32 eram apresentadas as regras para o estabelecimento dos colonos e a concessão de terras. A proibição do uso de escravos nas colônias e principalmente nas localizadas na fronteira era justificada pela preocupação de fuga para os países vizinhos. O que, se aprofundou, em 1850, com a Lei Eusébio de Queiros,

---

do Sul nos seus diferentes aspectos. A obra abrange os dados censitários de 1872 a 1950 e alguns do período de 1803 a 1862 assim divididos: I - Evolução Político-Administrativa do Estado e II - Dados Estatísticos. Com este trabalho, a FEE objetiva agregar, em uma publicação, um conjunto de dados e informações que se encontram dispersos em diversas fontes, facilitando o trabalho de pesquisa por parte dos interessados. Os dados a seguir foram copiados das páginas 11 a 19.

<sup>280</sup> Ver anexos um e dois.

<sup>281</sup> Relatório da Secretaria de Governo, de 1852, p.12.

<sup>282</sup> A discussão sobre a fundação das colônias pode ser vista no: Relatório da Secretaria de Governo, 1850, p.22.

que proibiu o tráfico negreiro e aumentou o preço dos escravos e ampliou o temor pelo fim da escravidão.

Nenhum colono poderá possuir escravos nos limites da Colonia, aquelle que os tiver por compra, herança e doação ou outro qualquer modo poderá conservar o seu domínio não os podendo chamar a Colonia a titulo algum, aquelle que contravier será expulso da colônia.<sup>283</sup>

A obrigação em se firmar às bases legais da ocupação era trazida novamente à tona no relatório ministerial de 1852, que trazia as determinações sobre a entrada de escravos nas fronteiras. Tal documento elogiava a lei n. 183 de 18 de outubro de 1850 que vinha sendo cumprida pelos colonos com seriedade, uma vez que, nenhuma denúncia sobre o uso de escravos teria sido apresentada formalmente ao governo provincial. Os colonos deveriam ser fieis ao contrato firmado, que proibia salva algumas condições a entrada de escravos nas colônias fronteiriças.

. Em 1848, o objetivo de fixar populações nas áreas de fronteira foi garantido e determinado pelo artigo quinto que estimulava a ocupação dessa área. O artigo deixava claro o projeto para fixação populacional das colônias, tendo como foco de interesse a fronteira com os países vizinhos: *quinto; em fim, deve ser nos logares desertos da Fronteira desta Província com as repúblicas e na margem esquerda do Uruguay*<sup>284</sup>. Mesmo com o incentivo a ocupação algumas áreas ainda eram devolutas em 1852, quando presidente da província determinou um censo de áreas não ocupadas a fim de que fossem catalogadas para uma futura remarcação das propriedades.

Uma das primeiras colônias criadas foi a de São Francisco de Paula – Pelotas estabelecida pela Lei Provincial nº 143 de 2 de julho de 1848 que mandou estabelecer junto à Serra dos Tapes, Município de Pelotas, uma colônia agrícola, com a denominação de S. Francisco de Paula. Foi determinada a medição e demarcação precisas das terras quando fossem devolutas e apropriadas, e em alguns casos foi autorizada à compra, sendo para tal criado um subsidio de até vinte contos de réis.

Pelotas foi à cidade gaúcha mais importante do século XIX, tendo seu progresso se originado nas grandes charqueadas. Essas atividades manufactureiras, além de serem as geradoras do progresso e prosperidade de Pelotas, foram também as responsáveis pela entrada em grande quantidade de trabalhadores escravizados no extremo sul brasileiro<sup>285</sup>. Em virtude de sua identificação com o requinte, as artes e o saber, a bela Pelotas recebeu de sua elite o cognome de “Atenas do Rio Grande do Sul”. O progresso e a cultura pelotense podem ser medidos também pelo número de periódicos existentes. Chegou a possuir, em certa época, dez jornais funcionando consecutivamente. Além dos periódicos, podemos citar: a Biblioteca Pública, o Museu Municipal, o serviço de telégrafo, encanamento d’água etc<sup>286</sup>.

---

<sup>283</sup> O presidente da província relata essas preocupações em seu relatório de 1850, p.20.

<sup>284</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1848, p.19-20.

<sup>285</sup> Idem, SANTO, p. 191.

<sup>286</sup> Idem, SANTO, p. 192

O Rio Grande foi incorporando uma nova diretriz para a região de fronteira fixando indivíduos e dinamizando a economia para além da produção de charque. Essa fronteira viva de imigrantes, comerciantes, contrabandistas, escravos fugitivos se tornava desejo de novas aspirações e trazia a tona antigos conflitos.

O presidente da província em 1850, José Antônio Pimenta Bueno<sup>287</sup>, marquês de São Vicente, relatou que seu antecessor, Francisco José de Sousa Soares de Andréa<sup>288</sup>, Barão de Caçapava enfrentou dificuldades em determinar terras devolutas, e acabou por comprar propriedades para incentivar o povoamento, e apoiou o projeto de Thomas José dos Campos que já havia começado um povoamento com a fundação da colônia de Pedro Segundo.

Outra colônia fundada pelo Coronel Thomaz Jose de Campos, foi a de Monte Bonito, instalada pelo militar com o auxílio e subsídio do governo provincial, em suas terras sobre a Serra dos Tapes. Para impulsionar o povoamento fez pedidos de subsídios ao governo provincial com a promessa de pagamento a cada seis meses totalizando seis anos para a quitação do empréstimo.<sup>289</sup> Em 1851, o presidente da província, Patrício José Correia da Câmara, informava em relatório não conhecer as informações de ocupação da colônia Monte Bonito, mas demonstrava clareza em relação aos valores emprestados ao fundador do povoamento, que acabou fracassando, em 1853.

Na sessão de 23 de junho de 1849 da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi discutida uma importante questão entre os deputados Joaquim José da Cruz Secco, Antonio de Sá Brito e Israel Rodrigues Barcellos, no que se refere aos cargos políticos criados nas colônias. Barcellos tornou-se opositor à proposta apresentada na reunião. Inicialmente podemos aferir erroneamente que se trata apenas de uma discussão acerca de um cargo político, mas as análises dos discursos enunciados naquele momento nos levam ao encontro a uma rede de interesses políticos no Rio Grande. Este deputado opunha-se a existência de um diretor para a colônia de São Leopoldo, que para tal função recebia elevada gratificação. O deputado Barcellos argumentava que os custos pra os cofres da província com o pagamento do diretor eram altos e não correspondiam as suas obrigações. Acusava a Câmara dos Deputados aprovou três verbas sem o menos conhecer seu uso e defendia que o único funcionário que deveria ser pago pelo governo era o engenheiro que fazia a medição e distribuição das propriedades.

---

<sup>287</sup> José Antônio Pimenta Bueno. (4 de dezembro de 1803 — 19 de fevereiro de 1878) Bacharel em Direito pela primeira turma da tradicional Faculdade de Direito de São Paulo. Presidente da província do Rio Grande do Sul - 6 de março a 4 de novembro de 1850. Sobre os presidentes da província do Rio Grande ver Sousa Docca, Emílio Fernandes de, *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro : Edição da Organização Simões, 1954.

<sup>288</sup> Francisco José de Sousa Soares de Andrea, barão de Caçapava. (Lisboa, 29 de janeiro de 1781 — São José do Norte, 2 de outubro de 1858) foi um militar e político luso-brasileiro. Foi Presidente das províncias do Pará, de 9 de abril de 1836 a 7 de abril de 1839, onde combateu a cabanagem; de Santa Catarina, de 17 de agosto de 1839 a 26 de junho de 1840; do Rio Grande do Sul, de 27 de julho a 30 de novembro de 1840, tendo derrotado nos combates de Laguna os farroupilhas liderados por Giuseppe Garibaldi; de Minas Gerais, nomeado em 1843, permanecendo no cargo até 1844; da Bahia, de 22 de novembro de 1844 a 1846, e em 10 de abril de 1848 voltou a ser presidente da província do Rio Grande do Sul, permanecendo no cargo até 6 de março de 1850. Marechal, foi também responsável pela comissão de demarcação dos limites fronteiriços entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai em 1854. Nesta época fundou a localidade de Santa Vitória do Palmar, no sul do Rio Grande do Sul. Ver sobre o barão: SILVA, Alfredo P.M. *Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889*. M. Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906, vol. 1949.

<sup>289</sup> O pedido de auxílio pode ser lido integralmente no relatório da Secretaria de Governo, 1850, p.27.

O deputado Lobato apresentou um longo argumento, afirmando que Barcellos já teria sido diretor da colônia e que não guardaria bons laços de amizade com o atual diretor da colônia. A resposta provocaria ainda maior debate. Barcellos negou agir por seus interesses pessoais e afirmou no discurso em só pensar na administração da província. O deputado Cintra respondeu em nome de outros membros da Assembléia que essa era a forma com que todos agiam a favor da província e não por interesses pessoais.

Barcellos reapresentou novamente a proposta do fim do cargo de diretor da província, mas parou seu discurso a fim de se defender do deputado Lobato que o acusava de caluniador. O deputado havia informado à Assembléia terem ocorrido manipulações nas eleições e que muitos cargos teriam sido criados a fim de atender aos interesses do deputado Lobato. A partir daí, a primeira questão levantada por Barcellos aponta para aspirações políticas que visam não somente discutir o cargo de diretor, mas de apresentar argumentos que negassem a necessidade de existência do cargo em função das disputas eleitorais.

No relatório provincial de 1851 são apresentadas as informações do sucesso da Colônia de São Leopoldo, fundada em 1824, com 122 colonos. São demonstradas importantes informações sobre o cotidiano da colônia como suas estatísticas de crescimento populacional<sup>290</sup> e de suas exportações. Os elementos davam conta de um elevado crescimento desses índices.

Em relação às exportações, os dados demonstram o crescimento da década anterior ao relatório. Os produtos se destinavam a um comércio em que os produtos brasileiros se sobrepunham em qualidade aos americanos e aos de Cuba. Um importante comerciante citado foi Nicolau Stumpi que conseguia alta rentabilidade com a venda de algodão e tabaco para Hamburgo.

A produção na Colônia de São Leopoldo era diversificada. Havia inclusive uma fábrica de bens de consumo, como as envernizadoras de couro e as de óleos. O proprietário, Jacón Freychlag, teria feito investimentos consideráveis, mas os mesmos não conseguiram emplacar uma elevada produção, que ainda era feita em pequena escala<sup>291</sup>. A indústria produzia bens de couro, óleos e flores para exportação, que se voltava para o mercado europeu. Na agricultura o destaque eram as grandes safras de produção de tabaco e algodão.

O relatório provincial de 1852 demonstrava os bons resultados das exportações e do crescimento populacional da Colônia de São Leopoldo, que se tornava a mais florescente das áreas de povoamento. A população crescia a cada ano e os relatórios apontavam para a pequena presença de escravos. A produção atendeu até mesmo as forças militares que compraram carne bovina no período de guerra. Mas não foi apenas no momento de conflito que as vendas cresceram, toda a produção se ampliou desde o início da década de 1840.

Porém toda a prosperidade da província era questionada pelos colonos que recriminavam o presidente da província pela falta de apoio financeiro. No relatório de 1853, o presidente da província contra-argumentava as acusações e dava créditos aos colonos pelo desenvolvimento do povoamento, mas salientava que o crescimento

---

<sup>290</sup> O relatório informava que a população da colônia chegou a 10273 habitantes.

<sup>291</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1851, p.5.

econômico só foi conseguido com os altos subsídios financiados pelo governo da província.

As melhorias técnicas e os referenciais de seu crescimento agrícola eram reconhecidos, mesmo nas mudanças de governo provincial. S. Leopoldo tornava-se, assim, um modelo ideal de colonização e desenvolvimento financeiro, que deveria ser seguido de perto. Eram apresentados dados referentes ao movimento da entrada de maquinário não só compradas pelos colonos, mas enviadas para lá para que fossem copiados pelos moradores, que ficavam cada vez mais associados à indústria e ao trabalho fabril iniciado por um desejo de crescimento e que encontraria tanto no mercado nacional quanto estrangeiro o mercado de consumo para sua produção.

Em 1853, novamente a Colônia de São Leopoldo aparece em relatório provincial com as descrições já mencionadas, seguindo o discurso exaltado dos presidentes da província. Essa região crescia em meio a uma área de fronteira e se tornou um modelo a ser copiado e reinventado. Assim, o relatório de 1853 apresentava esse povoamento:

A COLÔNIA DE S. LEOPOLDO.- Esta é a mais populosa e florescente colônia do Império; ás suas boas terras, á navegação do rio dos Sinos, á cuja margem está, á proximidade do mercado desta capital, mediante o gentio laborioso e perseverante de seus habitantes, deve ella o grande progresso que tem tido. Essa colônia não prospera sómente pela producção agrícola, mas também pelos numerosos artefactos que fabricão seus industriosos habitantes<sup>292</sup>.

Apesar do sucesso, crescimento e empreendedorismo destacados em São Leopoldo, o mesmo não acontecia em outras colônias, que, por inúmeras razões, não tiveram o mesmo destino. As razões apresentadas como impedimentos ao crescimento eram apresentadas nos relatórios dos presidentes de província, que deixavam claro a dificuldade de fixar povoamentos próximos às fronteiras, onde ocorriam conflitos entre uruguaios e brasileiros; a ausência de estradas e falta de verbas no orçamento provincial para a melhoria das já existentes, que ora tinham de ser ampliadas ora restauradas; o alto custo de instalação de bem feitorias: pontes, transporte, mão-de-obra (muitas vezes a província não contava com engenheiros e técnicos para a medição de terrenos, construção e elaboração das vias de transporte).

O relatório de 1853 apresentava mais uma razão para a dificuldade de algumas colônias, que ainda não haviam progredido em população e produção. O presidente da província cobrava uma ação mais enfática da Diretoria Geral das Colônias<sup>293</sup>. Esse órgão foi chamado de inútil por não colaborar na administração das colônias. Além da queixa, o relatório trazia as ações que deveriam ser tomadas por essa Diretoria a fim de que sua existência fosse justificável. Ao apresentar o relatório, o presidente da província, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, apresentou não apenas a sua crítica, assim como enumerou as atividades que deveriam ser preenchidas pelos diretores, que deveriam acompanhar e visitar os estabelecimentos coloniais.

---

<sup>292</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1853, p.25.

<sup>293</sup> Ao examinar a documentação da Diretoria Geral das Colônias de 1848 a 1850 podemos examinar as breves discussões acerca do povoamento e do desconhecimento das problemáticas enfrentadas pelos colonos.

A colonização de São Leopoldo tornava-se referencial para os demais projetos de colonização. Tal é o caso da Colônia do Mundo Novo, também situada próxima ao município de São Leopoldo, fundada por Tristão José Monteiro. O povoamento contava com 400 moradores, que trabalhavam pelo bom funcionamento da colônia, que contava com fabricas de serrar madeira, de cereais e de produção de azeite. A 2.<sup>a</sup> Colônia do Mundo Novo esta “situada na margem esquerda do Rio-Santa Maria no município de S. Leopoldo, foi fundada pelo cidadão Tristão José Monteiro nas terras da sua Fazenda do mesmo nome da Colonia”<sup>294</sup>. Em 1853, a fim de facilitar a ocupação da colônia foi proposta a construção de uma estrada que chegasse até Vacaria a fim de melhorar o escoamento da produção.

Outra antiga área de ocupação correspondia ao território da colônia de Três Forquilhas, Tão antiga quanto à de São Leopoldo, mas que enfrentava em meados do século XIX dificuldades de comunicação e de finanças, entraves no crescimento econômico e no povoamento. Esses entraves impossibilitavam a execução de tarefas rotineiras, em razão de seu afastamento da Capital e dos demais núcleos de povoamento.

A Colônia de Pedro II também foi fundada nas proximidades de Pelotas, junto à fronteira. Assembléia provincial concedeu um auxílio para facilitar a ocupação na região. A ocupação foi feita por quarenta e nove irlandeses, que receberam oito contos de réis para incentivar a ocupação.

O relatório de 1852 informava as condições populacionais da Colônia de D. Pedro II, que era ocupada por um pároco, quarenta e três famílias irlandesas, com duzentos e setenta e quatro indivíduos se empregavam na produção de fumo, algodão, trigo, e outros cereais. São as atividades que mantêm as famílias na região. Essa Colônia recebia auxílios do governo da província a fim de motivar a empreitada do povoamento, já que havia famílias se estabelecendo atraídas pela disponibilidade das terras. A Assembléia apoiava a emigração a partir da aprovação de um orçamento direcionado à ocupação.

O relatório provincial de 1853 novamente mencionava o malgrado empreendimento da Colônia de Pedro II, que, apesar de ter sido fundada nas proximidades de Pelotas, enfrentava dificuldades de terras para o plantio. Os argumentos apresentados para o fracasso foram: a fragilidade e a esterilidade da terra; o endividamento da colônia; a baixa produção agrícola; a falta de qualificação profissional dos colonos, que não possuíam técnicas agrícolas; e por fim serviu apenas de área de repouso e transição de colonos que migravam para outras regiões.

Outra colônia instalada próxima à fronteira no município de Rio Pardo foi Santa Cruz, criada em 1849. A fundação se deu em uma área com dificuldades de acesso por não haver próxima ao núcleo populacional nenhum rio navegável, estando, nas proximidades da estrada de Santa Cruz, que apenas foi iniciada. Apesar dos inconvenientes notados, os Colonos de Santa Cruz viviam na abundância, porque as terras eram férteis e produziam em grande escala o feijão, o milho, a batata, o tabaco, a cevada, o linho e alguma cana.

O núcleo havia sido montado em uma área bem situada que atraía imigrantes, que dispunham de uma larga faixa de terras ainda não povoada, que se punham a espera da entrada de novos imigrantes, vindos da Europa. Apesar de enfrentarem problemas

---

<sup>294</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1852, p.12.



relacionados ao acesso e as doenças a colônia matinha sua produção agrícola suficiente ao bem-estar dos moradores, que se sentiam instalados em uma nova pátria<sup>295</sup>.

A chegada de imigrantes europeus para se estabelecerem nas fronteiras era notória. A possibilidade de vir ao Brasil era conseguida com o apoio de agenciadores responsáveis pelos contratos migratórios, tal é o caso citado abaixo de Pedro Kleudgen, responsável pela entrada de dois mil imigrantes, mas que não contava com simpatia com Associação Central de Berlim, que não concordava com a assinatura e execução dos contratos.

Em 1852 foi aprovada pela Assembléia Provincial uma verba para a construção de uma igreja e de uma escola, além de serem discutidas as dificuldades de acesso ao povoamento de Santa Cruz, devido às péssimas condições da estrada que ligavam a Rio Pardo. A colônia havia sido fundada em 1849 e recebia auxílio financeiro dos cofres provinciais. Sua localização era atraente, mas a dificuldade de acesso impedia e desanimava a fixação de moradores. As estradas em sua maioria precisavam de reparos e muitas não ofereciam condições de passagem.

Em 1853, novamente era demonstrado o projeto político do governo em colonizar o Rio Grande, dando informações sempre positivas relativas ao solo, clima e localização geográfica. O objetivo era claro, ocupar os territórios, principalmente os mais próximos à região das fronteiras disputadas pela diplomacia uruguaia e brasileira.

O presidente da província, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, pediu que medidas fossem tomadas sobre as novas leis de ocupação tecendo argumentos importantes sobre as formas de ocupação das terras nas fronteiras. Argumentava que antiga forma de povoamento do reino português se baseava na doação de terras a indivíduos que tivessem corroborado com o governo com seus serviços, outros as teriam adquirido por um bom preço devido ao barateamento da venda por Portugal. O que nos leva de encontro ao que já foi mencionado anteriormente havia um projeto político de ocupação das terras fronteiriças e esse se intensificou na década de 1850, em função da assinatura dos Tratados e Limites e da colocação dos marcos de fronteira, quando se tornou ainda mais evidente o interesse de estabelecer pontos de povoamento que não permitisse mais reclamações sobre a posse desses territórios.

Algo nos chama atenção na colonização, na vontade de ocupar as áreas de fronteiras que seriam povoadas e garantiam a integridade do território da província, a tentativa de associar geograficamente o território brasileiro ao europeu.

Nenhuma província do Imperio oferece com effeito condições tão favoráveis á colonisação europea como esta. Clima benigno, quase fora do rigor dos Tropicos, terras férteis, caroáveis de toda a producção, e uma extensíssima navegação fluvial; que mais se póde desejar?<sup>296</sup>.

A capital da província também era demonstrada de forma majestosa, a fim de expor seus bons atributos de colonização. Porto Alegre era descrita como uma bela cidade, onde desembocavam vários rios, que cortavam por terras de boa produção,

<sup>295</sup> Os colonos chamavam as novas colônias de pátria, por edificarem na região seus costumes e uma outra instalação para sua fixação.

<sup>296</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1853, p.20.

transporte fácil e barato, e mercado certo. Apenas faltava a cidade um sistema de colonização que atraísse a emigração européia.

Os projetos de colonização começaram em áreas navegáveis já que as formas de transporte na região eram deficientes, sendo assim aproveitadas as pré-condições de ocupação. As terras que ainda não tinham sido usadas em projetos de ocupação poderiam ser vendidas a imigrantes europeus, que poderiam pagar a partir de financiamentos de logo prazo e juros baixos. As ordens do presidente da província sobre a venda das terras, em 1853, eram claras. “Para evitar o abuso de especulação, e o espírito de ganância, que de ordinário adulterão as empresas do Governo, taxai o preço maximo e mínimo das terras, tanto na compra aos particulares, como na venda aos Colonos”<sup>297</sup>.

Em 1853, era intensa a procura por terras segundo relato do presidente da província, e assegurava que Pelotas e São Leopoldo atraíam muitos colonos à região em busca de terras. Ainda nesse momento ficou evidente o aumento do preço das propriedades que deixaram de ser doadas. Os colonos preparavam seus caminhos e mantinham escolas para seus filhos, sem que nada custasse aos cofres públicos.

## **II.5 - “A Tranqüilidade” nas fronteiras**

É de suma importância perceber a miúdos as preocupações do governo da província, que iam, desde a colonização da fronteira até a estabilidade política, que garantiam a tranqüilidade pública. Essa questão foi recorrente nos relatórios provinciais entre 1848 e 1858.

Em 1849, pouco antes da guerra, que envolveu o Império Brasileiro e os governos das Repúblicas Argentina e do Uruguai, a chamada Guerra Grande, a situação na região de fronteira era descrita pelo presidente da província como sendo de calma tanto em relação aos nossos vizinhos no Prata, que com raras atuações de salteadores uruguaios mantêm total controle sobre o povoamento dois dos lados da fronteira.<sup>298</sup>

Nesse momento, são traçadas de forma breve questões essenciais ao equilíbrio na região. O primeiro é o que questiona o trânsito de uruguaios na fronteira e a hostilidade uruguaia contra cidadãos brasileiros, o que não é percebido na antemão da responsabilidade de entendimento. Ainda assim, a paz e tranqüilidade na região transmitem uma aspiração internacional, visto que no interior da província essa paz era mantida sem conflitos.

No relatório ministerial de 1850 o conflito na fronteira e a movimentação de uruguaios foram apresentados de forma mais abrupta, sendo enfatizadas ações estrangeiras contra cidadãos brasileiros que viviam em solo internacional na região platina. A riqueza dos cidadãos Brasileiros, e conseqüentemente a Nacional, sofriam

---

<sup>297</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1853, p.22

<sup>298</sup> A discussão sobre a ocupação nas fronteiras foi discutida no relatório da Secretaria de Governo, 1849, p. 4.

uma considerável perda de milhares de contos com o roubo as propriedades de brasileiros e excursões sobre o território quando eram saqueadas as estâncias.

Ainda em 1850, o presidente da província, Pedro Ferreira de Oliveira<sup>299</sup>, informava a instabilidade da província, o que de fato se explica pelos momentos anteriores à guerra.

Tendo, em cumprimento das ordens do governo imperial, de dar conta a V. Ex. do estado desta província, principiarei pela parte mais importante no estado actual de cousas, que é a Tranquilidade Publica, hoje tão alterada; passando depois a outros objectos: mas, bem que eu não fosse completamente surprehendido, como V. Ex. esperava, segundo me disse, é comtudo tão pouco o tempo que tenho para desempenhar este dever, que nem poderei ser minucioso em muitas cousas, nem me será possível recorrer aos archivos da secretaria ou pedir esclarecimentos ás repartições: e assim exporei quase tudo de pura memória<sup>300</sup>.

Essa instabilidade apesar de disfarçada nos relatórios ministeriais, estava presente, desde a Revolução Farroupilha, uma vez que mesmo após o seu término, em 1845<sup>301</sup>, ainda havia preocupação pelo destino, o equilíbrio e a segurança pública da província. Após a pacificação do conflito no interior da província havia interesse de se conseguir restabelecer os bens de brasileiros no Uruguai. Nesses relatórios não se apresentam argumentos ou questionamentos sobre as propriedades uruguaias no Rio Grande, o que dificulta nossa apreensão sobre as dificuldades orientais em solo brasileiro<sup>302</sup>.

O relatório provincial de 1850 nos remete a questões importantes, criticadas pelo governo provincial: a guerra seria um conflito desnecessário e provocado por um grupo de agitadores, líderes de bandos organizados que atacaram o Estado Oriental. Tanto a historiografia brasileira quanto a Uruguia não revelam o descontentamento rio-grandense com o conflito; em sua maioria, justificam o apoio dado pelos estancieiros para garantir suas propriedades. É evidente que não negamos esses interesses, mas é importante oferecer novas interpretações. Uma guerra na região provocaria mais conflitos e maior desgaste, o que dificultaria os projetos políticos de ocupação e fixação das fronteiras.

---

<sup>299</sup> Assumiu o governo da província em 1850 n lugar de Pimenta Bueno.

<sup>300</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1850, p.5.

<sup>301</sup> É importante mencionar os estudos de Cesar Guazzelli sobre a relação de brasileiros e uruguaios na fronteira. A análise parte da premissa de uma relação estreita entre os farapos e os povos platinos. Guazzelli defende a concepção de que o Rio Grande do Sul constituía-se numa “região província”. Ou seja, semelhante com o que se passava nas províncias rio-platenses, havia no Rio Grande uma forte autonomia local, numa época em que o Estado-nação brasileiro era ainda inexistente. No contexto platino, as províncias eram soberanas e independentes, sendo estas as aspirações dos farroupilhas.

<sup>302</sup> A dificuldade sofrida pelos uruguaios não eram mencionadas nesses relatórios, mas o que chama atenção é a supervalorização do presidente da província em garantir que havia total segurança dos proprietários uruguaios, o que não acontecia em solo uruaio. Relatório da Secretaria de Governo, 1850, p.4.

Desta louca pretensão se gerou outra pior ainda, e por cabeça mais elevadas, de obrigar o governo a sujeitar-se á vontade de alguns agitadores, acompanhando a sanha dos bandos desordeiros que fizeram organizar para agredirem o Estado Oriental pelo ataque das forças empregadas a guarda de sua fronteira; e para arrebanharem quanto gado possuem, seu ou alheio, afim de o passarem á quem da linha”<sup>303</sup>.

Uma das passagens, além da linha demarcatória foi mencionada no relatório de 1850 é a que diz respeito à entrada do Barão de Jacuí em território uruguaio. Esse ato foi criticado como uma ação que rompia o equilíbrio na região, apesar de ter sido razoavelmente justificável, pelo presidente, que reconhecia a incursão do Barão como uma reação ao saque da propriedade de sua família teria sido por indivíduos passados da província de Corrientes.

O presidente da província<sup>304</sup> tentava ainda impedir a empreitada de Jacuí com o envio de uma carta que lhe pedia o retrocesso de sua ação militar pela província de Corrientes. Apesar do pedido e do envio dessa carta, sabemos que o proprietário de terras entrou em território uruguaio, que é interpretado pela historiografia brasileira<sup>305</sup> como uma ação a favor dos proprietários brasileiros; já a historiografia do Uruguai<sup>306</sup> vê nessa ação uma interferência política que deflagrou o conflito.

Quando o conflito teve início a vila de Bagé se tornou local de trânsito para as tropas, já que se localizava junto a fronteira com o Uruguai. O Barão de Jacuí dirigiu cautelosamente a marcha de pequenas partidas de maneira que se reuniram em Quarahim aglutinando trezentos homens, com que passou o rio. O barão foi atacado no dia 5 em Gatalan, pelas forças de Lamas<sup>307</sup>, foi batido e derrotado.

Em 1851, a fixação das tropas na região era vista como garantia para impedir a expansão das tropas inimigas, que saqueavam as propriedades locais. Uma das fronteiras que mais preocupavam era a seguia de Bagé até o Chuí, que segundo o presidente da província estavam pacificadas. Na fronteira de Bagé ficaram situadas as tropas de Osório, que enfrentaram dificuldades com a prisão de dois desertores. Além disso, havia dificuldades em alistar pessoas para o conflito. O recrutamento forçado era a opção vista como viável para o aumento do contingente militar, que receberia apoio a partir dos quartéis que seriam montados na região.

Em Bagé e nas demais cidades aonde se aglutinaram as tropas havia dificuldades para se estabelecerem quartéis. Os presidentes de província deviam comprar terrenos ou fortalecer os quartéis já existentes a fim de garantir o estabelecimento das tropas, que defenderiam a fronteira e atuariam em solo uruguaio e posteriormente argentino. Os militares que participavam da guerra recebiam homenagens pela condução de ações militares, o que era de praxe acontecia nas forças armadas.

---

<sup>303</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1850, p.2

<sup>304</sup> O presidente da província era João Antônio Pimenta Bueno.

<sup>305</sup> Citamos Pandia Calógeras, Jose Honório Rodrigues e Maurílio de Gouveia como representantes dessa interpretação historiográfica. Tal discussão sobre a Guerra Grande foi apresentada no capítulo 1.

<sup>306</sup> Os trabalhos de Fernando Assunção, Juan Zorrilla de San Martín e Benjamin Nahum discutidos no capítulo 1 apresentam seus posicionamentos sobre as razões que levaram a Guerra Grande.

<sup>307</sup> Militar uruguaio responsável pela guarda fronteira em Quaraím.

A guerra estourou em 1851 e os reflexos sobre a província eram claros. Mesmo nesse ano é interessante notar que o relatório da secretaria de governo afirmava haver tranqüilidade na província. Sendo um período sem hostilidade ou conseqüência a paz social. As impressões do relatório refletem um momento de calma, sem conflitos ou qualquer crime, o que de fato é contraditório, visto que ocorreu um aumento de 32% das queixas policiais realizadas nas cidades da fronteira.

O discurso político sobre a guerra diferenciou-se muito nesses dois anos. Apesar de ser elaborado dentro de uma perspectiva oficial, a diferenciação entre o ano que antecedeu o conflito e o que o fez emergir é conflitante. No segundo, a guerra é justificada e entendida como uma opção possível de restaurar a paz regional. Vale ressaltar que o relatório anterior afirmava não existir conflitos na região. A decisão do imperador em agir seria não só justificada, mas compreendida como necessária frente as hostilidades apresentadas. “A Provincia conserva-se tranqüila: apenas se nota essa agitação, esse movimento, que as épocas de guerra imprimem nos espíritos, mas que nada tem de offensivo, e hostil á paz publica”<sup>308</sup>.

Em 1852, o relatório novamente trazia o discurso de aceitação e de necessidade do conflito. A província só estaria pacificada após a guerra que retirou do poder os diatadores da Argentina e do Uruguai que não respeitavam os direitos de propriedade de proprietários brasileiros. Após guerra a segurança individual voltou a ser garantida. Os tratados de 1851 eram a garantia para a paz, por mais que agitações no Uruguai ainda fossem relatadas e alguns abusos contra proprietários. Apesar de o conflito estar ocorrendo na região sul, esta era apresentada como mais calma e segura do que as províncias do norte do Império.

. Os crimes na fronteira aparecem como prejuízo à integridade de cidadãos brasileiros, o que não podia ser visto no relatório de 1850, quando nenhum crime foi relatado nem por motivação de guerra, ou por outras razões. Desse modo, percebem-se mudanças dentro do discurso político. Antes do conflito os pronunciamentos visavam evitar ou até mesmo atenuar motivações que levassem a guerra, que depois de iniciada passou a ser justificada e aceita.

O quadro da segurança individual não é tão assustador como em algumas Provincias do Norte. Todavia ainda são freqüentes os attentados contra a vida dos cidadãos, particularmente nos municípios da Fronteira, em que a facilidade de auge para os Estados vizinhos augmenta a audácia dos criminosos. Com a lei geral de 2 de Julho do anno passado é de crer, que elles diminuão, por isso que sua punição se torna mais certa, encarregada á juizes mais esclarecidos, imparciaes, e responsáveis. Mas só o tempo, a educação, e os progressos da industria é que virão a completar o pensamento da Lei, vencendo as causas de taes males<sup>309</sup>.

Mesmo vivenciando um conflito armado havia menor criminalidade na província do Rio Grande do que em outras do Império, sendo ainda inferior a alguns países. A garantia do equilíbrio e da menor criminalidade seria conseguida com a ação do corpo policial da província, que se encontrava organizada no período, mas que ainda

---

<sup>308</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1851, p.4.

<sup>309</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1851, p.4.

recebia auxílios para sua manutenção contínua e para contratação de um maior contingente em outros distritos. Ao término da guerra a província teria voltado à ordem e os custos começaram a ser calculados. O presidente da província informava os prejuízos provocados pelos conflitos aos rio-grandenses e o quanto essas guerras dificultavam o crescimento rio-grandense.

A segurança individual era um dos objetivos para a garantia da tranquilidade pública. A menor criminalidade poderia ser alcançada a partir do enfrentamento de questões comuns as demais províncias e de outras peculiares ao Rio Grande. Essa singularidade estava na forma de ocupação que permitiu a fixação de povos dos países vizinhos que transformavam a fronteira não só num espaço de integração que unia a disputa e a vivência comum. O imaginário sobre os povos vizinhos muitas vezes circulava pela percepção da criminalidade, da guerra civil, da anarquia política e na queda dos partidos políticos.

Após o conflito ocorreu um aumento da criminalidade na província. As razões apresentadas para seu crescimento estavam atreladas ao desemprego e a falta de compromisso de fazendeiros que acobertavam os desordeiros. A paz retornaria com novos investimentos que motivassem o emprego na agricultura e na indústria que livraria os rio-grandenses dos crimes e do ócio.<sup>310</sup>

## **II. 6 - As vias de acesso para a ocupação das fronteiras**

### **Estradas**

Abertura das vias de acesso é outra forma de perceber os projetos políticos do Estado a fim de ocupar e estabelecer uma melhor comunicação regional, principalmente às áreas que interligavam a fronteira com a capital. As vias de acesso que passam a ser criadas e restauradas em meados do século XIX seguem o trânsito da fronteira, o que reforça a preocupação em se consolidar um espaço fronteiriço a fim de apartar os conflitos locais.

Em 1849, a Assembléia Provincial do Rio Grande de São Pedro argumentava a favor da construção das vias de acesso. O que pode ser observado a partir do discurso político do deputado Silvestre, que apresentava suas razões para conseguir o apoio dos pares para a consolidação desse projeto. A defesa incluía as ferramentas para a liberação de regiões ocupadas. Essa linguagem política visava criar um espaço de coalização e uniformidade sobre as formas de crescimento econômico e da ocupação da província, que se beneficiariam com o surgimento dessas vias<sup>311</sup>.

Portanto, digo eu: se os nobres Deputados no seu projeto autorizassem a Câmara de Piratini a abrir a estrada mediante uma desapropriação, eu lhes daria o meu voto, porque sou daqueles que votam sempre pela abertura de estradas e paços. Entendo, que se os moradores de alguma localidade pedirem, ou se qualquer de nós apresentar um projeto para abertura de um paço, a Assembléia deve mandar ouvir a Camara para

<sup>310</sup> Nesse documento são apresentadas as dificuldades da população do Rio Grande após a guerra no Prata. Relatório da Secretaria de Governo, 1853, p.5.

<sup>311</sup> Sobre o discurso político ver. FANTINATI, Carlos Erivany. *Sobre o discurso político*.

informar sobre todos os requisitos, isto é, a sua posição topográfica, a planta, a fim de poder-se autorizar a desapropiação da cobertura<sup>312</sup>.

As estradas deveriam ser construídas entre as colônias e a capital da província. As principais ligações eram estabelecidas entre S. Lourenço, Rio Pardo, S. Gabriel e Alegrete. Ainda sobre a necessidade da construção de estradas o relatório provincial de 1850 demonstrava a importância da construção de vias principais e secundárias evidenciando que a província estaria atrasada frente a outras regiões do Império, pois era uma região atrativa aos colonos que se estabeleciam por toda a área fértil da província.

Em 1850 a Câmara de Cruz Alta admitia como projeto uma estrada que se liga ao povoamento de Santo Angelo até o rio Uruguai, onde as trocas e o comércio platino eram praticados por comerciantes brasileiros, uruguaios e argentinos<sup>313</sup>. Outras estradas consideradas vitais pelos dirigentes eram as que envolviam os municípios de Rio Pardo, Pelotas, Bagé, localizados na fronteira do Uruguai área que deveria ser preservada e de onde circulavam produtos importantes para a economia local.

Muitas vias eram consideradas essenciais, mas tinham seus projetos não aprovados, já que a preocupação primordial era a construção das vias de acesso principais, que geralmente ligava as áreas mais povoadas a capital e a cidades nucleares, tais como: Pelotas, Bagé, São Leopoldo e Jaguarão. “De outras, e não poucas estradas precisa a Provincia, mas fiel ao principio, que consignei, julgo-as, embora muito convenientes, secundarias em comparação das antecedentes: exporei o que tem ocorrido a respeito de algumas”<sup>314</sup>.

A Estrada de Santa Cruz foi aberta, mas sem grande urgência já que existia nas proximidades de Rio Pardo, uma estrada que dava acesso a Cruz Alta. O governo provincial previa inclusive dificuldades para sua finalização. A garantia da construção estava prevista por lei. O custo altivo era discutido, uma vez que essa obra pública não era considerada de urgência.

A Estrada do Mundo Novo também foi edificada por lei provincial. A melhoria do entorno garantia acesso a duas importantes áreas de povoamento, Mundo Novo e S. Leopoldo, colônias que conseguiram sucesso durante o povoamento.

## Navegação

As fronteiras do Rio Grande são cortadas por inúmeros rios navegáveis que facilitam não somente o comércio na província, mas também as trocas internacionais, já que parte da produção local era escoada pelo porto de Montevideu. Em 1850, muitas obras começaram a ser estudadas como forma de melhorar o plano de navegação e as áreas de transito de mercadorias.

<sup>312</sup> PICCOLO, Helga Landgraf (org.). *Coletânea Discursos Parlamentares*. Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998. Sessão de 12 de abril de 1875. Discurso de Silvestre Gonçalves de Oliveira. p.382.

<sup>313</sup> Aspectos sobre a circulação de mercadorias podem ser encontrados no relatório da Secretaria de Governo, 1850, p. 15.

<sup>314</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1850, p. 14.

“A presidência contractou em 29 de fevereiro de 1848 com o cidadão Antônio Joaquim da Silva Mariante por sessenta e nove contos a construção da barca de escavação necesaria para emprehender os sobreditos melhoramentos. (...) A presidência expedio as precisas ordens ao Capitão Tenete Antonio Caetano Ferraz, Capitão do Porto da Cidade do Rio Grande, para o levantamento do risco de transmissão”<sup>315</sup>. Essa obra visava a melhoria do sistema de comunicação entre as cidades do Rio Grande, Jaguarão, Lagoa Mirim, São Gonçalo, Pelotas e a capital. Essas cidades se tornaram ao longo do século XIX, as regiões de maior destaque econômico para onde se dirigiam investimentos estatais e populacionais. Os interesses para a navegação nas fronteiras ficam ainda mais evidentes com os investimentos criados para a maior eficácia de comunicação entre os rios Vacahy e Santa Maria.

Apesar dessas melhorias tanto comerciais quanto no preço corrente das terras, o presidente da província não concordava com a edificação desse canal, mas se mostrava a favor da construção de uma estrada onde pudessem circular carros de quatro rodas puxados por bestas capazes de transportar um levado peso. Percebe-se mais uma nuance dessa fronteira e do interesse político não só de ocupá-la, mas de oferecer uma rede de serviços e de circulação de mercadorias que trariam lucros mais avultados aos comerciantes e aos proprietários de terras, já que esse espaço é o elo de diálogo de três estados. “A região que abrange a fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina é peculiar. Nela se mesclam formação histórica e geográfica, constituição social, idiomas, literaturas, costumes de três países”<sup>316</sup>.

A relação com os estados vizinhos esbarrava em muitas disputas diplomáticas por áreas de ocupação, áreas estratégicas do ponto de vista da navegação e das relações exteriores. Uma dessas regiões de disputa era a Lagoa Mirim, território que esbarrava nas fronteiras do Império do Brasil e da República do Uruguai e que provocou um incidente diplomático em 1851, quando da assinatura do Tratado de Navegação e de Limites que garantiram a exclusividade brasileira de navegação, posse e circulação dessa lagoa.

O esforço de ocupar as regiões próximas ao Jaguarão e de intensificar a navegação nessa lagoa se evidencia no ano de 1853, quando tiveram início as obras de abertura do sangradouro. O presidente da província relatou que dias após a sua posse, naquele ano, foi montada uma comissão encarregada do planejamento das obras, mas que a mesma enfrentava dificuldades por não haver nos cofres provinciais recursos suficientes para dar prosseguimento aos trabalhos.

A necessidade de tal obra era considerada de grande importância, mas não se tinha planejado o seu real custo pelos cofres públicos. A embarcação responsável pela escavação teria sido enviada do Rio Grande e com a paralisação das obras seria restituída a origem, o que de fato não se procedeu, em razão dos auxílios enviados pela corte, que permitiu o concerto da embarcação.

Felizmente, porém, tendo levado ao conhecimento do governo imperial uma exposição descrevendo o estado de deficiência do cofre provincial, e pedindo-lhe um auxílio para applicar ás obras publicas de mais reconhecida utilidade, tive a ventura de ser attendido, mandando o governo imperial, com o zelo que lhe é reconhecido pelo bem dos melhoramentos

---

<sup>315</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1850, p.15.

<sup>316</sup> MARTINS, Maria Helena.(org.) *Fronteiras culturais. Brasil – Uruguai - Argentina*. São Paulo, Ateliê Editorial/CELPCYRO, 2002. p. 15.



das províncias, por a disposição desta presidência em aviso de 21 de março, a quantia de 30:000\$00rs. para serem aplicados em beneficio das suas vias de comunicação<sup>317</sup>.

A discussão sobre as formas e vias de comunicação eram constantes na Câmara e aparecem nos relatórios da Secretaria de Governo. O pedido para envio de recursos era justificado pela localização geopolítica da província, próxima aos países vizinhos e afastada da capital do Império. Os investimentos seriam transferidos aos moradores e aos futuros colonos atraídos pelas possibilidades de uso das terras férteis e dos rios densos da região.

## Pontes

Muitas formas de ocupação do espaço foram concebidas. As obras públicas não só eram elaboradas para o melhor aproveitamento econômico, mas como um aspecto articulador das sociedades locais. Essas obras eram iniciadas a partir de uma discussão das necessidades de sua elaboração e dos custos para tal execução. *Serão levados á vossa presença o relatório e quadros statisticos do mencionado Diretor. De suas obsrvações vereis os melhoramentos que elle requer relativamente a algumas estradas, e pontes essenciais para o desenvolvimento industrial da mesma Colonia*<sup>318</sup>.

Uma dessas obras articuladoras foi a ponte de Jacuhy, cuja construção foi autorizada pela lei nº 12 de 8 de abril de 1846<sup>319</sup>. Mas em 1851, a obra ainda não havia sido concluída após o gasto de cento e cinquenta e cinco contos de reis. O andamento das obras dependia da desobstrução das águas. “O Rio Jacuhy deve ser desobstruido das madeiras que tranção sua navegação, examinado por pessoa que tenha conhecimentos apropriados, afim de que se reconheça que trabalhos demanda para franquear livre transito aos vapores até a Villa da Cachoeira, como muito convem”<sup>320</sup>.

O arrematante recusa-se a continuar a obra nos termos que contratais<sup>321</sup>. Após dois anos a obra ainda não havia sido concluída, uma comissão de engenheiros foi instaurada para supervisionar a construção que apresentava deficiências no alicerce da obra. “Que os pegões dessa ponte não estão construídos com bastante sólidos tive occasião de observar no desmoranamento de um delles, que foi novamente construído”<sup>322</sup>.

O relatório do governo de 1851 apresentava a construção de mais duas pontes, a de Palmares e a de Santa Cruz e o concerto da ponte do Rio Pardo, que exigia mais recursos do que aqueles peticionados pelo engenheiro. No ano seguinte, vinha o motivo de tal apelo. A ponte teria sido construída com o pavimento em madeira de desgaste mais acentuado que a pedra utilizada em outras obras. O engenheiro via a necessidade na mudança de material, em função dos freqüentes reparos.

---

<sup>317</sup> Relatório da Secretaria de Governo, de 1853, p.33.

<sup>318</sup> Relatório da Secretaria de Governo de 1850, p.26.

<sup>319</sup> Relatório da Secretaria de Governo de 1850, p.17.

<sup>320</sup> Relatório da Secretaria de Governo de 1850, p.15.

<sup>321</sup> Relatório da Secretaria de Governo de 1851, p.14.

<sup>322</sup> Relatório da Secretaria de Governo de 1853, p.33.

## A Santa Casa de Misericórdia – Auxílio e amparo nas fronteiras

A fundação das instituições de amparo, asilo e assistência médica é outra forma de se pensar o processo de ocupação das fronteiras, já que a criação desses estabelecimentos no Rio Grande de São Pedro começa a ser pensado em meados do século XIX em regiões que iam além da capital da província. A primeira Santa Casa foi estabelecida na capital, Porto Alegre. No relatório da secretaria de governo da província de 1850, é discutida a fundação da segunda Santa Casa de Misericórdia da cidade do Rio Grande que teria recebido em dois anos mais de seiscentos pacientes contanto com pouco menos de 10% de óbitos. Os grupos que chegavam ao asilo possuíam uma diversificação de renda.

O movimento dos enfermos no ultimo anno de 189 a 1850 foi de seis centos e trinta e um, dos quaes fallecerão cincoenta e dous; do dito total duzentos e setenta e cinco erão pobres. Recebeu também onze expostos, e no fim do mesmo anno amparava o número de trinta e um. Seu digno Provedor é o Comendador José de Souza Gomes. Esta bem feita Instituição merece vossa inteira proteção; especialmente para o seu novo hospital. Ella abraça em seus bebeneficios encargos iguaes aos do Estabelecimento da Capital<sup>323</sup>.

As ações de caridade para a instituição do Rio Grande chegavam a competir com as concedidas à capital, sendo iniciada no ano de 1849 a obra de construção do prédio do hospital da casa. Sendo assim, deveria ser protegida e auxiliada pelo governo. “Esta bemfeitora Instituição merece vossa inteira protecção; especialmente para o seu novo hospital. Ella abraça em seus beneficios encargos iguaes aos do Estabelecimento da Capital”<sup>324</sup>.

Outra Casa da Misericórdia criada próxima a fronteira foi a de Pelotas, em 1847. Chama atenção o relatório para o surgimento rápido tanto da cidade Pelotas, quanto da Casa de caridade, o que nos permite apontar a importância dessas instituições tanto como casas de asilo como áreas de atendimento hospitalar, que são essenciais à fundamentação de núcleos populacionais, que só organizam muitas vezes com poucos recursos e a partir de doações.

O Medicos, Boticarios, e Capellão servem alli de graça, e é de esperar que assim continuem por mais algum tempo. No ultimo anno o movimento do enfermos foi de cento e trinta, dos quaes fallecerão quinze, passando para novo anno onze. Tem a eu cargo seis expostos, alem de dous que morrerão<sup>325</sup>.

<sup>323</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1850, p.33.

<sup>324</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1850, p.33.

<sup>325</sup> Relatório da Secretaria de Governo, 1850, p.33.

No ano de 1851, o bem feitor da casa de Pelotas, o Visconde de Jaguary, demonstrava as dificuldades de renda para o atendimento dos enfermos. A situação se diferenciava em Rio Pardo. A Casa de Misericórdia fundada no ano de 1848 enfrentava dificuldades para sobreviver, uma vez que contava apenas com o auxílio dos cofres da província. As despesas chegavam a quinze contos não sendo cobertas pela arrecadação de esmolas que chegavam a três contos, o que impedia sua ação de auxílio aos enfermos que não eram atendidos na casa.

A Cidade do Rio Pardo, comparativamente com as outras de que antes tenho feito menção, é pobre, e si não desenvolver muito espirito de caridade encontrará maiores dificuldades em levar a effeito seu pensamento. Por outro lado é inegável que aquella Irmandade tem empregado maior zelo, e a mais exacta economia na edificação do seu Estabelecimento<sup>326</sup>.

Em 1851, o edificio continuava a ser edificado com certas restrições e dificuldades. O relatório informava que esta o “edificio com 200 palmos de frente e 240 de fundo na altura dos peitoris do sobrado, tendo custado 17 contos, incluída a existência de muitos materiaes”<sup>327</sup>. Seria uma perda para a comunidade a paralisação das obras, que não seria atendida pela instituição, que teria assim lançado mão de gastos dispendiosos.

A relação comercial, o transito de pessoas e produtos entre as cidades fronteiriças estimulavam a abertura de estradas e a limpeza de rios visando garantir o fluxo dos bens. Tais ações políticas garantiriam a maior aproximação regional. Tal é o caso do Rio Jacuhy, cuja limpeza foi determinada a partir de 1851. “Foi contractda a limpeza deste rio; obrigando-se o contratante a tirar todos os paos, que obstruem a sua correnteza, desde Rio Pardo até Triumpho, pela quantia, decretada no Orçamento de oito contos de reis”<sup>328</sup>.

Algumas dificuldades na província eram claras, como a construção de edificios públicos pelas municipalidades. Tais obras eram vistas como necessárias.

Nosso Paiz é novo, de seus campos e matas estão surgindo as Villas e Cidades, fora certamente irreflectido pretender tudo feito, e de improviso: os edificios públicos crescerão com o tempo<sup>329</sup>.

As cadeias públicas de grande necessidade deveriam ser construídas principalmente na capital e nas principais comarcas. O interesse na ocupação e na maior integração estava claro. Essa era uma área de disputa internacional e deveria receber toda atenção dos políticos da província.

---

<sup>326</sup> Relatório da Secretaria de Governo de 1850, p.34.

<sup>327</sup> Relatório da Secretaria de Governo de 1851, p.6.

<sup>328</sup> Relatório da Secretaria de Governo de 1851, p.14.

<sup>329</sup> Relatório da Secretaria de Governo de 1850, p.37.

### **CAPÍTULO III: A política internacional no debate da imprensa liberal e conservadora: “Dizem que já não há luzias, nem saquaremas! Deus não queira que assim seja...”<sup>330</sup>**

Estamos convencidos de que um dos mais poderosos elementos do systema representaivo, é sem dúvida a imprensa periódica, ella é uma arma terrível com que a opposição fulmina o poder, e ao mesmo tempo um escudo impenetrável, com que o governo se abriga dos ataques de uma minoria facciosa: a imprensa periódica nos tempos modernos, e nos paizes em que o systema representativo é uma realidade e tem consideravelmente influído nos acontecimentos os mais notaveis do organismo social é pois o profundo sentimento desta verdade, que nos impelle a lançar mão de Penna, para combater na arena do jornalismo a todos os que mostrarem infensos a actual ordem de cousas<sup>331</sup>.

Os estudos sobre a política externa trilham caminhos que permeiam a esfera do Estado, percebendo sua ação internacional como fruto de um agente constituído que representa uma gama de projetos e interesses próprios que racionalizam politicamente as forma de ação aos dos interesses supranacionais.

A tese moderna dos publicistas norte-americanos defende o primado do interesse nacional nas relações exteriores. Trata-se da discussão entre os realistas e os idealistas, fundamentando-se nas razões morais. Dizem os primeiros, inspirados em Alexander Hamilton, que não existe uma harmonia automática de interesses entre as nações e que os homens são naturalmente rapinadores; para eles, nenhuma nação tem caráter pacífico e os vizinhos tendem a ser inimigos. Tal concepção contradiz o internacionalismo utópico e rejeita a política internacional fundamentada em princípios, bem como a igualdade entre pequenos e grandes, o interesse nacional é sempre o principal móvel da política externa, embora seja extremamente difícil a uma nação, quando atinge o poder universal, sustentá-lo perante a comunidade internacional sem

---

<sup>330</sup> Frase de Justiniano José da Rocha na primeira página do periódico *O Velho Brasil* com o apoio do partido conservador. O autor discordava da inexistência de diferenças entre luzias (liberais) e saquaremas (conservadores). Sobre os partidos saquaremas e conservador é importante ressaltar a obra de Ilmar Rohlof de Mattos que buscou compreender a construção do Estado imperial e da classe senhorial.

<sup>331</sup> *O Contemporaneo*, 28 de julho de 1848, n.4. Vale ressaltar a posição da imprensa defendida pela folha liberal.

atender aos interesses gerais. O estudo dos fundamentos, do conteúdo e das explicações exige o conhecimento da história diplomática e da história da opinião pública. De fato, as tradições tornam-se mais vivas ou menos influentes segundo as condições do momento<sup>332</sup>.

Segundo José Honório Rodrigues, a política externa, como a interna, deveria normalmente responder aos votos da opinião pública e traduzir suas tendências profundas. *'A opinião pública não existiu, no Brasil, até bem pouco e só ultimamente vem se interessando pela política externa'*<sup>333</sup>. Em 1955, escrevia Lourival Fontes: "Não se formou ainda no Brasil, como ocorre em toda parte, a diplomacia da opinião pública".

Além de não perceber a formação de um opinião pública no Brasil, em meados do século XIX, e na primeira do século XX, Rodrigues considera que "os partidos políticos brasileiros, nos seus programas, dão pouca ênfase à política estrangeira. Exemplifica a influência decisiva do jornal *Diário do Rio de Janeiro* para a demissão de José Maria da Silva Paranhos, mas seria esse um caso singular.

Segundo o autor, outra fonte de poder conduzia e traçava as diretrizes da política externa. "Durante o Império, o Conselho de Estado foi um fator extremamente importante na decisão dos problemas internacionais, constantemente consultado pelo Imperador que, no exercício do Poder Moderador, o ouvia "sobre declaração de guerra e ajustes de paz e negociações com as nações estrangeiras". Dele participaram as maiores figuras de nossa política externa, como o visconde de São Leopoldo, o marquês de Abrantes, Paulino José Soares de Sousa, Silva Paranhos e Pimenta Bueno<sup>334</sup>.

A imprensa nos leva a discutir a cultura política de uma determinada época, já que exprime através dos artigos, dos redatores, e de seus posicionamentos políticos uma linha de interesses. A política externa desempenhada pelo Império brasileiro foi percebida de formas diversas pela opinião pública<sup>335</sup> e pelos partidos políticos brasileiros, o que se torna o fio condutor de nossa análise; refletir sobre as aproximações e as diferenciações sobre visão de política exterior entre o Partido Conservador e o Liberal na segunda metade do século XIX.

O estudo da política externa e da opinião pública conjuntamente pode nos fornecer mais uma gama de interpretações sobre a construção do papel da diplomacia na segunda metade do século XIX. Nosso capítulo estará dividido em duas etapas. Assim, em um primeiro momento, iremos analisar os artigos redigidos por José Maria da Silva Paranhos e publicados com o título de *Cartas ao Amigo Ausente, no Jornal do Commercio*. Posteriormente, acompanharemos, por meio dos periódicos que circulavam no Rio de Janeiro entre 1848 e 1855, o debate político estabelecido entre os partido Liberal e Conservador, a fim de se estabelecer uma comparação entre seus projetos políticos no que diz respeito à política externa do Império no Rio da Prata.

O final da década de 1840 e os primeiros anos da década de 1850 foram anos que ensejaram as relações exteriores. A mudança ministerial em 1848, a guerra no rio da Prata, o fim do tráfico e a assinatura dos tratados de limites estabeleceram uma

<sup>332</sup> RODRIGUES, J. H. & SEITENFUS, R. A. S. *Uma História Diplomática do Brasil — 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.58

<sup>333</sup> Idem, RODRIGUES, p.55

<sup>334</sup> Idem, RODRIGUES, p.56

<sup>335</sup> Sobre a formação da opinião pública no Rio de Janeiro ver: MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

relação íntima e projetaram uma arena de disputa entre liberais e conservadores, cujas percepções sobre a política externa concorreram e engendraram a elaboração de textos políticos de apoio e crítica à diplomacia imperial.

## **I - José Maria da Silva Paranhos e as Cartas ao Amigo Ausente**

### **1.1-De cronista a diplomata**

José Maria da Silva Paranhos nasceu na cidade da Bahia a 16 de março de 1819. Ao iniciar seus estudos, o pai (Agostino da Silva Paranhos) falece, deixando uma pequena fortuna que foi dividida com um parente próximo. Com os recursos que restaram e com a ajuda do tio materno, Eusébio Gomes Barreiros, pôde continuar seus estudos.

No início de fevereiro de 1836 chega ao Rio de Janeiro, matriculando-se rapidamente na Escola da Marinha. Ao concluir o curso é promovido à guarda marinha. Em 20 de fevereiro de 1841 matricula-se no curso da Escola Militar, sendo promovido dois anos depois a segundo tenente do Corpo de Engenheiros. Neste mesmo ano é nomeado para a cadeira de Artilharia da Escola da Marinha e para professor de Matemática daquela escola. Ocupará cargos nas cadeiras de Artilharia, Mecânica e Fortificação, sendo transferido em 1863 para a cadeira de Economia Política, Estatística e Direito Administrativo. Também foi diretor da Escola Politécnica a partir de 1835.

Já em 1849 era redator do jornal *Novo Tempo*, que desempenhava um papel importante nas juntas políticas da época. Nos dois anos seguintes, será eleito membro da Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro e, por carta imperial, secretário de Governo da mesma província.

Devido a problemas de saúde do visconde de Sepetiba, em 1847, Paranhos irá substituí-lo como vice-presidente da província, dando uma série de instruções que regulamentarão o ensino primário e secundário na província do Rio de Janeiro. Assim, com apenas 28 anos já havia conquistado um nome como professor, jornalista, administrador e orador parlamentar. Algo até mesmo compreensível nesta sociedade de bacharéis, filhos de famílias abastadas.

Retorna à imprensa em 1848, como redator do *Correio Mercantil* órgão do então Partido Liberal. Deixa a redação em 1850, viajando em 1851 como secretário da Missão Especial do marquês do Paraná, só retornando à conjuntura política nacional em 1853, quando torna-se ministro da Marinha.

O estreitamento de suas relações com o marquês de Paraná tem início em 1850, quando era redator do *Jornal do Commercio*. As crônicas semanais que traziam informações sobre o cotidiano da Corte chamaram a atenção do ministro. Ao perceber o potencial político de José Maria da Silva Paranhos, Honório Hermeto Carneiro Leão (o marquês de Paraná) convida-o para ir ao Prata como secretário de sua missão. Seu desempenho político foi tão importante que o general uruguaio Bartolomeu Mitre escreverá no jornal *La nación* sobre o estadista.

“Mui jovem ainda veio Paranhos ao Rio da Prata no caráter de Secretário Plenipotenciário do Brasil, o Ministro Carneiro Leão, cuja política energética preparou a grande aliança que derrubou a tirania de Rosas em Monte Caseros. Paranhos foi a alma dessa missão e desde então tornou-se um homem identificado com as questões do Rio da Prata”<sup>336</sup>.

Foi membro da maçonaria, chegando Grão-Mestre da Loja da rua do Lavradio. Cooperou com a publicação de vários jornais anticlericais editados pela maçonaria, entre eles, no Rio, o jornal A Família; em São Paulo, o Correio Paulistano; em Porto Alegre, O Maçom; no Pará, o Pelicano; no Ceará, A Fraternidade; no Rio Grande do Norte, A Luz; em Alagoas, O Labarum e em Recife, dois, A Família Universal e A Verdade. Quando da interdição das irmandades religiosas infiltradas por maçons, por dom Vital de Olinda e dom Antônio Macedo Costa, moveu processo contra estes dois bispos, o que culminou com a prisão de dom Vital em 1874. Foi um dos ministérios mais duradouros do período imperial, com participação de políticos de ambos os partidos. Coube a Paranhos sancionar a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) e enfrentar a questão epíscopo-maçônica nos anos de 1873/1874. Tinha interesse direto na questão, já que era ele mesmo grão-mestre da Maçonaria.

## **I.2–Cartas ao Amigo Ausente**

José Honório Rodrigues reuniu e organizou em 1953, as *Cartas ao Amigo Ausente*, escritas anonimamente pelo visconde do Rio Branco e publicadas no Jornal do Commercio entre 1850 e 1851. As cartas apresentam assuntos diferenciados sobre a vida na cidade do Rio de Janeiro, desde notas de falecimento até os assuntos que envolviam as relações internacionais com o Prata.

Apesar de tratarem de assuntos tão complexos necessários aos estudos sobre o Império, nos limitaremos à leitura e levantamento das cartas que discutem a política brasileira no rio da Prata e o envolvimento direto nessa região entre 1850-1851.

Rodrigues ressaltava que essas fontes eram “mais citadas que lidas, menos conhecidas que referidas”, não se limitavam aos estudos com fins biográficos, mas oferecem uma gama de informações sobre o cotidiano brasileiro na segunda metade do século XIX. Em 1926, Capistrano de Abreu, reconhecendo a importância dessas fontes, sugeriu sua leitura e inclusão na série “Coleção Eduardo Prado para melhor conhecer o Brasil”.

O organizador da coleção revela que Paranhos viajou para o rio da Prata em 23 de outubro de 1851, mas as crônicas continuaram a ser publicadas até 28 de dezembro de 1851. “Nem Paranhos se interessaria por outras coisas, diante da oportunidade excepcional que lhe oferecia o futuro Marques do Paraná, por livre e espontânea escolha”.

---

<sup>336</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção Particular do Visconde do Rio Branco. Cópia datilografada da biografia do Visconde do Rio Branco, escrita pelo Barão do Rio Branco (encadernada). p.10. Pasta-339;

A escolha de Paranhos para a Missão no lugar de Varnhagen provocou inúmeros comentários na Corte imperial e se tornou assunto discutido pela historiografia. Batista Pereira ressaltou que a indicação de Paranhos foi uma escolha totalmente pensada por Honório Hermeto Carneiro. José Ricardo Moniz, em suas “*Recordações acerca de Varnhagen*”, chama atenção para o fato de Paranhos ter sido convidado para o cargo de secretário da Missão Especial, posição que era pleiteada por Varnhagen, que chegava de sua missão na Espanha, onde ocupou o cargo de secretário da Legação.

Essa discussão sobre a nomeação de José Maria da Silva Paranhos para a Missão Diplomática no Rio da Prata em 1851 é de suma importância para o entendimento de sua ascensão nos quadros políticos do Império. Porém, esse não é o intuito dessa discussão. O objetivo dessa análise não é traçar sua trajetória política, a partir da imprensa, nem tampouco diferenciar seu discurso enquanto jornalista e posteriormente como diplomata em relação à política externa brasileira, mas apontar as primeiras interpretações e discussões inseridas por José Maria da Silva Paranhos na imprensa em relação aos negócios estrangeiros com as repúblicas platinas.

Antes de ir ao Prata como secretário da missão, José Maria da Silva Paranhos atuou como jornalista, publicando semanalmente no *Jornal do Commercio*<sup>337</sup>, entre 1850-1851, os artigos cuja série era denominada, *Cartas a um Amigo Ausente*, que discutia política e modo de vida, principalmente no Rio de Janeiro<sup>338</sup>. A crise no Prata modificou a abordagem de seus artigos, que passaram a ser mesclados ao *Facundo* de Sarmiento, abordando a política externa na região.

As crônicas de Paranhos se remetiam aos textos de Domingo Faustino Sarmiento, que se destacou na imprensa platina, nesse momento de agitação, por discutir a relação entre civilização e barbárie a partir de uma avaliação do comportamento político dos “caudilhos” platinos. Sua obra mais expressiva e publicada na década de 1840 foi a biografia do “caudilho” argentino *Facundo Quiroga*, mas o pano de fundo dos argumentos do livro são as críticas ao governo de Rosas. A obra foi escrita durante seu exílio no Chile e publicada com o título de “*Facundo o Civilización y Barbárie*”. Os jornais *El Progreso* e o *El Nacional* posteriormente publicaram sua obra. No exílio Sarmiento demonstrava claramente seu posicionamento contrário a Rosas, a quem denominava tirano, o que fica claro nessa passagem do autor:

Facundo não morreu: está vivo nas tradições populares, na política e nas revoluções argentinas; em Rosas, sem herdeiro, seu complemento – pois a alma de Facundo passou para este outro molde mais acabado, mais perfeito; e o que nela era só instinto, iniciação, tendência, converteu-se, em Rosas, em método, efeito e fim. A natureza campestre, colonial e bárbara, transformou-se, apresentando-se ao mundo como o modo de ser de um povo encarnado num homem que aspirou tomar ares de gênero capaz de dominar os acontecimentos, as pessoas e as coisas. Facundo, provinciano, bárbaro,

---

<sup>337</sup>Segundo José Murilo de Carvalho, o *Jornal do Commercio* era uma folha independente. Ver: CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume – Dumará, 1996. p.43.

<sup>338</sup> As cartas abordavam assuntos relacionados a outras províncias, mas majoritariamente tratavam do Rio de Janeiro.



valente, audaz, foi substituído por Rosas, filho da culta Buenos Aires, sem ser culto ele mesmo; por Rosas, falso, coração frio, espírito calculista, que faz o mal sem paixão e organiza lentamente o despotismo com toda a inteligência de um Maquiavel. Tirano sem rival hoje na terra, por que seus inimigos querem contestar-lhe o título de Grande, que lhe prodigalizam seus cortesãos? Pois grande e muito grande é, para a glória e vergonha de sua pátria; porque, se podê encontrar milhares de seres degradados que se atrelam ao seu carro para arrastá-lo por cima de cadáveres, também se encontram aos milhares as almas generosas que em quinze anos de lide sangrenta não desesperaram de vencer o mostro que nos propõe o enigma da organização política da República.

No momento da publicação dessas cartas o Império passava por profundas mudanças. A modificação ministerial estaria de fato entrelaçada no discurso do cronista, que até 1849 era membro do Partido Liberal. Segundo seus biógrafos<sup>339</sup>, Paranhos se transferiu para as fileiras do partido conservador por suas discordâncias em relação à condução da Revolução Praieira. Foi a partir da publicação das crônicas que Paranhos se aproximou do partido conservador.

Segundo José Honório Rodrigues, as críticas ao governo rosista passam a ser abordadas a partir da terceira carta. Mas, uma análise minuciosa nos leva a perceber que ainda na primeira carta o redator se preocupava com o percurso das relações com o Prata. Por essa razão, criticava com um discurso irônico os políticos do Império, por não darem à devida atenção às questões estrangeiras. A retórica do texto é bem expressiva, afirmando que as medidas preventivas da guerra continuavam sendo tomadas, mas a notícia de um possível enfrentamento tem diminuído, já que o ministro da Fazenda retira-se licenciado para sua fazenda. “o da Guerra vai gozar a branda temperatura das Paineiras; o da justiça, já lá esta no Engenho Velho; o do Império passa-se para o Jardim Botânico, e o de Estrangeiros para Macaco. Se a nau do Estado não corresse por mares calmos, e conhecidos, os timoneiros estariam mais próximos ao leme e mais atentos ao tempo e à agulha”. “A família real vai passar o verão em Petrópolis”. Se importantes políticos e inclusive o Imperador se retiravam de férias não haveria perigo de se desencadear o conflito armado. Desse modo, a possibilidade imediata de guerra era desconsiderada pelo jornalista, que enfatizou todas as saídas das lideranças ministeriais do Rio de Janeiro, inclusive da família real que se dirigiu a Petrópolis.

A primeira carta, publicada em 1851, apresentou críticas severas ao governo Rosas e ao seu representante no Rio de Janeiro, general Guido. A diplomacia foi atacada por sua lentidão em enviar suas notas ao governo Argentino, que publicava com atraso as notícias recebidas do Brasil.

---

<sup>339</sup> Cito as obras: BESOUCHET, L. *José Maria Paranhos. Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do Visconde do Rio Branco*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

“O Jornal do Comércio publicou duas peças importantíssimas, que trouxeram logo a discussão os negócios do Rio da Prata, matéria velha e já adiada em todos os cafés causantes: são duas notas, uma do ex-representante de Rosas nesta corte, e outra do ministro Arana, porta-voz e amanuense do déspota; foram ambas extraídas da folha de Buenos Aires; a primeira se diz datada desta corte em 28 de dezembro, pouco antes da partida da legação Argentina; a segunda é um mês mais atrasada”<sup>340</sup>.

Eram atribuídas críticas a Rosas referentes ao seu governo e caráter, ao qual chamava de ditador, selvagem e homem sem coração. Ainda considerava suas ações excessivas e com o propósito de intimidar o Império, como foi o do caso do envio de 110 libras para o retorno de Guido a Buenos Aires “são meios desprezíveis a que se socorre o selvagem ditador para ostentar recursos que lhe faltam, e disfarçar o susto que lhe incute a atitude respeitável que vai tomando o Império. Creio, porém, que não conseguirá mais iludir-nos quanto aos seus estratagemas e projetos, e que o gabinete imperial ter-lhe-á os envites, se, mais avisado não abrir mão das suas insólitas exigências, e não puser cobro às suas grandes iniquidades”<sup>341</sup>.

Paranhos revelava conhecer as dificuldades de relacionamento entre Rosas e Guido e que o primeiro não tinha o mínimo conhecimento das ações que devem ser cabíveis aos diplomatas. Vale lembrar que Rosas era presidente da Confederação Argentina e seu representante internacional, uma vez que assumiu o cargo de ministro das Relações Exteriores.

“e eu não soubesse do ciúme que o general Guido, o único representante dos patriarcas da independência da sua pátria, causa ao feroz ditador, teria como a mais refinada hipocrisia o tom sério e grave da nota, a união de que o ex-ministro nela se mostra possuído. Só o desejo de humilhar a um rival, e um inveterado hábito de cinismo e escândalo, aconselhariam a Rosas que obrigasse o ex-representante de seu governo a escrever em vida, para ser pública, a história íntima do seu procedimento em uma missão diplomática tão importante para Buenos Aires, como é, e será em todo o tempo, a do Brasil.

O escândalo está encarnado nesse homem sem alma e sem coração, por isso quis dar aos povos civilizados exemplo sem igual nos fastos da diplomacia.

Paranhos ainda observou que Guido contava com a simpatia política do Imperador e que o representante da Legação Argentina tinha dificuldades de solucionar as questões diplomáticas.

A estima que êste argentino aqui adquiriu entre as classes mais gradas, a particular consideração que soube merecer de S. M. o Imperador, são as melhores recomendações para o ódio e desconfiança do tredo e

---

<sup>340</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 6 de janeiro de 1851.

<sup>341</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 6 de janeiro de 1851.

despótico Átila das povoações do Prata. Guido foi obrigado a revelar que procurou, na última fase da sua missão, fomentar pela imprensa desta corte, e por suas relações, uma opinião favorável à causa do ditador argentino.

O comandante da frota argentina que exigia a rápida saída de Guido, era duramente criticado por Paranhos que examinava sua ação como persuasiva e não interessada em consolidar as bases legais da diplomacia e dos compromissos firmados entre as nações chegando inclusive a questionar a existência da nação. “Estes indígenas, cuja nação se ignora, não têm idéia alguma de nacionalidade, e são completamente alheios aos ódios que reinam entre os rio-grandenses e orientais; mas o sentimento de lealdade e gratidão parece dominá-los, e bem dirigidos poderão servir-nos de ótimos auxiliares, se se der o caso de uma guerra com o gaúcho de Buenos Aires. Antônio Prudente e seu companheiro Antônio regressam no primeiro vapor que seguir para o sul”<sup>342</sup>.

A permanência de Guido no Rio de Janeiro permitiu o restabelecimento de alianças que favoreceram o governo Argentino. Paranhos denunciou o acordo celebrado por Guido com a legação estrangeira de Nápoles que enviou ao Prata 5000 soldados preparados para lutar na guerra. Os grupos que chegaram à Argentina receberiam terras do Estado após o conflito. A guerra contra Rosas teve início apenas em 1852, mas esse acordo já havia sido celebrado nos anos antecedentes, o que nos leva a pensar que a diplomacia agia como mediadora de questões internacionais que previamente já se pensavam impossíveis de serem solucionadas.

O general Guido, durante a sua residência no Rio de Janeiro, chegou a um acordo com o encarregado de negócios de Nápoles e contratou uma expedição de 5.000 sicilianos para Buenos Aires. Não se sabe exatamente quais as condições deste contrato; sabe-se apenas que os voluntários devem ser moços robustos, habituados à vida militar, e que, terminada a guerra, receberão certo extensão de terras. As despesas de viagem serão feitas pelo governo napolitano. Em julho de 1850 mandou Guido o contrato para Buenos Aires, e Rosas o aprovou. Voltou ao Rio, e apenas ali chegou partiu para a Europa o encarregado de negócios napolitano. Estes alistamentos europeus não estão muito em harmonia com o tal sistema americano proclamado pelo ditador.

Ora, atine lá como estas coisas se fazem no reino de Nápoles, isto é, em uma corte parenta da do Brasil, com consentimento del rei Fernando, que tão severo se tem mostrado com os democratas do seu país, e a favor de um perverso e desmoralizado ditador!<sup>343</sup>

Porém, após uma semana da publicação dessa informação, outro artigo se retratava pela informação incorreta. O texto da crônica informava que:

Termino reparando um pecado venial que cometi contra el-rei Fernando: S. M. não consentiu no contrato dos 5.000 sicilianos que o humaníssimo Rosas mandara alistar<sup>344</sup>.

---

<sup>342</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 6 de janeiro de 1851.

<sup>343</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 6 de janeiro de 1851

<sup>344</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 17 de fevereiro de 1851.

Não foi apenas o governo argentino o alvo de sua pena. O governo inglês foi criticado em todas as cartas de janeiro de 1851, por sua possível aliança com Rosas, o que problematizava a relação com a Inglaterra, já estremecida por sua interferência nos assuntos do tráfico. “Era também preciso descobrir-nos em toda claridade as íntimas e afetuosas relações que ora existem entre o governo inglês e o de Buenos Aires<sup>345</sup>.

Esforce-se, porém, quanto puder e quiser o govêrno, não conseguirá acalmar as iras de Lord Palmerston, o incansável procurador do judeu D. Pacífico. A nossa sincera e fiel aliada tem vistas largas sôbre a terra da Santa Cruz. Mr. Hudson recebeu ordm para exigir do govêrno imperial o castigo das pessoas que em Paranaguá fizeram fogo ao Cormorant, quando êsta entrou o pôrto, para daí tirar, como efetivamente o fêz, dois barcos brasileiros que suspeitava, ou sabia ao certo terem-se empregado no comércio de carne humana<sup>346</sup>.

O governo inglês constituía-se assim não só em uma ameaça ao Império, mas as demais nações sul-americanas por suas ações internacionais persuasivas e ameaçadoras a países de menor produção econômica. Além disso, os ingleses se aproximavam do governo rosista, o que preocupava os políticos do Império.

Constituem elas o eletuário que no meu bestunto tenho composto para vencer a arrogância contra nós, e em que tanto confia o ditador do Rio da Prata. Sou entusiasta dos ingleses a muitos respeito, mas não lhes perdô a vilania com que estão oprimindo nações mais fracas, de cujos mercados muito carecem para a manutenção de seu poder industrial<sup>347</sup>.

Revolta a seus próprios compatriotas aqui residentes a insólita violência do atual gabinete inglês. Não se pode levar mais longe o despotismo da força, não se pode atacar mais de frente a soberania de uma nação<sup>348</sup>.

A prisão do general Rivera, no início de 1851, foi noticiada pelo *Jornal do Commercio* como mais uma das ações inglesas a favor de Rosas. O general condenado teria uma relação tortuosa com o governo argentino, que apoiava na República do Uruguai o general Oribe, eleito em 1838, com o apoio político e militar de Rosas.

A crítica de Paranhos à prisão de Rivera não deve ser entendida como uma defesa ao uruguaio. O político era muito mal visto pela diplomacia imperial, que não desconsiderava os inúmeros conflitos nos quais se envolveu, além de sua aproximação com os rio-grandenses, principalmente durante a Revolução Farrroupilha.

---

<sup>345</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 6 de janeiro de 1851.

<sup>346</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 13 de janeiro de 1851.

<sup>347</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 20 de janeiro de 1851

<sup>348</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 2 de fevereiro de 1851

Fruto Rivera ainda é o mesmo ambicioso e imprudente que ia perdendo de uma vez o seu país com mil desvãos e dissipações, e quase sepulta a independência de sua pátria em Arroio Grande, em India Muerta, em Mercedes, nos horrores de Paisandu, e com a debandada às portas de Maldonado. Não querendo desenganar-se de que sua infausta época já passou, que jamais poderá influir nos destinos do seu país, que é olhado com desconfiança por cartagineses e romanos, esforça-se por exercer tal ou qual influência nos ânimos dos emigrados do Rio Grande do Sul, empregando para esse fim mistificações que põem em agitação aquêles orientais e contrariam a política prudente do govêrno imperial. Últimamente cresceram suspeitas de querer êle safar-se para o Rio Grande ou Uruguai, onde sua presença torna-se-ia sumamente perigosa nas circunstâncias melindrosas em que se acham nossas relações com Buenos Aires. Por todos êstes motivos, e principalmente pelo último, ordenou-se a sua prisão, à qual foi conduzido pelo oficial-maior da Secretaria da Polícia (por não aparecer na ocasião um oficial superior), e onde estará com tôdas as comodidades possíveis, em virtude de recomendações muito expressas do govêrno<sup>349</sup>.

Enquanto Rosas se aproximava do govêrno inglês, os uruguaios garantiam sua aliança com os franceses a fim de evitar o conflito com os argentinos, perdendo assim sua independência.

Não obstante, os amigos de Montevideu nutriam esperanças de que pelo menos conseguirão a conservação do statu quo. Tenho, porém, receio de que os últimos estejam enganados, de que a ratificação se realize<sup>350</sup>.

Tal preocupação com os ingleses e sua aliança com Rosas também foi denunciada pelo visconde do Uruguai. As notícias publicadas sobre o Prata traziam informações sobre o estado de saúde de Manuel Oribe. Paranhos abria mais um caminho e usava a notícia para discursar contrariamente ao govêrno argentino.

Asseguraram-me de boa fonte que Oribe ficara em artigo de morte. Não podia tirar-se do leito por mais de duas ou três horas, e, ainda assim, só nos dias de calor. Se Oribe morre, o que se pode crer quase infalível, morre a presidência legal, se não couber em herança a algum de seus descendentes ou colaterais, ou antes a algum escolhido de Rosas<sup>351</sup>.

---

<sup>349</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 2 de fevereiro de 1851.

<sup>350</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 2 de fevereiro de 1851.

<sup>351</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 13 de janeiro de 1851

O Tratado de Aliança com o Paraguai, que garantiu ao Império a conservação de um aliado frente a Rosas, foi comentado na mesma semana de sua ratificação no *Jornal do Commercio*, o que demonstrava a atuação da política externa em se conservar frente a um futuro conflito com a Argentina e o Uruguai.

Já está ratificado um tratado de aliança defensiva entre o Brasil e a República do Paraguai. A luva está lançada; mas duvido que Rosas a apanhe. Há muito de ganhar tempo, se lho deixarem fazer, à espreita de ocasião mais oportuna para vexar-nos e prosseguir em sua obra de extermínio e devassidão. Tenho, porém, um pressentimento, e é que a hora déspota não pode tardar muito. A ilusão que o sustenta não pode resistir muito tempo mesmo à ação natural dos sentimentos e necessidades da época em que vivemos<sup>352</sup>.

As cartas provocavam críticas, já que, além de manter um discurso político informativo, eram carregadas pelas observações pessoais do autor. As crônicas revelavam um entusiasmo pela vida na Corte, sobre os negócios do Império e pelo cotidiano em meados no século XIX.

Não foi sem alguma hesitação que adotei êste meio de correspondência. Previa em grande parte o que vai acontecendo. Minha incorrigível ingenuidade, alguns comentários desapaixonados que ne sempre sei evitar, e sobretudo o meu talento perscrutador, e a quase infalibilidade de minhas notícias, deviam chamar a atenção de uns, e excitar a inveja e a maledicência de outros para as humildes cartas ao amigo ausente.

Seja, porém, o que fôr, podem crismar-me como quiserem, julguem-me por si ou por outros que não me poderão tirar êste único consôlo: Que amo a minha terra e a minha gente. É ardua e difícil a tarefa de escrever em dias e horas imprescritíveis, do que uma caricatura que aí apareceu, e os disparates e blasfêmias que consta se terem escrito e dito sôbre o meu anônimo. Escrevo para dar-lhe notícias da côrte que não tenham sido publicadas por êste Jornal, que é seu predileto. Quem quiser mais que o faça; quem não gostar tem um remédio tão simples e corriqueiro, que escusado é receitar-lho.

Só me sujeito às condições tipográfica - pontualidades, comedimento, imparcialidade, exatidão -, e nada de política: e sujeito-me por gôsto, e porque ninguém me faria tanto, tão bem e por tão pouco. Detesto o terreno estéril, e algumas vêzes lodoso, em que se debatem os nossos atletas políticos; não sei temperar a minha pena no fel dos partidos, nem conheço a composição dêste veneno corrosivo da moralidade pública e da felicidade do país<sup>353</sup>.

## **I.I-A diplomacia no debate político dos luzias e saquaremas**

No período antecedente à Guerra no Prata, os discursos sobre as ações diplomáticas na região eram diversos. Podemos acompanhá-los a partir da publicação dos periódicos da Corte. As questões que envolviam os países vizinhos eram publicadas

---

<sup>352</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 17 de fevereiro de 1851

<sup>353</sup> *Cartas ao Amigo Ausente*, 17 de fevereiro de 1851

com frequência, tendo como referencial as publicações exteriores, outros periódicos do período e as notícias que chegavam às redações, tanto pela diplomacia quanto pelos representantes das legações exteriores.

A imprensa tornou-se interlocutora das questões internacionais cobrando posturas e ações, comentando as ações e propondo idéias. O que demonstra a circulação de idéias mesmo relacionadas às mais oficiais, indo ao encontro ao que proponho entender: as relações internacionais como reflexo da política interna dos Estados e não apenas forjada em decisões do homens do Estado. Exatamente por reconhecer a situação nacional, a imprensa cobra pelos custos, faz emergir as dúvidas e certezas, criando uma rede de discussão que leva aos periódicos as declarações da Câmara e os documentos oficiais dos ministérios das relações interiores.

A importância da imprensa é bem definida por Justiniano da Rocha, cujos textos refletem o jogo de alianças e conflito. O autor se detém ao mais ínfimo detalhe, resgatando documentos oficiais, discussões da Câmara, periódicos internacionais, e opina sobre a situação no Prata, contudo mantendo apoio ao Partido Conservador. Assim considerava a imprensa:

No regimen de discussão e de publicidade em que vivemos, não se preocupar do que vae pela imprensa, adoptar para justificar a sua inércia uma formula mentirosa, dizer --- a imprensa não tem echo; são folas de papel sujo; quem faz caso de periódicos? É, em nosso entender, um dos mais graves erros de política da avestruz<sup>354</sup>.

No regimen em que vivemos, não é tanto a tribuna, como a imprensa, a que deve ser attendida, a que prepara os perigos, ou os denuncia. E até mesmo, os discursos da tribuna, se entre as paredes das camaras morressem, se não se transformassem em artigos de periódico, para terem echo, tão profundamente innocentes seriam que temos quase convicção de que em breve cessariam<sup>355</sup>.

Por isso dizemos : os discursos da tribuna não valem senão como artigos de periódico; é pois a imprensa a que essencialmente deve ser consultada.

No Rio de Janeiro hoje temos um grande numero de folhas, e algumas de soffrivel circulação, que dizem não se occupar de política, mas que entretanto nem sempre o fazem, e muitas vezes, por via do sarcasmo, ou de breve invectiva, fazem incursão, tanto mais nociva, quanto menos prevista, nos domínios em que seus leitores as não esperavam, por dizerem ellas ser-lhes defezos<sup>356</sup>.

A fim de perceber a construção desses discursos, das criticas, das denúncias e as diferenciações sobre os mesmos serão analisados os periódicos conservadores, *O Brasil*<sup>357</sup>, *O Velho Brasil*, *Jornal do Commercio* e os liberais *O Radical*, *O*

---

<sup>354</sup> *O Velho Brasil*, 21 de julho de 1853, n.1696.

<sup>355</sup> *O Velho Brasil*, 21 de julho de 1853, n.1696.

<sup>356</sup> *O Velho Brasil*, 21 de julho de 1853, n.1696.

<sup>357</sup> O redator do periódico era Justiniano José da Rocha que também redigia *O Velho Brasil*.

*Contemporâneo, Correio Mercantil, a Trombeta do Povo, a Aurora Fluminense e o Correio da Tarde.*

*O Brasil* era um periódico escrito por Justiniano José da Rocha. A folha se apresentava como uma publicação do Partido Conservador. As notícias sobre as relações internacionais apareciam em diversos números e eram carregadas das críticas do autor sobre a política de Rosas.

Em 1848, a maior dificuldade da diplomacia do Império era negociar com as repúblicas platinas ações para impedir o conflito, por mais que nem sempre a ação diplomática de qualquer Estado possa garantir a paz. Uma das questões de que mais se ocupou a diplomacia dizia respeito à independência do Paraguai. Essa questão não era apenas discutida pela diplomacia imperial; aparecia nos periódicos com o discurso de que Rosas tinha todo interesse na conquista do Paraguai para desse modo manter o controle sobre o Confederação e o antigo Vice-Reinado do Prata.

Também dá o Jornal notícias de Buenos-Ayres, que alcançam até 11 do passado, e que constam da entrada de Urquiza na capital de Corrientes no dia 27 de novembro, após uma ação em que os Corrientinos sofreram a perda de 700 mortos, 1.200 prisioneiros, e 12 peças de artilharia. O *Commercio del Plata*, em um artigo que publica a este respeito, faz enérgicas exprobações à conduta do general Urquiza, o qual, diz elle, pela terceira vez banha de sangue o desgraçado povo correntino em execução das ordens de Rosas. E o jornalista acredita que essa conquista de Urquiza para Rosas não fica ahí. O Paraguay, diz elle que é o objecto mais immediato do ódio vingativo de Rosas, é a última conquista que lhe falta para completar a sua sonhada confederação<sup>358</sup>.

A imprensa construía em torno das questões internacionais impressões importantes, tal como o desejo eminente de uma aliança entre o Brasil e Paraguai, o que de fato foi sendo mantido até a assinatura do Tratado de Aliança entre o Brasil e o Paraguai, em 1850.

O Paraguay confiou sempre muito, talvez tudo no Brasil; veremos o que este faz para amparal-o no perigo que ameaça a independência da nova republica. A situação era prevista de há muito; é de crer que tenha uma resolução adoptada para quando chegasse esse momento. Por muito que suspeitemos qual hade ser essa resolução, abster-nos-mos de fazer predicções, sem dundamento seguro<sup>359</sup>.

A notícia da queda de Urquiza também foi noticiada pela folha liberal *Correio Mercantil*, que apresentou com críticas a ação agressiva do líder argentino<sup>360</sup>. Além de transcrever trechos da *Gazzeta Mercantil* de Montevideu com as queixas e ações tomadas pelo governo contra Rivera. Quando mais uma vez o general Oribe tentou

<sup>358</sup> *O Brasil*, 4 de janeiro de 1848.

<sup>359</sup> *O Brasil*, 4 de janeiro de 1848.

<sup>360</sup> *Correio Mercantil*, 4 de janeiro de 1848.



invadir Montevidéu em 1848, após dez anos do sítio da cidade, a notícia rapidamente foi publicada, com a observação de que tal informação precisava ser comprovada, já que a notícia havia chegado por um periódico estrangeiro.

Diz mais o Jornal que os capitães das embarcações entradas de Buenos-Ayres no dia 4 noticiam que corria ali, nos dias 21 e 22 do passado, que na noite de 18 para 19 atacára o general Oribe a para de Montevidéu pelo lado do cemitério, e fora repellido com grande perda, para o que muito contribuiu o bem dirigida, fogo de dous vapores francezes<sup>361</sup>.

Ao mesmo tempo em que a diplomacia tentava negociar, a imprensa emergia as questões trazendo aos leitores a possibilidade de ampliar seus entendimentos sobre as relações de poder tratadas pelos agentes internacionais. As repúblicas vizinhas tinham sua imagem construída tanto na imprensa quanto pela diplomacia. Os países vizinhos simbolizavam a anarquia geral, fruto dos governos caudilhos que impunham sua política exclusivista aos setores da sociedade, agregando ao redor do seu poder um grande número de revoltosos, desejosos de se aproveitarem dos súditos brasileiros, principalmente os que viviam na fronteira, onde a livre circulação facilitava o tráfico e a formação de grupos armados, que ameaçavam a província do Rio Grande.

O estado de anarchia e guerra civil em que de há tantos annos acham-se involtas as republicas visinhas, e que infelizmente terá de continuar e aggravar-se, se como parece, vencedor dos Correntinos, tractar Rosas de conquistar o Paraguay, comprometido e desamparado pela versátil e destinada política do governo brasileiro, havia de necessariamente influir sobre o Rio-grande que, ainda ultimamente thetro de uma guerra civil, mantem uma população inquieta, sequiosa do movimento e de distúrbios. Com effeito as ultimas noticias que dessa província recebemos dão a sua fronteira como sendo victima de correrias que infelizmente muito se podem aggravar, especialmente se a política do governo continuar a ser; --- desguarnecer as fronteiras do sul, desmoralisar e desorganisar as nossas forças de linha, tranformando-as em auxiliares dos presidentes eleitoraes<sup>362</sup>.

O juiz de Uruguaiiana publicou oficialmente que havia dificuldades de se manter o equilíbrio nas fronteiras, uma vez que Urquiza estaria mantendo o controle sobre a província de Corrientes, o que levou a emigração de inúmeros argentinos para a fronteira do Rio Grande que tornava-se assim um centro conversor de indivíduos neutros e de militares do conflito. A imprensa se tornava um meio de pressionar o governo imperial, o que pode ser percebida pela denúncia do juiz, que, em seu levantamento, apontava a pequena força militar mantida na fronteira, incapaz de manter a moderação e a paz.

---

<sup>361</sup> *O Brasil*, 12 de janeiro de 1848.

<sup>362</sup> *O Brasil*, 10 de janeiro de 1848.

Publicaram-se algumas peças officiaes interessantes: são as communicações do juiz municipal de Uruguayana, ao Rio grande, ao presidente da província, sobre as difficuldades que já vão apparecendo, e que a prudência prevê que multiplicar-se-ão, em consequência da invasão vencedora de Urquiza na província de Corrientes, a qual determinará necessariamente forte emigração para essa povoação, e de gente inquieta e armada. O juiz municipal lastima que para manter a segurança do nosso território e a nossa fronteira, apenas haja 40 homens de infantaria, dos quaes 10 servem na marinha ali estacionada, e 20 homens de cavallaria, distribuidos em pequenas guardas pelo litoral!! E' verdade que a nossa força de linha está occupada em mister mais sancto, protegendo aqui a eleição praieira e os divertimentos dos cinco mil, ali as gentilezas do Snr. Franco de Sá, por toda a parte entretida em libertar da coacção opposicionista o voto que quer ser ministerial. E a vista disso quem se póde queixar de que estejam desguarnecidas as nossas fronteiras, e se for insultado o nosso território? Quem se importa com essas cousas? O governo fez deputados a quase todos os seus amigos: a patria está salva!<sup>363</sup>.

A imprensa se collocava e representava seus questionamentos, acreditando que estaria segura no lugar construído pelo texto. A paz nas fronteiras não era uma possibilidade possível dentro da situação construída naquele momento, pelo contrário, os jornais que chegavam do exterior com notícias de paz não recebiam credibilidade pelos redatores do Rio de Janeiro, que não acreditavam que tal mudança política fosse possível. Uma das matérias do *Jornal do Commercio* de 1848 transmitiu tal afirmativa. A publicação fazia referencia a um possível entendimento entre Oribe e Montevideú, o que não se percebia como possibilidade viável.

Algumas cartas daquela cidade referem que se tinham de novo entabolado negociações, entre o governo oriental e o general Oribe, para o desenlace pacifico da questão, e que havia probabilidade de serem bem succedidas. O Jornal julga, porém, que esta noticia é destituída de todo o fundamento<sup>364</sup>.

O *Jornal do Commercio* ainda noticiava que, até 25 de dezembro, Rosas não havia publicado nenhuma notícia da derrota dos Correntinos por Urquiza, mas que a província de Entre-rios havia sido derrotada por Lopes. Tal informação nos leva a apontar uma importante questão. Havia uma cultura letrada que se fundava nas relações internacionais e a imprensa era utilizada como veículo não só de transmissão de informações, mas como receptora e fonte de pesquisa.

Antes da sabida do Alecto, corria em Montevideú que Urquiza tinha apenas batido uma pequena parte da força Correntina, e que os Entrerianos

---

<sup>363</sup> *Jornal do Commercio*, 11 de janeiro de 1848.

<sup>364</sup> *Jornal do Commercio*, 11 de janeiro de 1848.

foram derrotados dias depois pelo grosso do exercito de Madriaga, commandado por Lopes.

Ainda no início de 1848 chegava ao Rio de Janeiro, o enviado especial de Montevideu, Andrés Lamas, o que foi noticiado pelo *Correio Mercantil*<sup>365</sup>. As notícias chegavam à imprensa que noticiava informações sobre a região. Os conflitos na região platina também se acentuaram no final da década de 1840, após a interferência da Inglaterra e da França, que fizeram propostas para a extirpação do conflito. As propostas foram formuladas do seguinte modo: “1.º Que as forças argentinas evacuariam o território oriental. 2.º Que a tropa estrangeira de Montevideu seria desarmada. 3.º Que as forças navaes da Inglaterra e França se uniriam para a execução dos artigos precedentes. 4.º Que a retirada das tropas de Rosas, e o desarmamento das legiões estrangeiras de Montevideu seriam simultâneas”<sup>366</sup>. O governo do Uruguay aceitou estas condições, mas o general Oribe acrescentou-lhe outros artigos que, devemos dizer, nos parecem (á excepção do primeiro, que quase tinha sido já admittido) sem precedente quanto á insolência, especialmente por parte de um inimigo vencido<sup>367</sup>.

Nestes pontos vale uma ressalva. O forte diálogo entre as forças de Oribe e Rosas e o comprometimento desses lideres em manter a aliança, o que de fato pode-se explicar pela dependência desses governos e os interesses em manter suas soberanias frente a França, a Inglaterra e ao Brasil, este último o mais próximo o que provocava maiores preocupações.

A interferência britânica e francesa no Uruguai não era aceita pelo Império que reconhecia a necessidade em apoiá-los para manter o comércio lucrativo e a paz no interior. Além disso, era crucial manter os acordos de independência que foram firmados com a República Oriental. A imprensa assim noticiava que o Império deveria ir ao encontro de seus interesses, mantendo a garantia de suas aspirações sobre o Prata.

Nestas circunstancias é evidente que lord Palmerston ou há de resolver-se a obrar com decisão contra Rosas, de acordo com a França, ou a negociar uma paz separada por parte da Inglaterra. É absolutamente impossível que se consinta a continuação por mais tempo desta guerra pequenina e econberta que causa graves prejuizos ao nosso commercio, e que apresentando-nos mal succedidos, desespeitados e insultados, nos torna o escarneo dos dous hemispherios. Nós interviemos porque éramos obrigados por tratados a proteger a independência do Estado Oriental e para satisfazer ás instantes exigências dos negociantes inglezes. Hoje porém é unânime o sentimento em favor da retirada. Temos boa occasião de fazêl-o por ter rejeitado a republica do Uruguay condições que nos pareceram accitaveis, e já é tempo de entregar Montevideu ao seu protector natural e legitimo, --- a republica franceza<sup>368</sup>.

A diplomacia imperial agiu de forma a atenuar o conflito e garantir a liberdade política do Estado uruguaio, questão de interesse crucial ao Império, que se ocupava em manter a independência da república para assim diminuir os poderes de Rosas na região, que claramente concorria para dominar o antigo território do Vice-Reinado do

---

<sup>365</sup> *Correio Mercantil*, 11 de janeiro de 1848.

<sup>366</sup> *O Brasil*, 11 de outubro de 1848.

<sup>367</sup> *O Brasil*, 11 de outubro de 1848.

<sup>368</sup> *O Brasil*, 11 de outubro de 1848.

Prata. Ora, nesse momento a imprensa expressava a tentativa de anexar o Paraguai e que os tentáculos de Rosas atingiram Montevidéu.

É opinião fixa, universal, errônea embora seja, mas não menos universal no Brasil, que Rosas quer absorver na confederação argentina a república do Uruguay, ou pelo menos ter nella um chefe de sua conveniência. Não convem isso ao Brasil, que tem com a república do Uruguay uma questão de limites importantíssima.

É opinião fixa, universal no Brasil que Rosas que pelas armas ocupar o Paraguay, e com quem ano menos temos questões de limites, com quem, em atenção á vastidão das nossas fronteiras de províncias do interior, São Paulo e Matto-Grosso, carecemos mantes relações de intima amizade<sup>369</sup>.

Justiniano José da Rocha ainda afirmava que as ações de Rosas reforçavam os comentários que brotavam, acentuando seus interesses sobre a ocupação do Uruguai e Paraguai:

Dessa opinião fixa, universal resultaria por força alguma a indisposição, alguma desconfiança, até mesmo algum mau querer contra Rosas, Qual nesse caso deveria ser a sua política? Combater essa opinião universal, mostrar em todos os seus actos que era ella destituída de fundamento razoável; em vez disso, parece que Rosas estudadamente procurou alimentar essa opinião, fortificando-a: cada acto da sua diplomacia

Essas críticas da imprensa brasileira direcionadas ao chefe da Confederação Argentina provocavam réplica da imprensa da república, tal como a matéria publicada na *Gazeta Mercantil de Buenos Aires* de 23 de setembro de 1848,

É de esperar que o governo de S.M.I. dê uma explicação honrosa, e não agrave com um injusta negativa as reiteradas e enormes offensas, pelas quaes nem dá nem promete das as devidas e necessárias satisfações e reparações!

As reações provocadas pelas declarações da imprensa eram rápidas e apontam para o fato de tanto na Argentina e no império brasileiro, a mesma ter sido um instrumento de cobrança e de própria exigência na concepção da conduta das relações dos Estados. A trajetória da solução foi noticiada como sendo uma solução tomada após passar pelo governo francês e britânico, a quem a diplomacia do Império recorreu para pôr fim à questão, que trazia prejuízos econômicos com a escassez das negociações de bens.

---

<sup>369</sup> *O Brasil*, 31 de outubro de 1848.

Apesar das dificuldades diplomáticas com o representante britânico Lord Palmeston, a diplomacia imperial atraiu sua atenção para a problemática.

Nestas circunstancias é evidente que lord Palmerston ou há de resolver-se a obrar com decisão contra Rosas, de acordo com a França, ou a negociar uma paz separada por parte da Inglaterra. É absolutamente impossível que se consinta a continuação por mais tempo desta guerra pequenina e encoberta que causa graves prejuízos ao nosso commercio, e que apresentando-nos mal succedidos, desespeitados e insultados, nos torna o escarneo dos dous hemispherios<sup>370</sup>.

A justificativa para ação do Império era confirmada por seu compromisso político firmado com o Tratado de Independência do Uruguai que ficava sobre a tutela da Inglaterra e livre das ações militares e políticas de brasileiros e argentinos.

Nós interviemos porque éramos obrigados por tratados a proteger a independência do Estado Oriental e para satisfazer ás instantes exigências dos negociantes inglezes. Hoje porém é unânime o sentimento em favor da retirada. Temos boa ocasião de fazê-lo por ter rejeitado a republica do Uruguay condições que nos pareceram acceitaveis, e já é tempo de entregar Montevidéu ao seu protector natural e legitimo, --- a republica franceza<sup>371</sup>.

As notícias que chegavam do Paraguai eram imprecisas, mas supunham que o presidente paraguaio preparava o país para a guerra, ao implantar guarnições na fronteira e ampliar seu contingente militar não se importando com os questionamentos que vinham de Corrientes e do general Urquiza

O governo da republica (do Paraguay) conservava guarnecida a margem esquerda do Paraná, e a guarnição não tinha sido incommodada nem pelas forças de Urquiza, nem por Virasozo, actual governador do Corrientes. Não é pois exacta a noticia que aqui se deu de ter o presidente Lopez abandonado aquelle território.

O presidente do Paraguay, que, como dissemos, percorria a fronteira do Paraná, tinha regressado á capital, depois de visitar todos os pontos guarnecidos da costa, especialmente o acompanhamento do Passo da costa, onde se achava reunido o exercito, que se compunha de 12 batalhões de infantaria de 700 praças cada um, e de 6 regimentos de cavallaria de linha<sup>372</sup>.

---

<sup>370</sup> *O Brasil*, 13 de outubro de 1848.

<sup>371</sup> *O Brasil*, 13 de outubro de 1848.

<sup>372</sup> *O Brasil*, 21 de outubro de 1848.

Justiniano atribuía as dificuldades internacionais do Império com a Confederação Argentina ao antigo ministério liberal, que julgava ter sido incapaz de discutir e negociar de forma coerente as problemáticas do cotidiano das nações. As decisões ou não foram acertadas ou simplesmente adiadas já que as dificuldades

Entre os legados funestos que o governo desse fatal quinquennio deixa aos seus sucessores é bem assim a incandescência das nossas relações com a republica argentina<sup>373</sup>.

O jornal *O Brasil* trazia uma importante matéria sobre as relações internacionais com o Prata, e por mais que a mesma seja longa, julgo fundamental compilá-la, afim de evidenciar indispensáveis questões tratadas no artigo de Justiniano José da Rocha.

Não é de hoje que chamamos a atenção do governo do Brasil para essa a mais grave das questões externas, por algum tempo foi ella um dos principaes assumptos dos nossos artigos, e se, durante o ultimo ministerio, nada a esse respeito escrevemos, não foi por julgarmos menos imminente a solução dellas, nem por entendermos que o governo mais se occupava com preparar em favor do império essa solução, antes pelo contrario, nunca vimos maior incúria, maior imprevidência; o caboclo que pela manhã vende a rede, sem se lembrar que á noite hade carecer della, é um gênio de previsão comparado com esse triste ministerio; nada dicemos por tanto, porque era excusado dizer cousa alguma; os ministros nem para se occuparem com os negócios internos, tinham vida.

Agora obster-nos-emos também de discussões, porque, conhecendo quão delicadas e melindrosas são essas questões, e tendo plena confiança na patriótica sabedoria do governo, devemos receiar que se complique de algum modo a delicada missão que sobre elle peza.

Qualquer que seja o futuro do procedimento do gabinete na questão do Paraguay e Montevidéu, estamos certos que a dignidade do império, em primeiro lugar, que os seus interesses e suas circunstancias com sagacidade apreciadas o hão de regular.

Entretanto não podemos deixar de admirar essa nova exigência do dictador; é ella insólito e demonstra a sua má vontade, ou a não intelligencia do regimen representativo e da liberdade da tribuna. Pelas opiniões de um deputado ninguém responde, senão o mesmo deputado perante o tribunal da opinião publica, não é um acto nacional, nem um acto governativo que possa dar base a uma reclamação. Provas e exemplos nos não faltam. A tribuna franceza, depois de 1830, echoou as mais severas diatribes contra o Czar da Russia: a questão da Polonia, tão sympathica á França revolucionaria, era de continuo discutida, e votos solemnes cada anno protestavam pela restauração da nacionalidade polaca; nunca o Czar da Russia exigiu explicações, satisfações desses votos, e se elles influíam, para tornar mais forte a sua repulsão pela nova ordem de cousas estabelecida em França nunca vimos junctar mais de chimerico agravo a um calendário de

---

<sup>373</sup> *O Brasil*, 21 de outubro de 1848.

chimericos agravos. Sabe-se quanta era a liberdade da tribuna franceza contra a Inglaterra, no tempo da mais intensa cordial intelligencia, sem que esta esmorecesse<sup>374</sup>.

No início do artigo o autor chama atenção para duas questões muitas vezes questionadas. A primeira referente à importância para o império em solucionar suas questões externas com o rigor necessário para garantir a independência do Paraguai e Argentina, o que condiz com a segunda questão. Ao finalizar a matéria o autor afirma que Rosas havia pedido explicações sobre a conduta de um deputado que na Câmara discursava contra seu governo. A réplica de Justiniano é enérgica e exemplificada. Todo governo que possuía uma Câmara tinha o direito de manter expressas as opiniões de seus pares, que são particulares e não compõem em si um pensamento político singular. Isso nos leva a perceber o quanto as questões relacionais eram importantes ao Estado e como a mesma dialogava com a política interna das nações; tanto que as questões com Rosas eram debatidas na Câmara e chegavam ao conhecimento do presidente da Argentina através de sua legação no Rio de Janeiro.

Ora, que Rosas, tão hábil como é, o não pôde ignorar, é o que ninguém porá em duvida; portanto na sua nova reclamação não se pôde ver senão, como dicemos, o desejo de manter as suas relações conosco em um pé de incandescente hostilidade, servindo-se dos mais fúteis pretextos para transformal-os em queixas e arguições.

Felizmente o estado do payz não é hoje o que de há cinco annos tem sido, a madureza e o patriotismo presidem aos nossos negócios, que não mais a leviandade e o egoísmo; e confiança nacional, que circumda o gabinete, de sobeje o habilita para pôr fim a essa política suspeitosa e hostil em que de há tantos annos estamos envolvidos com o dictador<sup>375</sup>.

O cronista argumentava que o presidente Rosas contava com o apoio de parte da imprensa Argentina, já que as matérias publicadas pelo *Americano*<sup>376</sup> exigiam que as ofensas da tribuna brasileira fossem silenciadas pelo Imperador, por não existirem provas concretas dos interesses da Confederação sobre o Rio Grande do Sul, Uruguai e Paraguai.

Em presença da exigência de Rosas, que pede uma satisfação pelo que acerca d'elle se dice na tribuna livre do Brasil,. Cumpria confessar que era insólita e desarrozoada a exigência de Rosas, filha de um espírito hostil, que em tudo procura agravos; e como o faria o *Americano* se assim mareava o brilho do seu ídolo?<sup>377</sup>

---

<sup>374</sup> *O Brasil*, 24 de outubro de 1848.

<sup>375</sup> *O Brasil*, 24 de outubro de 1848.

<sup>376</sup> *O Americano* era principal publicação de Buenos-Aires financiada por Juan Manuel de Rosas.

<sup>377</sup> *O Brasil*, 31 de outubro de 1848.

Outra importante folha circulava no Rio de Janeiro, em 1848, *O Contemporâneo*, que era publicado pela tipografia do Correio Mercantil e se apresentava como sendo uma folha do partido liberal. Enquanto *O Brasil* justificava as ações diplomáticas brasileiras definidas pelo ministério conservador, *O Contemporâneo* criticava não somente as ações diplomáticas, mas o partido conservador.

A luta tenaz e incansável de um partido contra a adversidade, é de certo um espectáculo cheio de grandeza e digno dos deuses, mas quando o partido não tem por si a verdade e a justiça, é mais prudente e incomparavelmente mais commodo fazer o sacrificio da opinião ás conveniências da situação. Quem no recinto do gabinete ou nos Saloes da política, meditar observando ou tratar de ver e ouvir aos nossos homens de estado e todos os seus actos, ao certo deve penetrar-se da realidade dos esforços que há ultimamente empregado do lado saquarema para fugir ao menos aparentemente ao raro da adversidade que o tem justamente aniquilado<sup>378</sup>.

As criticas ao partido saquarema e ao ministério eram severas. A ação diplomática dos conservadores era condenada por ser violenta e incapaz de lidar com as situações extremas que fazem parte da negociação da política externa. É de suma importância perceber como os discursos políticos eram divergentes. A imprensa ia tecendo várias impressões que representavam as expectativas políticas dos liberais e conservadores quanto a relações estrangeiras.

Desconceituados inteiramente por sua marcha de violência e atrocidades, não encontrando outros meios possiveis de governo para elles que medidas excêntricas da prudência e moderação, collocados em um centro odioso, para o paiz, brotando somente excomunhões ao lado adverso, podendo só manter-se em uma posição de exclusões de continuos golpes de estado, mas deslocados do poder, e ao mesmo tempo desconsiderados, como não podem superara seos adversários, ou confissão no Senado que adoptao o gabinete actual, e querem as medidas por este pedidas e apresentadas ou bravateão e vociferao na Camara temporaria em completo desmando<sup>379</sup>.

*O Brasil* e *O Contemporâneo* tornaram-se assim opositores abertos e apresentavam criticas um ou outro por se apresentarem como folhas dos partidos Conservador e Liberal. A condenação da folha liberal assim expressava:

---

<sup>378</sup> *O Contemporâneo*, 21 de julho de 1848, n 3.

<sup>379</sup> *O Contemporâneo*, 21 de julho de 1848, n 3.



Ora reduzido o lado saquarema a essa fração da Camara dita, até poucos dias recebia o panegerico da imprensa que lhe defendia os princípios: O Brasil – papel – como órgão constante, e não assalariado, secundava corajosa, posto sempre desarrasadamente nutria esperanças, e tinha fé...nos seus..., que lhe derão o pão de cada dia, mas a fé perdeo-se, e não podendo conter as explosões de seu peito escandecido, expõe e denuncia ao paiz a triste e dolorosa situação de seu partido! Si, fez bem esforço para comprimir sua dor, e que de angutias não comportaria sua alma deixando escapar ao correr da pena o artifo –Erros do partido Saquarema – o que publicou em seu número 1171 deste mez<sup>380</sup>.

*O Contemporaneo* trazia em suas publicações as ameaças sentidas pelo Império. Havia temores sobre a organização das forças militares na fronteira do Rio Grande de São Pedro, onde forças uruguaias e argentinas se aglutinavam para atacar o Império. Os receios eram acrescidos das dúvidas referentes à proteção e tranquilidade da província.

Este ilustre magistrado dirigio ao governo a seguinte interpelação; 1º se o governo a vista das notícias ultimamente vindas do Rio Grande do Sul, nada receia pela tranquilidade daquella província? 2º Quaes as providenciaias que tem tomado para prevenir os movimento que parece que ali se preparão contra a segurança da província?<sup>381</sup>

A preocupação com a província não se limitava em garantir a tranquilidade nas fronteiras. Chegavam notícias ao Rio de Janeiro de que o general Neto havia firmado um acordo com Manuel Oribe para o levante da província do Rio Grande São Pedro. No momento em que esses comentários se reproduziam na Câmara dos Deputados através do discurso de Ferraz, *O Contemporaneo* divulgava que as reuniões da Câmara estavam lotadas de diplomatas, inclusive Carneiro Leão, que acompanhavam as reuniões e deliberações sobre a política externa.

Começou a S. S.a assoalhando boatos colhido na província do Rio Grande do Sul, e de que so elle teve noticia de estar Netto estabelecendo negociações com Oribe para uma subelevação da província, tendo por auxiliares uma classe que no Brasil, existe e sobre a qual em casos taes, devera fallar-se sempre com prudente reserva<sup>382</sup>.

As indagações sobre o conflito eram muitas e as acusações contra os inimigos do governo eram direcionadas às repúblicas platinas. Os argumentos usados contra os países vizinhos eram construídos a partir da possibilidade da invasão, já que havia acusações contra crimes cometidos contra brasileiros e suas propriedades na República Oriental do Uruguai.

---

<sup>380</sup> *O Contemporaneo*, 21 de julho de 1848, n 3. O magistrado ao qual o artigo se referia era o deputado Ferraz da província da Bahia.

<sup>381</sup> *O Contemporaneo*, 21 de julho de 1848, n 3.

<sup>382</sup> *O Contemporaneo*, 18 de julho de 1848, n 2. Apesar do receio com a tranquilidade do Rio Grande o relatório do presidente da província de 1848 não reconhecia nenhuma crise.

Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e integridade do Império e defendê-lo dos seus inimigos internos e externos<sup>383</sup>. Até quando abusará o presidente Oribe da nossa paciência<sup>384</sup>

As supostas ofensas sofridas por brasileiros, desde a perda da propriedade, ou até mesmo os castigos físicos iam sendo divulgados a fim de se fundar um discurso legitimador que justificasse o conflito. Acima das ações internacionais da diplomacia, estava em jogo os direitos de posse e tranquilidade da província do Rio Grande<sup>385</sup>.

Tais desentendimentos levaram ao rompimento do Império com a República Argentina em 1850. Na imprensa, liberais e conservadores apresentavam razões diferenciadas para a participação na guerra. Os primeiros acreditavam que a situação do momento era fruto de uma ação fracassada da diplomacia imperial, enquanto os saquaremas apontavam abertamente o general Rosas como o motivador do conflito.

Os periódicos conservadores e liberais analisados divulgaram o início do conflito a partir de pontos de vista diferentes. Os periódicos conservadores construíram um discurso político afirmando não estar mais sobre o controle do Império as questões do Prata, uma vez que os regimes anárquicos de seus governos, as disputas internas, as agressões aos brasileiros e ao território na fronteira, e a falta de interesse por uma negociação diplomática acabariam por tornar inevitável a deflagração do conflito. Os periódicos liberais reconheciam as dificuldades com os Estados vizinhos, mas responsabilizavam o ministério e a diplomacia pela incapacidade de ajuste político que evitasse o conflito. A proposta mais diferenciada vinha do periódico *O Radical*.

É importante ressaltar que, durante a guerra, os periódicos liberais, com exceção de *O Radical*, apoiaram a decisão do monarca, mas apresentavam notícias que revelavam os custos de guerra e os prejuízos nas exportações.

Há sido ultimamente objecto das conversações em todos os círculos desta Côrte a interrupção das relações amigáveis entre o Império do Brasil e a República Argentina e todos concordão em que o governo mantém idéias deliciosas, e que tudo dispõe, tudo prepara para uma guerra, que temos de sustentar contra essa República em que há porém divergência é nos seguintes pontos: se as hostilidades romperão por parte do Império o governo empenhar-nos em semelhante luta e si em consequência da direcção que se há dado as cousas, é possível chegar-se a um acordo entre os dous Estados sem quebra da honra e dignidade d'um e d'outro; em fim, si a guerra é inevitavel ou si por meios de uma esclarecida e prudente diplomacia tudo se poderá arranjar evitando os terríveis effeitos do emprego da força bruta.

Estas questões não sido desenvolvidas de diferente maneira nessas conversações? grato porém nos é confessar que a maior parte do povo nutre

---

<sup>383</sup> Texto do artigo 145 da Constituição do Império.

<sup>384</sup> *A Trombeta do Povo*, 28 de agosto de 1850.

<sup>385</sup> Vale ressaltar que as fontes analisadas no terceiro capítulo referentes a província do Rio Grande afirmam não haver nenhuma dificuldade conforme relato do presidente da província.

idéias pacíficas e em tudo opostas a guerra que só poderá trazer ao Império males sem conter as quais por todos os modos cumprem um governo justo, esclarecido e patriota evite<sup>386</sup>.

E ainda sobre os comentários sobre o ministério: “Deus ilumine o espírito do monarca fazendo com que ele arrede de seus conselhos de ministros que para satisfazerem exigências ambiciosas de certas potestades que na guerra fundão o seu brilhante porvir querem dar morte ao nascente Império Brasileiro!”<sup>387</sup>

O rompimento com a Confederação Argentina ficou ainda mais evidente com a retirada de Thomas Guido, representante da legação Argentina, do Rio de Janeiro, em 1850. Tal procedimento diplomático é realizado na medida em que a ação dos negociadores não se volta a solucionar as disputas nos períodos anteriores à declaração de guerra ou por uma situação de ameaça que coloque em jogo a garantia de sua permanência.

Havendo se verificado a retirada do General D. Thomaz Guido, representante da Confederação Argentina, não é para admirar que nos ocorresse a possibilidade de uma guerra entre o Brasil e a Confederação. A dessentelligencia entre as duas nações pode ter mui serias conseqüências e de certo occupa os ânimos de todos os homenspensadores<sup>388</sup>

Thomas Guido acaba de deixar o Rio de Janeiro no momento em que se vê a marcha das tropas argentinas para a fronteira limitrophe<sup>389</sup>.

*O Radical*<sup>390</sup> buscava interpretar a política interna Argentina a fim de compreender os caminhos traçados para o conflito. Argumentava existir paz entre todas as províncias da Confederação, inclusive Entre-rios e Corrientes<sup>391</sup>.

Desde essa época o general Rosas tem cada vez mais augmentado seu partido e influencia, alcançando repetidos triumphos sobre os rebeldes; e tanto isto é assim, que a Confederação Argentina apresenta na actualidade uma população homogenca, unidas pelas synpatias de opinião e pelos interesses communs<sup>392</sup>.

Em primeiro lugar fallaremos das circunstancia em que se acha a Confederação Argentina, seguida das do Brazil afim de tirarmos as illações

---

<sup>386</sup> *O Radical*, 12 de outubro de 1850.

<sup>387</sup> *O Radical*, 13 de outubro de 1850.

<sup>388</sup> *O Radical*, 12 de outubro de 1850.

<sup>389</sup> *Jornal do Commercio*, 4 de fevereiro de 1851.

<sup>390</sup> O jornal se intitulava um periódico político-liberal.

<sup>391</sup> A notícia, porém não mencionava a aliança das províncias Argentinas com o Império, já que lutavam internamente contra Rosas e pediam auxílio ao governo de D. Pedro II.

<sup>392</sup> *O Radical*, 13 de outubro de 1851n.2.

que a razão nos dictar; e desta maneira ellucidar a materia, chamar attenção do governo, e dos há homens intelligentes e induzil-os a consideraro estado actual do paiz com toda a seriedade, para que se não tomem medidas, que por fim, com o andar dos tempos, possam vir a ser noscivas aos súditos de qualquer das duas nações<sup>393</sup>.

A ausência de conflito permitiu o reagrupamento das tropas argentinas no Uruguai. Mas, as forças argentinas, por mais que se aglomerassem na fronteira do Império, ainda estariam em menor número que as forças brasileiras, mas a presença dessas forças era preocupante para a província do Rio Grande.

Desejamos que alguém, por parte do governo, nos informe, qual a posição que occupa a tropa, que desta Corte tem marchado para a província do Rio Grande do Sul;

Desejamos também saber si o governo tem nessa província quartéis para receber a tropa, que daqui da Corte para lá vae; ou si ella vae habitar o mangal do semiterio da cidade do Rio Grande, onde serão decimados pelos mesmos desprendidos pelo calórico no tempo de verão, e pelo frio no tempo de inverno;<sup>394</sup>

Muitas críticas continuavam sendo feitas pela imprensa, que denunciava as ações políticas que considerava incoerentes aos interesses nacionais.

Certos da verdade de quanto expedido fica, nos deliberamos a escrever uma folha, que desenvolva e patentêe com singeleza e boa fé, todos os melhoramentos moraes e materiaes de que carece o nosso paiz; bem como censure a marcha tortuosa, e atrazadora que vão dando aos negócios públicos aos actues dominadores; sendo desta guiza um baluarte em favor da Liberdade contra os contínuos ataques do poder<sup>395</sup>.

*O Radical* denunciava o conflito, mas reconhecia as possibilidades que poderiam decorrer da guerra; assim expressava:

Ninguém mais do que nós deplora uma guerra entre o Brasil e a Confederação Argentina; más tomada ella debaixo do aspecto de ter em vista a

---

<sup>393</sup> *O Radical*, 13 de outubro de 1851. n.2.

<sup>394</sup> *O Radical*, 13 de outubro de 1850. n.2.

<sup>395</sup> *O Radical*, 12 de outubro de 1850. n.1.

emancipação dos escravos, seu horror desapareceria, e o bom êxito della não ficaria muito tempo duvidoso. Si isso acontecesse, dentro em poucas semanas as províncias do Brasil arderião em uma completa conflagração, que se tornaria universal, rompendo-se desse modo as cadêas de trez milhões de escravos; e as tropas brasileiras não poderião resistir atantos combates, tendo de ceder o campo e largar as armas. A política e o interesse de nossa própria conservação far-nos-hião obrar desse modo. Demais quem estiver ao alcance do aspecto político, que apresentão as diversas províncias do Imperio, facilmente descobrirá, que não é só a emancipação dos escravo, o único elemento, de que poderia lançar mão a Confederação Argentina; são muitos os milhares de descontentes no território brasileiro. O Partido Republicano, tanto no Rio Grande, como nas mais províncias tem crescido com uma rapidez assustadora. Si a Confederação, vindo atacar as fronteiras do Imperio, lançasse mão dessas duas fortes alavancas, a emancipação dos escravos e a republica, não poderia por ventura dentro de mui pouco tempo reunir em torno dessas duas bandeiras, que hasteasse, todos os escravos e os republicanos! De certo que sim! A quem haviam elles defender; Aos que reputão seus oppressores, ou aos que vinhão libertal-os, e aos quaes uniam suas symphatias? A resposta é bem óbvia!<sup>396</sup>

O periódico via que a guerra poderia libertar os escravos em função da influencia na fronteira das idéias libertárias que influenciaram o fim da escravidão na Argentina e no Uruguai e contaram, a partir daí, com o apoio das “nações civilizadas”. Além de considerar o crescimento do partido republicano no Rio Grande uma possibilidade para a defesa do regime.

Tambem não era pra admirar que, lançando a Confederação Argentina mao de uma tão nobre causa, como é a emancipação dos escravos, attrahisse as symphatias das mais nações cultas, e principalmente das que não estam na melhor intelligência com o Imperio; e esse apoio seria um baluarte, que muito vantajoso se tornaria para a Confederação<sup>397</sup>.

Segundo *O Radical*, o Império já passava por uma crise econômica, que seria agravada com a guerra e que não traria tantos prejuízos à Confederação Argentina cujas finanças não estavam prejudicadas ou acumuladas por dívidas externas.

A’ vista pois do que havemos exposto, com toda a franqueza, é claro a todas as vistas, que no caso da declaração de guerra entre o Brasil e a Confederação Argentina, esta apresenta comparativamente recursos, e menos riscos do que o Imperio, sobre carregado de uma divida enorme, consumido pela guerra civil, ainda há bem pouco tempo, e exposto aos perigos de uma sublevação de escravos, e das dissensões que appareceriam (póde-se dizer com certeza) si por ventura rompesse a guerra entre os dois Estados!

<sup>396</sup> *O Radical*, 25 de outubro de 1850. n.3

<sup>397</sup> *O Radical*, 25 de outubro de 1850, n.3.

Em uma situação tão melindrosa, como é a do Brasil, não está em nossas mãos sinão fazer votos fervorosos e sinceros para que o governo Imperial obre com toda a circumspecção, e attenda, sem desar e quebra de reputação, aos interesses do Povo Brasileiro<sup>398</sup>.

Após a guerra as discussões na imprensa sobre as relações internacionais continuavam. O periódico *O Velho Brasil* voltou a ser publicado após seu fechamento, em 1853, mas logo em seu número inicial comemorava as ações políticas dos saquaremas.

A ordem publica consolidada, as instituições nacionaes, essa área saneta que desde 1826 tantas vezes nos tem salvado, livres de toda a ameaça; todos os interesses legítimos seguros do porvir, todas as aspirações subversivas como que esquecidas: taes foram os primeiros resultados obtidos nestes cinco annos d política conservadora, pra a honra e gloria dos ministros que a desenvolveram a ufania da nação que a sustenta.

Resultados posteriores de quase igual importância tem-se conseguido: a nossa diplomacia ergueu-se da triste condição em que sempre jazera, e obteve assignaldas vantagens: a sua habilidade, o seu desinteresse, a sua nobre iniciativa, a pureza de suas intenções reconhecidas por toda a América Meridional, fundaram nas relações inter-nacionaes a política americana, essa liga de todos os esforços a bem da civilização e do progresso industrial de todos os Americanos. O Brasil saiu da lista das nações desconhecidas, teve um nome e um nome glorioso<sup>399</sup>.

Por mais que a vitória na guerra não fosse vista como possível pelo cronistas de *O Radical*, o mesmo não se deu. O periódico *O Velho Brasil*<sup>400</sup> assim justificou a vitória:

Ter-se-ia dicto que não havia elementos para organizar um exercito e uma armada, em estado de entrar em operações; a poder tropas, tivemos abundancia de munições tivemos vasos de guerra, tivemos dignos chefes para commandal-os: tudo quanto se suponha que não existia, appareceu insperado. E pensas de certo que estes prodígios não se obtiveram sem grandes sacrificios pecuniários, sem esvair os recursos do presente, sem comprometer os do futuro? Enganaes-vos; tudo se fez sem que em nada padecesse um único ramo da administração; tudo se fez sem que a prosperidade financial do paiz soffesse a menor quebra, o menor retardamento, antes pelo contrário augmentando além de todas as previsões.<sup>401</sup>

---

<sup>398</sup> *O Radical*, 25 de outubro de 1850, n.3.

<sup>399</sup> *O Velho Brasil*, 2 de julho de 1853, n. 1688.

<sup>400</sup> O periódico se intitulava um representante dos saqueremas na imprensa.

<sup>401</sup> *O Velho Brasil*, 2 de julho de 1853, n. 1688.

As preocupações da imprensa após a guerra giravam em torno da sucessão política argentina e uruguaí. Na confederação havia dificuldades com a aceitação da presidência de Urquiza. “A questão de Buenos-Ayres que parecia tão próxima da sua solução no dia em que foi entregue por venda á esquadra de Urquiza ao governo da praça, ainda não se concluiu; pelo contrario o director e chefe da confederação parece resolvido a tomar a cidade á viva força e para isso preparar-se<sup>402</sup>.

As dificuldades financeiras também se ampliaram e dificultavam o equilíbrio político ameaçado com a resistência dos rosistas contrários ao poder de Urquiza sobre a confederação, o que prejudicava a formação de um novo ministério.. “Não tem sido muito fácil a organização de gabinete diante das complicações positivas dos negócios e das urgências financeiras. O mais impávido agressor na tribuna é ás vezes o primeiro a recuar diante de taes complicações, a menos que não tenha a coragem de cortar por ellas revolucionariamente, sujeitando o payz ás conseqüências das suas ephemeras loucuras. Em Montevidéu a exacerbação dos ânimos entre colorados e blanquillos, augmentada pela prolongação da crise ministerial,<sup>403</sup>

E concluída a guerra com rapidez digna do mais louvor, o estado de paz que lhe sucedeu, por mais completo que fosse não foi tal que fizesse cessar as despesas extraordinárias: as forças activas tiveram de transformar-se em forças de observação, mas não podiam nem deviam ser de xofre dissolvidas<sup>404</sup>.

Porém, se observarmos a critica do periódico *O Militar Briosos*<sup>405</sup> sobre os custos e as dificuldades das tropas na guerra poderemos apontar as dificuldades do Império no conflito. A matéria do periódico exaltava os militares responsáveis pela proteção do imenso território, que pra mater sua soberania tinha que garantir o afastamento e a não agressão dos vizinhos nas fronteiras.

“O Brasil não tem por limites só o oceano; seu visinhos são povos belicosos nascidos e creados em sangrentas luctas, e só respeitando o direito da força, se é que a força constitue direito, elle necessita mais que todos os povos da Europa prepara-se para a guerra, a fim de ter a paz com seus visinhos; esta verdade foi-nos posta em relevo de 1851 na campanha oriental que o Sr. General Caxias foi forçado a demorar suas marchas a espera de tropas, de fardamentos, e até de pólvora, pois o Exercito ao chegar ás fronteiras não tinha pólvora para defender-se por mais de um dia, e constanos que lhe foram competentemente passados no campo; se o inimigo nos tivesse atacado nessa occasião o Ministro da Guerra de então, ou teria compromettido o paiz ou forçado o Exercito a defender-se com as espadas e baionetas<sup>406</sup>.

---

<sup>402</sup> *O Velho Brasil*, 2 de agosto de 1853, n.1701.

<sup>403</sup> *O Velho Brasil*, 2 de agosto de 1853, n.1701

<sup>404</sup> *O Velho Brasil*, 9 de agosto de 1853, n.1704.

<sup>405</sup> Esse periódico não criticava tanto a condução da política externa elaborada pelos conservadores quanto pelos liberais, que não conseguiam deliberar de forma harmoniosa com nossos vizinhos.

<sup>406</sup> *O Militar Briosos*, 14 de março de 1855, n.3.

Não bastava derrotá-los na guerra. Era preciso manter o auxílio após o conflito e enviar para a região as legações diplomáticas, que se dirigiam em maior número para a Europa. Essa era defesa de Paulino de Souza para mudança no envio de diplomatas ao estrangeiro:

Eu tinha rebaixado o caracter de algumas legações na Europa, e elevado o de outras na America.

Eu creio que para a elevação do caracter de uma legação não deve prevalecer sómente a consideração e o respeito que se deve ao chefe da nação e a esta, mas também a importância dos interesses que ahi temos a tractar. (Apoiados). Tinhamos necessidade de ter no Perú, por exemplo, onde até então tinhamos sido apenas um encarregado de negócios interino, um ministro de categoria mais elevada. Acabavamos de celebrar com essa republica um tractado de limites, e para a navegação do Amazonas. As suas estipulações requerem grande desenvolvimento; podem dar logar a questões importantes; era preciso ter ahi agente que tivesse um caracter mais elevado, até porque sendo essas missões da America menos procuradas e agradáveis que as da Europa, difficil é conseguir que homens de certa posição se prestem a aceitar-as com caracter menos elevado. Por esse motivos principalmente elevei o caracter das nossas missões em Buenos-Ayres, no Estado Oriental, no Perú, etc., para lhes dar a importância que na verdade tem<sup>407</sup>.

A imprensa liberal mantinha as críticas ás interferências brasileiras no Rio da Prata em desrespeito às soberanias locais. A dificuldade que ainda se matinha era fruto de uma ação desastrosa do partido saquarema, que, com o uso da força, teria derrubado Oribe e Rosas, mas deixado esses países em situação pior por manter as guerras civis entre *blancos e colorados*, no Uruguai, e *unitários e federalistas*, na Argentina. Além de ter provocado um grande aumento das dívidas brasileiras e a crise comercial no Rio Grande de São Pedro. “*A diplomacia que atualmente atua nos Estados vizinhos insulta-os e fazem emergir as guerras civis nestas regiões anarchicas*”<sup>408</sup>.

Paulino de Souza, ministro dos Negócios Extranjeiros, assim respondeu as criticas sofridas na Câmara:

Qual foi a política, a marcha que seguiu nos negocios do Rio da Prata? Expulsou Oribe do Estado Oriental, concorreu para derribar Rosas que nos tinha declarado a guerra. E’ essa a politicaa que PE causa das complicações de que se queixam e que receiam? Não a deveríamos ter seguido para evitar essas complicações? Mas não era a permanência de Oribe no Estado Oriental uma complicação muito maior para nós, principalmente attento o estado em que se achava a província do Rio Grande do Sul? A A attitude ameaçadora que Rosas tomará contra nós, a consolidação e o engrandecimento do seu poder, a guerra que nos declarou

<sup>407</sup> *O Velho Brasil*, 23 de julho de 1853, n.1697.

<sup>408</sup> *Correio Mercantil*, 26 de julho de 1853.



depois, não eram complicações maiores para nós do que alguns embaraços que ainda nos podem provir, resultados das questões internas que agitam esses payzes? De certo que sim.

Deveríamos nós, para evitar esses menores embaraços que hoje podem aparecer, deixar de marchar contra Oribe, deixar Rosas consolidar o seu poder, e engrandecer-se? Os nobres deputados por São Paulo não podem pensar assim, porque elles approvaram a política contraria n'outro tempo. (Apoiados.) Essa política não pode ser censurada por ter creado complicações, porque ella evitou outras muito mais graves e maiores.<sup>409</sup>

O Império reconhecia a necessidade de garantir a legitimidade política e a continuidade do regime representativo desses Estados, a fim de evitar que demais conflitos viessem à tona. A aliança com Urquiza, presidente da província de Entre-Rios, não era a garantia de uma continuidade política que não ameaçasse as fronteiras. Após a queda de Rosas, Urquiza exerceu o cargo de presidente da Confederação Argentina e colaborou para a promulgação da Constituição, em 1853. Tornou-se presidente da Argentina em 1854, quando se consolidou a união entre as províncias.

A tribuna na camara temporária tem estado quase constantemente muda quanto aos negócios exteriores: apenas uma ou outra palavra, uma ou outra consideração em forma dubitativa foi solta na discussão do voto de graças, e deu occasião a completas e triumphaes explicações do pobre ministro. Dizia-se que na guerra de Urquiza e da praça de Buenos-Ayres, talvez não conviesse a neutralidade, que aquelles povos se estavam dilacerando, e que talvez não fosse impossível a volta de Rosas como no México as ultimas dissensões tinham restaurado a dictadura de Santa Ana.

Por mais que continuassem as disputas internas na Confederação Argentina e da República Oriental, o ministro das Relações Exteriores considerava prudente manter “neutralidade”<sup>410</sup> a fim de garantir os direitos representativos e políticos dos países vizinhos, por mais que houvesse apreensão pela sucessão presidencial. Apesar de reconhecer que “um ministerio hostile em Montevideu traz para o Brazil uma necessidade rigorosa de vigilância, de reserva, até de preparativos militares, que bom seria que nos fossem poupados,mas de que nos não devemos descuidar”<sup>411</sup>.

Justiniano José da Rocha descreveu assim a questão:

O nobre ministro de estrangeiros mostrou que a neutralidade não era unicamente imposta ao governo brasileiro pela prudência, senão também pelo dever em respeito aos direitos das outras nações. No desenvolvimento

<sup>409</sup> *O Velho Brasil*, 28 de julho de 1853, n.1699.

<sup>410</sup> A neutralidade estava em não interferir nos conflitos partidários internos da República Oriental.

<sup>411</sup> *O Velho Brasil*, 16 de julho de 1853, n.1694.

dessa these, o nobre ministro apresentou as grandes vistas da política imperial, que, destituída de todo o pensamento de predomínio e influencia, assumi a melhor posição para firmar em redor do império esta política americana, que é uma das nossas glórias mais perduráveis.

Não se preocupe o nobre ministro com a lembrança da eventualidade de uma restauração de Rosas, e fez muito de abandoná-la. Por certo, para pol-a diante, o digno deputado qua a enunciou não reflectiu bem sobre os negocios do Prata, sobre o character político dessa luta, sobre os homens que nella figuravam<sup>412</sup>.

Vários motivos foram enumerados para se compreender os motivos brasileiros que levaram à participação na guerra, mas um deles será tratado com maior atenção. O comércio com as repúblicas platinas era intenso e pode ser observado, a partir das estatísticas da entrada e saída de embarcações no Império. Os dados foram publicados pelo *O Velho Brasil*.

Entrada das embarcações	1846-1847	1847-1848	1848-1849	1849-1850	1851-852
Total	164	285	242	121	117
Rio da Prata	130	215	110	75	79
	79%	75%	45%	62%	67%

Fonte: *O Velho Brasil*, 16 de agosto de 1853<sup>413</sup>.

Saída das embarcações	1846-1847	1847-1848	1848-1849	1849-1850	1850-1851
Total	219	342	273	177	113
Rio da Prata	143	216	174	111	86
	65%	63%	63%	62%	76%

Fonte: *O Velho Brasil*, 16 de agosto de 1853<sup>414</sup>.

De fato, o interesse do Império em garantir o comércio no estuário do Prata era uma maneira de manter seu saldo positivo nas exportações e a continuidade da entrada de gêneros importados, o que pode ser visto pelas tabelas acima. O Império não só dependia das exportações, mas das importações que chegavam do Prata.

A entrada de produtos vindos do Uruguai era recebida no município de Jaguarão. O comércio de maior interesse era o charque, produto de mair destaque nas importações. A criação

<sup>412</sup> *O Velho Brasil*, 12 de julho de 1853, n. 1692

<sup>413</sup> As informações numéricas foram expostas em tabela como recurso de visualização e análise.

<sup>414</sup> As informações numéricas foram expostas em tabela como recurso de visualização e análise.

de gado era promovida por brasileiros que mantinham o rebanho até o Rio-negro. Após a entrada da carne se realizava o processo da “charqueia” e daí era vendida par as demais províncias.

Nem póde ser de outra maneira, senhores, porque a criação do gado, promovida por Brasileiros no Estado Oriental, vae até o Rio-negro, de cujas estâncias vem a maior parte da producção para as povoações contiguas ao Jaguarão, onde se charqueia, vende-se e exporta para as outras províncias; por consequência a exportação do Rio-grande passa além da quantidade desse producto que ella póde dar<sup>415</sup>.

Entrada de charque pelo Jaguarão	1848-1849	1849-1850	1850-1851	1851-1852
Total	313,502	506,136	618,926	256,076

Fonte: *O Velho Brasil*, 16 de agosto de 1853<sup>416</sup>.

Após a guerra, o partido de Rosas havia perdido muitos adeptos. Discutiam-se propostas para a formação de um terceiro partido político no país. Tal possibilidade não era creditada pela imprensa que não reconhecia a formação política dos argentinos e nem mesmo sua aproximação com os ideais franceses como uma real manifestação política de mudança interior. A Argentina ainda estaria fadada, assim como o Uruguai, pelas lutas sociais e pelas guerras internas.

A formação de um terceiro partido que, horrorizado dos males da guerra civil, se formasse para chamar rosas como representante da ordem, ainda que da ordem filha do terror, e também uma ideia, que não pode nascer senão nas cabeças dos que querem apreciar os factos da poltica argentina com as ideas dos livros francezes, escriptos para outros povos de costumes diversissimos. A população da Republica Argentina não dá elementos para taes partidos. Alem de que, seria tudo ignorarda historia contemporânea, persuadir-se que a tyrania de Rosas deu paz e quietação aquelles povos; a historia nos diz que a par dessas sanguinolentas execuções, pelas quaes se contavam os dias de seu domínio, deu Rosas a eses povos permanentes guerras intestinaes devastadoras, e cujos resultados serão por longos annos sentidos naquelle misero payz<sup>417</sup>.

A guerra foi uma forma de evitar que os conflitos internos argentinos e uruguaios colocassem em jogo o poder do Império sobre a região, que afastou seus lideres do poder. Até mesmo o general Urquiza não recebia créditos pelas ações internas

<sup>415</sup> *O Velho Brasil*, 16 de agosto de 1853, n.1707.

<sup>416</sup> As informações numéricas foram expostas em tabela como recurso de visualização e análise.

<sup>417</sup> *O Velho Brasil*, 12 de julho de 1853, n. 1692.

e era visto sem expressividade política. Suas forças estariam em menor número que as de Oribe quando sitiava a cidade de Montevideo em Cerrito.

Hoje porem taes, apprehensões, tão fúteis já em si, devem ter desaparecid. Hoje a política imperial acaba de obter mais uma vez a consagração dos prósperos resultados. Foi neutro e somente mostrou os seus bons desejos de ver acabar a luta. E is –ahi que a causa da cidade de Buenos Ayres esta ganha; a esquadilha, de Urquiza com que bloqueava elle, embora inefficazmente, o porto da cidade subelevada, fez uma defeção que muito facilitaria a conclusão da guerra e um arranjo dessas contestações. Sem esquadra, Urquiza nada pode contra Buenos Ayres, o cerco por terra é devastador para a campanha, porem destituído de efficacia contra a praça; em piores condições Montevideo resistiu por dez annos a força de 16,000 homens, que lhe apresentava Oribe, e Urquiza esta longe de apresentar força igual diante de uma praça de muito mais fácil defeza. Com a esquadra, pode Buenos-Ayres mandar forças, que no interior, que na própria província de Entre-Rios, vão levar os estragos que a sua campanha, esta soffrendo, e entãoo que acontecerá... Urquiza recolher-se-a necessariamente para defender a sua província: o cerco será levantado.

Então não será difficil chegar-se como acima dicemos, a um arranjo definitivo dessa importante questão, e estamos que nella poderão muito valer aos grandes interesses americanos a posição e a importância do império<sup>418</sup>.

Justiniano da Rocha criticou a publicação do *Times*, que publicava as questões do rio da Prata como sendo uma ação inglesa, cuja força teria sido responsável pela queda de Rosas e Oribe. “O Times não diria só como disse - Que foi necessário que a brava raça saxônia viesse aos campos do Brasil, para que o tyranno Rosas fosse deposto - diria mais alguma cousa que calaremos para não sermos mal interpretados, e entretanto que essa força desertou quasi toda no Estado Oriental e muitos desses soldados suicidaram-se nas marchas para livrarem-se por um meio mas suave das privações e soffrimentos de uma Guerra penosa por suas marchas; ainda mais, dous desses officiaes desertaram para a força de Rosas e foram prisioneiros e degolados pelo general do Urquiza”<sup>419</sup>.

Mas a circunstância que mais absorvia os políticos do Império eram as relações diplomáticas com o Uruguai, com que acabara de assinar os tratados de 1851. *O Velho Brasil*, representante do ministério conservador, percebia que esses acordos eram de sumo interesse, já que ainda incluíam os ajustamentos sobre as dívidas contraídas pelos uruguaios com o Império, mas que os mesmos não vinham sendo cumpridos pela república vizinha; esta, que mesmo após aqueles auxílios, continuava a criticar a diplomacia imperial por seus privilégios nos artigos firmados.

Outro tanto não nos acontece com a republica oriental; ahi temos interesses immediatos, conjunctos, que dictaram tractados solemnes, que nos

---

<sup>418</sup> *O Velho Brasil*, 12 de julho de 1853, n. 1692.

<sup>419</sup> *O Militar Briosso*, 21 de março de 1855, n. 4.

trouceram encargos e sacrificios; nos movimentos dos partidos que ahi se agitam. temos pois, não assumpto de curiosidade e de sympathia, senão da maior attenção para a opinião brasileira, para nossa diplomacia.

Os tractados são inviolaveis, e parece que um partido em Montevidéu, erguendo-se violento contra o governo, o desconheceu; por amor desses tractados fizemos sacrificios para livrar a republica, não só do domínio oppressor e tyrannico do Nero da America; dictados pelo mais puro desinteresse esses tractados não foram de conquista, não quizemos em troco do nosso auxilio nada que parecesse que disvirtuase a pureza das intenções brasileiras, quizemos sómente o nosso direito, e o que era necessário para a sua segurança. Qualquer governo a que fossem confiados os negocios da republica oriental, desde que um pouco de moderação e de prudência nelle influísse, reconheceria esse carácter da política brasileira, e dar-lhe-ia as mãos; as duvidas e questões seriam necessariamente solvidas em boa fé: assim o foram<sup>420</sup>.

A diplomacia elaborada pelos conservadores para o Império era assim descrita pelo jornalista Justiniano José da Rocha:

A política do Brazil no exterior não se envolve nos segredos e mysterios da diplomacia: é franca, como ao desinteressadas as suas intenções. Quando o Jornal do Commercio publicou o artigo confidencial acerca da missão do Sr. Amaral a Montevidéu, transcrevendo-o, fizemos, sobre essa política que se revela, algumas observações. Hoje, transcrevendo um documento official da mais subida importância, nada temos a acrescentar ao que então dicemos<sup>421</sup>.

Justiniano J. da Rocha discutiu a relação internacional com o Uruguai, que acusava o Império de manter um nacionalismo exacerbado, despido das percepções cotidianas, preocupado em manter as heranças portuguesas expansionistas. Os tratados deveriam ser respeitados na medida em que os pontos desajustados foram revistos e mudados mediante o acordo político inaugurado pelos Estados. Levando em conta o principio do *utis possidetis* foram reconhecidas regiões diferenciadas de ocupação, modificadas para afiançar o bom relacionamento entre os vizinhos.

Na demarcação dos limites, o reconhecimento do *uti possidetis* deu lugar a algumas duvidas; foram ellas convenientemente solvidas. As nossas relações estavam pois no pé em que deviam estar: a republica oriental parecia querer caminhar na linha de progresso o que tem direito, e que deve aspirar uma nação civilisada; eis que surge nos debates do seu parlamento uma opposição ao governo, e essa opposição violenta e desregrada invoca um nacionalismo irreflectido que tem por origem esses velhos preconceitos

---

<sup>420</sup> *O Velho Brasil*, 16 de julho de 1853, n. 1694.

<sup>421</sup> *O Velho Brasil*, 7 de fevereiro de 1854, n. 1769.

de aversão entre os descendentes dos Portuguezes. Essa opposição põem em risco o governo, obriga-o a modiificações.<sup>422</sup>

Em 1854, as missões diplomáticas se ampliaram para o Uruguai, seguindo as orientações de Paulino de Souza, que reconhecia a importância da região e da manutenção de forças militares na fronteira. “Foi nomeado ministro residente do Brazil em Montevideu o Sr. José Maria do Amaral. Os negócios dessa republica fazem na actualidade a essa missão a mais importante da nossa diplomacia”<sup>423</sup>.

José Maria do Amaral chegava ao Uruguai em um momento grave. As eleições daquele ano<sup>424</sup> e a crise política fizeram com que o presidente Flores elaborasse um decreto estabelecendo a censura à imprensa uruguaia para evitar as denúncias contra as medidas políticas do governo, que intencionava propor a reeleição presidencial, o que representaria um golpe de Estado, uma vez que a Constituição do Estado do Uruguai, de 1830, não reconhecia a reeleição. Havia temores de um possível golpe de Estado pelo presidente Venâncio Flores.

Quanto a Montevideu consta que o presidente d’aquella republica recuára do passo que dera com a publicação do decreto de 10 de agosto contra a liberdade de imprensa. Os partidos formando causa commum nesta questão que interessa o direitos mais sagrados dos cidadão, tomaram uma attitude imponente, pernte a qual o governo vio-se como isolado, visto que segundo consta, o ministro brasileiro manifestou-lhe a sua desapprovação, falatando-lhe portanto esse apoio, com que contava.

Tristissima é a situação dàquelle paiz, onde os partidos não podem chegar a um acordo. A vida presidencial do general Flores está tocando seu termo e será esse o momento de algum grande desfecho<sup>425</sup>.

---

<sup>422</sup> *O Velho Brasil*, 16 de julho de 1853, n.1694.

<sup>423</sup> *O Velho Brasil*, 3 de janeiro de 1854, n. 1761.

<sup>424</sup> Werneck e Silva afirmam que o Império interviu na região em favorecimento do general Flores. Não concordo com essa afirmativa, já que o Império tinha interesse em manter seu corpo diplomático no país e a garantia do sistema representativo manteria as instituições políticas funcionando.

<sup>425</sup> *Correio da Tarde*, 5 de setembro de 1855, n. 25.

Sobre a sucessão eleitoral na República Oriental, declarou José Maria da Silva Paranhos:

Aproxima-se a eleição presidencial, disse o nobre deputado, e todos os indícios fazem crer que o presidente da república pretende ser reeleito; mas sua reeleição é inconstitucional, mas tudo faz supor que ele pretende vence-la a todo o custo, por meio de algum golpe de Estado. Dada esta hipótese disse ainda o nobre deputado, o que fará a divisão imperial que estaciona em Montevidéu: devera ir conservar-se até essa época? a simples presença dessa força brasileira não poderá ter influencia em favor das pretensões pessoais do presidente da república oriental do Uruguai?<sup>426</sup>

O presidente Flores temia que seus planos não fossem à frente, já que o deputado José Maria Munoz opunha-se abertamente às suas tentativas de reeleição. No Império, os temores iam além. Na Câmara, surgiram críticas à continuidade do corpo diplomático no Uruguai devido ao alto custo da presença desses funcionários, que poderiam influenciar as decisões representativas do Estado vizinho, uma vez que o apoio ou a oposição ao governo poderia modificar as intenções de voto. O governo uruguaio temia a intervenção brasileira, que mantinha as tropas do Império no país pelo acordo firmado em 1854, que previa a continuidade das tropas até o fim do tempo estabelecido pelo tratado, podendo ser ampliada a permanência desde que não afetasse a política desses Estados.

O *Correio da Tarde* comentava os fatos do país vizinhos a partir das matérias do *Commercio del Plata*.

O general Flôres tentará prender o deputado D. José Maria Munoz, que goza de popularidade; e esta tentativa do presidente foi o facho acesso lançado na cratera revolucionária. Uma manifestação popular oppoz-se á prisão, e o general Flôes, abandonado da opinião pública na capital, teve de fugir para a campanha com a quixotina pretensão de fazer guerra ao império por se sentir agravado contra o ministro do Brasil, que o não apoiou nos últimos desregamentos na administração; mas os seus adherentes se debandavam.

É de crêr que appareça a guerra civil ainda uma vez ali,<sup>427</sup>.

---

<sup>426</sup>Discurso de José Maria da Silva Paranhos na Câmara dos deputados na sessão de 17 de julho de 1855. O debate era travado com o deputado Ferraz que criticava as ações diplomáticas do Império no Rio da Prata. FRANCO, Álvaro da Costa (Org.) *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no Parlamento Imperial*. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 40.

<sup>427</sup> *Correio da Tarde*, 12 de setembro de 1855.

A sucessão presidencial uruguaia comprometeu ainda mais o Império, quando Andrés Lamas publicou no *Commercio del Plata* e no *Jornal do Commercio* comentando a imparcialidade do governo brasileiro, favorável às novas eleições e contrária a reeleição de Flores. Tal matéria foi altamente criticada nas províncias do Império e nos departamentos uruguaiois. É importante ressaltar que a diplomacia do Império negou tal comentário e pediu explicações ao enviado da legação uruguaia no Rio de Janeiro, além de emitir nota ao ministro enviado na república, José Amaral, sobre os últimos ajustes com Venâncio Flores. A réplica de Amaral foi esclarecedora ao afirmar que apenas havia aconselhado o general Flores a não emitir o decreto de censura a imprensa, pois tal medida poderia acarretar um conflito ainda maior entre as forças de *blancos e colorados*, acrescentando que o Império só agiria em caso de descumprimento do Tratado de Aliança. Porém, a reeleição não era prevista pela constituição, não sendo assim o auxílio a reeleição ser prestado.

Os estreitos limites de nossa folha não nos permite transcrever como quizramos a correspondência havida nos dias anteriores a queda do general Flôres, entre o nosso Ministro em Montevideo o Sr. Amaral e o governo do dito general. Já em um pequeno artigo no nosso número de hontem demos conta d'esse successo, que a ninguém surprehendeo aqui, onde desde muito era sabido o desfavor, em que era da grande maioria dos habitantes aquelle governo.

O presidente Flôres, conhecendo os apuro em que se achava, recorrêra, ao ministro do Brasil invocando em seu apoio o tratado de 12 de outubro de 1851, tendo a vista os artigos sexto e 6º e 7º pelos quaes o governo imperial não poderia, sob protexto algum, negar o seu auxílio a república. A isto respondeu o Sr. Amaral com referencia aos citados artigos 6º e 7º, que são complementos do artigo 5º do mesmo tratado. N'aquelles dous artigos, diz o nosso ministro, as duas altas partes contratantes definiram o modo de effectuar a doutrina que haviam professado nesse outro artigo. A doutrina do artigo 5º assegura: A intervção do governo imperial sómente para fortificar a nacionalidade oriental por meio da paz interna, e dos hábitos constitucionaes. Esta base póde ser solapa ou pelas aggressões anarchias da multidão contra a autoridade legitima do governo, ou pelas exoritações d'este contra os direitos cidadãos. O Sr. Amaral acrescenta que – está certo de que o supremo governo da republica não reclamará os auxílios promettidos nos artigos 6º e 7º do tratado de alliança senão nos casos em que a sua autoridade estiver evidentemente nas condições definidas no artigo<sup>428</sup>

Não era apenas a diplomacia que se colocava contrária a uma intervenção, a imprensa denunciava como absurda qualquer ajuda que fosse prestada. Enquanto a imprensa liberal criticava arduamente os uruguaiois, a imprensa saquarema mantinha uma postura contrária e apoiada nos Tratados de 1851.

---

<sup>428</sup> *Correio da Tarde*, 13 de setembro de 1855.



O que fará o Brasil n'este conflicto? qual dos dous lado apoiará? Deixará que venhão as mãos, e que Flores reduza a capital aos extremos em que se vio, quando um exercito ás ordens de Oribe o ameaçava? O tratado de alliança não exige que o Brasil deixe de ser mero espectador? Ou nós somente devemos apparecer em campo para aplaudir os vencedores? Há tanta ingratição n'aquelle povo para comnosco que a consultarmos os nossos resentimentos, diríamos deixae que ajustem entre si as suas contas. Mas Ito não é o que exigem os trtados que firmamos com aquelle estado, nem também pôde convir-nos ter alli ás nosas portas um foco de anarchia<sup>429</sup>.

Assim que Flores renunciou, a Assembléa Geral do Estado determinou as resoluções para a continuidade do governo entregue ao presidente do Senado. Brevemente foi publicado um agradecimento pela renúncia, já que antes da ação do presidente muitas especulações foram feitas e conflitos já haviam estourado nas ruas.

No dia 10 a assembléa geral do estado fez baixar o seguinte decreto: aceitando a renuncia do general Flores, e declarando que, na forma da constituição, o governo da república passava para as mãos o presidente do senado. O senado e a camara dos representantes da República Oriental do Uruguay reunidos em assemblea geral, decretão: Art. 1º Acaeita-se a renuncia que faz do cargo de presidente da republica brigadeiro-general D. Venancio Flores Art 2º É o mesmo declarado hemerito da patria, pela espontaneidade e patriotismo com que em bem de seus concidadãos renuncia o alto posto com que foi honrado. Art. 3º Passa a substituil-o o presidente do senado e a exercer as funções annexas ao poder executivo em cumprimento do que dispõe o art. 77 da constituição do Estado<sup>430</sup>.

Após a renúncia de Flores “foi nomeado presidente provisório d. Luiz Lamas, que chamou para o ministério os Srs. Herrera y Obes, Batlle e Antuna. Os dous primeiros pertencem ao antigo partido colorado e o ultimo ao antigo partido Blanco.

O Estado Oriental continúa portanto n'esse calamitoso circulo revolucionário. Razão sobeja tinham os que julgavam a presidência do general Flôres fatal á todos os interesses, os do paiz e os do Brasil. O Governo do general Flôres cahio de inanição<sup>431</sup>. Consta que a revolução tivera desfecho amigável, demittindose da presidência da republica o general Flores, e retirando-se igualmente o governo provisório para salvar o principio constitucional tomou conta da republica o presidente do senado, o qual ia dirigindo os negócios públicos no sentido da opnião dominante, procurando a fusão dos dous partidos<sup>432</sup>.

---

<sup>429</sup> *Correio da Tarde*, 17 de setembro de 1855.

<sup>430</sup> *Correio da Tarde*, 17 de setembro de 1855

<sup>431</sup> *Correio da Tarde*, 12 de setembro de 1855.

<sup>432</sup> *Correio da Tarde*, 19 de setembro de 1855

Outro importante periódico que discutia as relações internacionais em vários números era a *Aurora Fluminense*, que se utilizava de um discurso que beirava a ironia, que de maneira exagerada depositava suas impressões na política do Estado, o que pode ser visto na publicação que denunciava as agitações da fronteira do Rio Grande.

Após este figurativo apresentou-se o Lobato do Rio Grande também em oposição e falou até 4 horas da tarde, fazendo uma succinta exposição do vandalismo que devasta a província do Rio Grande do Sul sob a presidência do Sinimbu; disse cousas que se não fossem os documentos que apresentou, eu não acreditava!<sup>433</sup>.

Os auxílios financeiros pedidos pelos uruguaios, em 1854, como parte do Tratado de Aliança foi negado pelo Ministério das Relações Exteriores, que informava já ter enviado parte dos valores do acordo em forma de empréstimos, e que o Império havia contraído dividas irreparáveis para prestar os auxílios durante a guerra com Oribe. A *Aurora Fluminense*<sup>434</sup> criticava arduamente os empréstimos e acusava o governo de se comprometer financeiramente com os Orientais, enquanto os brasileiros passavam por dificuldades financeiras. Claro que as declarações continuavam a ser escritas de forma irreverente.

Os Negocios do Rio da Prata, oh' isso é uma mina e o mais é que o governo Oriental na sua mensagem ao congresso ou companhia em março proximo passado disse que contava que o Brasil já á aquella hora-havia de ter cumprido a promessa que lhe fez de mandar-lhe mais dinheiro para aquelle bom povo passar também vida folgada e milagrosa, entretanto que cá o nosso ministro diz agora no seu relatório que o contrato de 60 mil patações findou em novembro do anno passado! Ora o diabo que os entenda, e que lhes aperte a cabeça. E como gostão os Srs. Orientaes de viver a nossa custa' e o governo do Brasil prompto para mandar o nosso dinheiro para esse vadios-e nós cá morrendo á fome! Não se dá a maior patifaria!<sup>435</sup>

---

<sup>433</sup> *Aurora Fluminense*, 1 de junho de 1855.

<sup>434</sup> O periódico afirmava não se posicionar de forma política e não maninha aproximação com nenhuma corrente, mas podemos perceber que tal afastamento não ocorria de fato. Finalmente, meus freguezes, quanto a política, entendendo que tudo presagia eminente terremoto na região ministerial, e potanto teremos de verem breve literalmente espichado o preponderante Marquez de Paraná, com todo o seu orgulho, e cólera transpirante, e se a Sra. D. Política não fosse tão pirracenta, eu já vos dizia quem são os novos architetos que eu advinhei, mas não digo por que não quero que ella me deixe mentiroso. *Aurora Fluminense*, 1 de junho de 1855. E ainda as críticas ao ministerio conservador: Quereis uma prova mais evidente da corrupção do ministério Paraná, dos seus repersentates, empregados e defensores? Para desenvolver-mos este nosso thema, convem-nos antes estampar ad perpetuum, as palavras despejadamente lançadas no recinto da camara temporária pelos ministros da fasenda e da justiça, marques de Parana e Nabuco de Araújo, nas sessões de 26 e 29 do mez passado. *Aurora Fluminense*, 9 de junho de 1855.

<sup>435</sup> *Aurora Fluminense*, 1 de junho de 1855

E ainda acrescentava o improvável recebimento dos empréstimos concedidos ao Estado uruguaio e que tanto prejudicava a economia nacional. Esse seria mais um erro da política conservadora definida pelo ministro marques do Paraná:

As ultimas noticias recebidas do Rio da Prata pintao o e Estado Oriental em uma situação financeira tal que nem há quem possa parar na pasta dos negócios da fazenda! Já appellão desesperados pela volta de Oribe como regenerador de suas finanças! E o que fará o governo do Brasil? E os nossos 400.000 patações que esses industriosos e trabalhadores homens nos e evaporarão em tão pouco tempo? O Sr. Paraná e o seu caixeiro Paranhos é quem devem responder a isto. Se a punição no Brasil não fossem só para os pequenos... se as leis de responsabilidade não fossem umas mentiras... então também muita cousa não se havia de fazer nesta terra, Sr. Paraná...<sup>436</sup>

José Maria da Silva Paranhos, em fala a Câmara dos Deputados também justificava as razões de se evitar um novo comprometimento econômico com a República Oriental.

O governo imperial, longe de anuir a essas solicitações, ou de animá-las com promessas, recusou-se sempre e, a instancias do ex-ministro oriental nesta corte, o sr. Lamas, declarou muito explicitamente, em nota de II do mês ultimo, que o empréstimo para que [sic] fora autorizado pelo corpo legislativo havia sido feito; que a autorização legislativa havia expirado e que não julgava conveniente, especialmente nas circunstâncias atuais do país, propor uma nova autorização ao corpo legislativo. O governo oriental pedia ou empréstimo, ou um auxilio equivalente – a garantia do Brasil para a realização de um empréstimo particular. O governo imperial, nessa mesma ocasião, declarou que a garantia pedida importava a mesma responsabilidade e que o governo imperial não se achava para isso autorizado.<sup>437</sup>

O trabalho com periódicos é de fato uma aproximação com variados debates políticos. Geralmente no primeiro número o periódico já descrevia a razão de sua publicação e o dever para com a sociedade.

“A imprensa é uma torrente caudalosa, que arrasta quanto se lhe antepõem. Nylo verificador faz prosperar as próprias planícies que inunda. Mestra do grande ensino, arauto da sociedade, terror da prepotência, a baluarte do fraco oprimido, clarim da opinião, apothose da virtude e facho da humanidade, a imprensa tem asenhorado o mundo. Sobre as ruínas dos velhos poderes abalados ergueu-se magestosa e louça. Cria e derriba os thronos, altera as instituições proclama a paz e a guerra, accende ou apaga as paixões, revela e pune os crimes, fertiliza os campos, generalisa os progressos, move a sua voz povos e reis, o bem e o mal, o presente e o futuro, enfim essa força

<sup>436</sup> *Aurora Fluminense*, 28 de julho de 1855.

<sup>437</sup> *Aurora Fluminense*, 28 de julho de 1855.

incommensuravel e estranha, pode dizer cem o outro grande reformador do mundo!!!. O jornalismo que é a mais bella expressão dessa potencia , o jornalismo que é o quinto poder do Estado”<sup>438</sup>.

A diplomacia era apresentada pelo *Correio da Tarde* como a força de conciliação que serve aos Estados não apenas na guerra, mas nos momentos da paz, por sua função conciliatória. A defesa desse conceito de diplomacia se relaciona ao momento político do Império após a guerra com as repúblicas platinas. O governo tentava manter suas relações comerciais e garantir que os empréstimos fossem pagos. Além disso, discutiu as formas de ação da diplomacia no Uruguai que previa desde 1828 a mediação brasileira.

Desse modo, pode-se perceber a gama de debates políticos da imprensa sobre as questões internacionais, agindo como fonte de informação e denúncia e trazendo as questões externas para o cotidiano do Rio de Janeiro. O debate entre os periódicos liberais e conservadores possui momentos de aproximação, que se traduzem em pontos diferenciais. Mesmo a guerra defendia tanto pelos liberais e conservadores era entendida de maneiras diferenciadas. O próprio desencadeamento da guerra suscitou diferentes posicionamentos políticos com defesas distintas para a entrada no conflito.

---

<sup>438</sup> *Correio da Tarde*, 24 de julho de 1855. prospecto de abertura.s/n.

## **CAPÍTULO IV: Missão Especial no Rio da Prata (1851-1853): A diplomacia brasileira em defesa do Império**

Durante quase todo o século XIX, as representações diplomáticas tiveram o nível de legação, cuja chefia era confiada por ordem crescente de hierarquia – a um encarregado de negócios, ministro residente ou ministro plenipotenciário. Na primeira hipótese, o encarregado de negócios era o titular permanente da legação; em sua ausência, ou na do ministro, qualquer que fosse o grau deste, a legação ficava entregue a um encarregado de negócios interino<sup>439</sup>.

As principais ações externas eram enfrentadas nas fronteiras, para onde a maior parte do corpo diplomático não se dispunha ser enviado. A preferência eram as missões enviadas à Europa. Muitas vezes as relações com os países vizinhos eram tratadas de modo local pelo presidente da província e quando se tornavam graves eram levadas ao ministro na Corte do Rio de Janeiro.

Apesar do tratamento dado às questões fronteiriças, pode-se perceber que algumas chegavam à corte para serem discutidas e solucionadas pelo corpo diplomático. Desse modo, pretendemos analisar as ações tomadas pela diplomacia imperial para solucionar os entraves nas relações internacionais com as repúblicas vizinhas, a fim de perceber suas estratégias políticas de ação e as justificativas de suas medidas.

As políticas externas, portanto, nascem de uma necessidade específica das sociedades em pensar as realidades externas que as afetam, passando a interferir no encaminhamento destes processos de forma a administrá-los. Na prática, ainda que possam existir exceções, as sociedades estabelecem entre si trocas e contatos constantes da mais variada natureza e alcance, não existindo um pleno isolamento, o que leva à criação desta demanda pela compreensão do internacional<sup>440</sup>.

Assim define-se como objeto de estudo das Relações Internacionais os atores, acontecimentos e fenômenos que existem e interagem no sistema internacional, ou seja, além das fronteiras domésticas das sociedades. As Relações Internacionais consistem

---

<sup>439</sup> RAFFAELLI, Marcelo. *Monarquia & a República*. Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império. Rio de Janeiro: Funag/CHDD, 2006.

<sup>440</sup> PECEQUILO, Cristina S. *Introdução às relações Internacionais. Temas, atores e visões*. Petrópolis: Vozes, 2004.p. 16.

em uma forma organizada de pensar as relações sociais que se estabelecem além das fronteiras dos Estados, fornecendo-nos parâmetros e instrumentais para interpretar e compreender este campo de ação externa<sup>441</sup>.

Muitas questões e interesses estavam em jogo no cenário internacional e envolviam a afirmação das soberanias nacionais em meados do século XIX. A garantia e a respeitabilidade dos interesses externos representavam a afirmação da soberania. Desse modo, podemos perceber as várias ações tomadas pelo corpo diplomático imperial para garantir suas expectativas na fronteira.

Não por acaso, 1850 foi igualmente o ano em que o governo brasileiro deu início a uma intervenção diplomática e militar no Uruguai e na Argentina, rompendo uma duradoura neutralidade e configurando uma reviravolta na condução da política externa na região platina. Se é verdade que a ordem estava, em grande medida, “construída” em 1850, faltava ainda buscar maiores garantias à manutenção dessa ordem, potencialmente ameaçada por uma posição insegura no contexto platino<sup>442</sup>.

Segundo Gabriela Nunes Ferreira, de um lado, a maioria dos estudos que enfocam episódios envolvendo relações internacionais tende a desvincular a análise da política externa dos países estudados da análise de suas respectivas estruturas e conjunturas políticas internas. De outro lado, as análises do processo de construção do Estado imperial não se detêm na dimensão externa desse processo, pelo menos no que diz respeito à relação do Brasil com as repúblicas vizinhas. Tal abordagem não considera o grau de imbricação política existente no século XIX entre o Império e seus vizinhos platinos, eles próprios ainda enfrentando um difícil processo de construção de seus Estados nacionais. Exemplos deste enfoque são as duas mais importantes referências para entender o processo de constituição e a natureza do Estado imperial, os trabalhos de José Murilo de Carvalho (*A Construção da Ordem*) e de Ilmar Mattos (*O Tempo Saquarema*)<sup>443</sup>.

No entanto, em alguns importantes aspectos o Estado brasileiro ainda não estava consolidado e mostrava-se vulnerável: ainda não estavam definitivamente delimitadas as fronteiras externas do País; o fechamento dos rios Paraná e Paraguai mantido por Rosas dificultava a integração do País, pois comprometia o acesso ao seu interior; a Farroupilha, a mais grave e duradoura das rebeliões provinciais, terminara há apenas cinco anos e não estavam plenamente liquidados os fatores que a haviam originado; o plano de reconstituição do Vice-Reino do Rio da Prata, atribuído a Rosas, era visto pelos governantes brasileiros como uma séria ameaça à segurança do Império e de suas instituições<sup>444</sup>.

A partir de 1828, após a Independência do Uruguai, os gabinetes do Império se preocuparam em produzir uma série de levantamentos para a assinatura de tratados com o Uruguai, que colocassem fim a disputa na fronteira ameaçada pela interferência Argentina. O Brasil possuía diversos desentendimentos diplomáticos com o Governo Argentino. Um deles era a Independência do Uruguai, que conseguiu sua emancipação em 1828<sup>445</sup> com a assinatura da Convenção Preliminar do Rio de Janeiro. Após sua independência a República Oriental expediu ao Império a ata de reconhecimento de sua

<sup>441</sup> Idem, PECEQUILO, p.17.

<sup>442</sup> FERREIRA, G. N. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. p.15.

<sup>443</sup> Idem, FERREIRA, p. 15.

<sup>444</sup> Idem, FERREIRA, p. 65.

emancipação para conseguir apoio contra as contínuas investidas da Confederação Argentina.

Na Convenção Preliminar de Paz que pôs fim à guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, as duas partes contratantes, como já foi dito, comprometeram-se a promover a liberdade de navegação dos rios da bacia do Prata para os súditos das duas nações pelo período de quinze anos, na forma a ser ajustada pelo Tratado Definitivo de Paz. A reconstrução do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, ou mesmo o controle político estrito do governo da Confederação Argentina sobre os do Uruguai e do Paraguai, representava, no tocante à questão da navegação, o pior dos mundos para o Império: daria a um só país, e país rival, o controle dos rios platinos. A defesa das independências uruguaia e paraguaia era a garantia de “internacionalização” dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai – objetivo compartilhado pelas potências européias interessadas no comércio da região<sup>446</sup>.

A intervenção de Rosas na Guerra Civil Uruguaia (1838-51), em apoio ao partido dos *blancos* contra os *colorados*, era vista com desconfiança pelo Império, que temia pela independência da República Oriental do Uruguai<sup>447</sup>, país fundado após três anos de guerra (1825-28), entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, que lutaram pelo controle do território uruguaio. Até 1828, era chamado de Banda Oriental pelos argentinos e pelos brasileiros, de Província Cisplatina<sup>448</sup>. O apoio de Rosas e sua coligação com o Governo do Uruguai criou uma hostil aliança, que preocupou os interesses do Império, que de início agiu de maneira diplomática para impedir as perdas financeiras e as territoriais.

Segundo Rodrigues, o Império Brasileiro detinha uma política externa bem definida na década de 1850, em relação aos estados limítrofes, em virtude da ameaça de guerra, que se caracterizou por seguir três principais diretrizes: Preservação de nossas fronteiras contra as pretensões territoriais de nossos vizinhos: é a política do *status quo* territorial, conseqüentemente, a defesa dos limites; Defesa de nossa estabilidade política contra o espírito revolucionário, que perturbou nossa vida entre 1824 e 1850: interna e externamente, foi a política da intervenção contra os caudilhos platinos; Defesa contra um possível grupo hostil de países hispano-americanos, isto é, uma política de aproximação com os Estados Unidos, para não se manter o Brasil isolado na América.<sup>449</sup>

Os Ministros das Relações Exteriores Brasileiras que se sucederam entre 1844 e 1849 almejavam delinear as bases da conciliação entre o Império Brasileiro com o Governo Rosas, que enviou também para este fim, Thomas Giodo, ao Rio de Janeiro. A diplomacia traçou uma ação contra as principais dificuldades que julgava enfrentar na fronteira sul, que assim podem ser resumidas: obter o apaziguamento a favor da Independência do Uruguai e do Paraguai, o controle dos territórios da fronteira, o controle do comércio evitando o contrabando e a fuga de escravos na fronteira.

---

<sup>445</sup> O Uruguai foi criado em 1828 e cumpriria a função, segundo a representação do governo britânico no Prata, o patrocínio da independência uruguaia. Um algodão entre dois cristais, as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Império do Brasil. DORATIOTO, F. F. M, *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 45

<sup>446</sup> Idem FERREIRA, p. 65.

<sup>447</sup> Gabriela Ferreira Nunes atribuiu a ação da política externa brasileira no Rio da Prata como um das razões para a consolidação do Estado Imperial na segunda metade do século XIX.

<sup>448</sup> DORATIOTO, F.F.M, *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.p. 26.

<sup>449</sup> Idem, RODRIGUES, p. 125.

## IV. 1- A crise comercial nas fronteiras

O contrabando foi à forma mais freqüente de prática mercantil que se realizou na Região Platina durante o período colonial. O comércio ilícito era motivado pela junção de fatores, como a rigidez do monopólio comercial espanhol e presença da bacia do rio da Prata. A sua prática constituiu-se, também, em mais um elemento que explica a fundação da colônia do Sacramento por Portugal, em 1680, em frente à cidade de Buenos Aires. Através desses postos avançados, fora praticado por portugueses e espanhóis e por mercadores holandeses, franceses e ingleses, que se aproveitavam, para efetuar-lo, da concessão de comércio de escravos que lhes fora concedida pelas administrações metropolitanas<sup>450</sup>.

Em 1611, Hernandarias, pecuarista e governador das províncias do rio da Prata e Paraguai, atravessou o estuário dando início ao desenvolvimento da pecuária na parte sul da Banda Oriental (atual Uruguai). Aí encontrou uma planície de clima temperado, irrigada em todas as direções por rios e arroios, que oferecia ótimas condições para a expansão dos rebanhos. Outra corrente que contribuiu para a introdução do gado bovino na Região Platina teve origem nas ações catequizadoras da Companhia de Jesus junto à bacia do Prata. Os religiosos espanhóis haviam fundado, dentre outras, as reduções do Tape, em 1626, localizadas inicialmente entre o rio Negro e a margem esquerda do rio Ibicuí, junto ao rio Uruguai, ocupando parte do território sul-rio-grandense. Segundo Jaeger, jesuíta que se dedicou ao estudo da origem do gado no Rio Grande do Sul, os missionários, em 1634, adquiriram várias cabeças de um estancieiro correntino de origem portuguesa. Após distribuírem os animais nas suas reduções, o rebanho multiplicou-se rapidamente, chegando em poucos anos a contar com centenas de animais<sup>451</sup>.

Algumas pessoas se fixavam na área fronteira para explorar a potencialidade de uma atividade extremamente rendosa: o comércio ilegal. Ocupavam terras, pecuária ou até à agricultura, mas sua principal ocupação era o contrabando de gado e couro. Esse era o caso dos contrabandistas que traziam animais da Banda Oriental até as margens do rio Jacuí, entregando-os aos tropeiros, que os conduziam para a região das Minas Gerais<sup>452</sup>.

A passagem do gado era uma questão importante e que colocava em jogo o equilíbrio na região de fronteira. No ano anterior a declaração da Guerra que envolveu o Império e as Repúblicas Argentina e Uruguai ficou proibida a passagem de gado de propriedades localizadas nesses países para o Brasil. O presidente Oribe impediu a passagem de gado pertencente aos súditos do Império para o Rio Grande de São Pedro.

Proibida pelo general Oribe a passagem dos gados para a província de S. Pedro do Sul, alguns proprietários Brasileiros procuravam passar os de sua propriedade occultamente, e ainda mesmo por vias de força, o que dava lugar a procedimentos violentos da parte das autoridades orientaes e a

<sup>450</sup> SANTO, M.F. E. *Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português*. In: CAMARGO, F. GUTFREIND, I. REICHEL, H. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.1. p 45.

<sup>451</sup> Idem SANTO, p 45

<sup>452</sup> Idem SANTO, p 51



seqüestros nas estâncias. Assim foi seqüestrada uma estância do Barão de Jacuhy, e de outros<sup>453</sup>.

A proibição fez com que grupos de estancieiros passassem a se reunir a fim de invadir o Estado vizinho e recuperar as propriedades. Os organizadores da incursão não procuraram auxílio diplomático ou da polícia da província tomando medidas e soluções encarnadas como compensatórias em reação a proibição. As notícias sobre a invasão só chegaram ao governo após o levante do Barão de Jacuí<sup>454</sup>.

Desde o anno de 1845, principalmente, tem vários presidentes da província de S. Pedro do Sul representado sobre os vexames e violências exercidos no Estado Oriental nas pessoas e propriedades dos súbditos Brasileiros estabelecidos além do Quarahim. Algumas reclamações, a que ellas derão lugar, não forão attendidas com providencias que acalmassem o excitamento que esses factos produzião, e que era muito natural fosse explorado pelos refugiados políticos da Banda Oriental e das províncias Argentinas, que tinham vindo buscar asylo na de S. Pedro do Sul, e procuravão, em paga da hospitalidade recebida, instigar uma guerra que aproveitasse à sua causa<sup>455</sup>.

A ação desse grupo nos leva a perceber a reação do corpo diplomático e como o mesmo percebia a sua atuação como agente do Estado que deveria garantir as boas relações com os países vizinhos..

Nenhuma causa por mais justa e forte podia justificar-os, porque não pertence aos particulares vindicar em armas, por deliberação e autoridade própria, as offensas que em seus direitos entendem haver recebido em paiz estranho. Em todas as sociedades, ainda mesmo organisadas irregularmente, incumbe isso aos que as governão, e o bom senso, a prudência, a humanidade, o bem entendido interesse das nações e a civilização dos tempos em que vivemos, prescrevem que não se lance mão de taes meios senão exahuridos todos os pacíficos, e perdida toda a esperança de obter justiça por outros que não sejam o das armas.

O governo imperial repetia as ordens já dadas ao general Andréa, dando ao novo presidente nomeado, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, as instruções necessárias para fazer cessar semelhante estado de cousas. E reconhecendo que não pode desaparecer inteiramente, e de uma vez, sem a remoção das cousas que o produzirão, insta e instará por providencias que fação cessar no Estado Oriental os vexames que ali soffrem há longo tempo os súbditos do Imperio<sup>456</sup>.

---

<sup>453</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros, 1849, Anexo 2, p.6

<sup>454</sup> No capítulo dois discutimos a entrada e a repercussão da ação armada do Barão de Jacuí em território uruguaio.

<sup>455</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros 1849, Anexo 2, p.5

<sup>456</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros 1849, Anexo 2, p 6

Os argumentos acima apresentados pelo Visconde do Uruguai nos fornecem claras evidências sobre a ação cautelosa que deveria ser tomada em relação ao Estado vizinho. Por mais que houvesse motivações e que ocorresse desrespeito a propriedade de súditos brasileiros a ação internacional deveria ser negociada e pensada com o objetivo claro de se evitar um conflito sem prévia negociação. Tal discurso nos apresenta uma forma protocolar de atuação internacional, que leva em conta a negociação e tende a se afastar de confrontos armados. Essa posição demonstra a consolidação das instituições políticas que se debruçam na esfera estrangeira.

Por mais que o corpo diplomático negociasse com seus enviados estrangeiros, a situação nas fronteiras preocupava, e não se encaminhava a um real entendimento que pusesse fim as queixas de brasileiros e uruguaios. Em 10 de outubro de 1849 duas propriedades de brasileiros foram saqueadas. Os donos eram Francisco das Chagas Ribeiro e Ricardo José Laudim. A passagem por essas fazendas disseminou atos de violência contra os funcionários e provocou prejuízos com os saques.

Ex. Sr. – Tenho a honra de levar ao conhecimento do V. Ex. que no dia 10 do corrente mez passou uma partida do outro lado de Corrientes a este, de vinte e tantos homens, no lugar da barra de S. Pedro, junto á fez de Guarahim, e avançou á estância de Francisco das Chagas Araujo Ribeiro, queimando-lhe as casa, e assassinando o capitão Palacio, capataz, e mais três indivíduos peões da mesma estância, e em seguida passarão ao rodeio do Landim, que estava parado, saqueando os peões do mesmo Landim, que os deixarão todos a pé, e assassinando um peão do dito, e depois se dirigirão á costa do Uruguay repassando para o outro lado em um bote e duas canoas.

Logo que recebi a primeira parte ( copia n.º1) fiz marchar o tenente Modesto com a gente de cavallaria que tinha disponível, e participei ao Sr. commandante da força naval estacionada nesta o ocorrido, ao que o dito Sr. fez seguir dous lanchões de guerra para aquelle destino, e pelas copias debaixo de n.º 1,2 e 3, melhor poderá V. Ex. conhecer todos os acontecimentos que tiverão alli lugar. A vista do exposto V. Ex. se servirá dar suas ordens<sup>457</sup>.

Após as averiguações criminais na província do Rio Grande foi constatado que os responsáveis pelos saques as propriedades brasileiras e aos assassinatos em outubro de 1849 haviam fugido para a Confederação Argentina. Em novembro do mesmo ano o Império reclamou junto a diplomacia argentina a permanência desses criminosos em território da Confederação e a possível imparcialidade frente às ações criminosas. A carta foi encaminhada a Manuel Rosas chamado a resolver a questão por ser o responsável pela Secretaria das Relações Exteriores, que assim como os representantes do Império deveria zelar pela paz na fronteira evitando a passagem e os conflitos criados pelos desordeiros.

Entretanto não é possível duvidar de que aquelles fascionaras se refugiarão para o território argentino; seja qual for a sua posição e caracter estão debaixo da jurisdição da Confederação Argentina; e assim, o abaixo

---

<sup>457</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros 1849 p.38

assignado vê-se na rigorosa necessidade de dirigir-se ao Sr. general Guido para reclamar, de ordem de S. M. o Imperador, as mais enérgicas e efficazes diligencias, afim de que os culpados sejam presos e exemplarmente punidos, como merecem pelos seus crimes<sup>458</sup>.

O governo argentino grantiu qua ações eram tomadas para evitar os conflitos fronteiriços a fim de evitar maiores embates entre súditos dos dois Estados.

El establecimiento de fuerzas à larga distancia cortadas dela inmediata comunicacion con la Frontera, y sem una puerta cercana relacion estas S. Ex. nos la considera conveniente cuando no haya la línea delas ultimas Estancias uma division suficiente respectable capaz de garantir a orden<sup>459</sup>.

Dois depoimentos foram ouvidos sobre os crimes nas estâncias e os relatos se aproximam. Os dois mantinham as acusações contra os atos de violência, relatando a queima de casas, seqüestro e saque das famílias. Por mais que tenham tentado, os estancieiros gaúchos não conseguiram impedir a fuga e a passagem dos criminosos para o Uruguai.. Segundo o depoimento, os ladrões haviam preparado a fuga com duas canoas ancoradas na barra do Arroyo do Porcos por onde passaram os correntinos.

N.º 1. – III. Sr. – Ao amanhecer de hoje avançou uma partida de Correntinos, na estância de Chagas, em S. Pedro, como de vinte, todos de gorra e camizolas encarnadas, e queimarão as casas, mantendo ao capitão Palacio e mais três indivíduos, e saqueando a família; arrebatarão a cavalhada, e dali se encaminharão ao fundo do campo do Landim, e agarrarão a este com sua gente no rodeio, porém isto será unicamente para detê-los até repassarem o Uruguay.

N.º 2.- III. Sr. –É tão verídico que foi partida Correntina, que estava com bote e duas canoas na barra do Arroyo dos Porcos em frente da estância de Landim, as quaes protegerão a passagem da dita partida Correntina com a cavalhada da estância de Chagas, e com este resultado fomo-nos lá ver o acontecido na fazenda de Chagas, aonde vimos ao capitão Palacio morto, e mais três indivíduos, e estes últimos dizem que por se evadirem. Saquearão ao Bastos tudo quanto tinha, pois eu, e os mais concorrentes vimos os seus baús vãos e suas casas da estância queimadas, e igualmente vimos os quatro corpos mortos, neste numero o Palacio, único que dizem que resistiu. Sem mais assumpto<sup>460</sup>.

---

<sup>458</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros p 1849, p.37 nota 35.

<sup>459</sup> Archivo General de la Nación, Argentina. Division de Gobierno Nacional, Secretaria do Governo de Juan Manuel Rosas. S X, C 26, A 8, N 2. Carta de D. Lucio Mancilha (Chefe das forças do norte da Confederação) a Juan Manuel de Rosas, em 14 de junho de 1849.

<sup>460</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros 1849, p. 38.

No relatório ficaram ainda evidenciadas as percepções policiais sobre as propriedades após a ação dos correntinos. As fazendas de Francisco das Chagas Araújo Ribeiro e Luiz Antônio Teixeira de Bastos foram queimadas e os bens familiares roubados. Os mesmos ladrões ainda saquearam e mataram os capatazes das fazendas de Felizberto Rodrigues e José Basto.

O comandante de Uruguaiana informou ao governo uruguaio a obra dos correntinos contra proprietários brasileiros exigindo que medidas fossem tomadas para evitar o desgaste entre os dois governos, que vinham delineando uma trajetória de parceria e zelosa para com as questões de fronteira. As tropas se colocavam próximas as cidades do Rio Grande.

Terminado el otoño y Primavera las milicias pueden retirarse en el Invierno y Verano. Duante no vuelvam al serviço no deban tener sueldo seguem esto asi, está mandado por las disposiciones vigentes dejando en la Frontera durante el Invierno y Verano la fuerza necesaria para perseguir cualesquiera partidas fuerzas de poca consideracion<sup>461</sup>.

A negociação política tornou-se uma forma de ação e não de coibição, uma vez que se buscava uma alternativa aos inúmeros embates construídos na fronteira entre brasileiros, argentinos e uruguaio.

#### **IV. 2- A política externa nas fronteiras da liberdade: Atuação diplomática nos espaços de disputas**

A disputa na região de fronteiras dificultava não apenas a delimitação da posse das terras, mas o entendimento sobre a passagem de escravos pertencentes aos súditos brasileiros para o além fronteira, questão que impulsionou a participação do Império na guerra contra as repúblicas hispânicas. As fugas de escravos<sup>462</sup> pela fronteira do Rio Grande de São Pedro para os outros Estados limites demonstrava a fragilidade frente ao controle desta Província, que se levantou contra o Império do Brasil durante a Revolta Farrroupilha (1835-1845), quando o General Oribe, presidente do Uruguai e Rosas presidente argentino apóiam os farrapos na revolução separatista, colocando em jogo o equilíbrio no Prata, a soberania do Estado Brasileiro e a própria geopolítica na região de fronteiras. Segundo Petiz, durante a Guerra dos Farrapos ocorreu um número de fugas expressivas, que eram facilitadas pela extensão das fronteiras<sup>463</sup>.

---

<sup>461</sup> Arquivo General de la Nación, Argentina. Division de Gobierno Nacional, Secretaria do Governo de Juan Manuel Rosas. S X, C 26, A 8, N 2. Carta de D. Lucio Mancilha (Chefe das forças do norte da Confederação) a Juan Manuel de Rosas, em 16 de junho de 1849.

<sup>462</sup> A presença de escravos fugitivos no Uruguai é notada mais intensamente a partir da Revolução Farrroupilha (1835-1845), quando o General Oribe, presidente do Uruguai e Rosas presidente argentino apóiam os farrapos na revolução separatista, colocando em jogo o equilíbrio no Prata, a soberania do Estado Brasileiro a própria geopolítica na região de fronteiras.

<sup>463</sup> Segundo Bethel e Carvalho, a questão que dominou as relações entre o Brasil e a Inglaterra durante a década de 1830 e a de 1840 foi a do tráfico de escravos, que ainda persistiu por muito tempo depois de ter

Os escravos que viviam na fronteira procuravam ultrapassá-la para viver em liberdade nos estados fronteiriços, que permitiam não somente a entrada desse grupo, mas os consideravam, a partir daí, como homens livres. Houve um trânsito volumoso de escravos nas fronteiras do Brasil com o Uruguai<sup>464</sup>. Desde o início do século XIX os portugueses tentaram impedir a passagem dos escravos para o além fronteira, pois ao entrarem em solo estrangeiro rompiam os laços de propriedade com os súditos brasileiros. Em 30 de novembro de 1813<sup>465</sup>, o governo português reclamou ao governo das Províncias Unidas essa concessão aos escravos brasileiros, que eram estimulados a fugir. Esse incentivo facilitou a ocupação de territórios-limites que eram dominados pela Coroa espanhola.

A escravidão passou por importantes mudanças não apenas em território brasileiro, mas também no Uruguai. Em 1831<sup>466</sup>, em função das fortes pressões internacionais, o tráfico de escravos africanos para o Brasil foi proibido, o que de fato só se efetivou em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz. Em 1835, a República Oriental do Uruguai proibiu a entrada de escravos e africanos colonos, a fim de contribuir para a diminuição das fugas na fronteira ampliadas com a Revolução Farroupilha.

Em 1835, o Estado Oriental do Uruguai baixou um decreto, proibindo a introdução de escravos em seu território. Afirmaram que o esforço do Império<sup>467</sup> seria facilitado pela ação uruguaia. Em ofício remetido ao Império foi comunicada, ao presidente da província do Rio Grande do Sul, a proibição da introdução de africanos quer a título de escravos, quer de colonos africanos, feitas em embarcações nacionais ou estrangeiras. A publicação da proibição seria feita por trinta dias pelo Universal<sup>468</sup>.

As fugas eram motivadas pelas constantes guerras que assolaram o Prata, desde o período colonial, tornando-as mais freqüentes nesses momentos em que facilmente os escravos receberiam a proteção como fugitivos e aspiravam, de forma mais intensa, a possibilidade de conquistar definitivamente a liberdade. Ao entrar em terras castelhanas, ele obteria a chance de passar a viver como livre; por isso a freqüência com que procuravam abrigo Entre-Rios, Corrientes, Paraguai ou no Estado Oriental<sup>469</sup>. El derecho de asilo, de larga tradicion hispánica fue extendido a los negros y mulatos esclavos por las Reales Células de 1773 y de 14 de abril de 1789, que establecían que

---

sido declarado ilegal pelo tratado firmado com a Inglaterra, em 1826 (em vigor a partir de março de 1830) e pela legislação brasileira (novembro de 1831). Na verdade, em 1831, e por vários anos depois, pouquíssimos escravos foram importados pelo Brasil, em grande parte porque, nos três anos de 1827-1830, os fazendeiros brasileiros, antecipando-se a abolição do tráfico, haviam adquirido 175 mil escravos. Depois disso, houve um declínio temporário na demanda, que acabou por refletir-se nos preços, que baixaram. Entretanto, o fim do tráfico legal coincidiu com a rápida expansão do café. In: BETHEL, L. CARVALHO, J. *O Brasil da Independência a meados do século XIX*. In: BETHELL, L. (org). *História da América Latina*. Da Independência a 1870. São Paulo: Edusp, 2001. p. 749.

<sup>464</sup> GRINBERG, K. *Escravidão e liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa*. Cadernos do CHDD, Brasília: A Fundação, primeiro semestre, 2007.

<sup>465</sup> Relatório do Ministro das Relações Exteriores, 1857, Anexo E, n. 15. p. 41.

<sup>466</sup> É importante mencionar os trabalhos da historiografia voltados a compreender o impacto dessa lei nas décadas seguintes. Tanto Sidney Chalhoub quanto Keila Grinberg realizaram estudos sobre os processos criminais de negros que reclamavam na justiça sua carta de liberdade, já que teriam entrado no Brasil após 1831.

<sup>467</sup> O Uruguai afirmou o apoio a Lei de proibição do tráfico de 1831.

<sup>468</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Códice legislação número 59 p.p 287-288.

<sup>469</sup> PETIZ, S. S. *Buscando a liberdade*. As fugas de escravos, da província de São Pedro para o além fronteira (1815-1851). Passo Fundo: Editora UPF, 2006. p. 58.

los esclavos que entrasen a tierra espanhola fugados de tierras extranjerias quedando em libertad<sup>470</sup>.

Na tabela abaixo se observa o número de escravos fugidos para além da fronteira a partir da província do Rio Grande de São Pedro. Pode-se perceber que nos relatórios da polícia havia reclamações de proprietários sulistas sobre escravos oriundos de outras províncias que trabalhavam na região. Segundo, Petiz<sup>471</sup> havia um tráfico interprovincial de abastecimento do Rio Grande do Sul, o que justificaria a fuga de escravos originários de outras províncias. O negro escravizado exerceu diferentes papéis no Rio Grande do Sul, foi “produto” de comércio, foi soldado, foi fugitivo ou desertor, foi matéria de contrabando e por vezes um “companheiro” de longas jornadas acompanhando as peripécias de chefes caudilhos. Viveu e conviveu com constantes intercâmbios e foi, por certo, um sujeito conhecedor das especificidades que fizeram parte dessa região-fronteira.

Também é importante assinalar a dificuldade da historiografia em determinar a localidade original dos escravos que chegavam ao Rio Grande do Sul e que conseguiam fugir pela fronteira<sup>472</sup>, já que os documentos policiais não eram registrados de forma singular nas vilas do Rio Grande de São Pedro. Nas vilas de S. Borja e Porto Alegre os arquivos policiais listam o nome do escravo, a idade, a origem provincial e a nacionalidade, o que possibilita traçar estreitamente o perfil dos escravos fugidos dessa região. O maior número de reclamações inventariadas e policiais apontam que a fuga dos escravos era mais expressiva na região de limites como São Borja, Pelotas, Jaguarão e da vila um pouco mais distante de Porto Alegre<sup>473</sup>.

Províncias	Número de escravos	Porcentagem
Rio Grande do Sul	39	44,3%
Bahia	26	29,5%
Rio de Janeiro	12	13,6%
Pernambuco	5	5,6%
São Paulo	3	3,4 %
Alagoas	2	2,2%
Santa Catarina	1	1,1%
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100%</b>

Dados elaborados a partir do grupo documental estatística. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Maço 1. Relatórios da polícia da província (1850).

Na carta de 20 de março de 1848<sup>474</sup>, Rodrigo da Silva Pontes, representante da Legação Brasileira em Montevidéu, respondeu ao presidente da província do Rio

<sup>470</sup> ISOLA, E. *La esclavitud en Uruguay*. (Desde suas comiezos hasta su extincion (1743-1852). Montevidel: Publicaciones de la cominio del Sesquicentenario de los Hechos Historicos 1825, 1975. Apud. PETIZ, S. S. *Buscando a liberdade*. As fugas de escravos, da província de São Pedro para o além fronteira (1815-1851). Passo Fundo: Editora UPF, 2006. p. 58.

<sup>471</sup> PETIZ, Op.Cit. p. 15.

<sup>472</sup> PETIZ, Op. Cit. p. 27.

<sup>473</sup> A historiografia sulista tem buscado uma compreensão sobre o valor desses escravos nas vilas do Rio Grande de São Pedro. Helen Osório chama atenção para o preço dos escravos ser bem uniforme em diferentes vilas. O valor dos escravos não era maior próximo a fronteira, o que nos leva a outro possível entendimento sobre as fugas. A passagem dos escravos para o Uruguai pode ter acontecido de várias regiões da província não elevando o preço dos escravos somente na fronteira, o que no momento não pode ser analisado a fundo.

Grande de S. Pedro, Manoel Antônio Galvão, a solicitação de João Leite, que reclamava ao presidente da província a fuga de quatro escravos para o Uruguai. O diplomata pediu tempo para encaminhar essa solicitação ao general Oribe, argumentando que as negociações não conseguiam superar o obstáculo diplomático estabelecido pelo general, que não cumpria e muitas vezes não respondia as solicitações do Império. Uma dificuldade diplomática estava no fato do líder uruguaio não ser reconhecido em todo a República Oriental como presidente. Em 28 de janeiro de 1850<sup>475</sup> a Legação Brasileira em Montevideu respondeu novamente a solicitação do presidente da província, Francisco José de Souza Soares, que questionava a diplomacia sobre a entrega dos escravos de João Leite. A resposta ao presidente da província transmitiu as datas de envio das solicitações ao general Oribe sem apontar uma possível solução para a questão, que somente era pensada pela política externa brasileira.

Um dia após responder a solicitação do presidente da província do Rio Grande do Sul o representante da legação brasileira, Rodrigo da Silva Pontes, já encaminhava outra réplica referente à solicitação do súdito brasileiro Lino Antonio da Silva Caldeira sobre o escravo Januario que havia fugido pela fronteira. “É porém igualmente certo que não tendo eu recebido resposta alguma de Oribe, acabo neste momento de escrever-lhe sobre o mesmo assumpto; e do resultado farei ciente a V. Excia”<sup>476</sup>. O encarregado brasileiro notificou ao proprietário o desinteresse do Estado uruguaio em discutir as fugas para o seu território não cooperando para a entrega dos escravos brasileiros reconhecidos como homens livres.

A solução para a fuga dos escravos objetivando seu retorno ao Império do Brasil foi à assinatura com o Uruguai do Tratado de Extradicação de 1851<sup>477</sup>, que normatizou a entrega de escravos brasileiros residentes no Uruguai. O artigo sexto delimitou em cinco parágrafos as bases para o pedido de devolução dos escravos, que assim assegurou: Os referidos escravos serão reclamados ou directamente pelo governo imperial, ou por meio do seu representante na República; Admite-se que a reclamação possa ser feita pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, no caso em que o escravo, ou escravos reclamados pertençam a súbditos Brasileiros residentes, ou estabelecidos na mesma província; Admitte-se também que a reclamação possa ser feita pelo senhor do escravo perante a autoridade competente do lugar em que elle estiver, quando o senhor do escravo for em seguimento Delle para havê-lo do território oriental, ou quando mandar tambem em seu seguimento um agente especialmente autorizado para o dito fim; A reclamação de que se trata deverá ser acompanhada de título ou documento que, segundo as leis do Brasil, sirva para provar a propriedade que se reclama; 5º As despesas que se fizerem para a apprehensão e devolução do escravo ou escravos reclamados, correrão por conta do reclamante.

O Tratado visava garantir ao Império o comprometimento da República Oriental em corroborar para retomada dos escravos fugitivos, a partir do pagamento dos custos de transporte e da apresentação da documentação comprobatória. Essa questão não envolvia apenas a devolução dos escravos, mas a própria delimitação das fronteiras.

<sup>474</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Grupo documental legações e consulados. LEG 10. Representação do Brasil em Montevideu 1848. A partir dessa nota usaremos a sigla AHRGS como abreviatura para Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>475</sup> AHRGS. Grupo documental legações e consulados. LEG 10. Representação do Brasil em Montevideu 1850. Carta de Rodrigo da Silva Pontes a Francisco José de Souza Soares de 28 de janeiro de 1850.

<sup>476</sup> AHRGS Grupo documental legações e consulados. LEG 10. Representação do Brasil em Montevideu 1850. Carta de Rodrigo da Silva Pontes a Francisco José de Souza Soares de 29 de janeiro de 1850.

<sup>477</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty, L 153, M 2, P 2A.

Muitos escravos que fugiam viviam em propriedades limites e inclusive trabalhavam em terras de súditos brasileiros na República Oriental do Uruguai, o que dificultou a ação da diplomacia, que através dessa estratégia diplomática – assinatura do Tratado de Extradicação – procurou garantir a manutenção da propriedade escrava nas fronteiras.

Podemos por tanto dizer, sem receio de ser contraditados, que assim que as tropas argentinas se aproximassem às fronteiras do Rio Grande, e proclamassem a emancipação dos escravos, as fugas em vez de se contarem por centenas, se deverão enumerar por milhares<sup>478</sup>.

Vale ressaltar que, desde a época colonial, a presença de vários grupos indígenas, dos castelhanos, dos bandeirantes e tropeiros mamelucos, de africanos e de ilhéus não deixou de alterar o multiculturalismo congenial<sup>479</sup> do extremo sul da América portuguesa<sup>480</sup>. As fronteiras que foram estabelecidas entre os Estados devem ser vistas além de um limite geográfico e natural, pois representaram e até mesmo como um espaço de conservação de direitos pelo estabelecimento de núcleos populacionais. Esta região tem de ser considerada como um local de interação e integração da sociedade. Hebe Clementi<sup>481</sup> afirma que nossa fronteira meridional pode ser chamada de “fronteira viva”, onde estão envolvidos diversos dinamismos culturais, já que esta: é uma área de livre circulação da mão – de – obra negra e de comerciantes, entre o Brasil e o Uruguai.

Segundo Maria Medianeira Padoin, o espaço fronteiro platino é um espaço social economicamente construído e adquiriu um perfil de região, com um sentido totalizador enquanto espaço de circulação de homens, de idéias, de culturas e de mercadorias, cuja manutenção foi capaz de garantir a soberania brasileira, isto é sua autonomia internacional frente aos outros estados<sup>482</sup>.

#### **IV. 3- As hostilidades diplomáticas nas fronteiras meridionais**

---

<sup>478</sup> *O Radical*, 25 de outubro de 1850.

<sup>479</sup> Segundo Correa, ao ser proclamada a Independência do Brasil, a sociedade sulina já se encontrava estruturada, e ao longo do século XIX, as diferentes culturas dos imigrantes puderam se coadunar a um complexo cultural existente desde o período colonial, o qual será chamado doravante de “multiculturalismo congenial”. O multiculturalismo congenial que ocorreu no sul do Brasil, foi, portanto, uma característica da sociedade sulina imperial, não um ideal ou um programa político. Ao contrário do multiculturalismo contemporâneo, pode-se dizer que o multiculturalismo congenial no sul do Brasil ocorreu pela falta absoluta de uma política oficial de reconhecimento equitativo das diferenças culturais. Ver o excelente trabalho de Correa In: CORREA, S. M. S. *Multiculturalismo e fronteiras étnicas*. In: PICOLLO, H. I. L. PADOIN, M. M. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.2.p. 259.

<sup>480</sup> CORREA, S. M. S. *Fronteira ibero-americana e miscigenação*. Revista Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUCRS, v 27, n 2, 2001, p. 79-101.

<sup>481</sup> CLEMENTI, Hebe. *La frontera en America: una Clava Interpretativa de la Historia Americana*. Buenos Aires: Leviatán, 1987.

<sup>482</sup> A preservação dessas fronteiras tanto do ponto de vista geopolítico quanto do ponto de vista populacional foi ressaltada pelo Barão de Caçapava em 1853, período em que estudava as possibilidades das linhas demarcatórias. Seu estudo da região visava impedir qualquer perda ao Império rejeitando: “(...) recuar um grande espaço de terreno; perder moradores brasileiros (...); e ficar com a fronteira em uma planície de 6368 braças de abertura, e mal flanqueada pelo lado do Chuí, que é o arroio fraco e vadeável em muitos lugares”. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1853.



As hostilidades entre Brasil e Argentina eram evidentes e o representante da Confederação na Corte Imperial questionava o apoio oferecido pelo Império a província de Corrientes, que se opunha a continuidade do Governo de Rosas. A província Argentina estaria recebendo armamento do governo brasileiro, que repassava os artigos bélicos pelo porto do Uruguai. Em carta<sup>483</sup> ao Secretário dos Negócios Estrangeiros, Marquês de Olinda, o representante argentino, Thomas Guido, demonstrava sua indignação e reagia de forma contrária ao possível auxílio prestado pelo Império.

III. e Ex. Sr. Visconde de Olinda, do conselho de S. M. o Imperador, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negócios estrangeiros. &c,&c,&c. O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciário da confederação argentina, recebeu ordem de seu governo, para em seu nome communicar ao Sr. visconde de Olinda, ministro dos negocios estrangeiros de S. M. o Imperador do Brasil, que o Ex. Sr. governador e capitão general da província de Corrientes deu conta ao supremo encarregado das relações exteriores o assumptos de paz e guerra da confederação, por note datada de 12 de Maio ultimo, que as autoridades imperiaes do departamento de Missões consentirão que a casa de Pimenta Rego de S. Borja negociasse com o governo da Provincia Argentina do Paraguay trezentas clavinas, e que este armazenamento fosse entregue na costa do Uruguay, na barra de S. Lucas, e c conduzido por uma força de cem Paraguayos para o acampamento de S. José.

Este auxilio prestado pelas autoridades e súbditos de S. M. Imperial a uma província argentina rebellada, proporcionando-lhe prover-se de armamento no território do Brasil, e conduzi-lo d'alli escoltado, como se fosse este território o de uma potencia belligerante, auxiliar daquella rebellião, constitue uma aberta hostilidade contra a confederação argentina<sup>484</sup>.

O fornecimento desse armamento também envolvia militares paraguaios<sup>485</sup> que teriam recebido o armamento contrabandeado de S. Borja. Thomas Guido<sup>486</sup> justifica sua reclamação por ter recebido em 10 de julho uma notificação de Juan Manuel de Rosas que informava a passagem de paraguaios no território de Corrientes, o que coincidiria com a data da entrada do armamento.

---

<sup>483</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros de 1849. Carta de Thomas Guido ao Marquês de Olinda. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1849. Nota 14. p. 15.

<sup>484</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros de 1849. Carta de Thomas Guido ao Marquês de Olinda. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1849. Nota 14. p. 15.

<sup>485</sup> Vale ressaltar que a Confederação Argentina questionava o apoio fornecido pelo Império a independência do Paraguai.

<sup>486</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros de 1849. Carta de Thomas Guido ao Marquês de Olinda. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1849. Nota 15. p. 16.

Coincidem, Sr. ministro, com a entrada dos Paraguayos no território de Corrientes o fornecimento do armamento contractado o transportado do provondo Brasileiro do S. Borja, de que a legação se occupou hontem na reclamação dirigida no Sr. visconde de Olinda, com as participações uniformes de que os Paraguayos se moverão para recebe-lo; porém este successo junto à serie de netos officiaes do governo imperial a favor da segregação illegal do Paraguay, em em violação dos deveres internacionnes, collocão o governo Argentino em uma fatal perplexidade, da qual convêm sahir por conveniência commum<sup>487</sup>.

O governo Argentino reagia contra a ação brasileira e demonstrava desgaste por não conseguir negociar com os representantes brasileiros. As questões já pareciam vencidas e Thomas Guido apresentava suas preocupações no Rio de Janeiro. Os temores iam além do auxílio militar, existia a preocupação com a entrada de correntinos e uruguaiois na província do Rio Grande do Sul, onde se estariam se aglutinando e se organizando com o apoio brasileiro, que concedeu os passaportes necessários a viagem.

Começão a chegar no Rio Grande com passaportes e auxílios do governo de Montevideo vários denominados chefes e officiaes ao serviço da facção rebelde, e entre elles, os que constão da relação inclusa, e cartas de Montevideo também recebidas hontem afirmão que empregados daquela autoridade intrusa proporcionão-lhes passagem e outros meios<sup>488</sup>.

O representante argentino oferecia a listagem com o nome e o dia da entrada dos revoltosos de Montevideú. O objetivo era percorrer a movimentação desses indivíduos e tentar localiza-los em território brasileiro, uma vez que havia denúncias da presença de revoltosos que passavam livremente pela fronteira. Thomas Guido recebeu em dezembro uma carta enviada do Rio Grande por Aguirre<sup>489</sup> que afirmava ter certeza da passagem desses indivíduos e que tais notícias circulavam na imprensa rio-grandense.

Obrigado pela nota reservada de V. Ex. datada de 11 do passado, pedindo-mo informações acerca da sahida desta província para o campo dos Paraguayos dos intitulados general abalos é coronel Hornos, e da reunião de Correntinos, tenho o prazer de responder: que a sahida das pessoas citadas é confirmada por noticias fieis de distinctos pontos da fronteira, por informações do sугeitos com procedência daquelles mesmos pertos ou lugares, e publicações nos periódicos desta praça, meios estes sempre adoptados como os únicos que conduzem à averiguação de actos que não possão à vista de quem como eu deve fallar delles, e em que raras vezes deixa-se de encontrar a verdade<sup>490</sup>;

---

<sup>487</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros de 1849. Carta de Thomas Guido ao Marquês de Olinda. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1849. Nota 15. p. 16.

<sup>488</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros 1849 anexo 2, p.16.

<sup>489</sup> Atanasio de la Cruz Aguirre Aguado, presidente uruguaio.

<sup>490</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros 1849, p. 34.

A réplica do governo imperial contra as acusações de Guido deixa clara a posição de neutralidade frente às relações paraguaias e argentinas. Sua forma de ação era mantida frente aos demais Estados vizinhos. Visconde de Olinda afirmava não haver nenhuma negociação que integrasse o Império e seus súditos fosse pelo Rio Grande São Pedro ou por qualquer outra província, visto que não era interessante entrar de acordo com ações armadas com as quais não havia concordância.

O abaixo assignado podia limitar-se a assegurar ao Sr. Guido que, não sendo o governo imperial arbitro das questões entre a confederação argentina e o Paraguay; os seus actos não podem ser regulados senão pela mais rigorosa neutralidade; mas querendo demonstrar de uma maneira positiva o anhelos do mesmo governo em manter illesas as relações de amizade com os estados vizinhos, tem a honra de remetter ao Sr. Guido copias de alguns actos que mostram o procedimento que tem tido o presidente da província de S. Pedro em observância das ordens imperiaes, depois que lhe constarão<sup>491</sup>.

Mesmo com as declarações do Império, o enviado argentino Thomaz Guido mantinha as acusações. Após um mês da primeira declaração, nova denúncia era feita ao governo brasileiro. Segundo Guido, os armamentos teriam entrado em Corrientes com o apoio do governo da província do Rio Grande que providenciou a passagem dos produtos bélicos através de Missões. As facilidades aos paraguaios iam além. Também conseguiam comprar pólvora em São Borja e navegavam pelo Rio Uruguai.

Á vista deste proceder, o governo argentino não pode deixar de lembrar que, por meio desta legação, denunciou, há muito tempo, o manejo do coronel Loureiro, e o abrigo que dera em seu estabelecimento fronteiro, a inimigos contumazes de Corrientes que haviam fugido com um de seus chefes. Nem menos urgente foi a pretensão do mesmo governo de que fossem expellidos daquella fronteira outros anarchistas que prévio que aproveitariam a primeira occasião para levar a guerra e devastação á sua patria<sup>492</sup>.

Outra acusação de Guido foi enviada ao Visconde do Uruguai, que respondia assim como Olinda não existir nenhum apoio brasileiro aos uruguaios. A compra de armamentos feita por Francisco Ferreira de Almeida e enviada ao Rio Grande pode ter chamado a atenção pela abundância. Havia sido enviada uma grande quantidade de armamento, assim listados: 4500 espingardas; 2500 espadas, 2000 pares de pistolas e 200 arrobas de pólvora. Mesmo com tanto arsenal o Império continuava usando o discurso de imparcialidade com a diplomacia internacional. O fato é que as tropas se preparam para um conflito e o Rio Grande além de palco dessa luta era o intermediador e maior interessado na solução das disputas externas.

---

<sup>491</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros 1849, anexo 2 a p.18

<sup>492</sup> Relatório de Secretária dos Negócios Estrangeiros, 1849, anexo na nota 20, p.24.

Estou persuadido que todos os negociantes que tinham armas me dirigirão propostas de vender, porque lhes não restava esperança alguma de as venderem, e ninguém me fallou em clavinas de S. Borja aonde eu estive. Não nego a existência do facto e vou procurar os meios de entrar no conhecimento da verdade; porém nego que as autoridades brasileiras se atrevão a entrar em taes transacções em presença das recommendações e ordens que tenho dado<sup>493</sup>.

O Império acompanhava os conflitos. Porém nove dias depois, o discurso de Paulino de Souza sofreu uma mudança. O diplomata afirmava que a entrada desses paraguaios não era conhecida pelo presidente do Rio Grande e que os mesmos não representavam nenhuma ameaça a Confederação Argentina estando no país como emigrados e que não havia contra eles nenhuma prova concreta de conspiração. Admitia ainda que houvesse sim, preocupação em território brasileiro com o futuro das relações com a Argentina e Uruguai, por ter sido informado que o presidente Oribe preparava tropas para a invasão da Província de São Pedro.

Ao mesmo tempo que o general Guido attribue a alguns desses novos emigrados projectos hostis contra a Confederação, recebo eu avisos de que no quartel general de Oribe se trama contra a tranquillidade deste império e se convidão aos chefes da revolta passada, e se lhe dão armas para romperem novamente, e me são designados lugares das reuniões, e com tal caracter, que induz á se acreditarem<sup>494</sup>;

Paulino argumentava que as informações transmitidas por Guido eram exageradas. Ainda que fossem, o fato é que a Guerra com Oribe teve início um ano e meio depois da troca dessas correspondências, o que nos leva a perceber os momentos de tensão e a política de alianças que foram sendo construídas antes da guerra. O auxílio dado aos paraguaios com o apoio de Corrientos era uma acusação de Guido, mas o Império não concordava com as denúncias, já que também buscava apoio das províncias argentinas rebeladas contra Rosas, a fim de se preparar para o conflito que se tornava eminente. O fato é que ao iniciar a guerra o Império contava com a aliança não só de Corrientos, mas também da província de Entre-rios.

As acusações de Thomas Guido contra o comerciante Francisco Ferreira de Almeida foram verificadas pelo presidente da província do Rio Grande, Francisco d'Andréa, que apresou parte do armamento trazido pelo comerciante do Rio de Janeiro. O confisco da pólvora e das baionetas foi mantido até o depoimento de Almeida que justificou a compra do material, alegando que o comércio desses bens era lícito e sem regulamentação quantitativa do Estado.

Não há duvida que Francisco Ferreira d'Almeida despachou n'alfandega do Rio da Janeiro muita pólvora e pistolas, espadas, e emfim

---

<sup>493</sup> Relatório de Secretária dos Negócios Estrangeiros, 1849, anexo na nota 25, p. 24

<sup>494</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros, 1849, Anexo na nota 24, p.23.

objectos permittidos no commercio, bem como um numero crescido de armas com bayonelas.

Este negociante pretendia despachar tudo para consumo, partindo do principio que estava para isso autorizado, visto que tinha pago direitos n'alfandega do Rio de Janeiro. Quando esta questão veio a mim officialmente mandei pôr em deposito as armas com bayonelas, e no arsenal de guerra forão recolhidas todas; mas não me satisfazendo com isto mandei intimar so negociante dono dellas, que tratasse de as reexportar para fora desta província, por via de mar, e os documentos N. 3 e 6, o confirmão<sup>495</sup>.

A determinação do presidente da província obrigou o comerciante a reenviar para fora da província parte do armamento comprado no Rio Grande de São Pedro. Além disso, foi determinada que parte dos bens fossem apreendidos pelo arsenal de guerra da província.

Certifico que, em observação da portaria de III. Sr. doutor chefe de policia desta província, datada d primeiro do corrente mez, fui á casa de residência do negociante Francisco Ferreira de Almeida, e o intimei para que em cumprimento das ordens transmittidas a esta partição pelo Ex. governo da província, em officio n.º 194 de 31 de Outubro próximo findo, haja quanto antes de reexportar pela barra, para fora da província, uma porção de armamento há pouco chegada a este porto, e que se mandou recolher ao arsenal de guerra, bem como toda a pólvora que da côrte acompanham o mesmo armamento. Do que todo o sobredito Francisco Ferreira de Almeida ficou bem inteirada, - Secretaria da policia em Porto Alegre 5 de Novembro de 1849. – O armamento Joaquim Balbino Cordeiro<sup>496</sup>.

Tal incidente preocupou o governo Imperial que deu ordens para que não fosse permitida a passagem de nenhum artigo bélico para além das fronteiras. A determinação era clara e visava evitar não apenas o contrabando, mas o saque nesse momento que prescindiu o conflito. Apesar da proibição essa era uma fronteira ainda indefinida e aberta onde circulavam pessoas e produtos e por mais que as ações diplomáticas fossem restritivas não impediam o fluxo comercial existente na região.

Não se devendo consentir que passo para o lado opposto do Uruguay armamento de qualidade alguma, ordeno a V. M. que mande effectivamente rondar o dito Rio, fazendo V. M. mesmo algumas dessas rendas, do Itaquy para cima; na intelligencia de que nesta data officio ao brigadeiro Francisco d'Arruda Carnara, para o coadjuvar no que d'elle depender. – Deus Guarde a V. Ex. Mc. Palacio do governo em Porto Alegre 5 de Outubro de 1849. – Francisco José de Souza Soares de Audréa. – Sr. capitão tentente Francisco Luiz da Gama Rozas<sup>497</sup>.

---

<sup>495</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros, 1849, nota 29 p 29.

<sup>496</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros, de 1849, p 30.

Assim podemos sintetizar em meados as relações internacionais do Império. “De 1850 a 1851, o Império Brasileiro, sucessivamente, rompeu com o ditador argentino e passou a sustentar – desde que Irineu Evangelista se comprometeu com Lamas a pagar parte do empréstimo francês – a Praça de Montevidéu sitiada pelos Blancos. Firmou um acordo com Urquiza, inicialmente apenas contra Oribe, aliou-se como já vimos ao Paraguai e assinaram no Rio de Janeiro, um Tratado de Limites, Comércio e Navegação, Amizade e Subsídios com os colorados “orientais” (uruguaio). Encerrava-se a “neutralidade paciente” e começavam as intervenções, das quais o mais representativo defensor foi Paulino José Soares de Souza <sup>498</sup>.

A diplomacia imperial assumiu a estratégia conciliatória frente ao general Guido, que se tornou representante dos negócios estrangeiros da Argentina no Império Brasileiro. Porém, durante sua permanência no Rio de Janeiro, essas alternativas conciliatórias não foram se converteram em soluções que contemplassem os dois governos. As ordens expressas de Juan Manuel Rosas, para não ceder aos acordos.

A nossa questão com o Oribe, aliado do ditador de Buenos Aires, é uma questão de segurança para o presente e para todo o sempre; é uma questão de progresso e civilização para nós, para nossos vizinhos, para a humanidade em geral. Que brasileiro, sem estar possuído de um fanatismo que me custa a compreender seja possível, se atreverá a contrariar o governo de seu país em empenho tão sagrado<sup>499</sup>.

Os conflitos entre Juan Manuel Rosas e a República Oriental ocorreram após sua chegada ao poder, como chefe político da província de Buenos Aires, quando passou a questionar os Tratados políticos que marcaram a independência uruguaia, com aspirações claras de anexar Montevidéu e reconstruir o Vice-Reino do Prata. Outra discordância do governo argentino com Montevidéu centrava-se na recepção de exilados políticos argentinos no Uruguai que passavam nas fronteiras fugindo das perseguições políticas. Essas discordâncias passaram a ser superadas com a eleição do general Oribe, cuja candidatura era apoiada pela Confederação Argentina. Essa aliança foi decisiva para o início da guerra, já que o presidente eleito não conseguiu tomar posse em Montevidéu, ocupada pelos revoltosos. O general Oribe se estabeleceu em uma região próxima a entrada da capital. Cerrito se tornou a sede provisória de seu governo.

#### **IV. 4-A Guerra Grande**

O conflito já se anunciava no final da década de 1840, quando a legação brasileira em Montevidéu em 1848<sup>500</sup>, enviou a província do Rio Grande de São Pedro um comunicado alerta sobre o deslocamento de tropas argentinas e uruguaias para as

---

<sup>497</sup> Relatório da Secretária dos Negócios Estrangeiros, 1849. Carta de Francisco José de Souza de Audréa. – Sr. brigadeiro Francisco d’Arruda Camar, p 30.

<sup>498</sup> GONÇALVES, William. SILVA, José Luiz Wernech da. *Relações Exteriores do Brasil I. A política externa so sistema agroexportador*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 79.

<sup>499</sup> GOLIN. Op. Cit, p. 15.

fronteiras, que acabaram formando uma coligação, na região, liderada pelo general Rosas, que pode ser verificado em sua ordem para o deslocamento de tropas para a fronteira com o Império.

Despues de haber practicado y hecho praticarse, vários reconiecimientos al sud y oeste de este puento y de la Federacion , y de Haber confereciado en el Salto com el Señor Comandante en de este Departamento y accidental del Centro, Gral D'Argel Pacheco, con el fim de conocer la posicion de sus fuerzas en la frontera, y de combinar los movimientos, em caso de invasión.<sup>501</sup>

Em 3 de dezembro de 1849, o *Jornal Comércio del Plata*<sup>502</sup> publicou o número de movimentações de navios e fragatas estrangeiros nos portos uruguaios. A frota brasileira atingia um total de três embarcações, número que superou os outros estados sulistas. A possibilidade de guerra era latente, já que Montevidéu continuava sitiada pelas tropas do general Oribe, que não se mostrou favorável em solucionar as questões relacionadas à população das fronteiras e tampouco mencionava as dificuldades enfrentadas com os revoltosos.

Os governos argentino e brasileiro não conseguiam solucionar as questões de maneira diplomática e ambos se preparavam para o conflito.

Ni la guerra militar exterior ni la política que nos opone la diplomacia estrangera, han terminado. Aunque aquella cese Dios sabe cuando dejará al Gobierno en estado de sosiego – terminada la guerra militar aun tiene mas que hacer el Gobierno y mas al contraerse al interior del Pais – Esa época despues se la guerra militar exterior cuando mas brilam la dignidade y las glorias de la Republica despues y tan largo período de las fuerzas da diplomacia del Imperio que perjudica la Confederación<sup>503</sup>.

O apoio político dado por Rosas a Oribe e sua imposição política contra Montevidéu foram de suma importância para a interferência brasileira na região, que negociou com Andrés Lamas a aproximação do Brasil com a capital uruguaia e com as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientos que lutavam pela deposição do presidente argentino.

---

<sup>500</sup> AHRGS. Grupo documental legações e consulados. LEG 10. Representação do Brasil em Montevidéu 1848. Carta de 20 de julho de 1848 de Rodrigo da Silva Pontes, representante da legação brasileira em Montevidéu ao presidente da província do Rio Grande de S. Pedro, Francisco José de Souza.

<sup>501</sup> Archivo General de la Nación, Argentina. Division de Gobierno Nacional, Secretaria do Governo de Juan Manuel Rosas. S X, C 26, A 8, N 2. Carta de D. Lucio Mancilha (Chefe das forças do norte da Confederação) a Juan Manuel de Rosas, em 12 de junho de 1849. N.31.

<sup>502</sup> AHRGS. Grupo documental legações e consulados. LEG 10. Comércio Del Plata, 31 de dezembro de 1849. Esse periódico era enviado pela legação brasileira em Montevidéu ao presidente da província do Rio Grande do Sul, quando eram publicadas notícias referentes a região de fronteiras.

<sup>503</sup> Archivo General de la Nación, Argentina. Division de Gobierno Nacional, Secretaria do Governo de Juan Manuel Rosas. S X, C 26, A 8, N 2. Carta de D. Lucio Mancilha (Chefe das forças do norte da Confederação) a Juan Manuel de Rosas, em 14 de junho de 1849.

A situação nas fronteiras era frágil em decorrência da ameaça de invasão da coligação das tropas de Oribe e Rosas, que ostentavam pretensões diretas sobre as propriedades brasileiras nas fronteiras.

El ha recibido orden del Exmo Señor Gobernador y Capitan General de la Provincia Braigadero D Juan Manuel de Rosas, para avisar a el recibo de su nota fecha de 3 de mayo ultimo. Da cuenta á S. Ex. de vários movimientos que ha mandado hacer em los Campos y abre opnioes sobre o adelantado de la línea de frontera<sup>504</sup>.

Alguns conflitos anunciaram a guerra. Tal é o caso do Barão de Jacuí que atravessou a região de disputa fronteiriça e dirigiu-se ao Uruguai a fim de garantir a posse territorial das vilas e da produção de charque. A notícia da invasão é mencionada por Rodrigo da Silva Pontes, representante da legação brasileira em Montevideu, na carta-resposta a Francisco José de Souza Soares, presidente da província do Rio Grande de São Pedro, que estava preocupado com as notícias da possível guerra. A carta foi encaminhada juntamente com o periódico uruguaio que publicou a nota.

Tenho a honra de passar as mãos de Excia o exemplar incluso do número 461 do Deffensor da Independencia Americana publicado em 15 de janeiro corrente porque nesse mesmo se acha estampada a participação official mais extenso que teve do sucesso do dia 5 tinha prometido o Coronel D. Diogo Lamas quando no mesmo dia 5 participava ao general Dom Manuel Oribe que se ocupava em perseguir o Barão de Jacuhy o qual tinha com outros á frente de uma força invadido o território da República<sup>505</sup>.

Em junho de 1850, três invasores que apoiaram a entrada do Barão em território uruguaio foram presos e ameaçados de fuzilamento pelo general Oribe, o que preocupou a diplomacia brasileira estabelecida na República. “As palavras proferidas pelo General Oribe em conversação com o chefe de divisão Pedro Ferreira de Oliveira ameaçando de fazer fuzilar os seguidores do Barão de Jacuhy encontrados com as armas na mão, me fazem recear pela sorte daquelles três compatriotas”<sup>506</sup>.

Em 5 de novembro de 1850 o consulado brasileiro comunicou ao representante de sua legação, Rodrigo da Silva Pontes o envio pela empresa inglesa Green Companhia de armamentos pelo porto do Rio Grande do Sul, a fim de preparar a província para a guerra. Pontes recebeu a missão de repassar a informação para o presidente da província do Rio Grande do Sul<sup>507</sup>, ameaçada pela coligação das tropas que se organizaram na fronteira.

---

<sup>504</sup> Archivo General de la Nación, Argentina. Division de Gobierno Nacional, Secretaria do Governo de Juan Manuel Rosas. S X, C 26, A 8, N 2. Carta de D. Lucio Mancilha (Chefe das forças do norte da Confederação) a Juan Manuel de Rosas, em 12 de junho de 1849. N. 32.

<sup>505</sup> AHRGS. Grupo documental legações e consulados. LEG 10. Representação do Brasil em Montevideu 1850. Carta de Rodrigo da Silva Pontes a Francisco José de Souza Soares de 31 de janeiro de 1850.

<sup>506</sup> AHRGS. Grupo documental legações e consulados. LEG 10. Representação do Brasil em Montevideu 1850. Carta de Rodrigo da Silva Pontes a José Antonio Bueno (Presidente da província do Rio Grande do Sul). A carta foi escrita em junho, mas não foi endicado o dia do mês.



Os preparativos de guerra continuo creio que para diferentes pontos da fronteira o General Oribe tem feito marchar toda a força que pode dispor e também não estou longe de acreditar que da costa de Buenos Ayres tem passado alguma gente para o território da República Oriental entrando pelo Uruguay Parece que esta operação se fez e provavelmente se repetirá com segredo e cautella enquanto as cousas permanecem no status quo<sup>508</sup>.

“No território dominado pelo General Oribe se obriga indistintamente a pegar em armas a todo individuo”.<sup>509</sup> O Brasil financiou a resistência a Oribe e assinando um Tratado de Aliança com as províncias argentinas de Entre - Rios e Corrientos e com Montevideú.

Sua Majestade o Imperador do Brasil, o governo da República Oriental do Uruguay e o Estado de Entre-Rios, em virtude dos direitos de independencia nacional, reconhecidos pelo tratado de 4 de janeiro de 1831<sup>510</sup>. “Em alinça offensiva e defensiva para o fim de manter a independencia e de pacificar o territorio da mesma Republica, fazendo sahir do território desta o genral Oribe e as forças argentinas que commanda, e cooperando para que restituídas às cousas ao seu estado normal, se proceda a eleição livre do presidente da Republica, segundo a constituição do Estado Oriental<sup>511</sup>.

As tropas brasileiras invadiram o Uruguai após a permissão diplomática e depuseram o General Oribe, que fugiu em seguida para a Argentina. Em 1851 foi assinado o Tratado de Paz que estabeleceu: a independência do Uruguai e a liberdade de navegação no estuário do Prata. O Império Brasileiro era representado na região, por Honório Hermeto Carneiro, designado para a Missão Especial no Uruguai, em 1851, como Ministro Plenipotenciário, acompanhado de José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, que atuou como seu secretário. Foi neste cargo que Paranhos deu inicio a sua carreira diplomática<sup>512</sup>.

---

<sup>507</sup> AHRGS. Grupo documental legações e consulados. LEG 10. Representação do Brasil em Montevideú 1850. Carta de Rodrigo da Silva Pontes a Pedro Ferreira de Oliveira. (Presidente da província d Rio Grande do Sul).

<sup>508</sup> AHRGS. Grupo documental legações e consulados. LEG 10. Representação do Brasil em Montevideú 1851. Carta de Rodrigo da Silva Pontes a Pedro Ferreira de Oliveira (1 de janeiro de 1851).

<sup>509</sup> AHRGS. Grupo documental legações e consulados. LEG 10. Representação do Brasil em Montevideú 1850. Essa carta de Rodrigo da Silva Pontes esta muito comprometida, impedindo a verificação do destinatário e a data.

<sup>510</sup> Convenio de 29 de maio de 1851, celebrado entre o Brasil, a Republica Oriental do Uruguay, e os Estados de Entre-Rios e Corrientes, para uma aliança offensiva e defensiva, afim de manter a Independencia e de pacificar o teritório daquela Republica. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1851, Anexo F, p.6.

<sup>511</sup> Convenio de 29 de maio de 1851, celebrado entre o Brasil, a Republica Oriental do Uruguay, e os Estados de Entre-Rios e Corrientes, para uma aliança offensiva e defensiva, afim de manter a Independencia e de pacificar o teritório daquela Republica. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1851, Artigo I Anexo F, p. 7.

<sup>512</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, o Visconde do Rio Branco foi “o mais brilhante diplomata do Império”. CARVALHO, J.M. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a*

Com as ações concretas do gabinete e com a argumentação pública centrada no jornalismo de Paranhos<sup>513</sup>, desencadeou-se a campanha em defesa da ofensiva contra Rosas<sup>514</sup>, que acabou derrotado como foi dito anteriormente. Ao chegar ao Prata em 2 de novembro de 1851, o Marques do Paraná juntamente com José Maria da Silva Paranhos e o desembargador brasileiro residente no Uruguai, Rodrigo de Souza da Silva Pontes organizaram a comitiva apresentada três dias depois, ao presidente Joaquim Soares. No dia 5 de novembro de 1851, Paraná e Urquiza iniciaram as negociações que determinaram a aliança com o líder argentino. Nessas discussões Honório Hermeto deixou claro o interesse brasileiro em relação à República Oriental. “A minha missão junto a pessoa de vossa excelência tem por fim principal garantir eficazmente esses recíprocos interesses, procurando por todos os meios que convenham firmar solidamente a independência desse Estado e suas relações de boa amizade e inteligência com o Império”<sup>515</sup>. Acompanhados pelo almirante Grenfell, Paraná e Paranhos se dirigiram para Las Piedras onde traçaram os planos bélicos contra Rosas. Tomadas essas preliminares, em 21 de novembro de 1851, ocorreu a assinatura do Convenio de Aliança entre o Império Brasileiro, a República Oriental, Entre-Rios e Corrientes contra o governador de Buenos Aires<sup>516</sup>.

O Império que havia derrotado as tropas de Oribe prestou auxílio com cautela às províncias de Entre-Rios e Corrientes para evitar o possível apoio de grupos uruguaios ainda fiéis a Oribe, ao general Rosas. Em 3 de fevereiro de 1852, as tropas brasileiras juntamente com os aliados lutaram na batalha de Monte Caseros, que conseguiu derrubar o ditador. Após a batalha, Rosas pediu exílio à Inglaterra, onde viveu por mais vinte anos.

---

*política imperial*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume – Dumará, 1996. p.43.

<sup>513</sup> As crônicas de Paranhos se remetiam aos textos de Domingo Faustino Sarmiento, que se destacou na imprensa platina, nesse momento de agitação, por discutir a relação entre civilização e barbárie a partir de uma avaliação do comportamento político dos caudilhos platinos. Sua obra mais expressiva publicada na década de 1840 foi a biografia do caudilho argentino Facundo Quiroga, mas o pano de fundo dos argumentos do livro, são as críticas ao governo de Rosas. A obra foi escrita durante seu exílio no Chile e publicada com o título de “Facundo o Civilización y Barbárie”. Os jornais El Progreso e o El Nacional posteriormente publicaram sua obra que serviu de motivação ao Império Brasileiro que reuniu as críticas da obra com outras formas de resistência para a luta a favor da deposição de Rosas. No exílio Sarmento mostrava claramente sua postura de pensamento contrário, a Rosas a quem denominava tirano, o que fica claro nessa passagem do autor: Facundo não morreu: está vivo nas tradições populares, na política e nas revoluções argentinas; em Rosas, sem herdeiro, seu complemento – pois a alma de Facundo passou para este outro olde mais acabado, mais perfeito; e o que nela era só instinto, iniciação, tendência, converteu-se, em Rosas, em método, efeito e fim. A natureza campestre, colonial e bárbara, transformou-se, apresentando-se ao mundo como o modo de ser de um povo encarnado num homem que aspirou tomar ares de gênero capaz de dominar os acontecimentos, as pessoas e as coisas. Facundo, provinciano, bárbaro, valente, audaz, foi substituído por Rosas, filho da culta Buenos Aires, sem ser culto ele mesmo; por Rosas, falso, coração frio, espírito calculista, que faz o mal sem paixão e organiza lentamente o despotismo com toda a inteligência de um Maquiavel. Tirano sem rival hoje na terra, por que seus inimigos querem contestar-lhe o título de Grande, que lhe prodigalizam seus cortesãos? Pois grande e muito grande é, para a glória e vergonha de sua pátria; porque, se podê encontrar milhares de seres degradados que se atrelam ao seu carro para arrastá-lo por cima de cadáveres, também se encontram aos milhares as almas generosas que em quinze anos de lide sangrenta não desesperaram de vencer o mostro que nos propõe o enigma da organização política da República”.

<sup>514</sup> VIEIRA, H. *A vida e a época do Visconde do Rio Branco*. São Paulo: Queroz, 1991. p.133.

<sup>515</sup> Idem, VIEIRA, p. 193.

<sup>516</sup> VIEIRA, Op.Cit. p. 91.

Esse evento capital, que assinala o encerramento do projeto argentino de reconstituição das Províncias Unidas, representou o zênite do poder e da influencia do Império em toda a área platina. A pacificação do Rio Grande do Sul, a subordinação do Uruguai e o enfraquecimento da Argentina garantiam uma hegemonia incontestável para o Brasil<sup>517</sup>.

A relação com a República Uruguaia também não era de todo ajustada com as deliberações dos líderes brasileiros. Andrés Lamas que havia celebrado o Tratado de Limites em outubro de 1851 era acusado de facilitar os interesses brasileiros<sup>518</sup>. Lamas em resposta as críticas recebidas no Uruguai, apresentou possíveis alterações a Paulino de Souza.

En principio, la Republica Oriental del Uruguay reconoce que ya no tiene derecho a la navegacion de las aguas de la Laguna Merin. Pero este reconocimiento no excluye el que pueda obtenerla por concesion Del Brasil. Establecida así la inteligencia Del articulo, em esse punto, el infrascripto declara Haber entendido que el Brasil no tendría dificultades em acordar esa concesion que le seria compensada por la de la navegacion de los confluente orientales, desarrollando así el sistema que han adoptado para la mutua prosperidad de los dos paises y para ligarlos, cada dia más, por los vínculos de um contacto intimo, frecuente y altamente provechoso para sus bien entendidos intereses políticos e materiales.<sup>519</sup>

Em resposta ao pedido de modificação Paulino de Souza expediu uma nota em 31 de dezembro de 1851, reafirmando a exclusividade de navegação na lagoa Mirim e no rio Jaguarão, porém ressaltou que em alguns casos o Brasil permitiria a passagem de embarcações comerciais<sup>520</sup>. “Pelo que toca ao direito exclusivo de navegar as águas da Lagoa mirim, de que o Brasil estava de posse, e que o tratado reconheceu, o abaixo assignado limitar-se-ha a declarar que elle não tolhe que o Brasil, por concessões especiaes, admita debaixo de certas condições e certos regulamentos policiaes e fiscaes, embarcações orientaes a fazerem o commercio nos portos daquella lagoa”<sup>521</sup>.

Ainda como ministro no Uruguai, Honório Hermeto pediu a nomeação de Paranhos como ministro residente na República Oriental do Uruguai cuja atribuição seria definir uma comissão demarcadora dos limites. Segundo Vieira,

<sup>517</sup>MAGNOLI. D. *O Corpo da Pátria*. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora UNESP, Moderna, 1997. p. 140.

<sup>518</sup> Segundo Ganns, Andrés Lamas era chamado de El Brasileño pela imprensa do Uruguai e da Argentina, acusado de assinar os tratados favorecendo o Brasil, sem ao menos negociar já corrompido pelo governo brasileiro. GANNS, Cláudio. D. Andrés Lamas e o Brasil. IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943. V. 179, p.223.

<sup>519</sup> Notas trocadas entre o Governo Imperial e a Legação da República Oriental do Uruguay explicando os artigos terceiro e quarto do Tratado de Limites. Legação da República Oriental do Uruguai, Rio de Janeiro 3 de dezembro de 1851. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1851. Anexo F. p.21.

<sup>520</sup> A exclusividade da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão pelo Brasil impossibilitava a passagem de embarcações, fragatas bélicas. Deste modo, o Brasil garantia sua soberania na região evitando a entrada de armamentos e embarcações deste fim que pudessem ameaçar novamente o controle das fronteiras.

<sup>521</sup> Nota do Governo Imperial a Legação da República Oriental do Uruguay. Ministério dos negócios estrangeiros, 31 de dezembro de 1851. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1851. Anexo F. p. 22.

“nenhuma providencia foi de logo tomada no sentido de sua execução, tudo indicando que esta seria lenta e difficil, atentos os preconceitos e repugnâncias que tais ajustes suscitavam, sobretudo o de limites. De sorte que as instruções do governo imperial transmitidas a Paranhos foram para que exigisse, acompanhasse e fiscalizasse essa execução, pois era notório que o presidente Giro, reconhecidamente mal disposto para conosco, resistia a sua aplicação, aproveitando-se da celeuma levantada na imprensa, que os argüia de ofensivos a soberania e dignidade da República, notadamente o tratado de limites, por envolver grandes cessões de território a que essa nação se julgava com direito”<sup>522</sup>.

A ratificação do Tratado só foi efetivada em 15 de maio de 1852, após forte pressão diplomática do Marquês do Paraná frente ao ministro do Exterior do Uruguai, Florentino Castelhanos. Em nota de 17 de abril de 1852, o governo brasileiro se pronunciou sobre as conseqüências para a República caso o Tratado não fosse ratificado. O Brasil ocuparia os territórios conquistados na expansão portuguesa em 1819, cobraria uma tarifa de 25% sobre o charque uruguaio, reaveria os empréstimos concedidos durante a guerra e instantaneamente ocuparia territórios ao norte do Uruguai, caso o pagamento não fosse confirmado. As tropas brasileiras se encaminharam para o norte do país. A falta de possibilidades fez com que o Uruguai assinasse o acordo<sup>523</sup>.

As queixas de Andrés Lamas junto a Paulino de Souza produziram modificações que previram que a Argentina fosse “fiscal” do acordo. Foram anuladas as concessões de meia légua para a construção de fortificações brasileiras nos rios Sebollati e Taquari, mantendo o Brasil exclusividade sobre o rio Jaguarão e a sob a Lagoa Mirim<sup>524</sup>.

A Missão Diplomática de Honório Hermeto Carneiro foi responsável pela assinatura dos Tratados de 1851 e pelo acompanhamento da transição política do Uruguai. Conforme officio remetido por Paraná a Pedro de Alcântara Bellegarde, a sua missão tinha como interesse geopolítico “assentar as bases seguras e duradouras nas relações de amizade entre o Império e os Estados conterrâneos das margens do Prata e seus afluentes firmar a independencia da República Oriental e nela consolidar a paz e o regime legal”<sup>525</sup>.

Vale ressaltar a participação de Paranhos como secretário no Prata. Em maio de 1852, ratificou os tratados de 1851, inserindo as alterações previstas por Paulino de Souza. Essa ratificação exigiu uma ação diplomática minuciosa e pontual, já que o presidente Giro, desde que, assumiu a presidência uruguaia, argumentava que a assinatura dos Tratados de 1851 não era legitima por não ter sido aprovada pelo poder legislativo. O diplomata brasileiro chamava atenção para o fato do acordo ter sido assinado pelas forças políticas que atuavam contra Oribe e que a ausência do Congresso era responsabilidade da longa guerra civil. Também conseguiu através do Acordo de

---

<sup>522</sup> VIEIRA, Op. Cit. p.107.

<sup>523</sup> GOUVEIA, Op. Cit. p.209-218.

<sup>524</sup> Essa reclamação e a mudança no tratado em maio de 1852 demonstram que Lamas procurou enquanto representante da legação uruguaia no Rio de Janeiro modificar os artigos considerados mais prejudiciais a República.

<sup>525</sup> GOUVEIA, Op. Cit. p.188.

abril de 1853, garantir a livre passagem de gado pelas fronteiras limites com o Uruguai, para que fosse cumprido o acordo estabelecido pelo Tratado de Comercio de 1851.

A atuação do Visconde do Rio Branco<sup>526</sup> no Rio da Prata no início de sua carreira diplomática foi comentada inclusive na Região do Prata. O general uruguaio Bartolomeu Mitre destacou em seu artigo no Jornal “*La Nación*”, a importância de Paranhos na região platina como negociador das alianças que levaram a queda de Rosas.

Mui jovem ainda veio Paranhos ao Rio da Prata no caráter de Secretário Plenipotenciário do Brasil, o Ministro Carneiro Leão, cuja política energética preparou a grande aliança que derrubou a tirania de Rosas em Monte Caseros. Paranhos foi a alma dessa missão e desde então tornou-se um homem identificado com as questões do Rio da Prata<sup>527</sup>.

O Marquês do Paraná na carta dirigida ao eleitorado fluminense em 12 de novembro de 1852 demonstrou a importância da atuação de Paranhos, sua competência e erudição, seu conhecimento administrativo e financeiro, Nesta carta Honório Hermeto também demonstrou apoio à candidatura de Paranhos, para Deputado da Província do Rio de Janeiro, não só pela gratidão que tinha pelo mesmo, mas por acreditar que Paranhos reunia os atributos políticos necessários ao exercício do cargo.

... Confesso que sou grato ao Sr. ao Dr. Paranhos pela leal coadjuvação que me prestou durante a Missão Extraordinária que exerci no Rio da Prata porém asseguro-lhe que para apoiar sua presente candidatura não sou induzido meramente por esses motivos de gratidão... Sendo de ordinário em pequeno número os deputados que se acham habilitados com os conhecimentos da administração da marinha, guerra e finanças, o Dr. Paranhos distingui-se em todos esses ramos e a um grande talento e facilidade de escrever, reuni a aptidão do homem prático e experiente e consequentemente poderá fazer bons serviços...<sup>528</sup>

A Missão Diplomática também foi destacada pelo Visconde do Uruguai em relatório apresentado ao Parlamento em 1853. Nesse pronunciamento ficou ainda mais evidente a notoriedade conseguida por Paranhos no Prata, como secretário e Ministro Residente no Uruguai.

---

<sup>526</sup> Foto de José Maria da Silva Paranhos no anexo 5. A imagem do anexo foram retiradas da obra de Tau Golin.

<sup>527</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção Particular do Visconde do Rio Branco. Cópia datilografada da biografia do Visconde do Rio Branco, escrita pelo Barão do Rio Branco (encadernada). p.10. Pasta-339;

<sup>528</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção Particular do Visconde do Rio Branco. Cópia datilografada da biografia do Visconde do Rio Branco, escrita pelo Barão do Rio Branco (encadernada). p.12. Pasta-339;

A importância de alguns negócios que se acham pendentes entre a Legação Imperial da República Oriental do Uruguai e o Governo Oriental, e que o Sr. Dr. Paranhos tem tratado desde sua origem, tendo delles o mais perfeito conhecimento; A maneira pela qual tem desempenhado suas funções com plena satisfação do Governo Imperial e (tenho motivos para crer) também com o da República perante a qual esta acreditado justificam o pedido feito pelo Governo Imperial a Câmara do senhores Deputados do seu contentimento para que o dito Dr. Paranhos, eleito Deputado pelo Rio de Janeiro depois da sua nomeação para o cargo de Ministro Residente, o pudesse continuar a exercer<sup>529</sup>.

As mudanças implantadas por essa Missão garantiram a fixação dos limites conforme o interesse brasileiro, que submeteu o Uruguai à sua ocupação nas fronteiras. Os marcos do limites foram colocados em 1860, para fazer valer o separatismo das linhas conflitantes. O Império do Brasil entrou em território uruguaio para a colocação dos marcos, que novamente levaram a discussões que acusavam de invasão o ato brasileiro.

#### **IV. 5- As ratificações dos Tratados de 1851**

Em 1851 foram assinados, entre a República do Uruguai e o Império do Brasil, os Tratados de 1851, ficando pré-determinada sua ratificação. Esse acordo diplomático visava assegurar e regulamentar as questões que se encontravam em disputa entre os dois Estados, tais como as questões comerciais e as de limites. A assinatura ocorreu após a Guerra Platina, que derrotou Rosas, ditador argentino, e Oribe, interventor no Estado uruguaio.

Apesar de a ratificação ter ocorrido em 1852, muitos artigos continuaram sendo discutidos ao longo da década de 1850, comprometendo a manutenção dos acordos. A ratificação e a continuidade dos mesmos eram ameaçadas pelas críticas referentes ao não cumprimento por ambos os Estados. Com o objetivo de levantar esse embate, foi analisada a correspondência entre os estadistas Visconde do Rio Branco<sup>530</sup> e Andrés Lamas<sup>531</sup> trocada entre 1856 e 1859, que faz referencia à negociação, confirmação dos Tratados e às relações diplomáticas entre o Império Brasileiro e a República Oriental do Uruguai. As cartas selecionadas para a análise fazem parte da Coleção Particular do Visconde do Rio Branco guardada no Arquivo Histórico do Itamaraty.

O Visconde do Rio Branco foi secretário de Honório Hermeto Carneiro na Missão Diplomática de 1852-1853, participando das negociações referentes à ratificação dos Tratados de 1851. Ocupou no final da década de 1850 a pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, momento em que ocorrem as discussões sobre o cumprimento

---

<sup>529</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção Particular do Visconde do Rio Branco. Cópia datilografada da biografia do Visconde do Rio Branco, escrita pelo Barão do Rio Branco (encadernada). p.13. Pasta-339;

<sup>530</sup> O Visconde do Rio Branco foi secretário de Honório Hermeto Carneiro Leão na Missão Estrangeira de 1851 dando início a sua carreira diplomática.

<sup>531</sup> Representante uruguaio responsável pela assinatura dos Tratados de 1851 e incumbido de agora nas discussões de ratificação.

dos Tratados de 1851. Andrés Lamas foi reconhecido como Ministro Plenipotenciário do Uruguai, em 1849, e atuou a partir daí, como representante dos interesses da República no Império do Brasil.<sup>532</sup>

Na carta de 25 de fevereiro de 1857, José Maria da Silva Paranhos escreveu a Andrés Lamas, fazendo várias menções aos Tratados, e a necessidade de cumprimento de seus artigos que eram legítimos, já que tinham sido assinados com a concordância entre ambos os Estados. A desobediência e a falta de execução dos artigos levariam à supressão do Tratado. O Tratado de Comércio foi mencionado, ficando em evidência a proposta de sua revisão, que era de interesse do Uruguai e do Brasil. O Visconde do Rio Branco manifestou que a solução para a ratificação do Tratado poderia não ser tão rápida quanto esperava o representante do Uruguai em função das divergências que impediam uma conciliação satisfatória.

(?). V.Ex<sup>a</sup> mandou avisar as impressões do passado que V. Ex<sup>a</sup> conhece, que a V. Ex<sup>a</sup> não deve ter sido menos sensível do que ao Governo Imperial. Se os Tratados vigentes não forem fielmente executados, se os espíritos apaixonados continuarem a negar esta execução, não seria possível que chegássemos a novos ajustes que pressupõem perfeita inteligência e a maior confiança.<sup>533</sup> Carta de José Maria da Silva Paranhos a Lamas, a 25 de Fevereiro de 1857.

A maior divergência eram os limites, que demarcaram a navegação fluvial, que pelo Tratado de Comércio, permitiu a passagem de navios brasileiros e uruguaios, no Rio Uruguai e em seus afluentes, mas que na prática não foi consolidado<sup>534</sup>. Ficou ainda subentendido que o Brasil estava sendo prejudicado pela irregularidade do cumprimento dos Tratados em 1851. Paranhos ressaltou a necessidade de novos ajustes, o que demonstra uma falta de aplicabilidade do acordo. Também fez menção aos espíritos apaixonados, que repercutiam sobre grupos da república não interessados na aproximação entre os dois Estados e que acabavam contrariando as decisões tomadas pelo governo.

A carta expressou um tom de ameaça criando desconfiâncias sobre a real intenção de Lamas para a efetivação dos acordos. Os fatos, na realidade, comprovam a suspeita do Ministro Brasileiro, que certamente, não desconhecia o repúdio do governo e do povo uruguaio pela assinatura dos Tratados considerados vantajosos em suas determinações aos interesses brasileiros no Prata.

Nesse período, o Brasil enfrentava sérios problemas em relação a suas exportações, de forma geral, os produtos brasileiros voltados ao mercado externo

<sup>532</sup> Andrés Lamas em 1848 publica seu livro “Apuntes históricos sobre las agresiones Del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la República Oriental Del Uruguay” .

<sup>533</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 319. Maço 2. Pasta 1.

<sup>534</sup> Os artigos XIV e XV, permitiam a navegação de ambos os estados no rios da Bacia Platina. Artigo XIV- Ambas as altas partes contractantes, desejando estreitar suas relações e fomentar seu commercio respectivo, convierão em principio em declarar commum a navegação do rio Uruguay e a dos afluentes deste rio que lhe pertencem. Artigo XV- Ambas as altas partes contractantes se obrigão a convidar os outros Estados ribeirinhos do Prata e seus afluentes a celebrarem um accordo semelhante com o fim de tornar livre para os ribeirinhos a navegação dos rios Paraná e Paraguay.

enfrentavam uma crise. A assinatura do Tratado de Comércio visava o equilíbrio e o retorno do crescimento econômico no Rio Grande do Sul, tendo o charque como destaque produtivo, evitando os déficits comerciais nas províncias.<sup>535</sup>

Na segunda metade do século XIX, a assinatura dos Tratados de 1851, segundo Paulo Schilling, veio assegurar os interesses dos grupos oligárquicos pecuaristas e escravocratas do Rio Grande do Sul que demonstrou a motivação do Império Brasileiro em assegurar seus interesses nacionais, que convergiam numa intervenção frente às Repúblicas do Cone Sul.

[...] a tempo de ser pelo paquete de 28 do corrente, a respeito da sua proposta de Revisão de Tratado de Comércio. Eil-a ahi. Creio que está concebida nos termos em que V. Ex<sup>a</sup> a queria V. Ex<sup>a</sup> me dirá se estou em erro. Peço as seções do Conselho de Estado a maior brevidade possível, mas V.Ex<sup>a</sup> não desconhece que a matéria não é d'aquelas que admitem pressa e podem ser decididas à primeira vista. Admittida a ideia de revisão, manifestei como estão as boas disposições de uma e a parte, não se impaciente V. Ex<sup>a</sup>, e ajude-me a levar as coisas a um resultado satisfatório, esforçando-se para que da parte da República [?] aquellas disposições por actos inequívocos de amizade e confiança<sup>536</sup> Carta de José Maria da Silva Paranhos, a 25 de fevereiro de 1857.

Na carta enviada por Andrés Lamas a José Maria da Silva Paranhos em 3 de abril de 1857 foi também realizada uma discussão sobre o Tratado de Comércio. Nesta carta fica evidente a tentativa de realizar um acordo sobre o Tratado, a fim de solucionar os negócios pendentes, que ainda se metiam ao comércio no Prata.

Como escribí a V. Ex<sup>a</sup> anoche me ocupaba yá de redactar para ofrecer à V. Ex<sup>a</sup> algunas soluciones conciliadoras y sensolas delos negócios pendientes. Principie por el qué, pespués Del Tratado de Comercio, és el más grave de todas – el qué más se prestaba à mortificantes discusiones.

Adoptépara la solucion la forma de um Protocolo, tomando por modelo el que firmemos em 05 de agosto de 1854 para regularizar la posicion delas tropas imperiales em Monteo – Ella nos evita [?] uma discusion escrita la [?] tenida um conferencia y solo cermiquabamos los resultados.<sup>537</sup> Carta de Andrés Lamas a José Maria da Silva Paranhos, a 08 de abril de 1857.

As questões comerciais, envolvendo o Império Brasileiro e a República do Uruguai, levavam em conta produção e venda de charque que, no século XIX, despontou como um dos produtos de maior negociação do Uruguai provocando a concorrência com a produção brasileira. O representante uruguaio deixou claro em sua carta, o interesse por solucionar as questões que impediam a ratificação e o verdadeiro

---

<sup>535</sup> DALMAZO, R. A; CARAVANTES, R. R. *As relações de comércio do Rio Grande do Sul — do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 2004.

<sup>536</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 319. Maço 2. Pasta 1

<sup>537</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 319. Maço 2. Pasta 1



exercício do Tratado de Comércio apontando para a necessidade de estabelecer resoluções que fossem conciliadoras e que atendessem aos dois Estados.

As cartas enviadas por Andrés Lamas a José Maria da Silva Paranhos tratam em sua maioria do Tratado de Extradicação e Comércio<sup>538</sup> e seus critérios de vigência, o que pode ser observado durante o período compreendido entre 24 de novembro de 1855 e 8 de abril de 1857, período levantado sobre a documentação ativa de Andrés Lamas a Paranhos. Os diplomatas buscavam solucionar as questões que envolviam a soberania de seus Estados, os quais procuraram em suas políticas exteriores garantir os interesses dos grupos nacionais. O Tratado de Comércio não conseguiu firmar as bases de entendimento do comércio nas fronteiras, sendo assinado, em 1857, outro Tratado Comercial.

Em 1859 Paranhos, Mministro dos Negócios Estrangeiros, apresentou à Assembléia Legislativa um esclarecimento sobre o Tratado Provisório de Comércio e Navegação assinado com o Uruguai em 4 de setembro de 1857, que modificou as disposições dos Tratados de 1851 ao permitir a navegação das embarcações uruguaias na lagoa Mirim e no rio Jaguarão. Além disso, esclareceu que o Tratado Provisório ficaria em vigência por quatro anos para que pudessem ser avaliados os seus resultados, que caso fossem julgados positivos firmariam os ajustes finais para um Tratado permanente de Comércio. Esse novo Tratado confirmou que as discussões diplomáticas entre a República Oriental do Uruguai e o Império Brasileiro não permitiram uma conciliação com base nos artigos do Tratado de Comércio de 1851, substituído pela assinatura do Tratado de 1857<sup>539</sup>. O legislativo da República Oriental aprovou o acordo em 3 de março de 1858 com o objetivo de conseguir a navegação permanente na lagoa Mirim e no rio Jaguarão. Em 23 de setembro de 1857, o Tratado foi ratificado.

No Tratado de Extradicação de 1851, estava previsto o auxílio entre o Império Brasileiro e a República do Uruguai para a entrega recíproca de criminoso e de escravos. O transporte dos súditos e o custo da viagem ficariam a cargo do país de origem do indivíduo. Esse Tratado<sup>540</sup> dedicou a maior parte de seus artigos à resolução dos casos de contravenção da lei praticada por súditos brasileiros e uruguaios quando viviam em solo estrangeiro, quer no Brasil, quer no Uruguai. Os outros artigos, do acordo diplomático, tratavam sobre a reclamação de escravos brasileiros que haviam fugido para a República.

Na carta de 22 de novembro de 1856, Andrés Lamas pediu auxílio a Paranhos em nome de Manoel Castilho y Silva, o que também foi feito na carta de 25 de dezembro de 1856. O motivo da solicitação era conseguir o embarque do uruguaio no Navio Tocantins, em direção a Montevideu, o que deveria ser feito com urgência, em função de suas péssimas condições de saúde. O Tratado de Extradicação deixou clara a necessidade de comunicação entre os Estados sobre o embarque de seus súditos em navios brasileiros ou uruguaios, sendo necessário, caso houvesse exigência da lei nacional, a apresentação de passaporte para a viagem<sup>541</sup>.

---

<sup>538</sup> Foram selecionadas 32 cartas desse período, o que impossibilita a inserção de outras discussões.

<sup>539</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1857.

<sup>540</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty, L153, M2, P2A.

<sup>541</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty, L153, M2, P2A. Tratado de Extradicação. Artigo Oitavo, parágrafo segundo. Em que os agentes imperiaes na Republica, e os desta no Brasil, não autorisarão o embarque em os navios de sua nação respectiva, de individuo algum, ainda a título de indigente, sem solicitar e obter previamente o competente passaporte, se assim o exigirem as leis e regulamentos do paiz.

Tanto no caso da extradição de criminosos, quanto na recuperação dos escravos, o país reclamado não tinha nenhum compromisso financeiro com o indivíduo ou com o país reclamante. O Tratado não discutiu auxílio em outros casos de Extradição<sup>542</sup>, como o de Manuel Castilho, mas nos leva a crer, que o pedido feito por Lamas em dois momentos foi diplomático, para que o uruguaio conseguisse embarcar sem passaporte. Vale ressaltar que nas cartas não existem evidências de que Manoel Castilho y Silva tenha cometido quaisquer crimes, ou que não desfrutasse da quantia necessária ao retorno ao Uruguai. “Manoel Castilho y Silva se encuentra em tan deplorable estado de salud que he [?] hacerbo embarcar em el Vapor Brasileiro Tocantins”<sup>543</sup>.

Andrés Lamas escreveu a Paranhos em de 3 de agosto de 1856, com o objetivo de conseguir junto a ele, auxílio à senhora Asencion. Nesta carta, afirmou já ter apresentado em uma conversa anterior os motivos da presença dessa senhora no Rio de Janeiro e suas solicitações junto a D. Pedro II, mas os mesmos não foram apresentados na carta, o que dificulta compreender sua presença no Brasil. Lamas pediu a intervenção de Paranhos a favor da senhora antes da viagem de peregrinação da mesma em direção ao Uruguai.

Suplico a V. Ex<sup>a</sup> me permite tener el honor de presentarle, por médio de esta carta à mi compatriota la Sra D.<sup>a</sup> Asencion. Esta señora que vimo a esta corte com el piedoso objeto sobre ya tube el placer de hablar com V. Ex<sup>a</sup>, desea obtener, antes de dar comienzo à su peregrinacion, la resolucion de la suplica que habia tenido el honor de hacer à S. M. – recurriendo à mi para le indicase los pasos que hubiere de dar, recordando lo que V. Ex<sup>a</sup> [tuho] la bondad de decirme me pareció que lo mejor era suplicar à V. Ex<sup>a</sup>, como lo hago, se sirva hacerle lãs indicaciones que necesítan y que no me crio habilitado para darles.<sup>544</sup>

Na carta de 12 de dezembro de 1856 enviada por Lamas a Paranhos, percebe-se uma tensão entre os dois estadistas provocada pela dificuldade de relacionamento pessoal e diplomático aprofundada pelas críticas sofridas por Andrés Lamas no cenário interno uruguaio, onde era acusado de beneficiar o Império Brasileiro<sup>545</sup>. O diplomata da República tentou redefinir os artigos dos Tratados que favoreceram ao Brasil. As divergências também se manifestaram na carta de 13 de novembro de 1856.

Deseo que el hijo de V.Ex sega mejor y que V.Ex me de probarle mi desco de que nuestras relaciones personales que no han sido buenas, se como deesejo dejar [entreladas] de ser, com mios sentimientos.<sup>546</sup> Carta de Lamas a Paranhos a 12 de dezembro de 1856.

<sup>542</sup> Os casos de extradição que geralmente envolviam a diplomacia eram reclamações sobre escravos e criminosos. Apenas duas cartas levantadas fazem menção a auxílio diferenciado.

<sup>543</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 319. Maço 2. Pasta 1. Carta de Andrés Lamas a Paranhos, em 22 de dezembro de 1856.

<sup>544</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 319. Maço 2. Pasta 1. Carta de Andrés Lamas a José Maria da Silva Paranhos a 03 de agosto de 1856.

<sup>545</sup> O Ministro Plenipotenciário era acusado de ter “se vendido ao Brasil”, sendo chamado de forma pejorativa de El Brasileño, segundo relatou Cláudio Ganns em sua conferência no Instituto Historio e Geográfico. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1943 (p. 211 -231)

(...) á vista de la carta de carta de V.Ex, á anunciar al governo la esperanza en que estoy de que, al fin, nos entenderemos cordialmente.<sup>547</sup>

As palavras “nos entenderemos cordialmente” deixam implícita a idéia de um possível enfrentamento entre os dois Estados, caso não fossem cumpridos os Tratados de forma a atender, ambos os interesses. Nas cartas abaixo, ficam evidentes as divergências entre Lamas e Paranhos, sendo importante elucidar que a documentação trocada entre os diplomatas era constante e ressaltavam aspectos da vida pessoal como saúde, família e o cotidiano do Rio de Janeiro.

Como prueba de mi dispociones personales escribo á V.Ex uma nota oficial, solicitando el retiro púro y simple delas que podian ocasionar V.Ex que puedo haver más.<sup>548</sup>

A parte toda idéa personal, la discusion pendiente puede ser desagradable solo por la materia y la prueba és que las notas que solicito retirar desagradaram á V.Ex<sup>a</sup> Es en ese concepto, que [ ] me parece conveniente todo lo que tienda á evitarla. No concibo que, com reciproca buena voluntad, no podemos arreglarnos [ ] y satisfactoriamente<sup>549</sup>.

A primeira carta é datada de 21 de novembro de 1856. A segunda, de 25 de novembro de 1856. As palavras “recíproca buena voluntad” deixam transparecer a crítica de Lamas a Paranhos de que este não estivesse cooperando para um acordo real e definitivo sobre as ratificações dos Tratados de 1851. Nas cartas enviadas a Lamas por Paranhos, também ficam claras as tensões entre os dois estadistas e seus respectivos Estados.

A carta de V.Exa é para mim um mystério que me causa pesar, por que não sei em que possa ter ofendido a pessoa de V.E.<sup>550</sup>

“Diga-me V.Exa quando nos avistaremos aqui. Estimo que a comunicação antecipada que foi a V.Exa em minha carta anterior lhe agradasse. V.Exa pode contar que, apesar de tudo (salvo se V.Exa quizer brigar comigo) resolveremos satisfatoriamente o negocio do tratado.<sup>551</sup>”

---

<sup>546</sup> Arquivo histórico do Itamaraty maço319 Lata 2 Pasta 1.

<sup>547</sup> Arquivo histórico do Itamaraty maço319 Lata 2 Pasta 1. Carta de Lamas a Paranhos a 13 de novembro de 1856

<sup>548</sup> Arquivo histórico do Itamaraty maço319 Lata 2 Pasta 1. Carta de Lamas a José Maria da Silva Paranhos, a 21 de novembro de 1856.

<sup>549</sup> Arquivo histórico do Itamaraty maço 319 Lata 2 Pasta 1. Carta de Lamas a José Maria da Silva Paranhos, a 25 de novembro de 1856.

<sup>550</sup> Arquivo histórico do Itamaraty maço 319 Lata 2 Pasta 1. Carta de José Maria da Silva Paranhos, a Lamas a 25 de agosto de 1855

<sup>551</sup> Arquivo histórico do Itamaraty maço 319 Lata 2 Pasta 1. Carta de José Maria da Silva Paranhos a André Lamas a 25 de abril de 1857

Em alguns momentos, as tensões foram substituídas por conciliações e acordos, o que é previsível na relação internacional entre estados, como o que pode ser analisado no trecho abaixo. Essa era a política externa implantada, desde as mudanças ministeriais que levaram o partido conservador ao ministério. A atuação internacional dos diplomatas imperiais tentou conciliar e evitar conflitos diretos na Região Platina, que ameaçavam a estabilidade das fronteiras e as relações entre os estados. “Creio que elas significarão a V.Exa no empenho de estreitar as relações dos novos países sobre a base de seus mais sabidos e permanentes interesses”<sup>552</sup>.

Os diplomatas José Maria da Silva Paranhos e Andrés Lamas foram encarregados pelos Ministérios das Relações Exteriores de seus respectivos Estados para a ratificação dos Tratados de 1851, e suas modificações ao longo da década de 1850. Foi possível analisar através da correspondência entre os diplomatas às repercussões e as negociações dos Tratados de Comércio, tanto no Império Brasileiro quanto no Uruguai, percebendo os momentos de tensão que permearam os interesses nacionais e internacionais no Cone Sul.

O diploma legal dos limites entre o Brasil e o Uruguai foi estabelecido por meio de manobras da geopolítica e da economia numa aliança entre o Império e o Partido Colorado, em 1851, a qual deixou feridas até o presente, muitas ainda abertas e de difícil cicatrização. De alguma forma, no concerto das nações modernas, o Segundo Reinado tinha a complexa missão de legitimar territorialmente o longo processo de expansão portuguesa e, naquela conjuntura, das recentes ocupações imperiais<sup>553</sup>.

---

<sup>552</sup> Arquivo histórico do Itamaraty maço 319 Lata 2 Pasta 1. Trecho da carta de José Maria da Silva Paranhos a André Lamas. (dia 01 de fevereiro ano indeterminado).

<sup>553</sup> Império, p. 491.

## CONCLUSÃO

Na segunda metade do século XIX, o Império Brasileiro delineou mudanças importantes em relação à política externa na região do Prata, em função dos desentendimentos comerciais e fronteiriços com a Argentina e com o Uruguai. As fronteiras brasileiras no Brasil Meridional passaram por um longo jogo diplomático, desde a colonização portuguesa, que disputou a ocupação territorial no Cone sul com a Coroa espanhola. Os Tratados definiram em momentos diferenciados, as bases para a demarcação dos limites, levando em conta as fronteiras naturais e o *utis possidetis*.

A dificuldade em fixar as fronteiras provocou dois conflitos, um na década de 1820, e outro em 1850. O primeiro dizia respeito à independência uruguaia frente à anexação brasileira. Ao final da guerra a liberdade do país foi garantida pelos governos brasileiros e argentinos. O segundo conflito estava diretamente relacionado ao primeiro, já que após a guerra de 1828, a Argentina interferiu nas eleições uruguaias apoiando o general Oribe, que não conseguiu tomar posse, já que a capital, Montevideú se matinha sob o jugo dos revoltosos contrários a sua investidura no cargo.

O Brasil venceu a guerra impondo a saída de Oribe e Rosas do poder e assinou com o Uruguai os Tratados de 1851, que provocou sérias contestações à diplomacia brasileira tanto no Império quanto no Uruguai, onde era acusada de ser agressiva, ameaçadora e corrompida. Essa acusação é justificável, já que o Império ameaçou invadir o Uruguai e anexar seus territórios ao norte, como forma de garantir os empréstimos concedidos durante a luta contra as tropas de Oribe.

As negociações da diplomacia uruguaia apenas evitaram a construção das fortificações brasileiras no interior do território uruguaio. Andrés Lamas, representante da legação uruguaia no Rio de Janeiro, assumiu a responsabilidade de assinar o Tratado de 1851, sendo criticado abertamente pela imprensa da República, que passou a dar atributos e termos pejorativos a figura do diplomata, que ao contrário do que era noticiado procurou modificar as determinações do Tratado, que estabeleceu as formas de devolução dos escravos brasileiros residentes no Uruguai.

O Brasil garantiu com sua política externa, o domínio das discussões geopolíticas nas fronteiras com o Uruguai. Além de ter mantido seu domínio sob a Província do Rio Grande do Sul evitando o separatismo e a aproximação com as Republicas Platinas. Os tratados também provocaram ofensas e discussões na Corte, que foram manifestadas, dentre outras, pelas publicações na Revista do Instituto Histórico e Geográfico que abordou principalmente o Tratado de Limite, sempre negociado sem sucesso. Os limites estabelecidos favoreceram ao Império do Brasil, que ultrapassou as fronteiras de ocupação.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde do Uruguai, voltou-se na década de 1850 para duas questões mis sensíveis na fronteira meridional, o comércio e a fixação dos marcos territoriais. A diplomacia do Estado agia para solucionar esse embate. Mas, sua atuação não projetava confiabilidade nos meios políticos. Apareceram críticas sobre as negociações, ora entendidas como prejudiciais o Império, ora como facilitadoras e até mesmo concessivas aos vizinhos. Na verdade, o que se buscava nessas relações, que tantas paixões despertaram nos debates da Câmara, no Conselho de Estado e até mesmo na imprensa, era garantir a soberania brasileira frente aos países platinas, a partir da ação diplomática. A situação preocupava o partido conservador contrário a uma intervenção na região platina. Novas diretrizes em relação à política externa passam a ser elaboradas, inclusive com a ampliação do corpo dos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros. As missões diplomáticas tornaram-se mais agressivas e definiram o papel do corpo de enviados ao estrangeiro<sup>554</sup>.

Porém, essas questões não poderiam ser resolvidas apenas por documentos assinados em momentos de pressão, uma vez que tratavam de indivíduos estabelecidos nas fronteiras, que vivenciavam no dia a dia, mantendo contatos que não seriam facilmente destruídos pela colocação de marcos de concreto.

As ações no Prata eram seguidas por jogos de alianças entre o Império e os grupos políticos locais. Tal medida garantiu aos discursos diplomáticos uma atmosfera de atuação colaboradora dos interesses locais. Tornavam-se complacentes e aliados frente às dificuldades exteriores.

A pecuária recebeu atenção especial, no capítulo três, uma vez que, essa atividade provocava enorme discussão sobre a passagem de gado na fronteira e de seus produtos derivados, tais como: a charque e o couro. O comércio nas fronteiras era intenso provocado por inúmeras trocas feitas muitas vezes por contrabando.

A política externa agiu com acuidade para conseguir seus interesses. Visava à assinatura de tratados que garantissem ao Império vantagens comerciais e territoriais. Esse é inclusive o perfil desse corpo de funcionários da pasta do estrangeiro, forçar a diplomacia estrangeira a assinar os documentos que não colocassem dúvida aos interesses do Império. No capítulo um e quatro foram analisadas essas circunstâncias de disputa e enfrentamento. As fronteiras que se fixaram foram longamente disputadas e ainda hoje existe uma limitação na abordagem dessa questão.

Buscamos dessa forma, discutir no capítulo a abordagem elaborada pela historiografia e pela diplomacia uruguaia e argentina. Essa ênfase visou o avanço na abordagem de uma visão exterior aos interesses brasileiros.

As intervenções brasileiras no Prata também ganharam lugar na imprensa da Corte, onde as notícias da região eram esperadas com ansiedade. A esfera pública trazia à tona os jogos políticos dos Estados impulsionando as próprias atuações da política externa.

No capítulo abordamos a discussão elaborada pelos periódicos brasileiros e uruguaios sobre a política externa apontando conceitos e assuntos mais discutidos pela imprensa liberal e conservadora. A dificuldade em perceber esse embate ficou justamente nas mudanças políticas ministeriais, que ora colocaram liberais e ora conservadores no poder.

---

<sup>554</sup> É importante ressaltar a forte presença desses agentes na América do sul principalmente na República do Uruguai e na Confederação Argentina, a partir de 1850, quando foi regulamentada a função dos agentes e da carreira diplomática pelo Visconde do Uruguai.

Finalmente apresentamos a atuação da diplomacia junto aos povos e cidades fixados na fronteira. Analisamos a construção dessas cidades nesses espaços e a ação incentivadora do Estado para o deslocamento de grupos de imigrantes para a região da fronteira sul. Conseguimos recuperar as discussões sobre a fundação dos povoamentos e as verbas enviadas para melhor fixação territorial. O Estado usou várias estratégias para garantir sua posse na região, estimulando a criação de cidades, construção de pontes, estradas, compra de embarcações e distribuição de lotes de terra tanto para a produção agrícola quanto para a criação de gado.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. "Formação de Limites". In: *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

ACEVEDO, Eduardo. *Anales históricos del Uruguay*, t. I. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos, 1933.

ACEVEDO DÍAZ, Eduardo. *Cavalos e caudilhos. Pátria uruguaia*: Antologia. Seleção, tradução e notas de Aldfr García Schlee. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1997.

AGUIAR, Flávio Wolf de. Resenha de *Cone sul: fluxos, representações e percepções*. Chiappini, Lígia; Martins, Maria Helena (orgs.). São Paulo: Hucitec, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, "Vida privada e ordem privada no Império", in ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.), *História da vida privada no Brasil*, v. 2 - *Império: a Corte e a modernidade nacional*. Coleção dirigida por Fernando Antonio Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, -Antônio da Rocha. *Vultos da pátria*. Porto Alegre: Globo, 1964, v. 2.

\_\_\_\_\_. *Vultos da pátria*. Porto Alegre: Globo, 1965, v.3.

ALONSO, Rosa. *De la colonia a la consolidacion del Uruguay*. Uruguay: Ediciones de la Banda Oriental, 1973.

AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 2002, p. 95.

ANDERSON, Benedict, *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ARAÚJO JORGE, A.G. de. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil* (Uma introdução às obras do barão do Rio Branco). Brasília: Senado Federal, [1945] 1999.

ARTEAGA, Juan José. *Lãs consecuencias dei Tratado de Madrid en Ia desarticulación de Ia frontera demográfica de Ia Banda Oriental, 1750-1761*. Montevideo: Centro de Difusión dei Libro, 1999.

ASSADOURIAN, C.S., Beato, C. & Chiaramonte J.C. *Argentina: de la Conquista a la Independencia*. Buenos Aires: Hispamerica, 1986.

AUBERTIN, Catherine. *Fronteiras*. Brasília: Unb; Paris: Orstom, 1988.

ÁVILA, Pereira de. *Tierra uruguaya ocupada por el Brasil en la actualidad*. Salto: jornal El Pueblo, 19 de junho de 1964.

AZEVEDO, F.L. N.; DAYRELL, E. G. e GIUCCI, G.. *A Conquista do Novo Mundo: fontes documentais e bibliográficas relativas à América Hispânica*. Rio de Janeiro: Fundação José Bonifácio, 1991.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira de. *Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*. Topoi – Revista de História – PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.5, p. 161-183, 2002.

\_\_\_\_\_. *A. Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

AZÚA, Carlos Real de. *La historia política: El pensamiento de Artigas* IN: Enciclopédia Uruguaya. Montevideu: Arca, 1968.

BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BANDEIRA, M. *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança.. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BAPTISTA DE OLIVEIRA, Cândido. *Parecer sobre a Memória histórica do Sr. J. J. Machado de Oliveira, acerca da questão de limites entre o Brazil e Montevideo, do Sr. Conselheiro Cândido Baptista de Oliveira*. Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, tomo XVI, tomo 3º da terceira série [3ª série, n. 12, 4º trim., 1853].

BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis dei Uruguay pastoril y caudillesco, 1838-1875*. Montevideo: Banda Oriental, 1974.

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. *Bases económicas de Ia Revolución Artiguista*. Montevideo: Banda Oriental, 1964.

\_\_\_\_\_. *Historia rural del Uruguay moderno, 1851-1885*. Montevideo: Banda Oriental, 1972, v.l.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973, 2v.

BECKER, Itala Irene Basile. *O índio kaingang no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos, 1995*.

BELLEGARDE, Pedro d'Alcântara. *Nota do Sr. Conselheiro Pedro d'Alcântara Bellegarde*. Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, tomo XVI, tomo 3º da terceira série [3ª série, n. 12, 4º trim., 1853].



- BELTRÃO, Romeu. Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Maninho. 2. ed. *Santa Maria: Pallotti, 1979.*
- BERAZA, Agustin. La economia en Ia Banda Oriental, 1811-1820. 2 ed. *Montevideo: Banda Oriental, 1969.*
- BLACKBURN, Robin. A queda do escravismo colonial, 1776-1848. *Rio de Janeiro: Record, 2002*
- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. Sociedade e sociedade na filosofia política moderna. *O modelo jusnaturalista e o modelo hegel-marxiano. São Paulo: Brasiliense, 1986.*
- BONALUME NETO, Ricardo. *O nascimento de uma nação. Folha de São Paulo, caderno Mais!, 16 de jul 2000.*
- BUENO, Clodoaldo. A República e sua política exterior (1889 a 1902). *São Paulo: Unesp; Brasília: Ipri, 1995.*
- BUSANICHE, José Luis. Historia argentina. *Buenos Aires: Solar, 1984.*
- BASTIDE, R.. *As Américas Negras. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.*
- BELLOTO, H. L. *Arquivo Permanentes: Tratamento Documental. São Paulo. T. A Queiroz Editor, 1991.*
- BENVENUTO, LUIS. *Breve historia del Uruguay, Montevideo, Arca, 1981*
- BERLE, A.A. América Latina. *Diplomacia e Realidade. Rio de Janeiro, Record, 1991.*
- BETHEL, L. CARVALHO, J. *O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: BETHEL L, L. (org). História da América Latina. Da Independência a 1870. São Paulo: Edusp, 2001. p.723.*
- BOCAIUVA, Quintino. José Maria da Silva Paranhos. *Os nossos homens. Retratos políticos e literários. S. L. S. D. i.-8º. (Coleção Benedito Ottoni).*
- BORGES, V. P. *História e Política: laços permanentes In: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol 12, n º23/24, 1993.*
- BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.*
- BESOUCHET, L. *José Maria Paranhos. Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.*
- BOBBIO, Noberto. METTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política. São Paulo: UNB, 2004.*
- BRAUDEL, Fernand. A longa duração. *História e ciências sociais. Lisboa: Presença [1958], 1986.*

\_\_\_\_\_. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1982, 2v.

BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1993.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo, EDUNESP, 1992.

CALÓGERAS, J. P. *A Política Exterior do Império. Da Regência à Queda de Rosas*. Brasília: Senado Federal: 1998.v.3.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Editora da USP, 1984.

CAMARGO, F. GUTFREIND, I. REICHEL, H. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada. O regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CARVALHO, C. D. *História Diplomática do Brasil*. Brasília: Fac-Similar, 1998.

CARVALHO, J. M. “Escravidão e Razão Nacional” In: Dados de Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. V. 31, n°3, pp. 287-308.

\_\_\_\_\_. “Cidadania: Tipos e percursos” In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1996. V.9, n°18, pp 337 – 360.

\_\_\_\_\_. *Pontos e Bordados*. Escritos de História e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume – Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org) *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. “História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”, in: *Topoi: revista de história*, n° 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHIAPPINI, Ligia (org). *Pampa e Cultura: de Fierro a Netto*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre, 2004.

SANTO, M.F. E. *Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português*. In: CAMARGO, F. GUTFREIND, I. REICHEL, H. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.1.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia contemporânea dei Uruguay. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1997*.

CAGGIANI, Ivo. *David Canabarro: de tenente a general*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

- CALOGERAS, Pandiá. A política exterior do Império. *Rio de Janeiro, s/d, v. 1.*
- CAMARGO, Fernando da Silva. O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América meridional. Tese, PUCRS, Porto Alegre, 2000.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Editora da USP, 1984.
- CÁRCANO, Miguel Angel. La política internacional en la Historia argentina. *Buenos Aires: Eudeba, 1973. Libro III, tomo I e II.*
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. O trabalho na Colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.) *História geral do Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.*
- CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- CASTELLANO, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la república caudillesca, 1820-1838. Montevideo: Banda Oriental, 1975.*
- CASTRO, José Ferreira Borges de. *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. CAULA, Nelson. *Artigos nemonaré*. 5. ed. Montevideo: Rosebud Ediciones, 2001.
- CEBALHOS, Rodrigo. *Arribadas Portuguesas: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c. 1580-1650)*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: UFF, 2007.
- CERVO, A L. BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul. Período Colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.
- CHAUNU, Pierre. *A América e as Américas*. Lisboa: Cosmos, 1969.
- CHIARAMONTE, Jose Carlos. *EL problema de los Estados Hispanoamericanos en la Historiografía Reciente y el Caso do Rio de la Plata*. Anos 90 vol1, n.1 Buenos Aires: Ariel, 1993.
- CHIRICO, Selva. Masoller: área contestada. In: STROHAECKER, Tânia Marques (Org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998.
- CIDADE, General F. de Paula. *Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948
- CISNEROS, César Diaz. *Limites de la República Argentina*. Buenos Aires: Depalma, 1944.
- CLEMENTI, H. *La frontera en América: una Clave Interpretativa de la História Americana*. Buenos Aires: Leviatán, 1987

COELHO, Marcelo. *As ideias no lugar de Raymundo Faoro*. Folha de São Paulo, *Mais!*, 14 maio 2000.

COSTA, Rogério Haesbaert da. RS - Latifúndio e identidade regional. *Porto Alegre: Mercado Aberto*, 1988.

CORRÊA, Lúcia Salsa. História e fronteira. *Campo Grande: UCDB*, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1995.

CORREA, S. M. S. *Multiculturalismo e fronteiras étnicas*. In: PICOLLO, H. I. L. PADOIN, M. M. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.2

CORREA, S. M. S. *Fronteira ibero-americana e miscigenação*. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v 27, n 2, 2001.

CORTESÃO, J. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

COSTA, W. P. *A Espada de Dâmocles*. O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Unicamp, 1996.

CRUB, U. R. *Evolución histórica, geográfica y política de las fronteras del Uruguay con Brasil*. Montevideo: Imprensa Naional, 1951.

CRUZ, Alcides. *Incursión dei general Fructuoso Rivera a las Misiones*. Tradução e notas de Doroteo Márquez Valdés. Montevideo: Cláudio Garcia, 1916.

D'ÁVILA, Ney Eduardo Possapp. *Passo Fundo: terra de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

DALMAZO, R. A; CARAVANTES, R. R. *As relações de comércio do Rio Grande do Sul — do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 2004.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1989.

DEUTSCH, K. *Análise das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DEVOTO, Juan E. Pivel. *Hiistoria de los partidos políticos en el Uruguay*. Montevideo: Cláudio Garcia, 1942, v.1.

DREIFUSS, R. A. *Política, Poder, Estado e Força*. Uma leitura de Weber. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIAS, Gonçalves. *A Memória Histórica do Sr. Machado de Oliveira e o parecer do Sr. Ponte Ribeiro*. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: *Imprensa Nacional*, 1894, tomo XVI, tomo 3º da terceira série [3ª série, n. 12, 4º trim., 1853]. *Diccionario bio-bibliographico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: s/r, 1938.

Diccionario biográfico, histórico y geográfico argentino. Buenos Aires: El Ateneo, 1997.

DOCCA, Souza. *Limites entre o Brasil e o Uruguai*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica, 1939.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *Causas da Guerra com o Paraguai*. Porto Alegre: Americana, 1919.

\_\_\_\_\_. *As forças armadas na formação e defesa da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Oficina do Estabelecimento Central de Material de Intendência, 1939, p. 5.

\_\_\_\_\_. Gente sul-rio-grandense In: *Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia*. Porto Alegre: Globo, 1940, vol. II.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

DORATIOTO, F.F.M. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.28.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

*Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. [Vol. 8 – Região], p.161.

ENGEL, Juvenal Milton. As comissões brasileiras demarcadoras. *Breve notícia histórica. Documento. Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites do Itamaraty. Junho de 2000*.

FACIO, Anibal D. La guerra de fronteras en la pampa dei coloniaje. *Buenos Aires: Juan Castagnola, 1943*.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. História da Revolução Farroupilha. *Porto Alegre; Caxias do Sul: Educs, EST e Martins, s/r*.

FALCON, Francisco José Calazans, “História e Poder”, in CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, e VAINFAS, Ronaldo (org.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FALCON Francisco José Calazans, RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins, e NEVES, Margarida de Souza, *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro: 1831-1918*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Divisão de Intercâmbio e Edições, 1981.

FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. *Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARRET, Ricardo. *Especificidades das áreas urbanas de fronteira*. In: CASTELO, Iara Regina (Org.). *Fronteira na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

FELDE, Alberto Zum. *Proceso histórico dei Uruguay*. Montevideo: Arca, 1967.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Historia oral: una brújula para los desafíos de la historia*. Historia, Antropología y Fuentes Orales: escenarios migratorios. Barcelona, nº28, 2002.

- FIGUEIREDO, *Osório Santana*. São Gabriel desde o princípio. 1. ed. Santa Maria: Pallotti, 1980.
- FLEIUSS, Max. História administrativa do Brasil. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1925.
- FLORES, Moacyr. Modelo político dos farrapos. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1978.
- FLORES, Moacyr. *Povoamento dos campos de Viamão no século XVIII*. KERN, Arno Alvarez (Org.). Sociedades ibero-americanas. Reflexões e pesquisas recentes. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- FONTES, *Virgínia Maria*. *A Questão nacional: Alguns desafios para a reflexão histórica*. In: MENDONÇA, Sônia e MOTTA, Márcia (Org.). Nação e poder. As dimensões da história. Niterói: Eduff, 1998.
- FONTOURA, *Antônio Vicente da*. Diário. Caxias do Sul: Educ; Porto Alegre: Sulina/Martins, 1984.
- FRAGOSO, *João Luís*. *O império escravista e a república dos plantadores*. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.) História geral do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- FRANCO, *Sérgio da Costa*. Origens de Jaguarão. Porto Alegre: IEL/UCS, 1980.
- FRANCO, *Sérgio da Costa*. *Panorama socio-cultural da fronteira Brasil-Uruguai*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1993. GAMBINI, Roberto. O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- FAORO, R. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Globo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. V.1-2.
- FAUSTO, B.(Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo II, 2004, v.3.
- FERREIRA, G. N. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FERREIRA, N. D. (org). *Catálogo do Arquivo Particular do Visconde do Rio Branco*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- FERREIRA, L. M. *Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 2, p. 271-92, abr.-jun. 2006
- FERREIRA, Lúcio M. *Gonçalves Dias: arqueólogo e etnógrafo*. In: LOPES, Marcos Antônio (org.) *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FONTENLA, F S. *Diccionario de términos históricos*. Madri: Alianza editorial, 1993.
- FRANCO, Álvaro da Costa (Org.) *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no Parlamento Imperial*. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.
- FREITAS, Sérgio de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro dos barões Smith de Vasconcellos*.

GANNES, Cláudio. D. Andrés Lamas e o Brasil. IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943. V. 179, p.223.

GOLIN, T. *A Fronteira*. Os tratados de limites Brasil-Uruguai – Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre: L&PM, 2004.

GOMES, A.C. *Política: História, Ciência, Cultura etc.* In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol 17, 1996.

GOMES, Flávio, “Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil escravista”, in *Tempo*, v. 7 - nº 13 – *Dossiê política e administração no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, julho de 2002.

GOMES, Flávio dos Santos, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos, “História, protesto e cultura política no Brasil escravista”, in  
SOUZA, Jorge Prata (org.), *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

GOMES, Paulo C. da C. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES, William. SILVA, José Luiz Wernech da. *Realções Exteriores do Brasil I. A política externa so sistema agroexportador*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GRINBERG, K. *Escravidão e liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa*. Cadernos do CHDD, Brasília: A Fundação, primeiro semestre, 2007.

GUAZELLI, C. A. B. *Libertos e liberdade: os soldados negros da República Rio-Grandense*. Anais eletrônicos do II Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2005, cd-rom 1.

GUERRA, François-Xavier. *Las mutaciones de la identidad em la América hispánica*. IN:ANNINO, Antonio e GUERRA, François- Xavier (coord). *Inventando la nacion. Iberoamericana. Siglo XIX*. México: FCE, 2003

GUERRA, François- Xavier. *El ocaso de la monarquia hispánica. Revolución y desintegración*. IN:ANNINO, Antonio e GUERRA, François- Xavier (coord). *Inventando la nacion. Iberoamericana. Siglo XIX*. México: FCE, 2003.

GUIMARÃES, M. L.S. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004
- HEINSFELD, Adelar. A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do rio do Peixe - SC. *Joaçaba: Unoesc, 1996*.
- HEINSFELD, Adelar. As ações geopolíticas do barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina. *Porto Alegre: Tese, PUCRS, Porto Alegre, 2000*.
- HEINSFELD, A. *Fronteira Brasil/Argentina*. A Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.
- HEREDIA, Edmundo A. *Regionalización y multi-culturalismo: nuevos paradigmas para una teoría de la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas*. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas. Reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- HILBERT, Klaus. *O problema da cronologia e da interpretação étnica*. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *O povoamento do Rio da Prata*. III Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. CD-ROM. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
- HEUGUEROT, Cristina. *Uruguay: Identidad y nación en construcción*. Estudos Históricos. PUCRS, v XIII, n. 2. p. 76-89, dezembro de 2007.
- HERRERA, Luis Alberto de. *El Uruguay internacional*. Paris: Bernard Grassei, 1912.
- HOBBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780. *Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOFSTADTER, Richard. Los historiadores progressistas. *Buenos Aires: Paidós, 1970*.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Org. *História Geral da Civilização Brasileira*. Do Império à República. São Paulo: DIFEL, tomo II, 1977.v.5
- \_\_\_\_\_. O Brasil monárquico. *História geral da civilização brasileira*. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969. Tomo II, v.3
- \_\_\_\_\_. *A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. Tomo I, v. 1.
- \_\_\_\_\_. Monções. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Visão do Paraíso*. São Paulo, Editora Brasiliense: 6ª edição, 2ª reimpressão, 2002.
- HOUOT, Annie. *Un cacique charrua en Paris*. Montevideo: Costa Atlântica, 2002
- IMAZ, Ricardo Rocha. La soberania oriental. Montevideu: Ediciones Blancas, 1988.
- JAEGER, S.J., Luiz Gonzaga. Os heróis do Caaró e Pirapó. Porto Alegre: Globo, 1940.



ISOLA, E. *La esclavitud en Uruguay*. (Desde suas comiezos hasta su extincion (1743-1852). Montevidel: Publicaciones de la cominio del Sesquicentenário de los Hechos Historicos 1825, 1975.

IANNI, Octávio. *Globalização: novo paradigma das ciências sociais*. In: ADORNO, Sérgio. *A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

*Jornal Archivo Americano, Buenos Aires, n. 14, 27 de junho de 1849. QUESADA, Vicente G. La política dei Brasil com Ia Repúblicas dei Rio de Ia Plata. Buenos Aires: Vaccaro, 1919.*

*Jornal El País. Montevidéu, 30 de abril de 1986.*

JANOTTI, Aldo. *Historiografia brasileira e a teoria da fronteira natural*. Revista de História. São Paulo: USP, ano XXVI, v. LI, n. 101, 1975.

JANCSÓ, Istvan (org.). *A Construção do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucitec, 2003.

JORGE, A. G. A. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*. Uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília: Senado Federal, 1999.

KERN, Arno Alvarez. *Ações evangelizadoras e culturais de missionários portugueses e espanhóis no Rio da Prata, nos séculos XVI, XVII e XVIII, em territórios do sul do Brasil. Braga: Congresso Internacional de História - Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, 1993, v. 2.*

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. RS: terra & poder. *História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LAPEYRE, 'Edison González. *Los limites de Ia República Oriental dei Uruguay. Montevideo: Editorial Amalio M. Fernandes, 1986*

LAURELLI, Elsa. *Reestructuracion económica em America Latina: Integracion o fractura de los territórios fronterizos? In: CASTELO, Iara Regina (Org.). Fronteira na América Latina: espaços em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.*

LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.*

LÊ GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. *Pensar a historia*. Barcelona: Paidós, 1991.

LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LEVENE, Ricardo (Org.). *História das Américas*. Rio de Janeiro: Jackson, 1954, v. 5.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O totemismo hoje. *Seleção de textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. LIMA, Oliveira. Formação histórica da nacionalidade brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, [1944] 1997.

LOCKHART, J SCHWARTZ, S. B. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOPES, Marcos Antônio (org.) *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto.

LOPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina*. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico. 2ª ed. Tomo V. Buenos Aires. Editorial Sopena, 1939.

MACHADO DE OLIVEIRA, J.J. *Memória histórica sobre a questão de limites entre o Brazil e Montevideo*. Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, tomo XVI, tomo 3º da terceira série [3ª série, n. 12, 4º trim., 1853], 1853.

MACHADO, Carlos. Historia de los orientales. *Montevideo: Banda Oriental*, 1988, v.l.

MAGALHÃES JR., Raimundo. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP, Moderna, 1997.

MARTÍN, Zorrila de San. *La epopeya de Artigas*. Montevideu: Imprensa Nacional Colorada, 1950.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira - A degradação do Outro nos confins do humano*, 2ª edição, rev. e atualizada, Contexto, 2009.

MARTINS, Maria Helena.(org.) *Fronteiras culturais*. Brasil – Uruguai - Argentina. São Paulo, Ateliê Editorial/CELPCYRO, 2002.

MENDONÇA, Renato. *História da Política Exterior do Brasil (1500-1825)*. México: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1945.

MOUSSY, Martin de. *Descrição Geográfica e Estatística da República Argentina*. Buenos Aires: s.n., s.d., vol. III.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

NAHUM, Benjamín. *Breve historia del Uruguay independiente*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental.

NARANCIO, Edimundo. *La Independencia del Uruguay*. Madrid: MAPFRE, 1992.

NISHIKAWA, Reinaldo. GUTIÉRREZ, Horacio. NAXARA Márcia. LOPES, Maria Aparecida (Org.) . *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Rev. Bras. Hist. , São Paulo, v.6, n.51, 2006. Disponível <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

script=sci\_arttext&pid=S010201882006000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 Fev 2008. doi: 10.1590/S0102-01882006000100015.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares” In: Revista *Projeto História*. Nº 10 *História & Cultura*. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em História, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, João Gualberto de. *Gusmão, Bolívar e o Princípio do "uti Possidetis"*. São Paulo: Indústria Gráfica Bentivegna, 1958.

OLIVEIRA, Ricardo de. *Usos da Memória e as armadilhas da história: Alexandre de Gusmão, o Tratado de Madrid (1750) e a construção da nacionalidade*. Cadernos de Estudos e Pesquisas, 2006.

ONETO Y VIANA. *La Diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata*. Montevideo, s.n., 1903

PADOIN, M. M. PICOLLO, H. I. L. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.2.

PASCUAL. Antônio Deodoro de. *Apuntes para la Historia de la Republica Oriental Del Uruguay, desde el año de 1810 hasta el de 1852*. Tomo I. Paris: Th. Decessois, 1864

PECEQUILO, Cristina S. *Introdução às relações Internacionais*. Temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004.

PENA, J.O.M. *Política Externa: segurança e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

PETIZ. S. S. *Buscando a liberdade*. As fugas de escravos, da província de São Pedro para o além fronteira (1815-1851). Passo Fundo: Editora UPF, 2006.

PICOLLO, H. I. L. *As relações Estado/Sociedade numa província periférica: o caso do Rio Grande do Sul (1845-1889)*. Revista Brasileira de História, n 1, p. 81-97, março, 1981.

PICCOLO, Helga Landgraf (org.). *Coletânea Discursos Parlamentares. Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)*. 1ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. *Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828)*. In: *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas. Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. *Com os olhos na América Espanhola: A independência do Brasil (1808-1822)* In: *Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre Gusmão*. Brasília: A Fundação, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

PONTE RIBEIRO, Duarte da. *Defesa do parecer sobre a Memória histórica do Sr. Machado*. Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. *Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, tomo XVI, tomo 3º da terceira série [3ª série, n. 12, 4º trim., 1853], 1853*.

PORTO, Aurélio. *A República e a escravatura. República Rio Grandense. Farrapos. Rebelião do Rio Grande do Sul, 1835-1845*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1933, v. 29.

PORTO, Aurélio. *Cachoeira - Resumo histórico, s/r, 1922*.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

PORTO, Costa. *O marquês de Olinda e o seu tempo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.

PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Illustres do Rio Grande do Sul*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917. SILVA, Alfredo P.M. *Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889*, M. Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906, vol. 1.

PORTO, C. *O marquês de Olinda e o seu tempo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio, *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1961 (3ª ed.). - PRADO JÚNIOR, Caio, *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (35ª ed.).

PRADO, M L C. *América Latina no Século XIX – Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

PRADO, Maria Emília, “O espaço público na Corte do Rio de Janeiro: algumas considerações”, in NEDER, Gizlene (org.), *Colóquio “Cidade, poder e memória”*. Niterói: Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-Graduação em História, 1996.

PRADO, Maria Emília (org.), *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

QUESADA, Vicente G. *La política dei Brasil com las Repúblicas dei Rio de Ia Plata*. Buenos Aires: Vaccaro, 1919.

RAFFAELLI, Marcelo. *Monarquia & a República*. Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império. Rio de Janeiro: Funag/CHDD, 2006.

RAMIREZ, Carlos Maria. *Artigos*. Montevideo: Ministério de Educacion y Cultura, 1985.

RECKZIEGEL, Ana Luiz Gobbi Setti. *A diplomacia marginal*. Passo Fundo: UPF, 1999.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *O micro e o macro: a região nas relações internacionais*. In

REICHEL, Heloísa Jochims; GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerras no Prata. São Paulo: Atual, 1995.*

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.*

RÉMOND, R.(org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.  
RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / FAPERJ, 2002.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.*

RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Parecer*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil. Rio de Janeiro, *Imprensa Nacional, 1894, tomo XVI, tomo 3º da terceira série [3ª série, n. 12, 4º trim., 1853]*. RIVET, Paul. *Los últimos charruas. 2. ed. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 2002.*

RIBEIRO, Fábio Ferreira. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

RIBEIRO FILHO, J. S. *Dicionário bibliográfico de escritores cariocas. (1565-1965)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / FAPERJ, 2002.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros, *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

RICUPERO, B. *O romantismo e a idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCCHIETTI, Ana Maria; AUSTRAL, António. *Antropologia Política dei Desierto y la Frontera en las Pampas dei Sur*. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *O Povoamento do Rio da Prata. III Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: Edipucrs, 1999. CD-ROM.*

RODRIGUES, J. H. & S. R. A. S. *Uma História Diplomática do Brasil — 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RODRIGUES, José Honório. *O conceito da "grande fronteira" de Walter Prescott Webb*. Vida e História. São Paulo: *Perspectiva, 1986.*

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra. Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul, 1827-1931. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.*

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 2002.

RUIZ, Ernesto. *A "Conquista do Deserto" e a modernização argentina (1855-1880)*. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *O povoamento do Rio da Prata. III Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. CD-ROM.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1974.

SALMORAL, José. *Artigas, gaúcho y confederado*. Madrid: Ed Anaya, 1994.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SANTO, M.F. E. *Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português*. In: CAMARGO, F. GUTFREIND, I. REICHEL, H. (Dir.) *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.1

SANTOS, Milton. *Nação, Estado e território*. In: MENDONÇA, Sônia e MOTTA, Márcia (Org.). *Nação e poder: As dimensões da história*. Niterói: EDUFF, 1998.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SÃO LEOPOLDO, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de. *Anais da Província de São Pedro*. 5 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

SAMPOGNARO, Virgílio. *Comisión de Limites*. Montevideo: T.T. de la Armada, 1932.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Tradução de Aldyr Garcia Schlee. Porto Alegre: Editora da UFRGS/EDIPUCRS, 1996. .  
SCENNA, Miguel Ángel. *Argentina - Brasil: Cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: Lãs Bastilla, 1975.

SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas Atuais*. IN: BRESCINI, Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). *Memoria e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

SENNA PEREIRA, Jacinto Roque de. *Memórias e reflexões sobre o Rio da Prata*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, *Porto Alegre, segundo trimestre, ano XI, 1931*.

SEYFERTH, Giralda. *Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil*. ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). Região e nação na América Latina. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SILVA, Alfredo P.M. *Os Generais do Exército Brasileiro, 1822 a 1889*. M. Orosco & Co., Rio de Janeiro, 1906, vol. 1949.

SILVA E FONTOURA, Manoel Carneiro da. *Memória ou Exposição do estado atual de Cima da Serra e Vacaria e do Registro de Santa Vitória. 1824*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, *Porto Alegre*, n. 129, 1993.

SILVA, Hélio. *O modernismo (brasileiro) e suas representações de Brasil*. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). Sociedades ibero-americanas. *Reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

SILVA, Pereyra da. *História da fundação do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, s/d., v.3

SILVA, J. B. A. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000. SLATTA, Richard W. Los gaúchos y el ocaso de la frontera. *Buenos Aires: Sudamerica*, 1983.

SILVA, José Luiz Werneck da. GONÇALVES, Williams. *Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930)*. A política externa do sistema agroexportador. Petrópolis: Vozes, 2009.

SISSON, S. A., *Galeria dos brasileiros ilustres*. 2 vs. Brasília: Senado Federal, 1999 (3ª ed.).

SOARES, José Antonio. *Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*. São Paulo: Nacional, 1952.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939,

SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império até 1865*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1955.

SOARES, T. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Brand, 1955.

SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977, v. I,

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias. O Homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, J.A. Soares. "O Brasil e o Rio da Prata até 1828". In: *HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Tomo II. 3ª ed.* São Paulo. Difusão Européia do livro, 1970.

SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha. 2. ed.* São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980.

\_\_\_\_\_. *Construtores do Rio Grande.* Porto Alegre: Sulina, 1969, v. 2.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande.* Porto Alegre: Sulina, 1973, v.3

STEIN, Stanley (1988). Jose Honorio Rodrigues (1913-1987). In: *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 68, No. 3 (Aug., 1988).

THEVENET, Alberto Reyes. Misiones diplomáticas sobre limites. *Montevideo: Ministério de Relaciones Exteriores, 1954.*

TRINDADE, A.A.C. *O Estado e as Relações Internacionais.* Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

TORRE, Nelson de Ia; RODRÍGUEZ, Júlio C.; TOURON, Lúcia Sala de. *Artigas: tierra y revolucion.* Montevideo: Arca, 1967.

TORRE, Nelson de Ia; RODRÍGUEZ, Júlio C.; TOURON, Lúcia Sala de. *La revolucion agraria artiguista.* Montevideo: Pueblos Unidos, 1969.

TORRE, Nelson de Ia; RODRÍGUEZ, Júlio C.; TOURON, Lúcia Sala de. *Despues de Artigas (1820-1836).* Montevideo: Pueblos Unidos, 1972.

TORRES, Luiz Henrique. *Brasilidade e antagonismo: a tendência historiográfica luso-brasileira (1927-57).* Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1998.

TURNER, Frederick Jackson. *Frontier in American History.* São Paulo: Robert e Krieger Publishing, 1976.

TYLOR, E. B. *Antropology.* New York: Macmillan, 1895.

VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução. O cyclo farroupilha no Brasil.* Porto Alegre: Globo, 1933, v. 4.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil.* São Paulo: Melhoramentos, 1962.

VIANA FILHO, Luís. *A vida do barão do Rio Branco.* Brasília: Senado Federal: Fundação Alexandre de Gusmão, 1996.

VIANNA, Hélio. *História diplomática do Brasil. 2. ed.* São Paulo: Melhoramentos, s/d.

VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil.* São Paulo: Melhoramentos, 1958.

VIÇO, Horacio. *Soberania territorial: frontera norte.* Boletín Histórico dei Ejército, Montevideo, n. 255 - 258, s/d.

VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do visconde do Rio Branco.* São Paulo: Queiroz, 1991.

VIEIRA, H. *A Vida e a época do Visconde do Rio Branco.* São Paulo: T A Queiroz, 1991.



## FONTES

### 1 - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Documentos Manuscritos:

- Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, algumas lembranças para a demarcação destes; escrita por ordem do Ex. Sr. Conselheiro José Paulino Soares de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1851. IHGB, lata 340, pasta 6.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Fontes impressas.

- Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 3ª série, n.12, 4º trimestre, 1853. p.385. Na revista foram publicados: A Memória Histórica sobre a questão de limites entre o Brazil e Montevidéo por J. J. Machado de Oliveira e os pareceres.
- Revista Trimestral de História e Geografia/Jornal do Insituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro:Typographia Universal de Laemmert, n. 17, 2ºtrimestre, 1843. p 3
- Revista Trimestral de História e Geographia/Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, n. 27, 4º trimestre, 1845. p. 274. Proclamação do governo de Montevidéo, quando teve noticia dos movimentos das tropas portuguezas destinadas ao Rio da Prata.
- Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 3ª série, n.12, 4º trimestre, 1853.
- Revista Trimestral de História e Geografia/Jornal do Insituto Histórico e Geographico Brasileiro.Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, n. 17, 2ºtrimestre, 1843.
- Revista Trimestral de História e Geographia/Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, n. 27, 4º trimestre, 1845. p. 274. Proclamação do governo de Montevidéo, quando teve noticia dos movimentos das tropas portuguezas destinadas ao Rio da Prata.
- Ata do cabildo de Montevidéu. 5 de fevereiro de 1819. PONTE RIBEIRO, Duarte da. Defeza do parecer sobre a Memória histórica do Sr. Machado. Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, tomo XVI, tomo 3º da terceira série [3a série, . 12, 4º trim., 1853], 1853.
- Ata Reservada do Cabildo de Montevidéu. 15 de janeiro de 1819. PONTE RIBEIRO, Duarte da. Defesa do parecer sobre a Memória histórica do Sr. Machado.

Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, tomo XVI, tomo 3º da terceira série [3a série, n. 12, 4º trim., 1853], 1853.

## **2 - Arquivo Histórico do Itamaraty:**

- Missão Especial do Marquês do Paraná (1851-1852). Lata 322. Maço 2.
- Missão Especial Visconde do Rio Branco (1852-1853). Lata 322 Maço 2
- Missão Especial Visconde do Rio Branco (1857-1858). Lata 322 Maço 3.
- Legações brasileiras: Lata:322; Maço 5
- Consulados brasileiros: Lata 322; Maço 5
- Autoridades Estrangeiras: Lata 322; Maço 5
- Autoridades brasileiras: Lata:323; Maço 1
- Ata da conferência entre os comissários demarcadores, Quartel do 7º Batalhão de Infantaria, a 20 de fevereiro de 1853. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, L.502-5.
- Ata da conferência entre os comissários demarcadores. Freguesia de Santa Anna do Livramento, 6 de abril de 1856. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, L 502-5.
- Ata da conferência entre os comissários. SanfAnna do Livramento, 9 de março de 1857. Itamaraty: Brasil-Uruguai, 1852-1862.
- Ata da conferência. Barão de Caçapava e José Maria Reyes. Freguesia de Santa Anna do Livramento, 28 de abril de 1856. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, L.502-5.
- Ata de Limites. Quartel dos Comissários, na Fronteira do Chuí, 15 de junho de 1853. Itamaraty: Brasil-Uruguai, 1852-1862.

## **3 - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS):**

- Fundo documental Estatística, Latas 431 e 531
- Coleção Legações Estrangeiras Latas 10, 11 e 12
- Passaportes uruguaios CN – 28- 14
- Coleção Fagundes Varela (CV): 5368 a 5374; 5387 a 5388; 5935; 7219 a 7221; 8029;
- Relatórios e falas do presidente de província: A.7.02; A.7.03; A.7.05; A.7.06;
- Secretária de governo (1848-1852): maços 1 e 2.
- Requerimentos aos presidentes da província do Rio Grande de São Pedro (1849-1851): maços 89, 90 e 91.
- Autoridades militares (1848-1852): Latas 148, 191, 192, 193 e 194.

## **4- Biblioteca Nacional:**

### **Obras Raras:**

- O Brasil PR-SOR, 763 (1-6)
- O Velho Brasil PR- SOR 2300 (1)
- *Jornal do Commercio*. PR-SPR 1 (1 ).
- O Liberal PR-SOR 05919[1]
- Correio Mercantil PR-SOR 3353
- O Radical PR-SOR 02427 [1]
- O Contemporaneo PR-SOR 3310

- A Trombeta do Povo PR-SOR 2716
- Aurora Fluminense PR-SOR 03118

**Periódicos:**

- Revista del Plata P 26, 04,20

## ANEXO I

Período Colonial	Império
<p>"De 20 de janeiro de 1535 até 1561, o Rio Grande fez parte das terras doadas capitania a Martim Afonso de Sousa e que, por consenso geral, de São Vicente até os limites meridionais das possessões lusitanas na América. Parte dessas terras haviam pertencido a capitania de Santana, doada a Pero Lopes de Sousa, o qual nunca delas tomou posse.</p> <p>"De 1561 a 1572, passaram as terras rio-grandenses a fazer parte da capitania de São Vicente, cuja sede havia sido transferida para Piratininga.</p> <p>"De 1572 a 1709, ainda integrando a capitania de São Paulo, ficaram as terras sob a jurisdição da capitania do Rio de Janeiro.</p> <p>"De 1709 a 11 de agosto de 1738, continuou a integrar a capitania de São Paulo. Construção Presídio do Rio Grande de São Pedro, fundado pelo Brigadeiro José da Silva Pais, a partir de 19 de fevereiro 1737.</p> <p>"De agosto de 1738 a agosto de 1760, constituindo, ainda, a Comandância do Presídio, passou o Rio Grande a integrar o Governo de Santa Catarina, subordinado à Capitania do Rio de Janeiro.</p> <p>"De agosto de 1760 a 19 de setembro de 1807, constituiu o Governo do Rio Grande de São Pedro, independente do de Santa Catarina, mas subordinado ao do Rio de Janeiro.</p> <p>"De 19 de setembro de 1807 a 25 de março de 1824, o Rio Grande foi a Capitania Geral de São Pedro, autônoma, pois fora naquela primeira data desanexada do Rio de Janeiro. Ficava a nova capitania com</p>	<p>"De 25 de março de 1824 a 15 de novembro de 1889, passou a constituir a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.</p>

jurisdição, inclusive, sobre o Governo de Santa Catarina.

## ANEXO II

<b>Nome</b>	<b>Invocação</b>	<b>Início do Povoamento</b>	<b>Vila e Sede de Município</b>
<b>Jaguarão</b>	Invocação: Divino Espírito Santo	Início do povoamento da sede: 1752	Desmembrado do município de Piratini Vila e sede de município: Decreto Regencial s/nº, de 6 de julho de 1832 Instalação do município: 22 de maio de 1833 Cidade: Lei nº 322, de 23 de novembro de 1855. Nomes anteriores: Guarda da Lagoa Cerrito e Divino Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão.
<b>Encruzilhada do Sul</b>	Invocação: Santa Barbara.	Início do povoamento da sede: 1781	Desmembrado do município de Rio Pardo. Vila e sede municipal: Lei nº178, de 19 de julho de 1849. Instalação do município: 2 de janeiro de 1850. Cidade: Decreto nº 7.199, de 31 de março de 1938
<b>Canguçu</b>	Invocação: Nossa Senhora da Conceição.	Início do povoamento da sede: 1793.	Desmembrado do município de Piratini. Vila e sede de município: Lei nº 340, de 28 de janeiro de 1857. Instalação do município: 27 de junho de 1857. Cidade: Decreto nº 7.199, de 31 de março de 1938. Nomes anteriores: Rincão do Tamanduá e Nossa Senhora da Conceição de Canguçu.

<b>Bagé</b>	Invocação: São Sebastião	Início do povoamento da sede: 1811	Desmembrado dos municípios de Piratini, Caçapava e Alegrete.  Vila e sede de município: Lei nº 65, de 5 de junho de 1846. Instalação do município: 2 de fevereiro de 1847. Cidade: Lei nº 443 de 15 de dezembro de 1859 Nome anterior: São Sebastião de Bagé.
<b>Lagoa Vermelha</b>	Invocação: São Paulo Apóstolo	Início do povoamento da sede: 1844.	Desmembrado do município de Vacaria Vila e sede de município criado pela lei 1018, de 12 de abril de 1876. Instalação do município: 18.01.1877 Extinção: Lei 1.115, de 1º de abril de 1878. 2ª. Criação: Lei 1.309, de 10 de maio de 1881. Instalação do município: 26.01.1883 Cidade: Decreto 7.199, de 31 de março de 1938. Nome anterior: São Paulo da Lagoa Vermelha.
<b>Itaqui</b>	Invocação: São Patrício	Início do povoamento da sede: 1821	Desmembrado do município de São Borja Vila e sede de município: Lei nº 419, de 6 de dezembro de 1858. Instalação do município: 30 de março de 1859. Cidade: Lei nº 1.207, de 3 de maio de 1879 Nome anterior: São Patrício de Itaqui.
<b>Arroio do Meio</b>	Invocação: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Início do povoamento da sede: 1853.	Desmembrado dos municípios de Lajeado e Encantado Vila e sede de município: Decreto nº 5.759.
<b>Estrela</b>	Invocação: Santo Antônio de Pádua.	Início do povoamento da sede: 1856.	Desmembrado do município de Taquari.